

Vol. 15, no 3

noviembre 2015



Editores

Lupicinio Íñiguez-Rueda
Universitat Autònoma de Barcelona, España
Juan Manuel Muñoz Justicia
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Administrador del sitio

Marc Roger Bria Ramírez

Editores/las de sección

Adriana Gil Juárez
Universitat Autònoma de Barcelona, España
Ana Vitores
Universitat Autònoma de Barcelona, España
Brígida Maestres
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Joel Feliu i Samuel-Lajeunesse
Universitat Autònoma de Barcelona

Pep Vivas i Elias
Universitat Oberta de Catalunya, España

Francisco Javier Tirado Serrano
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Editores/las asociados

Patricia Amigot
Universidad Pública de Navarra, España

Charles Antaki
Loughborough University, Reino Unido

Silvia García Dauder
Universidad Rey Juan Carlos, España

Gabriel Gatti
Universidad del País Vasco /Euskal Herriko Unibertsitatea, España

Lucía Gómez
Universidad de Valencia, España

Daniel López
Universitat Oberta de Catalunya, España

Luz M^a Martínez
Univesitat Autònoma de Barcelona, España

Ignacio Mendiola
Universidad del País Vasco /Euskal Herriko Unibertsitatea, España

Martín Mora Martínez
Universidad de Guadalajara, México

Athenea Digital, editada por el Departament de Psicologia Social y el Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona.

<http://atheneadigital.net>

Desde el año 2010, Athenea Digital se publica tres veces al año, apareciendo el primer martes no festivo de los meses de marzo, julio y noviembre.



Athenea Digital se adhiere a las diferentes iniciativas que promueven el acceso libre al conocimiento, por lo que todos los contenidos de Athenea Digital son de acceso libre y gratuito y se publican bajo licencia [Creative-Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) de tipo [Atribución](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Editores/as fundadores/as

Gloria Bertello
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Fernanda Carmona
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Cristian Hormazabal
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Lupicinio Íñiguez-Rueda
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Francisco Javier Jeanneret Brith
*Universidad Academia de Humanismo Cristiano;
Universidad Andrés Bello, Chile*

Eduard Juanola
Universitat de Girona, España

Enrique Jubés
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Esteban Laso
Ecuador

Daniel López
Universitat Oberta de Catalunya, España

Brígida Maestres
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Nelson Molina-Valencia
Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia

José Morales
México

Álvaro Luis Ponce Antezana
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Eduardo Rodríguez
Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México

Francisco Javier Tirado Serrano
Universitat Autònoma de Barcelona, España

Guillermo Vánegas
Universidad de Nuevo León, México

Índice

Artículos

- “Quem é da rua não é da calçada”:* cenas da pixação em Porto Alegre
Rodrigo de Oliveira Machado, Adolfo Pizzinato 3-23
- Contenidos Políticos en la recuperación de empresas argentinas. Apuntes para una desmitificación*
Susana Díaz Ruiz 25-46
- CiberSociedad y debate público en 140 caracteres: #paro y #corrupción*
Sonia Santoveña Casal 47-84
- Memoria de las desapariciones durante la guerra sucia en México*
Jorge Mendoza García 85-108
- Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero*
Maria Fernanda Terra, Ana Flávia Pires Lucas d’Oliveira, Lilia Blima Schraiber 109-125
- Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia: considerações sobre a implantação do projeto*
Monica Lima, Denise Coutinho, Julia Freitas, Ive Dahia, Olga Amazonas, Helenira Alencar 127-147
- Subjetividades, lo político y la política: derivas de una discusión teórica*
José Ignacio Allevi 149-172
- Do trágico à clínica do possível no cuidado de usuários de drogas*
Loiva Maria De Boni Santos, Simone Mainieri Paulon 173-191

Ensayos

- Huesos y humanidad. Antropología forense y su poder constituyente ante la desaparición forzada*
Anne Huffschmid 195-214

Materiales

- Consideraciones críticas sobre la teoría de la estructuración de Anthony Giddens*
Mariela Cambiasso 217-232

Reseñas

- Reseña de Torres (Coord.) (2014) Efectos económicos y socioculturales de la globalización en México y España*
Gustavo Aliaga Rodríguez 235-239
- Reseña de Michel (2014) Ricoeur y sus contemporáneos. Bourdieu, Derrida, Deleuze, Foucault, Castoriadis*
Marc Barbeta Viñas 241-248

Reseña de Burúcuá (2013). El Mito de Ulises en el Mundo Moderno
Maximiliano E. Korstanje 249-252

Tesisteca

Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964
Bernard Alves 255-264

Etnografía conectiva de una práctica de intercambio de archivos: el caso búlgaro
Maya Ninova 265-278

Artículos

“QUEM É DA RUA NÃO É DA CALÇADA”: CENAS DA PIXAÇÃO EM PORTO ALEGRE¹

“WHO IS FROM THE STREET IS NOT FROM THE SIDEWALK”: SCENES OF GRAFFITI IN PORTO ALEGRE

Rodrigo de Oliveira Machado; Adolfo Pizzinato

Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul;
rodrigo.psicopuc@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 13-05-2014

Primera revisión: 19-10-2014

Aceptado: 30-09-2015

Palavras-chave

Etnografia

Pichação

Psicologia social

Resumo

O presente artigo assume uma perspectiva etnográfica para a compreensão das redes de relações estabelecidas entre os pichadores da cidade de Porto Alegre. Os resultados apresentados resgatam o acompanhamento do tema durante cinco anos, onde através de entrevistas, observações e do próprio caminhar pela cidade foi se configurando um quadro de compreensão maior acerca do fenômeno em questão. Partindo de uma concepção do ato de pichar como ato comunicacional se vislumbra a relação desses atores sociais com a cidade, transeuntes, as que estabelecem entre si e com os grafiteiros. O “lusco-fusco identitário” que permeia tais vivências na contemporaneidade indica para os atravessamentos do pertencer/não pertencer à sociedade em que vivem, a busca por reconhecimento endogrupo e exogrupo e as tensões geradas pela disputa dos espaços na cidade.

Abstract

The present article takes an ethnographic approach to understand the networks of relations established between taggers in the city of Porto Alegre. The results presented redeem the subject tracking for five years, where through interviews, observations and walk through the city itself was shaped up a framework for a better understanding the phenomenon in question. Starting from a conception of the communicational act as graffiti glimpsed the relationship between these social actors in the city, passersby, to establish among themselves and with graffiti. The “twilight” identity that permeates these experiences indicate nowadays for crossings of belonging / not belonging to their society, the search for ingroup and outgroup recognition and generated tensions over the disputed areas in the city.

Keywords

Ethnography

Graffiti

Social Psychology

de Oliveira-Machado, Rodrigo & Pizzinato, Adolfo (2015). “Quem é da rua não é da calçada”: cenas da pichação em Porto Alegre. *Athenea Digital*, 15(3), 3-23. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1391>

Introdução

O sinal verde no semáforo indica que o fluxo dos pedestres pode seguir o seu caminho. Apressados, eles não se olham quando passam um pelo o outro. Até mesmo quando encostam por acidente as suas mãos nas de outras pessoas, e instintivamente as recolhem contra o corpo, negam o toque do olhar. Ali, naquela pequena faixa de segurança, onde coexistem tanta rua e tão pouca faixa, eles lutam pelo espaço na cidade.

À sombra do ponto de ônibus, olhos se esgueiram contra o sol para ver a próxima condução que se aproxima. A expectativa de conseguir um local para sentar, e assim descansar até o retorno ao lar, em breve se tornará uma frustração para muitos que

¹ Agradecemos a bolsa de mestrado fornecida pelo CNPQ que possibilitou este trabalho.

aguardam. O vai e vem dos ônibus leva o pensamento para os trajetos possíveis entre o centro e as periferias da cidade, aqueles traçados diferentes, por vezes tortuosos, que desembocam em Porto(s) Alegre(s) que pouco se conhece.

Estou presente nesse espaço e compartilho destas sensações do cotidiano. Enquanto aguardo o ônibus que me levará até a universidade em que estudo, minha mente circula pelos bairros da cidade representados em cada ônibus que passa. Alguns desses lugares não são meus conhecidos, às vezes mal passei por lá ou apenas sei da sua existência por ter amigos que moram por perto. Outros desses ônibus, principalmente pensando nos finais de seus trajetos, em bairros da periferia, são pouco atrativos devido às notícias que diariamente se tem deles. Finalmente chega o ônibus que uso. Entro, vejo as pessoas, algumas já conheço, pois descem na mesma parada que eu e me acompanharão até o meu destino, enquanto que outros sei que prosseguirão os seus caminhos até outras paradas, talvez para algum daqueles bairros noticiados como pouco atrativos. Escolho um lugar junto à janela e fico olhando a paisagem que se apresenta aos meus olhos. No lado oposto da rua está uma enorme vitrine que flerta com o desejo dos que passam à sua frente, algumas pessoas entram no jogo de sedução e entram a loja, enquanto que outras seguem pela calçada e a utilizam somente como um espelho que se oferece. As lojas passam, o comércio muda, o trânsito congestionado, um casal dá um beijo de despedida e o tráfego recomeça a fluir.

O ônibus segue, entramos na Avenida Bento Gonçalves, uma das principais vias de fluxo da cidade, e não demora que se perceba o contraste entre os prédios antigos e novos. Enquanto que os antigos apresentam certa homogeneidade quanto ao desenho arquitetônico, aqueles construídos recentemente despertam a atenção pelas dezenas de janelas que contêm, as quais demonstram a quantidade de pessoas que ali moram. O poder de confinamento e a verticalização do viver fornecem novos contornos à cidade. Nas paredes de muitos desses prédios e nos muros que os cercam se apresentam as *pixações*², já estou acostumado com elas, mas não o suficiente para que fique despercebido o quanto estas modificam a paisagem urbana ao longo dos dias³.

Pensando a cidade

A pesquisa que apresentamos aqui versa sobre um dos muitos encontros que a cidade proporciona. A *pixação* que se estende por Porto Alegre, e o seu encontro com os nossos olhares levaram à busca por aprofundar o conhecimento sobre a sua relação com a

² A opção de utilizar a palavra *pixação* com x, ao invés de ch como é o utilizado na língua formal, se deve ao fato de essa ser a maneira que os *pixadores* utilizam para designar o ato que realizam.

³ Este trecho narrado em primeira pessoa é parte do diário de campo de um dos autores e registra o início deste projeto.

cidade, sobre os seus autores e sobre aqueles que assim como nós, querendo ou não, se comunicam com esta forma de apropriação urbana.

A relação presente neste diálogo urbano é compreendida aqui dentro de uma perspectiva bakhtiniana, onde cada enunciado, escrito ou oral, sempre será produto da relação com um enunciado anterior, configurando-se assim dentro de um processo contínuo de diálogo, onde não existe a possibilidade da criação de um enunciado isolado, ou um ato “não social” de comunicação. Neste sentido nos alinhamos à concepção proposta por Mikhail Bakhtin e entendemos que cada palavra/texto/enunciado colocado no meio urbano pelo autor, neste caso os *pixadores*, evocará uma resposta do interlocutor (transeuntes), assim ativando uma contrapalavra e construindo nesta relação uma cadeia comunicacional dialógica específica (Bakhtin, 1929/2010).

O autor, ainda que não tivesse a *pixação* em mente ao exemplificar o que se entende como comunicação verbal, expõe argumentos que nos remetem diretamente a pensar a *pixação* como parte desse elo da cadeia dos atos de comunicação verbal possíveis. Dessa maneira, ao considerarmos o *pixo* como um dos itens do “diálogo urbano”, se tem como referência esta proposição dialógica inerente ao processo comunicacional:

Toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (Bakhtin, 1929/ 2010, p. 101).

Assim, os resultados que serão expostos são referentes ao acompanhamento deste fenômeno, a *pixação*, na perspectiva exposta acima, com ênfase e metodologia diversa ao longo do tempo, nos últimos cinco anos. A tentativa de conceber esta pesquisa com um olhar teórico plural estruturou-se em bases epistemológicas que convergem para uma leitura relacional da *pixação*. A utilização da visão dialógica de Bakhtin serve para definir as bases comunicacionais do ato de *pixar*, enquanto que a teoria ator-rede aproxima a leitura das estruturas da cidade como item relacional, e comunicativo, importante neste conjunto que conforma o diálogo urbano. O recorte dado para este artigo consta de materiais colhidos durante todo esse período, assim como discute o trajeto metodológico, baseado na etnografia, que foi sendo desenvolvido para a aproximação com os participantes da pesquisa e da cidade.

A cidade

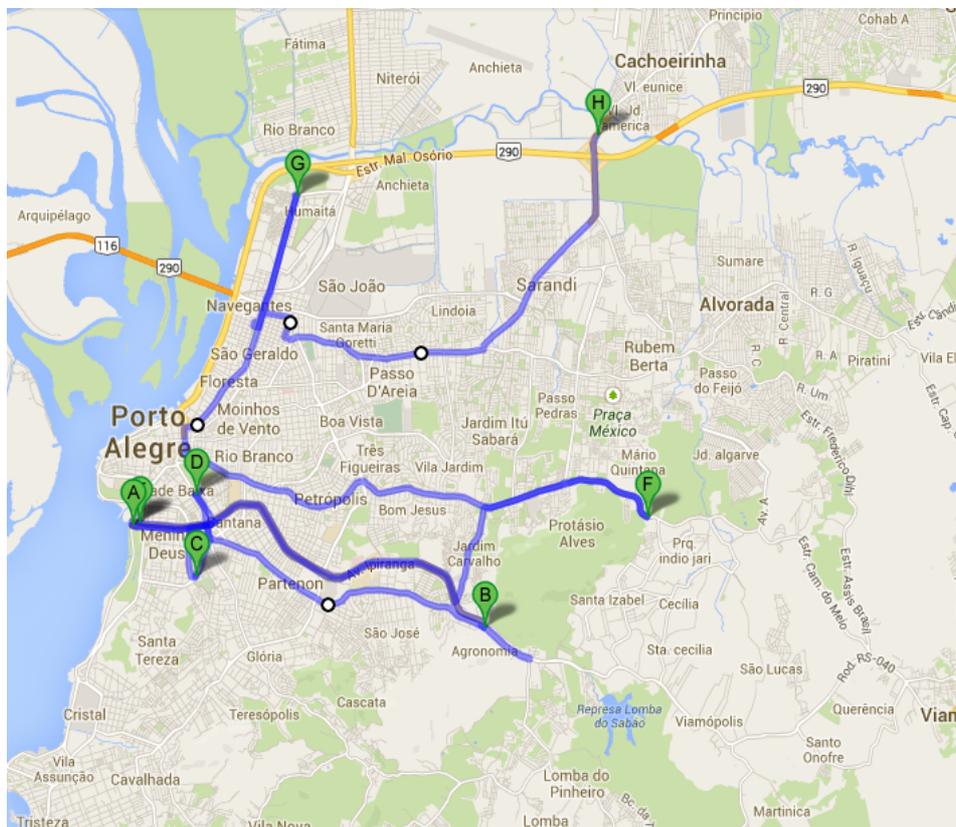


Figura 1. Mapa de Porto Alegre. Mapa com trajeto realizado pelo pesquisador. Fonte: Google maps.

A Figura 1 ilustra alguns dos trajetos pelos quais a *pixação* se inscreve em Porto Alegre. Embora a *pixação* não seja realizada somente nestas principais vias de circulação (tendo uma quantidade expressiva espalhada por alguns bairros como Centro e Cidade Baixa), se verifica que é nestas que ela está mais concentrada. A escolha desses locais como espaços de apropriação gera a necessidade de buscar compreender as dinâmicas que estão presentes na relação com estes prédios, avenidas e ruas que atravessam e compõem o organismo da cidade.

Conforme José Guilherme Cantor Magnani (2009), a cidade ultrapassa o conceito de “espaço” onde ocorre a ação social para ser ela própria compreendida como um dos resultados dessas ações. Nessa perspectiva, a paisagem urbana não é vista apenas como cenário onde “acontece” algum fenômeno que se pretende estudar, mas sim como constitutiva do *corpus* de análise (Magnani, 2002). A relação entre as pessoas, entidades privadas e públicas, prédios, vias urbanas, mobiliário urbano, sistemas de transporte e outros compõe a cidade em seu emaranhado de significados, os quais surgem das negociações, trocas e tensões dos seus autores. Procurando compreender essas relações a antropologia, em específico a subárea designada como antropologia ur-

ba, se constrói com um olhar de “perto e de dentro”, ou seja, ela busca compreender os significados do fenômeno, pessoas, grupos e práticas estudadas a partir das trocas realizadas na aproximação com estes. Magnani assinala ainda que esse exercício etnográfico deve ser conduzido com atenção, sobretudo quando se investiga grupos que são estigmatizados ou tidos como minorias, isto com vistas para que o trabalho realizado não se torne somente um ato panfletário e sem acrescentar novo conhecimento à temática abordada (Magnani, 2003). Seguindo esses preceitos, o trabalho foi construído na tentativa de entender os processos comunicacionais que envolvem a *pixação* também pela visão daqueles que a produzem, ou seja, mantendo uma relação de “perto e de dentro”, porém sem distanciar dos necessários movimentos de familiarização e estranhamento que nos possibilitam questionar os fenômenos que se apresentam, assim como as crenças que se encontram arraigadas em nós mesmos (Da Matta, 1978).

Partindo dessa noção de estranhamento, o primeiro passo que se organiza é o de encarar a cidade, a *pixação*, e os demais elementos que a constituem para além do olhar rotineiro e enviesado que dedicamos a ela. Para aprofundar essa mirada é necessário que se contextualize não somente o local específico em que se desenvolvem os fenômenos que se busca estudar, como também a relação que se estabelece entre esse território e os demais que podem se encontrar próximos ou longínquos do mesmo. Nesse sentido, as mudanças provocadas na relação com o tempo, sobretudo marcadas pelas novas tecnologias, as tornam cada vez mais distintas de outros períodos históricos; entre aquilo que se considera o enlace entre as pessoas e a construção concreta e simbólica da cidade. Alguns autores que se debruçam sobre essa temática demonstram como a globalização está alterando a mobilidade urbana, seja isto através dos movimentos migratórios, da mobilidade profissional, do turismo ou na comunicação instantânea interpessoal e de notícias. Nas palavras de Marc Augé (2009/2010, p. 16) esse fluxo pode ser visto como um “viver no mundo onde podemos teoricamente tudo fazer sem deslocarmo-nos e onde, no entanto, nos deslocamos”. Esse trânsito de corpos e informações habilita que novos modelos e discursos estejam ao alcance da população, algo que dificilmente aconteceria em outros momentos históricos, ao mesmo tempo em que também facilita a apresentação daquilo que é realizado no contexto local.

Essa característica da contemporaneidade articula novas relações com o espaço em que se vive. A produção da noção de “não lugares”, por exemplo, nasce dessa nova dinâmica do social, na contraposição daquilo que é designado como lugar antropológico conforme proposto por Marcel Mauss (1966, citado por Augé, 1992/1994). Segundo Augé (1992/1994), a corrente maussiana entende o lugar antropológico para além do local onde se dá o encontro entre o pesquisador e o pesquisado, mas sim como local identitário, relacional e histórico do nativo. No sentido contrário o não lugar se confi-

gura como estes locais com os quais os sujeitos não conseguem estabelecer posições identitárias, ou de relação com as demais pessoas, e nas quais a vida passa sem deixar “maiores marcas”. Esses não lugares estariam se proliferando na contemporaneidade e têm como seus principais expoentes os locais de transição, tais como: aeroportos, grandes vias, supermercados, *shoppings*, terminais rodoviários, salas de espera, etc.

Quando se toma o conceito de não lugar como espaço onde se amplia o vazio identitário e, tendo em vista a sua proliferação nas grandes cidades (principalmente nas vias de circulação de carros e pouco trânsito de pedestres), se conjectura como as *pixações* se inscrevem em tais espaços. Voltando os olhos aos trajetos explicitados no mapa, se visualizará que é nessas ruas e avenidas, onde ao mesmo tempo muitas pessoas circulam, mas pouco se relacionam com aquele espaço, que se encontra grande parte das *pixações* em Porto Alegre. Ainda que esse argumento não seja tomado no intuito de evidenciar uma relação causal entre os possíveis não lugares e sua predisposição a serem alvos naturalizados do ato de *pixar*, torna-se plausível que estejam relacionados.

Michel de Certeau (1990/1994), ao se aproximar da discussão de lugar e não lugar através da sua concepção de espaço e lugar postula que a cidade, ao ser instaurada como conceito pelos discursos utópico e urbanístico modernos, se define por três operações: a organização racional do espaço (que tem por objetivo impedir todas as poluições que a comprometam, sejam elas físicas, mentais ou políticas); o estabelecimento de um sistema sincrônico (onde deve prevalecer um não tempo com vistas a romper com as possíveis tradições de administração do mesmo no cotidiano aprendido na história dos indivíduos); e por fim se preconiza a criação de um sujeito universal e anônimo transmutado na própria cidade. Essas três dimensões determinam que neste lugar organizado, movido por especulações e classificações, ocorre a gestão daquilo que a beneficia, ao mesmo tempo em que lhe constitui como tal, além da eliminação dos “destritos”, as anormalidades, que não corroboram com o seu empreendimento ao lucro. Segundo o autor, essa *ode* ao lucro, e a constante tentativa de manutenção homeostática da cidade, é rompida através de estratégias e táticas que se consagram nas interações relacionais no cotidiano dos dominados, revelando que aqueles desejos não cooperados pelo sistema dominante instituem práticas de “desvio” ao caminho imposto (de Certeau, 1990/1994).

Compreendendo que a busca por essa universalidade anônima se faz presente no contingente espacial da cidade, em sua arquitetura uniforme, nas cores moderadas que tingem as paredes dos prédios com vistas a não afetar aqueles que por eles cruzam, pode-se dizer que o *pixo* estaria entre um desses formatos de desvio, conforme aponta de Certeau (1990/1994). Assim, a *pixação* seria uma maneira de transgressão da preten-

sa “homeostase” que se tenta implantar. O *spray* preto, que assinala a presença de um *outro* não convidado àquele espaço, rompe com a fugaz sensação de proteção daqueles que vivem a metros das avenidas, trancados em seus apartamentos.

Embora todas essas construções teóricas da antropologia considerem a cidade, o lugar/espaço, e as pessoas como fatores essenciais na sua análise, verifica-se uma dicotomia no entendimento das relações entre os sujeitos (pessoas) e os objetos (a cidade). Ignacio Fariás (2011) argumenta que a teoria ator-rede (TAR) forneceria subsídios para pensar sobre esta dicotomia e se afastar de análises que isolam os objetos, neste caso a cidade, como fenômeno independente e anterior às relações estabelecidas entre inúmeros atores, incluídos em práticas sociomateriais. A TAR ainda possibilitaria conceber a cidade como objeto múltiplo do ponto de vista ontológico, isto é, não mais como um objeto analisado por uma multiplicidade epistemológica, e dessa forma dividido, mas sim como um todo com múltiplas partes.

A partir do momento em que se utiliza da TAR para refletir sobre a cidade, percebendo-a como um ser polifacético – composto por forças econômicas, arquitetônicas, políticas, sociais, comerciais, etc. –, surgem ainda outros desdobramentos conceituais, onde, além de romper com o conceito binário de sujeito/objeto, consagrado pelo Modernismo, se questiona a relação entre sociedade e natureza (Grau; Íñiguez & Subirats, 2011).

Conforme Bruno Latour (1999/2001) a organização do mundo moderno está baseada em dois reinos: o primeiro refere-se à sociedade, composta por humanos, sujeitos, e governada pela política; enquanto que o segundo reino é representado pela natureza, que se refere à povoação por não humanos, pelos objetos e gerido pela ciência. Quando essa dualidade persiste, o debate se instala, e torna-se verificável, na maioria das vezes, que, embora a política seja fruto de uma discussão da sociedade, esta é suplantada pelo conhecimento técnico e as leis que estão ao lado da ciência. Assim, o princípio de simetria assume papel importante na TAR de Latour ao intuir que as explicações não devem partir do eixo da natureza para a sociedade, ou do seu contrário, da sociedade para natureza, e sim da interação horizontalizada desses níveis, mesmo que com distintas forças em distintos momentos. Em outras palavras, a simetria estabelece a equidade entre os humanos e os não humanos como atores partícipes numa rede que leva à construção do fato em si.

Esta relação entre humano e não humano na maioria dos casos passa despercebida e até mesmo aqueles que se dedicam a investigar a sociedade terminam por afastá-las de suas análises. A tecnologia em toda a sua amplitude de aparatos, desde os mais simples aos mais complexos, serve como delegado de regras morais humanas e assina-

la quais os passos que devemos seguir enquanto pessoas que vivem numa determinada sociedade (Latour, 1992). Estas tecnologias que inibem algumas condutas e induzem a outras, sempre estão marcadas por preceitos morais e éticos. O muro se encontra essas tecnologias que ao traçar uma linha de tijolos estabelece um fora e um dentro, e assim está postulando nas suas bases o princípio de propriedade privada e o de não invasão desta. Dentro de uma linha argumentativa mais sofisticada Reviel Netz (2004/2013) ao acompanhar a trajetória do arame farpado desde a sua criação até o uso em campos de concentração nazistas demonstra que os mesmos princípios de controle e dor desta tecnologia foram usados para vigiar e impedir o movimento de gados e pessoas.

Essas agências de não humanos se revelam também em outras formas de tecnologia, em grande parte outorgadas pelo Estado. Assim, ao se refletir sobre a situação de Porto Alegre, no que tange aos seus circuitos de moradia e mobilidade, se visualiza o quanto as condições financeiras estão presentes nas possibilidades de vida na cidade. Os relatos de deslocamento de populações pobres para áreas afastadas do centro da cidade ou locais em que a exploração imobiliária se instala são antigos e continuam constantes atualmente. O bairro Cidade Baixa, que presentemente se configura como centro boêmio da capital, fora muito ocupado pela população do atual bairro Restinga, localizado no extremo sul da cidade e aproximadamente a uma hora do centro. A comunidade da Maria da Conceição, local de extrema pobreza e com alto impacto social devido ao tráfico de drogas, antes estava próxima ao Estádio Beira Rio, hoje em um bairro de classe média alta. Outros são os exemplos de mudanças de comunidades inteiras que ocorreram no momento de preparação para a Copa do Mundo, mas tanto as já longínquas como as atuais encontram no interesse financeiro de poucos o motivo de sua realização (Pesavento, 1999). A utilidade do argumento tecnocrata também emerge como elemento significativo nas controvérsias que se estabelecem em relação ao entorno da cidade, porém se salienta que isto ocorre na maioria das vezes sem a participação dos cidadãos. Como pondera Latour (2001), o urbanismo, como face aplicada da ciência, assume uma prerrogativa de neutralidade que se configura como potencializadora dos apaziguamentos em instâncias de controvérsia.

Em outras palavras, a cidade – em sua arquitetura composta por prédios altos protegidos por grades e câmeras de segurança, pelos impostos que seguem crescendo até que os mais pobres não consigam manter as suas casas em bairros nobres, por especulações urbanas chanceladas pelo Estado que desalojam através da força, pelos quilombos urbanos que lutam pela permanência em seu espaço tradicional, pelos ônibus que levam pessoas de bairros pobres somente para o centro e outros locais de trabalho, porém nunca a *shoppings* ou espaços de lazer direcionados à população com maior po-

der econômico e social – está dialogando com aqueles que nela vivem. Os *pixadores* também fazem parte deste diálogo urbano, mas afinal o que têm a dizer?

Com vistas a responder essa questão apresentamos a seguir algumas das respostas que entendemos do contato estabelecido com os *pixadores*, as quais em conjunto com os demais elementos do diálogo com a cidade nos ampliaram a visão sobre o fenômeno estudado em nosso contexto.

Pixos e territórios

A primeira reunião dos *pixadores* aconteceu em um prédio próximo ao centro da cidade, porém já em uma região com predomínio residencial. A maioria deles chegava ao local em grupos de três ou quatro pessoas, entretanto várias duplas percorriam o trajeto vindo do centro da cidade e paravam na frente da festa enquanto cumprimentavam os conhecidos que se espremiavam na calçada. O motivo dessa quantidade de pessoas por grupo foi respondida mais tarde naquela mesma noite, quando um dos *pixadores* expôs seu *modus operandi*:

Porque tu tá andando na rua e tem mais três, tu tem quase certeza que vão roubar ou fazer algum mequetrefe (gíria para trapaça), vão fazer alguma coisa ruim, então... eu acho o melhor é ter no máximo três pra não pilhar, pra não “noiar o pico” (gíria para não atrapalhar a atividade), pra não boiar... (Entrevistado 3, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013)⁴.

Ao olhar de longe era possível notar a homogeneidade deles quanto à forma de se vestir: calças largas, bonés com “aba reta”, camisetas compridas e moletons com capuz. Embora não fosse uma noite muito fria, percebia-se que um grande número estava com o capuz por cima do boné, denotando outro elemento do seu modo de vestir. O referencial da cultura *hip-hop* evidenciava-se também nas camisetas de bandas/grupos que são expoentes no cenário nacional, e que têm como característica entre suas letras a denúncia da desigualdade social e a sua repercussão para a população pobre, tais como os Racionais Mcs e Charlie Brow Jr.

Outro elemento que parecia ser obrigatório aos frequentadores da festa eram as mochilas, algumas estilizadas com a *tag* (assinatura) do seu dono ou da *crew* (coletivo) a que ele pertence. O barulho das latas de *spray* demonstrava que a noite e o encontro dos *pixadores* prometiam novas saídas na noite de Porto Alegre. A presença destas inscrições nas mochilas se constituía como principal signo que os poderia identificar como *pixadores*, aumentando as chances de serem abordados pelas forças repressoras.

⁴ Os participantes foram enumerados para preservar os seus anonimatos.

Ao primeiro olhar poderia parecer controverso, para aqueles que dizem buscar o anonimato, pelo menos quanto ao seu nome e rosto, chamarem a atenção de forma tão evidente. Em parte, é possível que essa conduta se relacione à seletiva invisibilidade transversal à vida desses indivíduos. Como já são invisíveis por sua condição de exclusão social (racial, econômica, residencial...), ao aderirem a determinados estilos de se vestir e comportar, entram em rota de colisão com o olhar das estruturas de poder coercitivo. Em outros termos ressalta-se que outros marcadores, que estão além das roupas e *tags* na mochila, já possibilitariam que esses jovens fossem abordados pela higienização da polícia em diferentes momentos.

Os elementos da cultura *street* se convertem neste padrão que identificaria os *pixadores* por utilizarem roupas no estilo *skatista* ou *grunge* – conforme um guia de orientação do Estado direcionado aos pais diz: “O estilo de música hip-hop é o que os *pixadores* mais gostam de ouvir. Confira os CDs que seu filho ouve.” (Secretaria de Estado do DF, 2012). Essas orientações levam à reflexão sobre o quanto essa invisibilidade é realmente possível e como o pertencer a determinados grupos ou adotar preferências que tenham passado pelo movimento de contracultura, embora estejam parcialmente absorvidos na atualidade por uma cultura dominante, são ativadores do olhar discriminatório da sociedade. Ao acompanhar diretamente os *pixadores*, essa tensão entre o aparecer e tornar-se invisível se mantém constantemente em suas vidas.

O primeiro contato com os *pixadores* já demonstrava algo semelhante, o qual intitulamos como “lusco-fusco identitário” dos *pixadores*. Após receber a indicação de um grafiteiro, que anteriormente realizava *pixações*, de que muitos dos seus amigos em uma rede social eram ainda *pixadores*, e de que o contato com estes poderia ser realizado através daquela ferramenta de comunicação, iniciou-se uma seleção dos perfis que indicavam pertencer a *pixadores*. A seleção inicial levou em consideração aqueles que tinham as suas fotos liberadas para visualização mesmo para os que não pertenciam à sua rede de amizade.

Este contato com a investigação na Web, embora não pretenda ser considerada uma pesquisa etnográfica virtual, nos moldes “clássicos”, levou em consideração aspectos teóricos da mesma. Assumindo os postulados de Christine Hine (2000/2004), que relembra que a etnografia se construiu no encontro em campo entre o pesquisador e o pesquisado, porém com o contexto das relações mediadas por ferramentas, caso da Internet, é necessário que se habilite que novas expressões etnográficas surjam. Os requisitos básicos para que aconteça a etnografia são mantidos quando se assume o meio virtual (*online*) como campo, isto é, a observação dos fenômenos, o diálogo com os participantes, o relacionar-se com eles e a busca por fontes secundárias estão à disposição do pesquisador.

Algumas outras questões de ordem teórica são debatidas quando se trava a comparação entre etnografias *online* e *offline*, estas em grande parte se concentram na validade dos dados que são coletados através da Internet. O quão confiáveis são as respostas destes sujeitos que respondem através de um *avatar* ou perfil em rede social? A resposta para esta pergunta apresenta-se na forma de outra pergunta: Afinal, o quanto se pode confiar nas informações que são recebidas no contato face a face? A dúvida paira sobre ambas as perguntas e carrega consigo questões ontológicas para toda pesquisa em ciências humanas, como a definição da existência ou não do próprio conceito de verdade.

Discussões à parte, foi através da Internet que se tomou conhecimento da festa. Um dos entrevistados que tinha grande prestígio dentro do grupo, o qual era o responsável pelo lançamento dos DVDs “100Comédia Brasil” e “Marcas da ruas” (Fundão Z/O e Cripta, 2010; 2011), detinha gravações de diversos *pixadores* em ação nas principais capitais brasileiras e relatou que fora devido às redes sociais que se aproximara do movimento nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Internet, essa ferramenta facilitou a comunicação entre os *pixadores* no Brasil, então através dos blogs, dos fotologs, pelo Orkut a gente se comunica, troca informação e foi assim que eu comecei essa conexão com essa galera que já me procurava muito, porque os vídeos têm uma repercussão no meio, a galera curte informação também. (Entrevistado 1, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013).

Segundo o entrevistado 1, o intuito era manter o registro da cena de *pixação* no Brasil, assim muitos daqueles jovens que se aglomeravam dentro da pequena sala estavam tendo a oportunidade de se ver no cinema improvisado. Essa inversão, de telespectador para protagonista, os fazia vibrar quando se reconheciam na tela e comentavam os detalhes de cada escalada.

A Internet, e mais especificamente as redes sociais, assim como a expansão de tecnologias como celulares que gravam vídeos trouxeram uma nova dinâmica para as relações sociais. Entre os resultados que se notabilizam na atualidade estão as diversas organizações de protestos em torno de diferentes causas ao redor do mundo. Conforme assinala Manuel Castells (2012/2013), estes movimentos sociais não são causados pela existência da Internet, porém, a partir dela, ganham nova vida. Ainda, segundo o autor, tais movimentos surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, expressando as “revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional” (Castells, 2012/2013, p. 166).

Com base em tais constatações, compreender as dinâmicas sociais dos *pixadores*, através desta rede de comunicação, é também aprofundar questões pertinentes ao movimento (mesmo que nem todos que realizem o *pixo* se identifiquem como participantes do movimento) e ao tempo em que participam. Nesse sentido, o entrevistado 1 relata que, após a existência do *Orkut*, e agora *Facebook*, o contato entre os diferentes coletivos de *pixadores* ou pessoas se tornou possível, dando a oportunidade de uma organização que antes não existia. Esta nova ordem é um dos elementos que possibilitou a sua empreitada de registros da cena da *pixação* nas principais capitais brasileiras, dando origem a diversos DVDs sobre o tema. A implementação desse projeto, e, conforme o entrevistado 1, o seu sucesso, demonstra a relação *online* - *offline* na construção de novas conjunturas para o movimento.

O trajeto metodológico que teve o seu início através da busca nas redes sociais online e que posteriormente passou à integração dos dados no campo *offline*, tal qual orienta Hine (2000/2004), mostrou-se pertinente para o acesso a um grupo que se encontra em uma fronteira identitária, como denominado anteriormente. A relação ambígua, entre a busca por reconhecimento da sua identidade e ofuscamento desta, transbordava para além das páginas em redes sociais e se inscrevia materialmente na forma com que os *pixadores* compunham o seu estilo. Dentro de uma perspectiva bakhtiniana esse processo, que em outras leituras poderia sugerir uma “incoerência”, é visto como próprio do caráter dialógico da condição de comunicação humana (Bakhtin, 1929/2010). Assim, esses *pixadores*, ao se adaptarem ao ambiente de forma que por vezes deixam transparecer a realização da atividade transgressora, e por outros momentos a escondem, produzem para o interlocutor a sensação de incerteza e questionamento, tal qual o próprio ato de *pixar* muitas vezes busca produzir.

Essas intencionalidades em relação ao *pixo*, ou seja, quais são as mensagens, em seus diversos níveis, que estes pretendem passar quando se inscrevem nos prédios da cidade, são mais bem compreendidas a partir dos trechos de falas expostas nas seções subsequentes.

“Ibope” coletivo e individual

Os “murais” são espaços escolhidos, geralmente em uma altura baixa ou mediana, onde diversos *pixadores* colocam as suas *tags* (assinaturas) e de suas *crews* (coletivos). Esse local serve como um mural, no qual muitos compõem uma obra em conjunto, sem “atropelos” e com caráter identitário da comunidade de *pixadores* (ver figura 2). Ao longo dos últimos cinco anos percebe-se a progressiva diminuição dessa prática conjunta, embora esta se realizasse em momentos separados. Outra mudança importante que se constata ao analisar as paredes da cidade é a frequente individualização do

fenômeno da *pixação*, em outras palavras, nota-se que as *crews* possuem cada vez menos espaço ocupado, enquanto que as *tags* individuais continuam a se proliferar. A união dessas duas análises assinala que algumas mudanças também se produzem na relação entre os *pixadores* da nova geração, isto é, o movimento que antes priorizava *pixos* que “levantassem” o “ibope” (referência à medida de audiência do público televisivo no Brasil) da *crew*, geralmente vinculada à região de origem dos *pixadores*, passa a destacar o indivíduo que *pixa* e desta forma se personifica o ato. Essa constatação entra na esteira de segmentos sociais que priorizam a individualidade frente ao reforço de posições coletivas, ainda que os atos continuem sendo realizados em pequenos grupos. Conforme Zygmunt Bauman (2000/2001) tal processo de individualização é inerente ao estágio cultural em que vivemos, sendo constantemente reforçado por diversas estruturas criadas para essa função. Entre as tecnologias que se relacionam com esse formato de individualização na contemporaneidade estão as redes sociais que, no caso dos *pixadores*, servia como portfólio das *pixações* que haviam realizados. Esse portfólio e os DVDs constituem materiais que registram e publicizam tais individualidades, auxiliando na elevação do *ibope* destes.

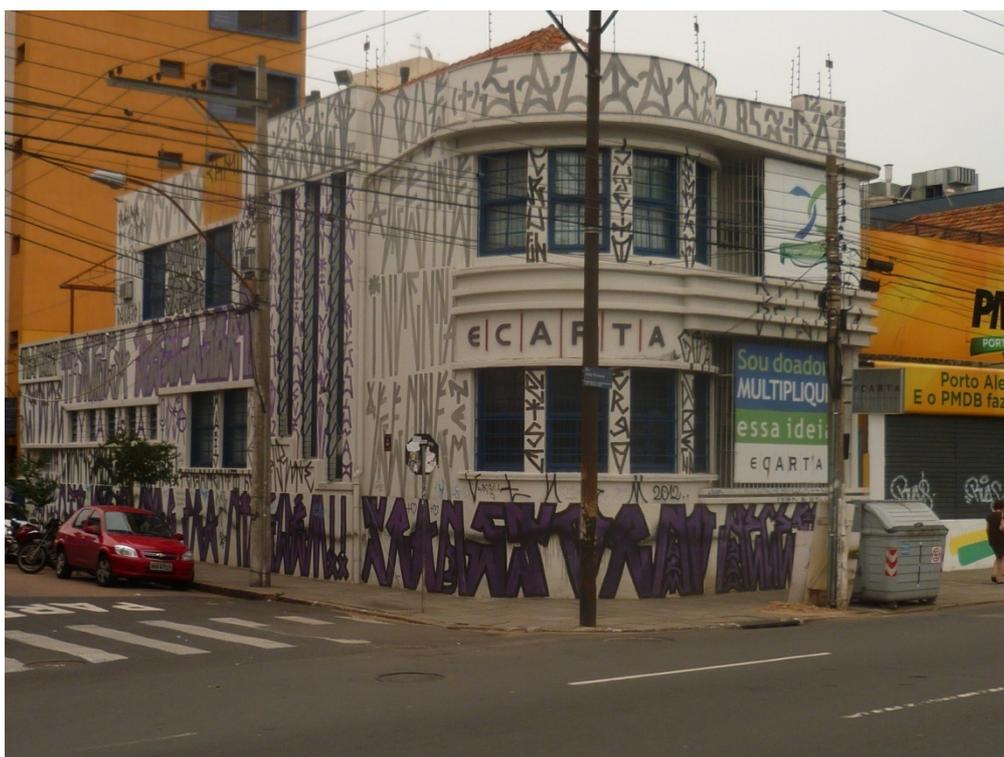


Figura 2. Mural composto entre a Avenida João Pessoa e Rua Lopo Gonçalves.

No decorrer do encontro com os *pixadores* foi percebida a popularidade que alguns detinham perante aos demais. Estes, os “populares”, eram aqueles que, além de ter vasta ocupação na cidade, *pixando* em todos os lugares, eram também responsáveis

pelas *pixações* consideradas mais difíceis de serem realizadas. A *tag* assinada por um deles já demonstrava que a intenção da sua *pixação* era específica: *Topo*. Além dele, outro *pixador* chamado *Mael* se destacava entre os demais membros da festa e isso poderia ser deduzido a partir da quantidade de *pixadores* que solicitavam a assinatura de suas *tags* em folhas de cadernos. Essa prática é comum entre os *pixadores* e vários sentidos são expressos a partir dela, como, por exemplo, ser esse um movimento de restrição à efemeridade da *pixação*, isto é, através de coleta dessas assinaturas eles estão guardando lembranças de companheiros de prática em determinado momento. Outra característica vinculada a esse ato é o fortalecimento das relações de afiliação, unindo, sobre uma forma de organização naquelas folhas, as diversas pessoas que *pixam* pela cidade e algumas vezes não se conhecem pessoalmente. Por fim, colocar a sua *tag* no caderno do outro é assumir um papel de humildade e cordialidade frente a este. Dessa forma, um dos jovens, ao comentar sobre as assinaturas em seu caderno, relata:

Ele veio aqui de boa, é parceiro de todo mundo. Tu ver aí, o cara aí acompanhando o movimento da galera de todo o Brasil e vem aqui na humildade e assina com a gente. (Entrevistado 2, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013).

O “código de conduta” dos *pixadores* valoriza essa humildade entre os pares e, mesmo que a disputa pelos locais de destaque ou a proliferação das suas *tags* acirre a concorrência interna do movimento, é necessário que o “vencedor” mantenha-se humilde para continuar sendo aprovado e reconhecido pelos demais. Porém, segundo relato dos entrevistados, nem sempre esse código de conduta informal é respeitado e por vezes os conflitos, devido à quebra de regras internas, são inevitáveis.

A compreensão do estabelecimento destas minúcias que pautam o relacionamento somente se torna possível ao abordar o campo, conforme José Guilherme Cantor Magnani (2002) e Roberto DaMatta (1978) propõem, isto é, com a manutenção do estranhamento daquilo que se apresenta como familiar e de aproximação do que se constitui distante do universo simbólico dos pesquisadores. Neste contato percebe-se, por exemplo, a dicotomia permanente entre a manutenção de uma postura de busca pela exacerbação do “eu” frente ao coletivo ao mesmo tempo em que deve ter uma conduta orientada ao grupo.

As relações de grupo assumem outros espectros quando o tema é a *pixação* e o *graffiti*, os quais advêm da cultura *street* e atualmente encontram outros atores participando dessa relação.

Pixação e graffiti

A relação conflitante entre *pixação* e *graffiti* se traduz de formas diversas nas paredes da cidade. A apropriação dos espaços comerciais pela *pixação* colaborou para que o *graffiti* fosse associado à cooptação pelo Estado e iniciativa privada. Essas maneiras de apropriação se projetam normalmente de duas formas: a primeira faz referência aos cursos e projetos do Estado, identificados com a cultura *Hip Hop*, por exemplo, em que se promovem oficinas de *graffiti*; a segunda se perpetua através da busca dos empresários por grafiteiros que realizam seu trabalho com vistas à não ocorrência de *pixação* naquele local.

Conforme o proprietário de uma vidraçaria na Av. Bento Gonçalves, zona leste e desvalorizada da cidade, que tinha em sua fachada o nome da empresa em letras estilizadas como as da *pixação*, esta estratégia rompia com as constantes *pixações* que ele vinha enfrentando nos últimos anos. Em suas palavras:

Já tenho esse ponto há 30 anos e já não sabia mais o que fazer para que passassem de sujar a parede. Agora que fizeram com essa letra não vieram mais aqui. (Entrevistado, 08 de novembro de 2012).

Estas estratégias adotadas pelo mercado promoveram alterações no convívio e regras sociais e de comunicação estabelecidas entre grafiteiros e *pixadores*. A tensão que envolve os dois grupos se encontra na origem de ambos os movimentos, os quais em seus nascimentos detinham junto de si, como fator primordial, a transgressão. Assim, quando o *graffiti* se torna “a vacina” para a *pixação*, aqueles que conhecem e se identificam com a história pregressa destes movimentos renegam a continuidade do pacto de não atropelamento entre *pixação* e *graffiti*. Isto se torna claro nas palavras de um dos *pixadores*:

Porém, o *graffiti* foi melhor absorvido pela sociedade, pela questão estética, então começou a se criar uma nova versão de *graffiti* que são esses muralismos e que a sociedade, os governantes, começaram a usar isso pra combater a *pixação*, porque eles tinham uma relação de respeito, só que o *graffiti* começou a ser usado como antídoto contra *pixação*. (Entrevistado 1, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013).

Embora não exista uma guerra declarada entre os dois movimentos, e algumas pessoas sejam atuantes em ambos, se verifica que o que está em jogo é uma “legitimidade” moral de apropriação do espaço público. Um dos *pixadores* reflete sobre as formas de *graffiti* e *pixação*: “O *graffiti* é autêntico quando ele não pergunta pra fazer, é um *graffiti* de caráter imperativo. E a gente repele a coisa da propaganda” (Entrevistado 5, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013). O respeito para alguns segue as regras

das ruas, porém a proximidade entre os que grafitam e pixam, e até mesmo o reconhecimento de que as atividades podem ser realizadas pela mesma pessoa contornam uma situação delicada devido às regras sociais de amizade e companheirismo que sustentam o “universo *hip-hop*”. Assim, nestes dois excertos, de diferentes pixadores, se vislumbra a tensão que predomina quando esta discussão entra em pauta:

A pixação atropela graffiti, o graffiti atropela pixação, tá na rua, tá na rua sem apego, mas não é aquele lance o cara foi lá pinte e o cara me atropelou vou lá dar um soco nele. (Entrevistado 2, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013).

No geral é uma relação delicada. Tem *pixadores* que têm amigos grafiteiros, tem grafiteiros que viraram *pixadores*, mas não é um caminho comum, não é o caminho certo. O *pixador* vira grafiteiro. (Entrevistado 3, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013).

A partir de uma noção simétrica desse espaço – a cidade – se percebe que o mesmo muro que é a divisão entre um fora e um dentro, ou seja, que serve para impedir o movimento entre dois espaços, o público e o privado, é onde se situam as inscrições de dois signos que delimitam mensagens institucionais diferentes. Conforme Latour (1999/2001) a instituição pode ser entendida como essa hibridização em que elementos humanos – como as regras, ordens sociais, e demais características do homem – são fundidas a um suporte não humano. Neste caso o muro detém as regras sociais que dispensam a presença de uma pessoa para vigiar permanentemente aquele local e deixa instituída a divisão entre dois eixos de movimentação, um proibido e outro liberado. Assim, quando os *pixadores* e grafiteiros inscrevem os seus respectivos signos naqueles espaços, estão também proporcionando uma transformação deste com duas redes de signos antagonistas, sendo que o *pixo* remete à violação da propriedade e da segurança que esta representa, enquanto que o *graffiti* pode ser o assinalamento que tais liberdades, ainda que no formato de uma arte advinda do mesmo campo *street*, se mantêm resguardadas do assédio do signo deslegitimador.

Outro elemento que contrasta essa relação *pixação-graffiti* seria que o espaço comercial do *graffiti* é ocupado por um grupo coeso e tradicional na cidade, ou seja, poucos acabam arrecadando a maioria dos trabalhos e *graffitis* liberados na cidade. Conforme um dos *pixadores*:

Ganham dois ou três painéis, liberadinhos, ganham material e fazem a maior das panelas... agora, pixador não, pixador tá metendo muito mais a cara, tá subindo, tá arriscando, tá indo contra o sistema, tá combatendo o diferente, mesmo. (Entrevistado 4, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013).

Algumas relações de conflito, como a do *graffiti* e *pixo*, se destacam dentro das discussões de tipo *endogrupo*. Entretanto, outro ponto de tensão, caso das questões de gênero, com explícita e intensa discriminação feminina e que atravessa a convivência dos pichadores, não parecendo ser pauta debatida pelos participantes.

Pixo e gênero

A relação entre os *pixadores* e as mulheres que se encontravam na festa demonstrava aspectos interessantes no que tange às relações de gênero. Além de a maioria dos presentes serem homens, as poucas mulheres que lá se encontravam não estavam na posição de *pixadoras* e sim, majoritariamente, de acompanhantes dos namorados que *pixam*. Durante a festa foi possível falar com a *pixadora* C., que estava acompanhada com o seu namorado também *pixador*, e discutir um pouco sobre como a *pixação* acolhe as mulheres que se dispõem a participar do movimento. Segundo a entrevistada 5, essas questões de preconceito em relação às mulheres não ocorrem, porém em sua fala ela destaca um ponto que contraria o seu argumento central. Neste mesmo trecho reflete sobre o respeito dos companheiros por ela, e associa este à sua vinda de São Paulo, considerada como a “capital” da *pixação* no país. Nas palavras da *pixadora*:

Quando eu comecei, eu *pixava* em São Paulo, eu morava lá, e São Paulo é muito grande e quando tu passa a ser conhecido assim não tem, o preconceito que tem, ao meu ver, é que todo mundo quer sair contigo porque tu é mulher.. O preconceito que existe na *pixação* é isso, os caras querem sair contigo porque tu é mulher e não pelo teu trabalho. (Entrevistada 5, entrevista pessoal, 08 de outubro de 2013).

Esse relato, em conjunto com as observações durante as festas, demonstra que o ambiente, ainda que contenha diversas críticas a um padrão “normatizador” de sociedade, está reproduzindo sistematicamente alguns movimentos que estabelecem e corroboram com tal padrão. As posições relativas à gênero esclarecem isso, ao se perceber que a participação da mulher neste cenário consiste ao apoio para que outros *pixadores*, homens, possam ser os protagonistas da ação (Hamann, Maracci-Cardoso, Tedesco e Pizzinato, 2013).

Ainda nas questões de gênero cabe referir a situação em que um dos *pixadores*, acompanhado de sua namorada, falava reiteradamente de maneira grosseira com ela. Embora essa condição permanecesse durante um tempo considerável, não ocorreu nenhuma intervenção contrária por parte dos demais observadores da cena. O *pixador* em questão não demonstrava estar incomodado pelas conversas dos demais à sua volta, entretanto, toda vez que a sua namorada falava com uma amiga, este a obrigava a

voltar sua atenção para ele. Durante alguns minutos aquele constante movimento de agressão velada sustentou a rede de diálogo entre os dois. Após perceber que a cena havia se tornado ponto de interesse, e já sabendo do propósito da nossa condição naquele local, notou-se que as suas palavras foram ficando mais duras, até chegar ao momento em que a menina saiu da sala acompanhada da amiga. Esse fato nos fez refletir sobre qual o propósito da sua mudança de comportamento após perceber a nossa curiosidade, assim como das colocações de Erving Goffman sobre tais circunstâncias:

A maneira pela qual o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho a si mesmo e as suas atividades as outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas (...). O papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes, e, ainda, esses outros constituem a plateia (1959/1975, p. 7).

Posteriormente, quando o *pixador* foi entrevistado compreendeu-se que aquela conduta agressiva se dava também em relação à nossa condição de pesquisadores. A posição de enfrentamento se expressou no seu discurso ao falar das sensações que obteve ao *pixar* em prédios alto. Essa atitude remeteu à noção de pertencimento e diferenciação entre nós/eles, e o possível não aceitação/resistência deste *pixador* em compartilhar experiências próprias do seu grupo com alguém que não considerava como detentor das mesmas práticas e valores.

As fronteiras estabelecidas entre aqueles que são integrantes do grupo de *pixadores* – e dessa maneira convergem para determinadas condutas e estilos de apropriação cultural – e os demais que não compõem esse grupo tornam-se menos porosas quando se busca compartilhar alguns desses espaços. A tentativa de acompanhá-los durante os seus “rolés” não obteve sucesso, sendo essa barreira imposta através de pequenas manobras de exclusão. Durante a entrevista um dos *pixadores* demonstrou essa divergência entre aqueles que eram ou não do grupo e apresentou uma visão específica de ser/estar na sociedade:

Quem tá na rua tá na rua, quem é da rua não é da calçada, é a frase que eu vou tatuar no meu corpo. Quem é da rua não tá de brincadeira mesmo, tá na rua pra mostrar que a rua é suja, a rua é limpa, a rua tem droga, a rua não tem droga, a rua tem o que tu quiser, é só tu chegar e perguntar pra ela. (Entrevistado 3, entrevista pessoal, 13 de julho de 2013).

Considerações finais

Os dados recolhidos e analisados durante o período da pesquisa demonstraram transformações importantes na prática da *pixação* na cidade de Porto Alegre. Entre elas destaca-se a “individualização” do *pixo*, e devido a isto a supressão do coletivo no momento das apropriações. Tal mudança remete a alguns questionamentos das causas que levaram a um movimento que outrora fora reconhecido pela impressão junto à *tags* de linhas de pertencimento, isto é, as *crews*, que geralmente estavam vinculadas a territorialidades (bondes de bairro) ou outros tipos de afiliação e que poderiam também gerar novas conjunturas sobre a *pixação*. O próprio debate desenvolvido na mídia, como também nas discussões cotidianas pela cidade, termina por potencializar essa individualização e assim não entram em discussão quais características os produtores dessa apropriação e a sociedade que recebe esse produto apresentam para que aconteça tal manifestação na cidade.

A frase do *pixador* que é utilizada como título desse artigo “Quem é da rua não é da calçada” demonstra de forma veemente a divisão social estabelecida entre parcelas da população e o quanto essa presença da *pixação* manterá o caráter transgressivo em parte para a manutenção dessa tensão social. O esvaziamento identitário de lugar e a própria restrita rede de circulação, seja de maneira explícita ou implícita, aos quais algumas pessoas são submetidas reforçam esse sentimento de demarcação de um espaço, que aos olhos de quem transita pelas ruas da cidade é comunal.

Os muros da cidade, principais alvos da *pixação*, terminam por ser a terra onde se crava a bandeira e assinala cada um a sua mensagem. Enquanto estes seres híbridos dizem a todos que passam que a sua presença está ali para afirmar uma propriedade de outrem, assim prescindindo da contínua presença do proprietário para reafirmar esta posse, surgem os *pixadores* que com as suas letras cortantes transformam este delegado em um contra-delegado. Essa subversão de um símbolo de segurança em algo que pode ser apropriado por outros faz com que este muro já não seja o mesmo tanto para os seus donos, por aqueles que ali passam ou pelos tantos que estão envolvidos na ação de *pixar*.

A complexidade do fenômeno e das relações que se estabelecem com ele carece de maiores aprofundamentos teóricos. O lugar comum discursivo que conjuga polos e situa sutilmente categorias como “bons” e “maus”, “saudáveis” e “doentes” não pode servir de albergue para aqueles que buscam construir conhecimento na dita ciências humanas. Dessa maneira, este estudo buscou contribuir nesse diálogo “truncado” e reconhece que a abordagem do tema por perspectivas diversas que agregariam novas vozes é imprescindível para que o silêncio não impere.

Referências

- Augé, Marc (1992/1994). *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, São Paulo, SP: Papirus.
- Augé, Marc (2009/2010). *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL..
- Bakhtin, Mikhail (1929/2010). *Marxismo e filosofia da linguagem* (14. ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Bauman, Zygmunt. (2000/2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castells, Manuel (2012/2013). *Rede de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet* (Trad. Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Da Matta, Roberto. (1978). O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: Edson de Oliveira Nunes (Comp.), *A aventura sociológica* (pp. 23-35). Rio de Janeiro: Zahar.
- de Certeau, Michel (1990/1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petropolis, Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Fariás, Ignacio (2011). Ensamblajes urbanos: la TAR y el examen de la ciudad. *Athenea Digital*, 11(1), 15-40. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v11n1.826>
- Fundão Z/O (Produtor) & Cripta, Djan (Direção).(2010). 100Comédia Brasil.(DVD). Brasil.
- Fundão Z/O (Produtor) & Cripta, Djan (Direção).(2011). Marcas das Ruas. (DVD). Brasil.
- Goffman, Erving (1959/1975). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petropolis, Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Grau, Marc; Íñiguez, Lupcinio y Subirats, Joan (2011). Una perspectiva híbrida y no-moderna para los estudios urbanos. *Athenea Digital*, 12(1), 89-108. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v12n1.910>
- Hamann, Cristiano; Maracci-Cardoso, João Gabriel; Tedesco, Pedro e Pizzinato, Adolfo (2013). Entre o público e o privado: discurso de mulheres em movimentos de grafite. *Ex Aequo (Oeiras)*, 28, 45-58. Recuperado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200005&lng=pt&tlng=pt
- Hine, Christine (2000/2004). *Etnografia virtual*. Barcelona: UOC.
- Latour, Bruno (1992). Where Are the Missing Masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts. In: Wiebe Bijker & John Law (Eds.), *Shaping Technology/Building Society: Studies in Sociotechnical Change* (pp. 225-258). Cambridge: MIT Press.
- Latour, Bruno (1999/2001). *La esperanza de Pandora: Ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia*. Barcelona: Gedisa.
- Latour, Bruno (2001). ¿Qué protocolo requieren los nuevos experimentos colectivos? *Boletín CF+S*, 32/33. Recuperado de: <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n32/ablat.es.html>

- Magnani, José Guilherme Cantor (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49): 11-29. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>
- Magnani, José Guilherme Cantor (2003). A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, 15(1), 81-95. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>
- Magnani, José Guilherme Cantor (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 129-156. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>
- Netz, Reviel (2004/2013). *Alambre de púas: Una ecología de la modernidad*. Buenos Aires: Eudeba.
- Pesavento, Sandra Jatahy (1999). Lugares malditos: A cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século 19 ao século 20). *Revista Brasileira de História*, 37(19), 195-216. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100010>
- Secretaria de Estado de Segurança Pública (2012). *Como identificar um pichador?* Recuperado em 30 de Abril de 2013, de <http://www.ssp.df.gov.br/servicos/programas-comunitarios/picasso-nao-pichava/276-cartilha-como-identificar-um-pichador.html>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

CONTENIDOS POLÍTICOS EN LA RECUPERACIÓN DE EMPRESAS ARGENTINAS. APUNTES PARA UNA DESMITIFICACIÓN

*POLITICAL CONTENT ON THE RECOVERY OF ARGENTINE COMPANIES. NOTES FOR A
DEMYSTIFICATIONS*

Susana Díaz Ruiz

Universidad de Castilla La Mancha; susana.diaz@uclm.es

Historia editorial

Recibido: 11-06-2013

Primera revisión: 07-03-2015

Aceptado: 17-09-2015

Palabras clave

Empresas recuperadas por
sus trabajadores (ERT)

Resistencia colectiva

Trabajo

Autogestión de los trabaja-
dores

Resumen

Entre las diversas respuestas colectivas que emergen en el marco de la crisis por la que atraviesa Argentina en el año 2001 está la de los trabajadores que recuperan la vida productiva de empresas en situación de abandono, quiebra o cierre. Sin tener su origen en la crisis, la recuperación de empresas adquiere en dicho contexto rasgos particulares como respuesta colectiva de resistencia defensiva ante la pérdida del empleo. El objetivo que persigo en este artículo es abordar la significación política que tiene dicha respuesta y el modelo autogestión colectiva de los trabajadores en su propia subjetividad narrativa a través de los discursos recogidos en Chilavert, una empresa gráfica de Buenos Aires recuperada en el año 2002.

Abstract

Amid a backdrop of deep economic crisis like the one that lives Argentina in 2001 produced the highest number of recoveries from the companies in the country. It is a collective response of defensive resistance starring workers to keep their jobs in a situation of extreme necessity, marked by the closure of the company and the difficulties in finding a job in this situation in which they reach unemployment and poverty figures hitherto unknown. The aim of this article is to address the political significance that has the recovery narrative subjectivity that workers have staged through the speeches collected between Chilavert workers, a business chart of Buenos Aires recovered in 2002.

Keywords

Companies recovered by
workers

Collective resistance

Work

Worker self-management

Díaz Ruiz, Susana (2015). Contenidos Políticos en la recuperación de empresas argentinas. Apuntes para una desmitificación. *Athenea Digital*, 15(3), 25-46. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1230>

Introducción: la emergencia de las ERT argentinas y su contexto

En el marco de movilización y protestas generalizadas que se vive en Argentina durante la crisis de 2001 tienen lugar diversas respuestas colectivas protagonizadas por desocupados que van desde la organización de reivindicaciones, la puesta en marcha de pequeños proyectos de autogestión hasta la articulación de redes sociales de economía informal. Una de esas respuestas fue la recuperación de empresas que protagonizan algunos trabajadores ante la pérdida del empleo ocupando sus empresas para impedir el cierre y haciéndose cargo, a partir de ese momento, de la autogestión bajo la forma de cooperativas de trabajo a las que los trabajadores denominan ERT, Empresas Recuperadas por sus Trabajadores.

En la medida que dibuja una situación límite, marcada por el carácter permanente que adquiere el desempleo y la insuficiencia de los subsidios (Perelman, 2002), la influencia de la crisis, de dimensiones desconocidas para la sociedad argentina con un 54% de la población en condiciones de pobreza y casi el 19% desempleada (INDEC, 2002), se pone de manifiesto en la proliferación de recuperaciones que se producen en los años inmediatamente posteriores en los que se concentran más del 60% de los casos (Ruggeri et al., 2010 p. 12) así como en la radicalización que adquiere el conflicto laboral ante la gravedad de la situación social (Magnani, 2003). La dimensión política que alcanza la crisis se hace explícita en el cuestionamiento social que se hace de la legitimidad del conjunto de políticos y empresarios (Fajn, 2003; Rebón 2004; Ruggeri, 2009; Ruggeri, Martínez y Trincherro, 2005) y salvo unas pocas excepciones de pequeñas empresas familiares en las que se acordó el traspaso de la gestión entre los propietarios y los trabajadores (Ruggeri, 2009 p. 43), en el 62% de las recuperaciones estos últimos hicieron uso de distintas medidas de fuerza como tomas, acampadas y movilizaciones con las que tratar de impedir el vaciamiento empresarial y el impago de salarios, represaliadas por las fuerzas policiales en la mitad de los casos (Ruggeri et al., 2010 p. 17).

Si bien Argentina es el país latinoamericano donde son más numerosas, también se producen recuperaciones en otros países como Brasil, Venezuela y Uruguay durante los años 90, caracterizados por altas tasas de desempleo tras procesos de desindustrialización, y casos aislados en Bolivia, Ecuador, Colombia y México (Ruggeri, 2009). Asimismo enmarcadas en el contexto de la crisis iniciada en 2007, pueden encontrarse recuperaciones en países europeos como Francia, Italia, Grecia y España¹, que más allá de su heterogeneidad interna y comparativa, tienen en común ser, en su consistencia más básica, respuestas de resistencia colectiva en los términos propuestos por James Scott (1990/2000) con las que los trabajadores tratan de evitar el cierre y la pérdida del trabajo haciéndose cargo de la autogestión de la empresa. Como tales, nos permiten identificar un contexto global compartido marcado por la inestabilidad y precariedad laborales, progresivamente normalizadas desde los años 80 en el capitalismo postfordista, articulado por la hegemonía de las políticas de liberalización económica que han supuesto la progresiva desregulación de las relaciones laborales institucionalizadas tras el fin de la II Guerra Mundial (Alonso, 2001; Carnoy, 2000; Castells, 1996/2005; Castillo, 2003; Prieto, 2002; Sennett, 1998/2000; Zubero, 1998).

¹ En el caso de España, que reúne el 50% de las empresas reconvertidas en cooperativas, nombre con el que se las denomina, de Europa (CECOP-CICOPA, 2013), se ha ido produciendo un significativo aumento de recuperaciones a medida que se han agudizado los efectos de la crisis, y según el seguimiento que hace la Confederación Española de Cooperativas de Trabajo Asociado (COCETA), teniendo en cuenta las dificultades para identificarlas ya que en su registro como cooperativas no se especifica su procedencia como empresa reconvertida y autogestionada, se calcula que han pasado de 40 en 2009 a 75 en 2013 (Vilnitzky, 2014).

En el caso de Argentina, ya en la década de los 90 en la que se ponen en marcha las políticas neoliberales de privatización y desregulación que acompañaron el proceso de desindustrialización iniciado en el gobierno de Menem, y que encuentran su primer antecedente en la dictadura militar de Videla (Azipazu, Basualdo y Shorr, 2000; Basualdo, 2001), se inician el 14,6% del total de las recuperaciones contabilizadas en el país hasta el año 2009² (Ruggeri et al., 2010 p. 12), en una situación social marcada a partir de entonces por una desocupación que se mantiene entre el 13 % y el 20% y un nivel de pobreza que supera el 20% de forma regular (INDEC, 2002). Sin embargo, a medida que se ha ido equilibrando el número de recuperaciones que se emprenden antes y después de la crisis de 2001, a través de la viabilidad de las recuperaciones emprendidas³ y el aumento continuado que experimentan del 51% en 2010 y del 91% en 2013 (Ruggeri, 2014 p. 11), parece ponerse de manifiesto que su emergencia como respuesta alternativa a la inestabilidad y precarización laboral se sitúa más allá de la urgencia social marcada por la coyuntura de la crisis, significando hasta ahora el mantenimiento del empleo para 13.462 trabajadores (Ruggeri, 2014 p. 7).

A partir de este marco teórico, y centrado en las ERT argentinas, el objetivo de este trabajo es el de abordar las principales significaciones políticas que tiene para los trabajadores la recuperación que protagonizan desde que deciden iniciarla. Más allá de las diversas formulaciones teóricas sobre modelos de economía alternativos a la economía de mercado, la subjetividad de los trabajadores es un elemento central para el análisis y la comprensión de las recuperaciones de empresas en la medida que aborda su propia perspectiva agencial. Por ello se ha empleado una metodología cualitativa que ha consistido en la realización de seis entrevistas en profundidad entre los trabajadores de Chilavert⁴, una empresa recuperada de Buenos Aires⁵, a través de las cuales abordar la recuperación de la empresa que protagonizan desde su propia visión para

² Desde finales de los años 50 podemos encontrar casos de recuperaciones como CITA, una fábrica textil en la ciudad de La Plata, la metalúrgica IMPA en 1961 y Lozadur en los 80, dedicada a la cerámica. Aunque es en la década de los 90 cuando se produce el mayor número de casos caracterizados por tratarse de empresas de gran tamaño y en las que el traspaso de la gestión de los empresarios a los trabajadores se llevó a cabo mediante acuerdos (Ruggeri, 2009).

³ Únicamente 6 ERT de las 205 que se contabilizaron en 2010 han cerrado (Ruggeri, 2014 p. 10). Si tenemos en cuenta que pudieron contabilizarse con posterioridad un total de 247 casos iniciados hasta esa fecha (Ruggeri, 2014 p. 10), el porcentaje apenas representa el 2.4%.

⁴ Hay que mencionar la particularidad de Chilavert en relación a su especial disposición y apertura al recibimiento de investigadores y cualquier tipo de profesional que esté interesado en visitar el taller. Para los trabajadores estos contactos y prácticas forman parte de la concepción que tienen de su lucha por defender el trabajo y consideran que forma parte del propio proceso de recuperación, dada la importancia que tiene dar a conocer la experiencia y establecer relaciones con otros sectores de la sociedad.

⁵ Durante los meses de julio y agosto de 2010 realicé una estancia académica en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (UBA) bajo la dirección del profesor Juan Silva quien me orientó y brindó información para realizar el trabajo de campo y establecer los primeros contactos. Agradezco a Andrés Ruggeri, profesor de Antropología Social de la UBA y director del Programa Facultad Abierta, la ayuda y revisión del artículo y a Natalia Polti, antropóloga (UBA) y coordinadora del Centro de Documentación de Empresas Recuperadas (Programa Facultad Abierta) por las reuniones y aclaraciones.

conocer las razones de su acción y las prácticas que han desarrollado al llevarla a cabo, así como los recursos y obstáculos que encontraron. La validez y legitimidad metodológicas que se derivan de los discursos recogidos⁶ en calidad de narraciones identitarias construidas para dar a conocer, nos sitúan ante el carácter y objetivo hermenéutico de las ciencias sociales que concretan la investigación social como “comprensión subjetiva de cómo la gente construye y vive su propia cotidianidad, manteniendo y mediatizando las estructuras de la sociedad” (Alonso, 1998 p. 27).

Además de conversaciones informales con el personal del Centro de Documentación de ERT ubicado dentro del taller de Chilavert⁷ y con voluntarios del Bachillerato de secundaria y el centro cultural “Chilavert recupera”, consulté fuentes bibliográficas especializadas en ERT y datos estadísticos de las ERT en Argentina elaborados por el equipo de investigación del Programa Facultad Abierta (PFA), dirigido por Andrés Ruggeri.

La recuperación de Chilavert: qué hicimos y por qué. Contenidos políticos en la acción emprendida por los trabajadores

Aunque el proceso es altamente heterogéneo dadas las diferencias y matices que en cada uno de los casos se derivan de su concreción y puesta en marcha, Chilavert es una de las 163 empresas recuperadas en los años de la crisis, concretamente en 2002. Localizada en Buenos Aires, como la mayor parte de las ERT argentinas, donde se concentran el 38% de los casos (Ruggeri, 2014 p. 8) y que integra el número de PYMES con menos de 50 trabajadores, las cuales representan el 90% de las ERT del país (Ruggeri, 2014 p. 31) y forma parte de las empresas gráficas, el tercer sector productivo más numeroso de las empresas recuperadas que alcanza casi el 10% tras el aumento de los últimos años, seguido de las metalúrgicas que representan el 19,6% y las alimenticias, el 12,8 % (Ruggeri, 2014, p. 11).

Las condiciones laborales en los años anteriores al inicio de la recuperación de la antigua Gaglianone se habían deteriorado de manera continuada y desde 1998 se venían repitiendo suspensiones de la producción e impago de salarios. Los trabajadores recuerdan haber aceptado la renuncia al pago de horas extras y reducciones salariales en

⁶ A lo largo del texto estos discursos aparecen identificados con letras por la preferencia que manifestaron los trabajadores de Chilavert de no revelar su identidad personal.

⁷ El Centro de Documentación está integrado por el equipo de investigación del Programa Facultad Abierta de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA. Desde ahí me fue facilitada toda la información y asesoramiento sobre bibliografía e investigación de ERT además de la orientación necesaria para centrar las preguntas de las entrevistas perfilando el objetivo y planteamiento inicial.

diversas ocasiones en las que el empresario les solicitó ayuda ante las dificultades económicas por las que atravesaba la empresa.

En el año 2001 la situación se agrava y la incertidumbre de muchos trabajadores ante los cierres sucesivos es generalizada en el país. Sin saber muy bien qué iba a pasar, los trabajadores de Gaglione iban a trabajar cada día. Durante varios meses el jefe, en quien confiaban hasta ese momento, les comunicó sus planes para solucionar la situación. Una vez que consiguiera vender algunas máquinas reuniría el dinero suficiente para comprar otras nuevas y el problema quedaría resuelto. Les pedía paciencia y confianza como ya lo había hecho en otras ocasiones. Pero gracias a una abogada, familiar de uno de los trabajadores, éstos averiguan que el jefe ya ha solicitado la quiebra y que pretende vender esas máquinas antes de que se celebre el concurso de acreedores. El conocimiento de los intentos de engaño del empresario cambia por completo la situación y representa para los trabajadores un antes y un después en el que se marca el planteamiento de iniciar su acción.

Esto no fue de un día para otro, esa imagen que hay a veces de “vamos a poner una empresa recuperada”, no, no, cada paso nuestro fue en respuesta a lo que iba pasando. El patrón lo primero que quería hacer es llevarse las máquinas cuando todavía esto estaba funcionando, y la empresa estaba en crisis y estaba en convocatoria de acreedores. Entonces lo primero es que quiere llevarse las máquinas delante nuestra y decimos “no, acá hay algo raro, no?, eso no puede pasar, legalmente no está permitido” (trabajador A, entrevista personal, 15 de julio de 2010).

La situación de quiebra o abandono empresarial en la que se encuentran las empresas cuando se inicia su recuperación y los intentos de vaciamientos fraudulentos de los que mayoritariamente fueron objeto por parte de sus propietarios son características fundamentales de las ERT argentinas (Davalos y Perelman, 2003; Deledicque, Félix y Moser, 2005; Fajn, 2003; Fernández Álvarez, 2004; Magnani, 2003; Rebón, 2004; Ruggeri et al., 2005) y Chilavert no es una excepción. De manera regular los trabajadores, cuyos perfiles se caracterizan por la antigüedad y la estabilidad laboral en la mayoría de los casos de recuperaciones en Argentina (Rebón, 2004), asisten a la misma repetición de los hechos. El empresario abandona la empresa, solicita la quiebra y se marcha adeudando los impagos a trabajadores y proveedores. A partir de ese momento perdían de vista la posibilidad de cobrar los salarios por la prioridad que la Ley de Concursos y Quiebras otorga a los bancos en el cobro de los pagos a acreedores (Ruggeri, 2009).

Aunque de manera especialmente significativa, son las deudas salariales la razón que genera la visión de un ataque inaceptable a su dignidad como trabajadores (Dele-

dicque et al., 2005; Fernández Álvarez, 2004; Rebón, 2006; Ruggeri et al., 2005), entre otras razones importantes de los trabajadores para iniciar el proceso de recuperación se encuentran la quiebra y el vaciamiento fraudulento como práctica empresarial habitual, junto a los despidos y la precarización progresiva de los últimos años (PFA, 2003; Ruggeri et al., 2005; Ruggeri et al., 2010; Ruggeri, 2014).

A partir de ese momento, la situación de los trabajadores de Chilavert alcanza toda su crudeza y las opciones que tienen delante se concretan de una manera desconocida para ellos. O bien se marchaban, lo que significaba perder el empleo y la posibilidad de cobrar las deudas salariales, o trataban de hacer algo.

Nosotros confiábamos siempre en el patrón porque no es que de un día para otro dijéramos, bueno vamos a tomar esto, no. Nosotros estuvimos dos años colaborando con la empresa, hasta llegó un punto de que nos llegaron a pagar el colectivo, tres, cuatro pesos por semana. No es que un día nosotros nos levantamos y decimos no, esto no, por eso tuvimos una deuda tan grande, a mí me quedó una deuda de 30.000 pesos (trabajador C, entrevista personal, 21 de julio de 2010).

En un momento en el que no había posibilidades de encontrar otro empleo y los subsidios eran insuficientes para mantener a sus familias, para los trabajadores se había definido con total claridad una encrucijada marcada por la necesidad de sobrevivir a la inevitable exclusión social y la resistencia a perder el trabajo. Al tiempo que se evidenciaba la insostenibilidad de la situación en la que se encuentran, la recuperación se perfila como una posibilidad hecha realidad en los casos de recuperaciones ya iniciadas y que serían para los trabajadores de Chilavert referencias concretas y reales de actuación.

En esa época el país estaba prendido fuego, entonces una persona con cuarenta y pico de años, o estamos acá adentro, o vamos a juntar cartón en la calle, porque otra cosa no podemos hacer. No trabajaban los pibes más jóvenes, imagínate nosotros (trabajador B, entrevista personal, 24 de julio de 2010).

La articulación de la respuesta colectiva

Son dos las cuestiones de mayor peso en la decisión final que toman ocho de los treinta trabajadores con los que contaba la empresa en ese momento. En primer lugar, una percepción compartida sobre la gravedad e injusticia de la situación en la que se encuentran como trabajadores en un contexto, el de la crisis, en el que el desempleo y la exclusión alcanzaban unas dimensiones sociales que no habían conocido hasta ese momento. Y en segundo lugar, el asesoramiento sobre los pasos concretos que había que

dar para iniciar la recuperación que les procura Impa, una empresa metalúrgica recuperada en 1997 y que se convirtió en un caso referente en Argentina (Ruggeri, 2004). A partir de ahí se toma la decisión definitiva de comenzar la estrategia de resistencia que necesariamente comenzaba por la ocupación de la empresa.

Pero lejos de ponerse fin a nada o alcanzar objetivo alguno, comenzaba aquí para los trabajadores la resistencia defensiva de la fuente de trabajo. A diferencia de la ocupación que los trabajadores argentinos habían utilizado tradicionalmente como medida de fuerza para reivindicar el pago de los salarios o mejoras laborales en décadas anteriores, en esta ocasión era una manera de impedir el cierre y el vaciamiento empresarial (Fernández Álvarez, 2007; Ruggeri, 2009).

Siguiendo a Scott, el encierro y la ocupación del taller, como primer paso de la recuperación de Chilavert, supone la trasgresión inicial “pública declarada” del orden legal instituido (Scott, 1990/2000 p. 234) que no puede entenderse sin tener en cuenta que el objetivo de los trabajadores es el de recuperar la empresa y no el de tomarla. Frente a visiones románticas e ideologizadas que centran de manera exclusiva su atención en la toma⁸, éstas han sido el “inicio” (Ruggeri, 2009 p. 45) o el “medio” (Rebón, 2006 p. 163) de la recuperación. Y en dicho objetivo se pone de manifiesto el carácter defensivo de su respuesta descrita discursivamente como una lucha por su trabajo, en peligro por una mala y fraudulenta gestión empresarial en un momento en el que no se contaba con una legislación específica ni con el apoyo de los sindicatos y las prácticas judiciales se caracterizaban por la discrecionalidad (Ruggeri, 2009 p. 45). Ya en el nombre de ERT que le ponen los trabajadores a estas empresas se pone de manifiesto la centralidad de la recuperación, siendo precisamente la palabra “recuperadas” la que ha generado el rechazo explícito por parte de instituciones como el Banco Internacional de Desarrollo (BID) tal y como manifestó una representante en una reunión mantenida con el equipo de investigación Programa Facultad Abierta (Ruggeri, 2009 p. 30).

Para mí lo más importante es mantener la fuente de trabajo (trabajador E, entrevista personal, 2 de agosto de 2010).

Tras comenzar el encierro en el taller y permanecer al cuidado de las máquinas para evitar que el dueño pudiera sacarlas y venderlas, había que organizar los distintos turnos para preparar la comida y para ir tratando de reunir los recursos materiales que les permitieran continuar con la producción.

Yo lo que les dije a los chicos es “mirá, ya estamos jugados, vamos a fijarnos a ver si hay chapa”, porque arriba había muchas chapas de aluminio, las cha-

⁸ El documental *La Toma* dirigido por Naomi Klein y Avis Lewis en 2004 es un ejemplo de lecturas sobre la recuperación de empresas ajenas al protagonismo agencial y a la subjetividad de los trabajadores que interpretan su respuesta como una prueba de la victoria anticapitalista del sujeto histórico que éstos representan.

pas de aluminio se venden, “entonces hay que buscar y hacemos un fondo hasta que podamos resistir” (trabajador C, entrevista personal, 21 de julio de 2010).

Varios frentes de lucha se abrían simultáneamente. Desde que en febrero de 2002 comenzaran el encierro y la ocupación del taller resultaba prioritario resistir el desalojo policial que tarde o temprano se produciría. Cuando a finales de ese año se promulgó la Ley de Expropiación Temporal, los trabajadores de Chilavert inician las diligencias administrativas para registrarse como cooperativa y acogerse a la ley que permitirá, por un lado, la paralización del proceso de quiebra y el remate de los bienes empresariales y, por otro, que los trabajadores, tras constituirse en cooperativa, puedan hacer uso de la empresa, cedida por el Estado en calidad de bien de utilidad pública y producir así de manera legal durante dos años, con opción a renovación. El Estado así pasa a ser el propietario y tras efectuar la expropiación se convierte en el responsable del pago a los acreedores mediante la intervención de un juez.

Mientras tanto, durante los ocho meses que dura el encierro, había que seguir trabajando con los recursos materiales y comerciales que quedaban en la empresa de forma ilegal. De ahí que el término “proceso” se ajuste así de una manera más precisa a la realidad de la recuperación como respuesta colectiva que implica varias fases desde la ocupación, la resistencia al desalojo, el reinicio de la producción y la comercialización (Ruggeri, 2004) y que se desarrolla a través de las relaciones que mantienen distintos actores implicados, principalmente trabajadores, movimientos y Estado (Fernández Álvarez, 2007). De manera que, lejos de señalar la emergencia de un nuevo sujeto, se enmarca en la tradición de lucha de los trabajadores y del movimiento argentino (Fernández Álvarez, 2010; Ruggeri, 2009).

En este sentido, los trabajadores no definen su lucha “contra” el sistema capitalista o el empresario sino más bien como una lucha “por” su trabajo que viene determinada por la necesidad de defenderse del ataque que estaban recibiendo y que se explicita en la recuperación productiva de la empresa que da sentido a la acción colectiva emprendida.

El hecho «vanguardista» de la lucha contra el capitalismo globalizador no es, por lo general, ni siquiera percibido como un motivo para participar de la recuperación de la empresa por sus protagonistas, como sí suele serlo para quienes se acercan a estos procesos desde una perspectiva de opción ideológica (Ruggeri, 2009 p. 45).

Uno de los trabajadores, en un momento de la entrevista, planteaba así lo que más le disgustaría escuchar sobre la recuperación de empresas y la lucha de los trabajado-

res de empresas recuperadas: “que dijeran que hemos corrido a gorrazos a los empresarios” (trabajador E, entrevista personal, 2 de agosto de 2010).

Apoyos y legitimidad social

Salvo excepciones de pequeñas empresas familiares en las que la conversión en cooperativa gestionada por los trabajadores se dio con el acuerdo y la colaboración de los dueños, el desenlace de las ocupaciones tuvo un marcado carácter conflictivo en los enfrentamientos con la policía (Ruggeri et al., 2010; Ruggeri, 2009).

En el caso de Chilavert no se produjeron acontecimientos violentos y cuando el juez dio la orden de desalojo cientos de vecinos y familiares de los trabajadores se concentraron delante de la puerta del taller para impedirlo. Se ponía así de manifiesto la comprensión social con la que contaba la lucha de los trabajadores por no perder su trabajo, aunque esto se hubiera convertido en una acción ilegal que exigía asumir las consecuencias.

El día que nos vinieron a desalojar acá adentro estaba con mi señora, y la señora de Fermín, y eso fue muy importante, que mi señora estuviera conmigo, y bueno después la gente, el barrio, porque acá estaba mucha gente del barrio que no tenía identidad política, era del barrio, de las asambleas, centro de jubilados, que no tenían identidad política, porque era la época de las asambleas que no tenían identidad política, era gente común que salía a la calle, entonces toda esa gente estuvo acá en la puerta cuando nos vinieron a desalojar el 24 de mayo (trabajador B, entrevista personal, 24 de julio de 2010).

Son numerosas las anécdotas que narran sobre este momento en clave de humor cuando recuerdan el desproporcionado envío de efectivos policiales: ocho carros de asalto para ocho trabajadores.

Cuando viene la policía, estábamos acá encerrados, y estábamos trabajando, y después, date cuenta de la mentalidad, qué pensaron la policía para poner tres patrulleros, doce personas y éramos siete...sobraba... (risas), y así estuvimos seis meses (trabajador D, entrevista personal, 4 de agosto de 2010).

Aunque el contexto de crisis generó al tiempo la empatía y el apoyo de sectores más amplios de la sociedad argentina que entendían la respuesta de los trabajadores por no perder el trabajo. En palabras de Rebón “las fábricas y empresas recuperadas eran vividas, por muchos, como la necesidad de recuperar un país que ya no existía” (Rebón, 2006 p. 170). Distintos actores se solidarizaron dando asesoramiento y ayuda en los momentos cercanos a la crisis en los que aumentaban los casos de recuperaciones. Según señalan los trabajadores en las investigaciones realizadas por el PFA, entre

estos actores se encuentran organizaciones de ERT, organismos públicos, vecindario y familia, seguidos de sindicatos, partidos políticos, clientes, proveedores, investigadores de la universidad y abogados particulares (Ruggeri et al., 2010 p. 20).

Para los trabajadores de Chilavert, la importancia de los apoyos recibidos se centra alrededor de dos cuestiones. Por un lado, porque supusieron una importante ayuda real y concreta para aguantar el encierro y oponerse al desalojo. Aunque finalmente la vuelta a la producción dependía de los trabajadores, en el caso de Chilavert los discursos revelan que esta ayuda fue muy importante para tomar la decisión de iniciar el proceso y comenzar a realizar los requisitos necesarios para su constitución en cooperativa de trabajo y de este modo poder acogerse a la ley de Expropiación Temporal.

La gente de Impa, el abogado, la contadora, que te daban una tranquilidad, me sentí respaldado a actuar en consecuencia. Ella me decía “no quédese tranquilo, que está todo”. Nosotros no conocíamos a esa gente, y esa gente no nos conocía a nosotros, entonces era una ida y vuelta la confianza. Lo primero que pensamos es cuánto nos va a cobrar, entonces cuando nos dijo “no se hagan problema por la plata, ustedes traten de laburar”. Cuando me dijo así “traten de laburar” entendí todo el mensaje (trabajador F, entrevista personal, 9 de agosto de 2010).

Por otro lado, a pesar de la indefensión institucional que sentían, estos apoyos dotaban de legitimidad social a su acción siendo, en definitiva, un recurso y refuerzo doblemente material y moral en el que los trabajadores identificaban una visión compartida sobre la problemática que estaban enfrentando. Frente a políticos, empresarios, banqueros y jueces, a quienes consideran los principales actores responsables de su situación y de la de miles de trabajadores en todo el país, percibieron que contaban con la opinión favorable y la solidaridad de otros sectores sociales en su lucha por tratar de seguir trabajando.

Ellos consideraban que era una injusticia y que había que hacer algo, era una situación particular, era el verano del 2002, hubo toda una situación incluso de poco respeto a la autoridad, del gobierno, lo que sea, no?, muchas cuestiones. Se entendía como algo legítimo, decidieron adaptarse a la situación real y se consiguió una gran conciencia que habiendo tanta desocupación y tanto drama humano cerrar fuentes de trabajo. Había que lograr una solución y a partir de ahí hubo mucha gente que se comprometía, no?, nos ayudaban (trabajador E, entrevista personal, 2 de agosto de 2010).

A estos apoyos hay que añadir la ayuda que han ofrecido en los últimos años organismos estatales, principalmente municipales, y sindicatos, reconocida por los trabajadores. El 85% de ERT existentes hasta 2009, ha recibido apoyo político de autoridades

municipales o provinciales, actividades de capacitación, asesoramiento legal y planes sociales (Ruggeri et al., 2010 p. 71) y el 63% de los casos iniciados posteriormente, porcentaje considerable, si tenemos en cuenta el elevado número de las últimas ERT, un 16%, que no ha iniciado ningún trámite legal (Ruggeri, 2014 p. 23). En cuanto a los sindicatos, a pesar de que sus respuestas, en la mayoría de los casos, dibujaron una situación caracterizada por “la confusión y el distanciamiento” (Ruggeri et al., 2010 p. 61), en los casos en los que apoyaron a los trabajadores, aportaron asesoramiento legal, organizativo y logístico⁹.

Sin embargo, las ayudas estatales que reciben las ERT no permiten hablar de una clara implicación del Estado argentino (Rebón, 2006; Ruggeri, 2009) si se tiene en cuenta la situación legal en la que se encuentran. A pesar de las diversas leyes provinciales de expropiación temporaria (Gracia, 2011) y de la ley de expropiación definitiva de 2004¹⁰, a la que se acoge Chilavert, el porcentaje de ERT que han sido expropiadas a favor de los trabajadores ha ido disminuyendo de forma significativa. Entre 2002 y 2004, el 46% de las ERT obtienen la expropiación, sin embargo, entre los años 2005 y 2007 ese porcentaje desciende hasta el 30%, y entre 2007 y 2010, apenas alcanza un 7% que incluye tan sólo a un total de cuatro empresas (Ruggeri et al., 2010 p. 26).

De forma más detallada, el panorama nacional de las empresas recuperadas hasta 2010 pone de manifiesto su precaria situación y el escaso alcance resolutivo que tuvieron dichas leyes. En primer lugar, del 63% de ERT que hasta ese año consiguieron la expropiación, un 53% fueron temporarias y un 19% definitivas. Y en segundo lugar, la mayoría de estas expropiaciones no se ejecutaron y el impago de las indemnizaciones por parte del poder Ejecutivo posibilita en la actualidad que los ex propietarios soliciten la expropiación inversa (Ruggeri, Martínez y Trincherro, 2004 p. 24). El resto de situaciones se dividen entre un 14% de empresas que no la había solicitado, un 13% se encontraba tramitándola y un caso en el que fue rechazada (Ruggeri et al., 2010 p. 25).

Tras el último cambio legislativo que se produce en 2011, la promulgación de la ley 26.684 que reforma la ley de quiebras de 1995 (Ley 24.552, citada en Ruggeri, 2014), se incluye un mecanismo que prioriza la continuidad productiva de la empresa con el que se pretende facilitar a los trabajadores la posibilidad de la compra de la empresa utilizando, incluso, las deudas salariales contraídas como capital, estableciendo como requisitos que la cooperativa integre a 2/3 de los antiguos trabajadores (Ruggeri, 2014,

⁹ Sectores críticos de la Unión Obrera Metalúrgica (UOM) de Quilmes tuvieron un papel destacado en el uso de esta respuesta, ahora encaminada a defender la fuente de trabajo para poder volver a poner la empresa en funcionamiento (Davolos y Perelman, 2003; Fernández Álvarez, 2007; Ruggeri, 2009).

¹⁰ Esta ley (ley 1529, citada en Ruggeri, 2009), que afecta a trece ERT de la ciudad de Buenos Aires, establece la posibilidad de compra de la empresa a los trabajadores después de ser expropiada disponiendo un plazo de pago de tres años.

p. 21). Sin embargo, lejos de suponer una solución legal a los procesos de recuperación, los resultados de esta ley, agravados por los recientes vetos en la ciudad de Buenos Aires del gobierno de Mauricio Macri en diciembre de 2011 y en enero de 2013 a las leyes de protección de empresas¹¹, han significado finalmente una mayor vulnerabilidad y precariedad legal para los trabajadores.

Como señalan los datos recogidos, únicamente un 10% de los casos ha podido servir de los recursos legales de esta reforma y ha podido reunir crédito suficiente para poder afrontar la compra. Como principal consecuencia, se produce una mayor diversidad de situaciones para las recuperaciones que se inician entre 2010 y 2013 (Ruggeri, 2014 p. 23). Prácticamente el 50% está en situaciones de legalidad muy precarias. O bien los trabajadores han establecido acuerdos particulares con los antiguos dueños, o las han alquilado o están tramitando aún la solicitud de expropiación. Tan sólo un 16% han conseguido la expropiación a su favor y otro 16% se encuentra ocupada por los trabajadores. El resto de empresas cuentan únicamente con autorizaciones judiciales para producir.

Organización política de los trabajadores y significaciones de la política

Con el objetivo de apoyarse entre sí y articular movilizaciones y acciones de apoyo a otras empresas recuperadas para reivindicar medidas legales que favorezcan su situación, en el marco de la crisis, trabajadores de veinte ERT se organizan y crean el Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) en el año 2002. Desde entonces han aparecido otras organizaciones como MNFRT (Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por sus trabajadores), Red Gráfica, FACTA o FECOOTRA, entre otras, y aunque no están exentas de rupturas y desacuerdos, ni al margen de influencias políticas, su principal diferencia con otro tipo de organizaciones creadas en Argentina en los momentos de la crisis como asociaciones de cartoneros y piqueteros, asambleas barriales y clubes de trueque, es la puesta en práctica de una acción directa encaminada a impedir el cierre de la empresa (Ruggeri, 2009).

A pesar de su fragmentación algunos años después de la crisis, las distintas agrupaciones han continuado articulando una unión alrededor de reivindicaciones comunes, e incluso, para muchos trabajadores, la participación en actividades organizadas

¹¹ Estas leyes, votadas de forma unánime por todos los grupos de oposición, prorrogaban hasta 2017 las normas vigentes que garantizan la intervención del Jefe de Gobierno local de la Ciudad de Buenos Aires en la declaración de expropiación a favor de los trabajadores para evitar el cierre y los despidos. (Repudio a otro veto de Macri contra las fábricas recuperadas, 2013).

por diferentes asociaciones de ERT no entraña ningún tipo de incompatibilidad (Ruggeri, 2009). Hasta 2009, el 78% de los casos se encontraban integradas en algunas de estas organización y si bien este porcentaje experimenta un claro descenso en las recuperaciones posteriores hasta el 48% (Ruggeri, 2014 p. 58), cuya explicación excede el alcance de este trabajo, la articulación de estos movimientos pone de manifiesto, en primer lugar, el protagonismo político autónomo de los trabajadores en la creación de una red de apoyos y de reivindicación de soluciones que trasciende el ámbito de la empresa y llega al espacio público. Dada la falta de ayudas institucionales, los trabajadores se organizan como interlocutores directos con los representantes políticos para conseguir medidas legales que les permitan continuar trabajando. Según explica Andrés Ruggeri, la creación de estas organizaciones responde a la necesidad que tienen los trabajadores de contar con su propia representación y su capacidad de apoyo a las nuevas recuperaciones que iban apareciendo, especialmente en los momentos decisivos de la ocupación a través de la presión pública que ejercieron para conseguir márgenes jurídicos orientados a legalizar la situación que permitieran a los trabajadores seguir trabajando (Ruggeri, 2009).

En el caso de los trabajadores de Chilavert, la participación en las actividades de estas organizaciones, si bien es voluntaria, forma parte, según consideran, de su compromiso político con el proceso de recuperación en cuya discursividad narrativa pueden identificarse las diversas significaciones que tiene para ellos la política. En primer lugar, la consideración que hacen sobre ésta como ámbito y dimensión en el que han de enmarcar protestas y demandas, siendo instituciones y representantes políticos los interlocutores centrales a quienes corresponde dirigirlas. Al tiempo que hacen una crítica generalizada a los políticos, no pierden de vista la existencia de un sistema político constitucional en el que, al margen de sus deficiencias, se contiene la garantía jurídica de sus derechos.

De político hay mucho en esto, hay mucho, a mí no me gusta la política, porque la política es... no me gusta, pero nosotros necesitamos de los políticos porque tuvimos que ir a legislatura, conseguir una ley de expropiación.... Entonces estar en contacto con los políticos y tratar de buscar la expropiación, o sea que necesitábamos de ellos, ya no sólo radical, peronista, partidos de izquierda, de todos, de la clase política necesitábamos. Y bueno, fue que tuvimos que ir todos los días ir a hablar con un legislador, hasta conseguir la ley, pero de política, nunca, nunca, nunca milité en ningún partido, nunca anduve en la política, nunca me gustó (trabajador F, entrevista personal, 9 de agosto de 2010).

En segundo lugar, la identificación que hacen de las afinidades o militancias políticas e ideológicas partidistas como cuestiones personales de cada trabajador, ajenas a

la recuperación y a la autogestión que protagonizan. Acostumbrados a que les pregunten por sus posicionamientos políticos, y conocedores de las imágenes que se han construido sobre su acción en clave de heroica revolución¹², los trabajadores de Chilavert insisten en dejar clara que su identidad en relación a la acción colectiva que emprenden, no es otra que la de ser trabajadores.

Si nos referimos a la política partidaria, no... eso no, ideologías no aceptamos desde ningún punto de vista, primero porque no es nuestra condición, la única condición que tenemos es trabajar, ser laburantes y por ahora estamos encerrados en eso (trabajador A, entrevista personal, 15 de julio de 2010).

En diversos estudios sobre ERT argentinas se identifica la falta de vinculaciones militantes partidarias en la mayoría de los trabajadores que participaron en procesos de recuperación (Fernández Álvarez, 2004). También los discursos recogidos por Julián Rebón e Ignacio Saavedra los trabajadores son muy explícitos en este sentido: “Nosotros no robamos a nadie, no somos ladrones, delincuentes, subversivos, montoneros, nada.... Queremos trabajar nada más (trabajadora de la textil Ceres)” (Rebón y Saavedra, 2006 p. 87). De forma explícita los trabajadores expresan el rechazo a cualquier tipo de representatividad que pueda establecerse con grupos o corrientes partidistas, así como a interpretaciones del proceso de recuperación como una lucha ofensiva contra el patrón y pierdan de vista el verdadero origen de su acción, marcado por la urgencia de no perder el trabajo y asentado sobre su identidad y dignidad como trabajadores (Fernández Álvarez, 2004; Ruggeri, 2009; Ruggeri et al., 2005).

En todos lados hay política y ideología, acá en la cooperativa nunca se puso, cada uno tiene sus ideas políticas y punto, cada uno piensa lo suyo. Acá hay radicales, hay... y somos siete, hay una variedad enorme, y nunca se puso discusión la idea política tuya o la mía. Todos tiramos del mismo carro, todo se pensó para la cooperativa, si vos tenés una idea política hacés fuera, lo único que nos pusimos de acuerdo si necesitábamos una ley o algo a los senadores o diputados del gobierno, del nacional, digamos o de la ciudad a pedir por una ley, un subsidio o algo para que levanten la cooperativa, pero así políticamente que digamos compañeros de izquierda, el otro es de derecha, el otro radical, el otro justicialismo, no, no. Política no porque sería todo un choque, yo pienso como socialista, yo pienso como comunista, yo pienso como radical, iba a ser todo un despelote, no políticamente, la verdad que nunca (trabajador D, entrevista personal, 4 de agosto de 2010).

¹² Durante el tiempo de estancia, los trabajadores entrevistados contaron algunas anécdotas reveladoras que enfrentaron cuando se vieron frente a miradas que buscaban a los protagonistas de una hazaña romántica y asistieron con perplejidad a ser fotografiados en ocasiones con la compulsión nerviosa del turista que cree estar ante algo exótico.

Por último, los trabajadores de Chilavert definen como político el carácter que tienen las decisiones que de manera permanente y colectiva toman en relación a la empresa en las que se incluyen las maneras de solucionar las dificultades, el establecimiento de las prioridades y los cambios sobre el proyecto empresarial de Chilavert que han ido poniendo en práctica tras iniciar la recuperación.

Para mí en esas capacidades que desarrollamos está la de hacer política, la capacidad de, en principio, organizarse, y hay cierta política en eso. Hay que organizarnos, tomar decisiones y no es por capricho sino porque hay que discutirlo entre todos y ver de qué manera vamos a tomar esa decisión. La primera decisión política que tomamos era, porque no podemos esperar que todos estén de acuerdo en todo, nosotros no podemos estar en una indefinición absoluta, decidimos que las decisiones se toman por mayoría, porque tenemos que tomar un rumbo, aunque sea equivocado pero un rumbo al que hay que llegar, ese sería para nosotros el carácter democrático (trabajador A, entrevista personal, 15 de julio de 2010).

Democratización y solidaridad en la autogestión: compromisos políticos de los trabajadores de ERT

Los datos disponibles permiten considerar la democratización y solidaridad como rasgos específicos de las ERT en Argentina, y por tanto, como prácticas que los trabajadores introducen en su autogestión. Aunque la particularidad que adoptan las ERT como cooperativas de trabajo en su gran mayoría, el 94% de los casos (Ruggeri et al., 2010, p. 22), se debe fundamentalmente a ser un requisito legal previo para solicitar la autorización de continuidad productiva e iniciar los trámites de la expropiación (Ruggeri, 2009), la concreción del carácter colectivo de la autogestión excede en mucho las exigencias normativas que obligan a las cooperativas a realizar una asamblea anual (Ruggeri et al., 2010 p. 47). Hasta 2009, la toma de decisiones es asamblearia en un 88% de los casos, tendencia que se refuerza en las últimas recuperaciones iniciadas posteriormente hasta el 93% (Ruggeri, 2014 p. 39), con una periodicidad semanal mayoritaria en ambos periodos que asciende del 44% (Ruggeri et al., 2010 p. 47) al 56% (Ruggeri, 2014 p. 39).

Por otro lado, el 73% de las empresas recuperadas establecen un salario igualitario trabajando el mismo número de horas, estableciendo como criterios diferenciales las horas trabajadas, la antigüedad, la categoría profesional o ser familia numerosa (Ruggeri et al., 2010 p. 56). Aunque ese porcentaje desciende al 51% en las nuevas ERT iniciadas a partir de 2010 hay que considerar que en un 44% de las ERT no se trabaja el mismo número de horas (Ruggeri, 2014 p. 37).

Frente a la jerarquía y subordinación que caracterizan la gestión y las relaciones en la antigua empresa, se genera una valoración compartida entre los trabajadores de ERT sobre la horizontalidad y la participación como criterios de mayor eficacia en la medida que permiten contar con el conocimiento y aprendizaje de todos, y que se desprende de la experiencia que han compartido en la defensa colectiva que hicieron de sus puestos de trabajo.

En el caso de Chilavert existe un reparto igualitario de los salarios y las asambleas son semanales aunque en realidad los trabajadores hablan de una “asamblea permanente” ya que sienten que tratan cotidiana y continuamente sobre todo lo que tenga que ver con el día a día de la empresa. Según explican los trabajadores, la inclusión de estas prácticas se deriva de la propia resistencia colectiva emprendida para no perder el trabajo. Y si bien la introducción de estos cambios no garantiza la implicación de cada trabajador ni la ausencia de desacuerdos, el establecimiento de relaciones igualitarias es para los trabajadores una de las principales fortalezas con las que cuentan, derivada de la inevitable autogestión a la que se enfrentan tras emprender la recuperación de la empresa (Díaz Ruiz, 2014).

Hay mucha diferencia entre trabajar en una cooperativa o en una empresa con patrón, yo no puedo decir que no hay diferencia, hay mucha diferencia cuando se trabaja en una cooperativa porque no ves al patrón que te mira, que te va vigilando, y un obrero cuando es buen trabajador no necesita que nadie lo mire. Yo por ejemplo, cuando estábamos con el patrón, si escuchaba algún ruido y me ponía a mirar, el patrón siempre pasaba. Cuando venía el director gerente me decía “ché el patrón pasó y vio que se quedó mucho mirando la máquina”. Yo le decía “la estoy mirando porque hay un ruido, le dicen al patrón que si quiere que siga trabajando y se rompe, la culpa es de él, yo la sigo trabajando, estoy buscando donde está el ruido”. Pero te ven parado y piensan que estás parado, y la prueba está en que las máquinas están bien (trabajador F, entrevista personal, 9 de agosto de 2010).

Como consecuencia, la consideración de la ganancia salarial como único beneficio del trabajo pierde terreno en relación al aprendizaje constante y al descubrimiento de habilidades, que revierten en el beneficio común y que se traducen en la apropiación y responsabilidad individual respecto a los que ahora son objetivos e intereses colectivos. La participación y cooperación implícitas en la autogestión resultan ser para los trabajadores herramientas más eficaces desde las que afrontar las dificultades de financiación, producción y comercialización que encuentran los trabajadores de ERT derivadas de su inclusión en el mercado.

El problema es que los compañeros entiendan que hay buenos tiempos y malos tiempos, ese es el problema, porque cuando baja el trabajo, al no producir, el retiro va a ser menor. Los compañeros tienen que entender eso, que no por culpa del tesorero, el presidente o el secretario pierde trabajo, es porque la economía lo hace así (trabajador C, entrevista personal, 21 de julio de 2010).

En cuanto a la solidaridad, Chilavert forma parte del 57% de ERT que participan en actividades solidarias o culturales como donaciones, pasantías de formación laboral y cesión de espacios para actividades educativas, colaboración en organizaciones del barrio, con escuelas o con otras ERT¹³ (Ruggeri et al., 2010 p. 79). Si bien este porcentaje desciende al 29% de los últimos casos de recuperaciones, al tiempo que la mayor parte de esta participación se concreta en aportes económicos a otras ERT, existen diversos factores que podrían explicarlo como la falta de tiempo y recursos de los trabajadores para realizarlas o la falta de condiciones en las instalaciones (Ruggeri, 2014 p. 59).

En el año 2003, los trabajadores ceden espacio en el taller para el centro cultural “Chilavert recupera” en el que se organizan talleres, cursos y exposiciones de fotografía, teatro o danza. Unos años después, en 2006 se crea el Centro de Documentación de ERT a través de un convenio con la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA en el que se elabora y recopila información sobre las ERT en Argentina, recogidos en los Cuatro Relevamientos realizados hasta ahora por el proyecto de investigación Programa Facultad Abierta. La relación entre Chilavert y el Centro de Documentación está asentada sobre la colaboración y el intercambio de conocimientos e información entre investigadores y trabajadores. Tanto en las entrevistas a los trabajadores como en las conversaciones mantenidas con miembros docentes e investigadores del Centro, todos coinciden en señalar la retroalimentación que se da entre ellos al compartir y co-generar información y conocimiento sobre los procesos de recuperación. Y por último, en 2007 se inaugura el Bachillerato Popular para Jóvenes y Adultos de cooperativismocuyos títulos han visto reconocida su homologación por el gobierno de la CABA (Ciudad Autónoma de Buenos Aires), y en el que impartieron clases estudiantes y graduados del Instituto Superior del Profesorado Joaquín V. González y de la CEIP (Cooperativa de Educadores e Investigadores Populares) quienes se estuvieron encargando de las clases sin recibir ninguna remuneración hasta el año 2011, según explica Natalia Polti¹⁴.

¹³ Las distintas actividades educativas y culturales que se organizan en Chilavert pueden consultarse en su web *Chilavert Artes Gráficas* (2011).

¹⁴ Ver Nota 5.

Las razones de los trabajadores para introducir estas prácticas de solidaridad que integran la denominada política de “fábrica abierta” también se derivan del propio proceso de recuperación. Y en ese sentido, la significación política que estas actividades tienen para los trabajadores de Chilavert recae fundamentalmente sobre dos cuestiones. En primer lugar, como una manera de devolver el apoyo y la colaboración recibida, especialmente por los vecinos, aunque también con otras ERT y otros colectivos sociales.

Es que las empresas recuperadas que hay no son todas como la nuestra, las recuperan para trabajar, no socialmente. Nosotros sentimos que las recuperamos para la sociedad, aparte del trabajo, claro. El centro cultural, el bachillerato, le damos un lugar a la gente del teatro (trabajador E, entrevista personal, 2 de agosto de 2010).

En segundo lugar, como una manera de contribuir a una sociedad más justa y equitativa a través de la articulación de relaciones e intercambios sociales más allá de las cuestiones meramente productivas y económicas que dotan a su autogestión de legitimidad social (Ruggeri, 2009) y muestran la compatibilidad con la viabilidad de la empresa (Trincherro, 2007).

Conclusiones

En el contexto de crisis que vive Argentina en el año 2001 se producen recuperaciones de empresas como una forma con la que sus trabajadores, trasgrediendo la legalidad vigente, tratan de evitar perder el empleo ocupándolas para impedir los vaciamientos fraudulentos que, de forma generalizada, se estaban produciendo antes del cierre, y volviendo a ponerlas en funcionamiento. Y si bien la influencia de la crisis se pone de manifiesto en la proliferación de casos que se producen en esos años, así como en la conflictividad social dada la gravedad que define en esta coyuntura el elevado desempleo, sinónimo en esos momentos de exclusión social, no puede considerarse un factor determinista en la medida que el aumento continuado de recuperaciones iniciadas hasta hoy, muestra su continuidad como una alternativa viable para trabajadores que se han encontrado en situaciones similares.

El carácter defensivo y la legitimidad que tiene la recuperación para los trabajadores como respuesta colectiva de resistencia conforman los diversos contenidos políticos que identifican en su respuesta al ataque que consideran haber sufrido. A la percepción compartida de injusticia, completa indefensión y gravedad sobre la situación en la que se encuentran, se une la legitimidad social con la que contaron a través de los apoyos sociales recibidos y el asesoramiento de otras ERT con los que pudieron

afrontar las consecuencias derivadas de la ilegalidad de su acción y comenzar a realizar los trámites para la solicitud de la expropiación de la empresa y su constitución como cooperativa de trabajo al tiempo que continuaban produciendo.

En segundo lugar, la creación de movimientos y asociaciones de ERT pone de manifiesto el protagonismo político de los trabajadores al articular una red de apoyo mutuo y hacer llegar al espacio público su reivindicación de soluciones. Junto a la crítica generalizada que hacen a los representantes políticos, plantean un explícito rechazo a la identificación política partidista que pudiera hacerse con la recuperación y la auto-gestión que emprenden.

Al tiempo que las afinidades ideológicas y partidistas de cada trabajador se entienden como una cuestión privada y personal, en nada representativa de Chilavert como empresa recuperada, consideran políticas todas aquellas decisiones que han venido tomando cotidiana y colectivamente desde el inicio de la recuperación y que incluyen la democratización de las relaciones laborales y la solidaridad con grupos sociales cercanos en el entorno barrial y con otras ERT. Estas prácticas forman parte del compromiso y contribución que consideran hacer como trabajadores a la generación de relaciones e intercambios que traspasan los límites productivos y económicos de la empresa en las cuales se concreta su manera de contradecir la existencia de un mundo reducido a principios economicistas.

Referencias

- Alonso, Luis Enrique (1998). *La mirada cualitativa en sociología: una aproximación interpretativa*. Madrid: Fundamentos.
- Alonso, Luis Enrique (2001). *Trabajo y posmodernidad: el empleo débil*. Madrid: Fundamentos.
- Azpiazu, Daniel; Basualdo, Eduardo; Shorr, Martín (2000). *La reestructuración y el redimensionamiento de la producción industrial argentina durante las últimas décadas*. Buenos Aires: SUTNA, FETIA Y CTA.
- Basualdo, Eduardo (2001). *Sistema político y modelo de acumulación en la Argentina*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, FLACSO, IDEP.
- Carnoy, Martin (2000). *El trabajo flexible en la era de la información*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, Manuel (1996/2005). *La era de la información: economía, sociedad y cultura. Vol. I La sociedad red*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castillo, Juan.José. (2003). *En la jungla de lo social: reflexiones y oficio de sociólogo*. Madrid: Miño y Dávila.

- CECOP – CICOPA (2013). *Business Transfers to Employees under the Form of a Cooperative in Europe Opportunities and Challenges*. Recuperado de http://www.cecop.coop/IMG/pdf/bussiness_transfers_to_employees_under_the_form_of_a_cooperative_in_europe_cecop-2.pdf
- Chilavert Artes Gráficas (2011). Recuperado el 3 de octubre de 2015, de <http://www.imprentachilavert.com.ar/>
- Davolos, Patricia y Perelman, Laura (2003). Empresas recuperadas y trayectoria sindical: la experiencia de la UOM sindical en Quilmes. En Gabriel Fajn (Ed.), *Fábricas y Empresas Recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad* (pp.185-219). Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación.
- Deledicque, Melina; Félix, Mariano y Moser, Juliana (2005). Recuperación de empresas por sus trabajadores y autogestión obrera. Un estudio de caso de una empresa en Argentina. *CIRIEC- España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 51, 51-76.
- Díaz Ruiz, Susana Beatriz (2014). Significaciones y prioridades en la autogestión de las ERT argentinas. El caso de Chilavert ocho años después de su recuperación. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 32(2), 469-490. http://dx.doi.org/10.5209/rev_crla.2014.v32.n2.46773
- Fajn, Gabriel (2003). *Fábricas y Empresas Recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación.
- Fernández Álvarez, Marta Inés (2004). Continuidades y rupturas en el proceso de trabajo. Una mirada antropológica a partir de una experiencia de ocupación / recuperación de fábricas durante el año 2002. *Intersecciones en Antropología*, 5, 141-151. Recuperado de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-373X2004000100012&lng=es&nrm=iso
- Fernández Álvarez, Marta Inés (2007). De la recuperación como acción a la recuperación como proceso: prácticas de movilización social y acciones estatales en torno a las recuperaciones de fábricas. *Cuadernos de Antropología Social*, 25, 89-110.
- Fernández Álvarez, Marta Inés (2010). Desafíos de la investigación etnográfica sobre procesos políticos calientes. *Revista D'Antropología i Investigació Social*, 4, 80-89.
- Gracia, María Amalia (2011). *Fábricas de resistencia y recuperación social. Experiencias de autogestión del trabajo y la producción en Argentina*. México DF: El Colegio de México.
- INDEC (2002). *Incidencia de la pobreza y de la indigencia en los aglomerados urbanos*. Buenos Aires: Autor.
- Ley 26.684, de 1 de junio (Boletín Oficial del 30.06.2011). Extraído el 2 de octubre del 2015, de <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/180000-184999/183856/norma.htm>
- Magnani, Esteban (2003). *El cambio silencioso. Empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo.

- Perelman, Laura (2002). *Patrones de participación en el mercado aboral de los trabajadores del Gran Buenos Aires* (Serie Documentos de trabajo n° 141, Equipo Técnico Mutidisciplinario). Santiago de Chile: OIT.
- PFA (Programa Facultad Abierta) (2003). *Informe del Primer Relevamiento de empresas recuperadas por los trabajadores*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras UBA. Recuperado de <http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informes%20relevamientos/Informe%20Primer%20relevamiento%202003.pdf>
- Prieto Rodríguez, Carlos (2002). La degradación del empleo o la normal social del empleo flexibilizado. *Sistema: Revista de ciencias sociales*, 168-169, 89-106.
- Rebón, Julián (2004). *Desobedeciendo al desempleo. La experiencia de las empresas recuperadas*. Buenos Aires: Ed. La Rosa Blindada / PICASO.
- Rebón, Julián (2006). *Las empresas recuperadas por sus trabajadores en Argentina. Cuadernos de relaciones laborales*, 24(2), 149-172.
- Rebón, Julián y Saavedra, Ignacio (2006). *Empresas recuperadas: la autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Ed. Capital Intelectual.
- Repudio a otro veto de Macri contra las fábricas recuperadas (2013, 30 de enero). *Página 12*. Disponible en <http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-212917-2013-01-30.html>
- Ruggeri, Andrés (2004). La política en las Empresas recuperadas. En *II Congreso Nacional de Sociología*, Buenos Aires, octubre 2004.
- Ruggeri, Andrés (2009). Las empresas recuperadas por sus trabajadores, en torno a los problemas y las potencialidades de la autogestión obrera. En Andrés Ruggeri (Comp.), *Las empresas recuperadas. Autogestión obrera en Argentina y América Latina* (pp. 11-90). Buenos Aires: Ed. De la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- Ruggeri, Andrés (2014). *Informe del cuarto relevamiento de empresas recuperadas en la Argentina. Las empresas recuperadas en el periodo 2010-2013*. Buenos Aires: Seube – UBA. Recuperado de http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informe_IV_relevamiento_2014.pdf
- Ruggeri, Andrés; Martínez, Carlos y Trincherro, Hugo (2005). *Las empresas recuperadas en la Argentina: Informe del Segundo relevamiento del Programa*. Facultad Abierta. Buenos Aires: Seube – UBA. Recuperado de <http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informes%20relevamientos/Empresas%20Recuperadas%202005.pdf>
- Ruggeri, Andrés; Polti, Natalia; Antivero, Javier; Clark, Gabriel; Méndez Marichal Andrea y Elena, Paloma (2010). *Informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores: Las empresas recuperadas en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Recuperado de http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informes%20relevamientos/informe_Tercer_Relevamiento_2010.pdf
- Scott, James (1990/2000). *Los dominados y el arte de la resistencia*. Méjico: Ed. Era.
- Sennett, Richard (1998/2000). *La corrosión del carácter: las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*. Barcelona: Anagrama.

Trincherero, Hugo (2007). Economía política de la exclusión. Para una crítica desde la experiencia de las empresas recuperadas por sus trabajadores (ERT). *Cuadernos de Antropología Social*, 26, 41-67.

Vilnitzky, Mariana (2014). Cuando los trabajadores se quedan con la empresa. *Alternativas Económicas* 11, 56-57.

Zubero Beaskoetxea, Imanol (1998). *El trabajo en la sociedad: manual para una sociología del trabajo*. Bilbao: Servicio de Publicaciones de la Universidad del País Vasco.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

CIBERSOCIEDAD Y DEBATE PÚBLICO EN 140 CARACTERES: #PARO Y #CORRUPCIÓN

CYBERSOCIETY AND PUBLIC DEBATE IN 140 CHARACTERS: # UNEMPLOYMENT AND # CORRUPTION

Sonia Santoveña Casal

Universidad Nacional de Educación a Distancia (España).; ssantovena@edu.uned.es

Historia editorial

Recibido: 03-07-2014
Aceptado: 05-09-2014

Palabras clave

Twitter
Centro conversacional
Paro
Corrupción

Resumen

En esta investigación hemos pretendido estudiar si a través de Twitter, en un periodo temporal determinado, se ha generado debate relacionado con el paro y la corrupción y, de esta forma, analizar el potencial de Twitter como centro conversacional. La muestra analizada ha estado formada por los *tweets* recogidos desde el 08/02/2014 al 08/04/2014: 1.483 de #corrupción y 543 de #paro. Se confirma que la red social ha sido utilizada principalmente para compartir información, relativa a los *hashtag* #paro (543 *tweets*) y #corrupción (1.483 *tweets*) más que para interactuar, desarrollándose un proceso de comunicación principalmente unidireccional y no bilateral. Una de las primeras ideas que surgen del análisis de contenido es la relación entre corrupción y paro y se concluye que el estudio de los *tweets* es una fuente valiosa para acercarnos a conocer la opinión pública en relación con temas de interés sociopolítico.

Abstract

In this research we have intended to study whether on Twitter, within a period of time, it has been generated some debate concerning unemployment and corruption and thus, analyze the potential of Twitter a conversational center. The sample analyzed was formed by tweets collected from 02/08/2014 to 04/08/2014: 1,483 of #corruption and 543 of #unemployment. It has been confirmed that the social network has been used mainly to share information about both hashtags #paro and #corruption rather than to interact among users, so it has been developed a mainly communication process unidirectional and not bilateral. One of the first ideas that come from the content analysis is the connection between corruption and unemployment. It might be concluded that the study of tweets is a valuable resource to know public opinion regarding socio-political issues.

Santoveña Casal, Sonia (2015). CiberSociedad y debate público en 140 caracteres: #paro y #corrupción. *Athenea Digital*, 15(3), 47-84. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1416>

Cibersociedad y participación ciudadana

Desde estas páginas *cibersociedad* se entiende como sinónimo de Sociedad red, concepto original de Jan van Dijk (1999/2006) y, más actualmente, desarrollado por Manuel Castell (1996/2008), Sociedad digital o Sociedad del conocimiento. El concepto de sociedad red Manuel Castells (2004/2009, p. 21) lo define como “la estructura social resultante de la interacción entre la organización social, cambio social y el paradigma tecnológico constituido en torno a las tecnologías digitales de la información y la comunicación”. Se podría considerar que la sociedad red está formada por aquellas redes creadas a través de las tecnologías y que se fundamenta en un concepto de Internet

como medio fundamental de relación y comunicación (Castells, 2002). Tal y como afirma Manuel Castells (2002) Internet no nos cambia, no modifica nuestro comportamiento, al contrario, es nuestro comportamiento el que influye y cambia la red e Internet.

La sociedad red está “construida alrededor de (pero no determinada por) las redes digitales de comunicación” (Castells, 2009, p. 24). Castells (2009) considera que el poder, dentro del marco social y tecnológico actual, es modificado debido a las redes digitales de comunicación, globales y horizontales, haciendo necesario estudiar los procesos de comunicación socializada si queremos comprender las relaciones de poder generadas. Destaca dos tipos de medios de comunicación: redes multimodales y redes horizontales interactivas desarrolladas en red. El proceso de comunicación desarrollado en las redes horizontales, es denominado “autocomunicación de masas”, definido como “comunicación de muchos para muchos” (Castells, 2012/2013, p. 24), basada en redes horizontales, las cuales los gobiernos no pueden contralar y donde el emisor decide de manera autónoma a quién y qué información distribuye (Castells, 2012/2013). El proceso de comunicación se sitúa fuera del control de los gobiernos y de las instituciones. El uso de redes horizontales permite el desarrollo de acciones individuales que adquieren un especial significado contribuyendo, de manera colaborativa, la consecución de objetivos comunes.

Las redes sociales parecen constituir un espacio de influencia política (Ceron, Cugini y Iacus, 2013) y son numerosos los autores que describen las movilizaciones ciudadanas desarrolladas a través de las redes sociales, en general y, en *Twitter* en particular (Boix, 2012; Castells, 2012/2013; Shirky, 2009). Desde una perspectiva de “ciudadanía como estatus”, caracterizada por su homogeneidad, se ha pasado a una concepción de “ciudadanía como práctica” (Mata-Benito, Ballesteros-Velázquez y Padilla-Carmona, 2013, p. 52), crítica con lo que le rodea, comprometida política y socialmente, que se crea a sí misma a través de la participación. Desde estas líneas compartimos el concepto de ciudadanía como “una categoría política que alude a la pertenencia y la participación de las personas en la sociedad” (Mata-Benito, Ballesteros-Velázquez y Padilla-Carmona, 2013, p. 52).

A través de los *hashtags* *#IranElection* y *#Iranvote* se denunció el falseamiento de los resultados en las elecciones presidenciales en Irán y, además, posteriormente se realizó el seguimiento de las movilizaciones. La revolución de las cacerolas en Islandia desde 2008 a 2011, la revolución egipcia del 25 de enero de 2011 y la ocupación de los espacios públicos en Wall Street (*Occupy Wall Street*) el 17 de septiembre de 2011, son protestas organizadas en *Facebook* y coordinadas en *Twitter* que se difundieron en mensajes de texto a través de los móviles y se mostraron al mundo por videos publica-

dos en *YouTube* (Castells, 2012/2013). Clain Shirky (2009) afirma que la primera noticia que tuvo la BBC sobre el terremoto de China fue a través de *Twitter* que informó del suceso varios minutos antes que lo hiciera el Centro Geológico de EEUU.

En el ámbito español, donde se desarrolla la actual investigación, han tenido lugar el “movimiento 15M” o “movimiento de los indignados” (#spanishrevolution), considerado “el acontecimiento político transformador más importante ocurrido en España desde 1936” (Toret et al., 2013, p. 9).

A lo largo de estos años, la sociedad española se ha visto envuelta en una crisis económica que se materializado principalmente en el aumento de las tasas de desempleo y en la irrupción de distintos escándalos políticos y casos de corrupción. Durante el año 2014 el *Centro de Investigaciones Sociológicas* (CIS) publica varios barómetros — barómetro de febrero 2014 (CIS, 2014b) y barómetro de marzo 2014 (CIS, 2014a)— que destacan, por parte de la ciudadanía española, el aumento de la preocupación por el paro y la corrupción, considerándolos los principales problemas que existen en el país. En febrero (CIS, 2014b) de 2014 el 56,3% consideran el paro el principal problema y, el 14,3% de los encuestados consideran la corrupción y el fraude el segundo problema. En marzo de 2014 (CIS, 2014a) los resultados constatan un aumento de la preocupación de los españoles: 57,9% de los ciudadanos encuestados citan el paro y el 15,5% la corrupción.

A raíz de estos acontecimientos, desarrollados en el ámbito internacional y nacional, se comienza a analizar las prácticas sociales a través de las redes sociales digitales, como *Twitter*, transformando estos espacios en “lugares de conspiración y difusión de una crítica social transversal y masiva a los sistemas de poder, con especial énfasis en los intermediarios políticos, mediáticos y los grandes responsables de la crisis financiera, el sistema bancario” (Toret et al., 2013, p. 10).

La investigación presentada en este artículo parte de los resultados de los barómetros del CIS citados anteriormente para seleccionar los *hashtag* analizados por considerar ambas temáticas de interés social y de gran actualidad.

Objetivos de investigación

El objetivo general de la investigación es analizar el potencial de *Twitter* como centro conversacional, para generar conversaciones y como espacio de debate y comunicación.

Los objetivos específicos son:

1. Conocer si los participantes en *Twitter* han mantenido conversaciones y debate sobre la corrupción y el desempleo durante el periodo temporal analizado.
2. Conocer los principales sistemas de comunicación empleados (*retuiteo* y mensaje directo o cita -usando @-) en los mensajes sobre paro y corrupción.
3. Analizar el contenido de los mensajes relativos a los *hashtag* #paro y #corrupción.
4. Conocer las redes de comunicación generadas: centralizadas, descentralizadas o distribuidas y, en función de la clasificación de Paul Baran (1962).

Debate público en Twitter

Proceso de comunicación

Twitter se ha considerado un centro conversacional o centro de comunicación, es decir, un espacio de debate caracterizado por tener una actividad diaria muy alta en el envío de mensajes de no más de 140 caracteres. Son numerosos las investigaciones que se han centrado en analizar el potencial de *Twitter* para generar conversaciones (Larsson y Moe, 2012). A partir del análisis de la participación en *Twitter* las investigaciones han analizado distintos aspectos, tales como: el tipo de información y/o enlaces difundidos, los perfiles de los usuarios, los comentarios realizados, el tipo de lenguaje utilizado, etc. Las investigaciones desarrolladas han tenido como objetivo el estudio de *Twitter* como medio de información que permite conocer la opinión pública en diferentes temáticas (Madge, Meek y Tristram, 2009; Mostafa, 2013; Woodly, 2008), así como, analizar la influencia del uso de estos medios en la intención de voto (Ceron et al., 2013; Eirinaki, Pisal y Singh, 2012; Gloor, Krauss, Nann, Fischbach y Schoder, 2009; Mostafa, 2013; O'connor, Balasubramanyan, Routledge, Smith, 2010; Tjong y Bos, 2012). Las redes sociales proporcionan una rica fuente de datos y, como afirma Mohamed Mohamed Mostafa (2013, p. 1) "el conocimiento obtenido de las redes sociales son de gran valor, porque millones de opiniones expresadas sobre un determinado tema es muy poco probable que estén sesgadas". Incluso se ha considerado que estas nuevas redes podrían tener mayor influencia en la ciudadanía que los medios de comunicación convencionales (Bennett y Segerberg, 2012).

Sin embargo, hay que señalar que no todos los estudios han obtenido resultados que confirman esta línea de opinión (Albrecht, Lübcke y Hartig-Perschke, 2007; Dijk,

1999/2006; Gayo-Avello, 2011; Jansen, Zhang, Sobel y Chowdury, 2009), incluso hay trabajos que denuncian los esfuerzos realizados por entender el papel de las ‘Protestas en Facebook’ y las ‘Revoluciones en Twitter’, corriendo el riesgo de empobrecer una comprensión más ajustada de la política (Allan y Matheson, 2013). De hecho, varias investigaciones han afirmado que Twitter es un espacio para compartir información, para hablar, pero no para escuchar, un entorno donde se desarrolla un proceso de comunicación unidireccional y no bilateral (Lovejoy, Waters y Saxton, 2012; Waters y Jammal, 2011), registrando escasas conversaciones (Veltri, 2014).

Estudios realizados en la blogosfera han mostrado resultados similares. Se ha observado escasa o nula interacción entre blogs de temáticas relacionadas, ni se citan entre ellos, ni se publican comentarios o entradas (Ali-Hasan y Adamic, 2007; Herring et al., 2005).

Por otra parte, destaca un grupo de teorías que buscan describir un modelo de flujo de comunicación en dos pasos (Katz, 1957) y, otra posterior que añade un elemento más al proceso de comunicación, la teoría de los tres pasos (Jensen, 2010): uno a uno, uno a muchos y de muchos a muchos en los entornos virtuales. Investigaciones llevadas a cabo en *Twitter* (Said y Arcila, 2011) confirman el flujo de comunicación descrito en la teoría de Bruhn Jensen (2010), esto es:

- 1) La comunicación fluye de los medios de comunicación tradicionales a los líderes de opinión, 2) la comunicación fluye de los líderes de opinión a los medios online administrados por estos mismos líderes, y 3) los ciudadanos reciben los contenidos a través de los medios de comunicación online de estos líderes (Jensen, 2010, p. 1).

Desde estas líneas se hace propia la opinión de Michele Zappavigna (2011) sobre el interés en estudiar los patrones de interacción y la complejidad lingüística que se desarrolla en la comunicación en línea y la consideración de que Twitter es el espacio donde acudir cuando se quiere conocer lo que la gente comenta sobre un tema, en un momento determinado y con el objetivo de implicarse en una comunidad con intereses compartidos. Consideramos que las redes sociales posibilitan un proceso de comunicación y distribución de información implicando a gran número de personas, constituyendo de esta manera un medio de especial interés para ser investigado y analizado.

Estilo general de comunicación

El estudio de los procesos de comunicación en *Twitter* ha llevado a describir diferentes sistemas de envíos de mensajes (*Tweets*). Haewoon Kwak, Changhyun Lee, Hosung Park y Sue Moon (2010) clasifican los mensajes en tres tipos: *Singleton* (mensaje único,

cuando no el mensaje no ha recibido ninguna respuesta): *Mention* o *a Reply* (mensajes con @) y *Retweet* (*retuiter*, RT). Posteriormente, Anders Olof Larsson y Hallvard Moe (2012), sobre la base de esta perspectiva, ofrecen una clasificación de sistemas de envíos de mensajes:

- a) Mensajes usando @: *Senders* (Emisores), *Receivers* (Receptores) y *Sender-receivers* (Emisores-Receptores).
- b) Mensajes retuiteados (*retweeting*): *Retweeters* (*Retuitadores*), *Elites* (Élites) y *Networkers* (Usuarios de redes).

Con relación al estilo general de la comunicación mantenida en *Twitter*, son varias las investigaciones que destacan una tendencia a enviar mensajes positivos, sin mostrar desacuerdo, con ausencia de mensajes hostiles o en los que se use un lenguaje inapropiado o agresivo (Segeberg y Bennett, 2011; Veltri, 2014). Otros estudios, basados en el estudio de movilizaciones ciudadanas por medio de métricas de la actividad, el lenguaje y la emoción, entre otros aspectos, destacan dos sentimientos predominantes: la “indignación” y el “empoderamiento” (Toret et al., 2013).

En el estudio realizado por Giuseppe Alessandro Veltri (2014) se analizan 24.000 mensajes y se presenta un análisis de las representaciones de *nanotecnología* en *Twitter*. Se lleva a cabo un análisis de contenido, estudio de la métrica y del sentimiento reflejado en los *tweets*. Entre las conclusiones obtenidas es posible destacar que, como otros autores citados anteriormente, el sentimiento reflejado en los mensajes generalmente era positivo, no se halló alta frecuencia de mensajes hostiles y se registraron pocas conversaciones.

Alexandra Segerberg y Lance Bennett (2011) estudiaron la organización de acciones colectivas en el ámbito del cambio climático desarrolladas a través de *Twitter*, en concreto analizaron las protestas del 2009 relativas a *United Nations Climate Summit in Copenhagen*. Entre otros aspectos, encuentran que la mayor parte de los *tweets* mantienen las cuestiones generales tratadas sobre el cambio climático y que no se producen críticas entre los tuiteros; de hecho, se registró poco desacuerdo entre los participantes, así como escaso uso de lenguaje inapropiado.

Estructura y organización de las relaciones generadas en red

La primera pregunta que surge cuándo se habla de participación ciudadana y comunicación en red es qué tipo de organización estructural o red se genera.

Desde una perspectiva sociológica es posible citar tres tipos de redes (Kadushin, 2012/2013): egocéntricas, sociométricas y redes de sistemas abiertos. Las redes egocéntricas están conectadas con un solo individuo o nodo, como por ejemplo, las organizaciones educativas de enseñanza secundaria obligatoria. Las sociométricas son redes “dentro de una caja” (Baran, 1962), con límites claramente establecidos, como por ejemplo: un grupo de estudiantes en el aula. Por último, las redes de sistemas abiertos no tienen límites o fronteras claramente definidos (ej. Las conexiones entre personas influyentes en la resolución de un problema). En este último grupo podrían incluirse redes sociales como *Twitter*.

Paul Baran (1962), desde un enfoque estructural, habla de redes centralizadas o de estrella, descentralizadas y distribuidas (de malla o rejilla). La existencia de una red centralizada depende exclusivamente de un nodo central y, por tanto, el proceso comunicacional puede ser interrumpido atacando ese nodo. Una red descentralizada, por el contrario, está constituida por diferentes nodos que componen un conjunto de estrellas conectadas entre sí, que en conjunto forman una estrella que incluye todas las conexiones. Por tanto, ofrecen una estructura más estable, puesto que la eliminación de un nodo no implica la desconexión o ruptura del proceso de comunicación al mantener abierta otros canales (Baran, 1962). Por último, la red de comunicación distribuida es aquella que no tienen ningún nodo o nodos centrales de los que dependa la comunicación. Son redes en las que todos los puntos están conectados entre sí, en lugar de depender de puntos centrales. Por tanto, se configuran en redes más robustas, donde “todo conecta con todo” (Baran, 1962), nadie depende de nadie para llevar a cabo las acciones o comunicarse (Ugarte, 2007), existe autonomía entre los actores, se une quien quiere, nadie decide quién forma parte del sistema, nadie puede prohibir la participación del otro.

David Ugarte (2007) considera un ejemplo claro de red distribuida la blogosfera. Los blogs se caracterizan por su ausencia de filtro, donde ningún nodo es imprescindible. Los blogueros constituyen grupos de expertos que organizan acciones, sin tomar decisiones y, de esta manera, facilitar el acceso y distribución de información entre la ciudadanía. Añade que redes como *Twitter* o *Facebook* son redes centralizadas basadas en la cultura de la adhesión.

Segeberg y Bennett (2011) analizaron dos corrientes de *tweets*, dos *hashtags* que se diferenciaban en función de la organización responsable de su difusión: Uno de ellos fue lanzado por una organización concreta (centralizada) y el otro tenía origen disperso, en el que participaron varias organizaciones e individuos. Entre otros elementos estudiaron los procesos de control de la comunicación (*gatekeeping processes*). Analizaron aspectos tales como la eliminación de un mensaje, su gestión introduciendo

do enlaces, *retuiteando* o ampliando las respuestas a emisores por medio de “@emisor” (@-ness). Los resultados obtenidos indicaron que el *hashtag* enviado por la organización tuvo una repercusión mucho menor en la red que aquel mensaje de origen no especificado, el cual fue difundido por diferentes tuiteros (aproximadamente 100.000) y tuvo una vida más prolongada (antes, durante y después de la protesta). Concluyen que las corrientes de *Twitter*, en ocasiones, funcionan como redes transversales (que encajan en más de una categoría) que atraviesan y conectan diferentes redes, actores, organizaciones y espacio de acción. Otra conclusión extraída del estudio es que nadie puede controlar una corriente *hashtag* eliminando un mensaje, pero es posible influir en la comunicación por medio del uso de las diferentes opciones que presenta la herramienta: enlaces, información, mensaje nuevo, *retuiteo* o cita directa (@-Ness).

El estudio presentado en esta investigación nos permitirá conocer qué tipo de redes (descentraliza o distribuida) se han generado con la herramienta *Twitter*.

Metodología

Muestreo

En febrero y marzo de 2014 se publica los resultados del *Barómetro del Centro de Investigaciones Sociológicas* (CIS) (2014) en el que se constata un aumento de la preocupación de los españoles por el paro y la corrupción, siendo las principales preocupaciones de la población española. Los datos muestran que 82,3% de los ciudadanos encuestados citan el paro y el 44,2% la corrupción en marzo de 2014.

La investigación presentada en este artículo parte de los resultados de los barómetros del CIS citados anteriormente para seleccionar los *hashtags* analizados por considerar ambas temáticas de interés social.

A través de la *interfaz de programación de aplicación* (API) *Topsy*, se selecciona la población, y a través de *Twitter Archiving Google Spreadsheet* se selecciona la muestra objeto de estudio. Las API presentan limitaciones a la hora de recuperar los *tweets* enviados (generalmente limitado al último mes) puesto que Twitter elimina los mensajes más antiguos para facilitar la generación de nuevos. Sin embargo, a pesar de su carácter temporal no deja de ser un objetivo de investigación interesante para los educadores e investigadores (Bruns y Stieglitz, 2013; Gerlitz y Rieder, 2013). Por tanto, la captura de *tweets* depende de la capacidad de la API utilizada y, como señala, Axel Bruns y Stefan Stieglitz (2012), es necesario confiar en la API, puesto que es el único medio disponible para obtener datos a gran escala. Es considerada una limitación inevitable que

no invalida los resultados, puesto que los investigadores no disponen de otra forma de corroborar la calidad y precisión de los datos.

Población y muestra

A través de la herramienta *Twitter Archiving Google Spreadsheet* (TAGS) seleccionamos la muestra objeto de estudio por medio de los mensajes enviados a Twitter con los *hashtags* #paro y #corrupción. Según la herramienta *Topsy* la población estuvo formada por 14.290 *tweets* relativos a #corrupción y 3.560 a #paro, un total de 17.850 *tweets*.

La técnica de muestreo fue, una muestra accidental no probabilística (McMillan, y Schumacher, 2001/2005). Los *tweets* analizados sobre #paro y #corrupción, recogidos desde el 08 de febrero al 08 de abril de 2014, definen la muestra.

Realizamos una primera selección de los *tweets* y extraemos 1.997 de #corrupción y 1.628 de #paro. Sin embargo, un primer análisis del contenido muestra que, por un lado, con relación a #corrupción existen contenidos relativos a otros países, principalmente de Latinoamérica y, por otro, que dentro de los mensajes sobre #paro se ha incluido los mensajes de “paro” como sinónimo de “huelga”.

Con relación a #corrupción las fechas de envío de los *tweets* fueron: 12, 13, 14, 15 y 16 de febrero; y, el 7, 8 y 16 de abril de 2014. Los *tweets* #paro se enviaron los días: 8, 9, 11, 13, 14 y 15 de febrero; 20, 23, 24 y 26 de marzo; y, los días 5, 6, 7 y 8 de abril de 2014 (Ver tabla 1).

Instrumentos

Utilizamos la herramienta *Topsy* para seleccionar la población y *TAGS v5.1.* para analizar la muestra. *TAGS v5.1.* ofrece una representación gráfica de las redes sociales generadas para ambos *hashtags*. Otros instrumentos utilizados han sido *Excel* para el análisis cuantitativo y *Atlas.ti HM* para el análisis de contenido de los *tweets*.

Análisis de datos

Para realizar el análisis de datos utilizamos un diseño mixto, cuantitativo y cualitativo: estudio descriptivo y análisis de contenido de los mensajes enviados.

| Hashtags | Población | Muestra preliminar | Muestra definitiva | % |
|-------------|-----------|--------------------|--------------------|-------|
| #corrupción | 14.290 | 1.997 | 1.483 | 73,1% |
| #paro | 3.560 | 1.628 | 543 | 26,8% |
| Total | 17.850 | 3.625 | 2.026 | 100% |

Tabla 1. Muestra definitiva. Fuente: Elaboración propia sobre la base de la muestra obtenida

Con relación al estudio descriptivo, analizamos los tipos de mensajes enviados para conocer cuál es el sistema de comunicación más utilizado (*retuiteo* –RT–, mensaje directo o cita directa, usando @). El RT es el mensaje que se reenvía y se difunde entre varios tuiteros; el mensaje directo es el mensaje original de una cadena; y, el uso de @ indica que se está citando a un *tuitero* en concreto, *@usuario*.

Con el objetivo de conocer el estilo general mantenido en la comunicación y el discurso, analizamos el contenido y la categorización de los *tweets*, resaltando aquellos *tweets* con mayor impacto en la red de comunicación. Además, hallamos la frecuencia de los términos utilizados en los mensajes.

Por otra parte, por medio de *TAGS v5.1.*, estudiamos el tipo de red comunicacional constituida y realizamos una descripción del grafo encontrado.

A través de la técnica de análisis de contenido estudiamos los contenidos de los *tweets*. El análisis de contenido se ha definido como un conjunto de técnicas de análisis de comunicación, diseñadas para obtener indicadores (cuantitativos o cualitativos) por medio de procedimientos sistemáticos y objetivos de descripción del contenido de los mensajes, permitiendo la inferencia de conocimientos relacionados con los mensajes recibidos (Bardin, 1986).

Con el fin de sistematizar el estudio de la información seguimos algunas medidas recomendadas por José Luis García, M^a Ángeles González y Belén Ballesteros (2001), pero utilizando un enfoque más cualitativo: definición del universo de contenidos y selección de la muestra; decisión de la unidad de análisis y establecimiento de las familias y de los códigos.

Utilizamos el programa *Atlas.ti HM* para llevar a cabo la codificación. Partiendo de un trabajo conceptual previo, una lista de códigos formado por las palabras más frecuentes, organizamos la información en dos *superfamilias*, equivalentes a los dos *hashtags* objeto de estudio: “Corrupción” y “Paro”. Los códigos obtenidos fueron los siguientes:

En la *superfamilia* “Corrupción”, las familias y códigos principales (FC: Familia y Código) han sido:

- F.C. Problemas/Denuncias: Delitos, Impunidad, Ilegalidad, Paro.
- F.C. Responsables: Empresarios y Políticos.
- F.C. Consecuencias: Crisis, Frustración.

Con relación a la *superfamilia* “Paro”, las familias y códigos encontrados fueron los siguientes:

- F.C. Problemas: Corrupción, Crisis, Precariedad.
- F.C. Responsables: Política.
- F.C. Información: Datos y Recursos.

Resultados

Sistemas de comunicación: retuiteo, mensaje directo y cita directa (usando @)

Los datos generados indican que la mayor parte de los mensajes han sido *retuiters* (RT) (54,34%) y el 28,87% mensajes directos. Además, el 67,02% mensajes incluyen enlaces de la web en su contenido y el 16,73% son mensajes que contienen @ que es el símbolo utilizado para citar a usuarios concretos que implica una intención explícita de interacción (ver tabla 2).

| Característica | #paro=desempleo | | #corrupcion | | Total | |
|------------------------------|-----------------|-------|-------------|-------|-------|-------|
| | Frec. | % | Frec. | % | Frec. | % |
| <i>tweets</i> | 543 | | 1483 | | 2026 | |
| RT | 369 | 18,21 | 732 | 36,13 | 1101 | 54,34 |
| links | 443 | 21,87 | 915 | 45,16 | 1358 | 67,02 |
| <i>tweets @</i> | 103 | 5,08 | 236 | 11,65 | 339 | 16,73 |
| <i>tweets directos</i> | 71 | 3,50 | 514 | 25,37 | 585 | 28,87 |
| Participantes | 372 | | 1156 | | 1528 | |
| Media Persona/ <i>tweets</i> | 1,45 | | 1,24 | | 1,29 | |

Tabla 2. Sistema de comunicación

Análisis de contenido y estilo general de comunicación

Con el objetivo de conocer el estilo general mantenido en la comunicación y el discurso, analizamos el contenido y categorización de los *tweets*.

El listado de palabras frecuentes lo creamos agrupando aquellos términos que, escritos con ciertas variaciones, tienen el mismo significado dentro del contexto estudiado. A continuación, con el objetivo de facilitar la lectura del artículo, citamos exclusivamente uno de los términos. Es conveniente destacar que del listado de palabras más frecuentes se han extraído aquellas de interés para el estudio.

| Palabras | Total | Palabras | Total |
|------------|-------|--------------------|-------|
| Corrupción | 1446 | Pagos irregulares | 53 |
| PP | 150 | ERE | 53 |
| PSOE | 142 | Bárcenas | 52 |
| España | 109 | Infanta | 51 |
| Política | 105 | Andalucía | 44 |
| Navarra | 99 | Bildu | 41 |
| Crisis | 60 | Paro | 39 |
| Madrid | 59 | Delitos | 36 |
| Griñán | 57 | Presidente/Rajoy | 25 |
| Gobierno | 54 | Problemas/Denuncia | 13 |

Tabla 3. Análisis frecuencial #Corrupción

| Palabras | Total |
|----------------------|-------|
| Paro | 629 |
| España | 171 |
| CIS | 152 |
| Preocupación | 146 |
| Corrupción | 121 |
| Política | 98 |
| Empleo (Información) | 93 |
| Trabajadores-Trabajo | 54 |
| PSOE | 44 |
| Europa | 39 |
| Enchufismo | 25 |
| Gobierno | 23 |
| PP | 21 |
| Problema | 21 |
| Andalucía | 18 |

Tabla 4. Análisis de frecuencias #Paro

Del análisis de palabras más frecuentes en el proyecto “Corrupción”, referido al ámbito nacional español exclusivamente, se destaca un conjunto de términos (ver Tabla 3):

Una vez eliminados otros mensajes en los que se trataban el “Paro” como sinónimo de “huelga”, la muestra del #paro se presenta por las 15 palabras más frecuentes (ver tabla 4):

En definitiva, analizamos los conceptos con mayor relevancia, teniendo en cuenta su fundamentación (frecuencia de aparición) y su densidad (el número de códigos con los que se relacionado), así como, la relevancia de su significado en el contexto de estudio. Se representa entre paréntesis de esta manera: *concepto (fundamentación: densidad)*. Además, incluimos citas relacionadas con estos códigos, de mayor frecuencia de aparición indicando el documento y la fila en la que aparece: *cita (documento: número de fila de aparición)*.

Estilo general de comunicación

En líneas generales, observamos que el estilo de comunicación mantenida en el contexto de estos dos *hashtags* no muestra una tendencia al enfrentamiento directo con otros tuiteros. Son mensajes de crítica, que muestra indignación y frustración (uno de los sentimientos destacados en las conversaciones) [“Hay gente, políticos, empresarios, financieros que acumulan delitos de #corrupción como el que colecciona sellos... Si...” (De Rueda, 2014)¹] pero no se mantienen conversaciones, interacción o desacuerdo directo con otros participantes. La mayor parte de los mensajes, aunque críticos, no son hostiles o agresivos:

#Corrupción: ‘La UDEF cree que la caja B del #PP es el origen de parte de los fondos de Bárcenas’ (Herranz, 2014a).

El juez #Ruz confirma que el @PPopular pagó en dinero negro la obra de su sede. #Bárcenas #Gürtel #Corrupción @PSOE (Sánchez, 2014).

Análisis de contenido: #Corrupción

En primer lugar, presentamos el análisis de contenido de la *superfamilia* “Corrupción”, los principales códigos encontrados se organizan en cuatro familias: Problemas/Denuncias, Responsables y Consecuencias (Ver figura 1).

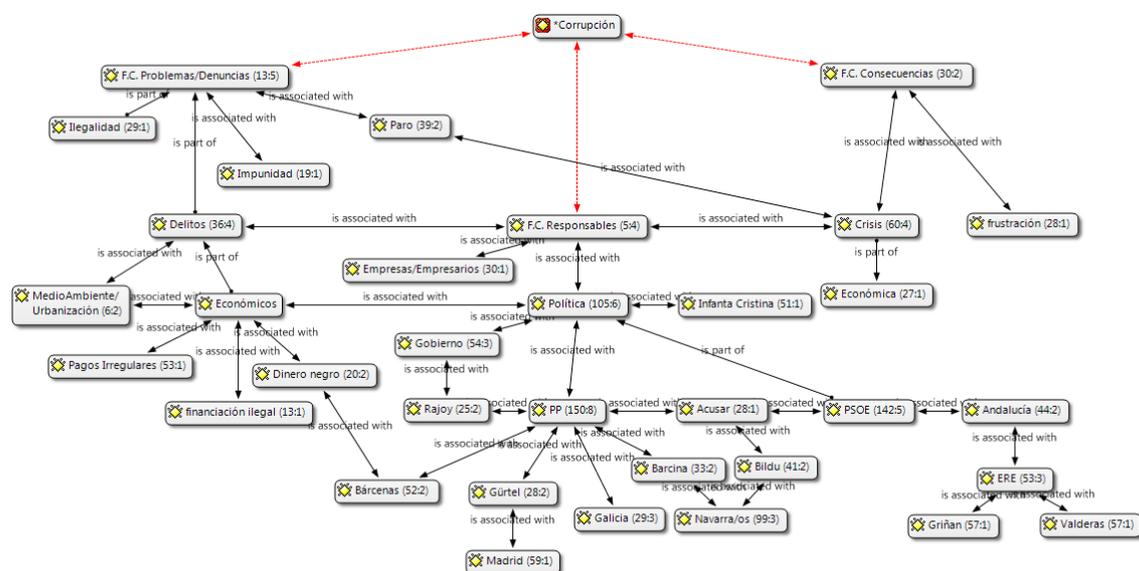


Figura 1. Superfamilia “Corrupción”

¹ Las referencias a los tuits pueden consultarse en el anexo 1.

La primera idea que se desprende del análisis de contenido de los *tweets* sobre corrupción es el tratamiento del tema desde tres áreas principales: En primer lugar, destaca la descripción de los *problemas* que está generando la situación de corrupción en España (ilegalidad, paro, inseguridad, delitos). En segundo lugar, se destaca los presuntos *responsables* de la situación actual de corrupción. Y, en tercer lugar, se analizan las *consecuencias* que ha tenido y actualmente está teniendo la corrupción en las instituciones del país y en su población.

A continuación presentamos con más detalle los contenidos de las tres áreas temáticas.

a) Problemas

Entre los *problemas* comentados por los tuiteros destacan los *delitos* económicos, como son: el manejo de *dinero negro*, los *pagos irregulares*, la *financiación ilegal*. Además, comentan delitos contra el *medio ambiente y la urbanización*. Los tuiteros consideran que el problema principal de la corrupción es la situación general de *ilegalidad, impunidad* para los culpables y el alto nivel de *paro* que vive la sociedad española. Entre los *tweets* publicados, destacan: opiniones personales y noticias.

Entre las opiniones personales, algunos ejemplos son:

Hay gente, políticos, empresarios, financieros que acumulan delitos de #corrupción como el que colecciona sellos... Si... (De Rueda, 2014).

#Desabastecimiento #Injusticias #Inseguridad #Impunidad #Devaluaciones #Corrupción #Cinismo” (Zambrano, 2014).

RT (...) Lo que nos sigue preocupando: 1º El paro 2º La #corrupción Estas son nuestras prioridades que se enteren los que mandan... (De la Aldea, 2014).

Entre las noticias publicadas en la prensa digital podemos destacar el artículo de María Fabra (2014) titulado ‘Las pruebas de financiación ilegal implican al gerente del PP’ de publicado en *El País* el 14 de febrero de 2014 relacionada con la *financiación ilegal*. La noticia hace referencia a las facturas presentadas como evidencia del fraccionamiento de los gastos de un acto del Partido Popular (PP) y una posible financiación irregular del mismo.

Las pruebas de financiación ilegal implican al gerente del PP de Madrid #corrupcion (Castañares, 2014).

b) Responsables

Consideran responsables de la situación de corrupción a la *política* y los *empresarios*, ambos relacionados con el concepto *delitos*. Los mensajes se fundamentan en noticias publicadas en la prensa digital, aunque además se envían opiniones personales.

Entre las opiniones personales destaca la consideración de que los responsables de la situación actual son los *políticos* y *empresarios*:

Rt (...) Sabiendo #corrupción de políticos y empresarios, #justicia llega tarde para delitos contra #MedioAmbiente y #Urbanismo (Alternativa al Tren, 2014).

RT (...) Casos de #corrupción en España, que vergüenza la casta política de este país (Creative Katarsis, 2014).

Son varios los que subrayan la relación entre la *corrupción* y los problemas económicos:

Estamos en las puertas de la #recesioneconomica por causa de la #corrupción política y económica (Orihuela, 2014).

#Corrupción favorece la consolidación de élites y burocracias políticas y económicas #LuchaContraLaCorrupción (Contraloría de PTGSA, 2014).

Entre los políticos, principalmente se cita al *PSOE*, *PP*, el *Gobierno* y la *Infanta Cristina*. Se difunde información relativa a casos concretos que hacen referencia a diferentes comunidades autónomas y/o ayuntamientos: *Andalucía*, *Madrid*, *Galicia*, *Navarra*, son los más citados. Son diferentes casos que durante 2014 fueron publicados en los medios de comunicación relativos a supuestos casos de corrupción.

Las noticias y comentarios más destacados en *Twitter* sobre el *PP* hacen referencia al caso *Gürtel*, el caso *Bárcenas* y el *dinero negro*. Consideramos necesario contextualizar aquellos aspectos comentados por los tuiteros:

El 'caso Gürtel' es

Una trama de corrupción liderada por el empresario Francisco Correa que soborna a cargos políticos del Partido Popular con dinero, regalos y caprichos y después los chantajea para conseguir la adjudicación de contratos, unas veces a sus propias empresas y otras, a terceros (Todas las claves para no perderse en el caso 'Gürtel', 2010, párr. 1).

Este caso afecta a los baluartes más importantes del Partido Popular (PP): Madrid y Valencia, durante varias legislativas con mayoría absoluta, tal y como se publica en el artículo citado. El juez Baltasar Garzón es retirado del Caso Gürtel por ordenar escuchas ilegales a los abogados del caso Gürtel (Rincón, 2015), que finalmente recaerá

en el titular del Juzgado de Instrucción número 5 de la Audiencia Nacional, José de la Mata (Zafra, 2015). Además, este caso está conectado con el 'caso Bárcenas', puesto que durante el periodo que Bárcenas es gerente del PP, Correa toma contacto con miembros de Génova (sede del PP) (Todas las claves para no perderse en el caso 'Gürtel', 2010). Este caso recae en la Audiencia Nacional en manos del juez Pablo Ruz, que concluida la investigación, considera:

Acreditado que el Partido Popular dispuso de una caja b (una contabilidad opaca) entre 1990 y 2008 con la que sufragó campañas electorales, sobresueldos a dirigentes y las reformas de sus locales, entre ellas la de la emblemática sede central de la calle Génova, 13, en Madrid (Pérez, 2015, párr.1).

En síntesis, algunos de los mensajes enviados relacionados con estos escándalos son los siguientes:

Los tuiteros, durante el periodo analizado, difunden la lista provisional de imputados por el caso Gürtel publicado en CET (Lista provisional de los 175 imputados en el Caso Gürtel, 2014).

Gürtel: Lista provisional de los 175 imputados <http://t.co/sFWBIx2qNo> En políticos/cargos publicos ganando por goleada #corrupción #vlc (Altarejos, 2014).

Destaca el *retuiteo* de la noticia relativa a la resolución dictada por el juez Ruz sobre a las obras de remodelación de la sede del *Partido Popular* en la calle de Génova (Madrid) que presuntamente fue pagado con dinero negro (888.000 euros) publicada en *El País* por Ernesto Ekaizer (2014):

El juez #Ruz confirma que el @PPopular pagó en dinero negro la obra de su sede. #Bárcenas #Gürtel #Corrupción @PSOE <http://t.co/nTQLW948UX> (Sánchez, 2014).

Se difunde el artículo de Miguel Ángel Campos (2014), de la *Cadena SER*, donde se destaca una relación entre el *dinero negro* y los fondos de *Bárcenas*:

#Corrupción: 'La UDEF cree que la caja B del #PP es el origen de parte de los fondos de Bárcenas' <http://t.co/lm8hDbGd1l> Por @MACamposP (Herranz, 2014a).

Una de las noticias *retuiteada* con alta frecuencia ha sido la publicada en *Cuarto Poder.es*, de Raimundo Castro (2014) y la noticia publicada en *El Periódico.es* (Pardo De Vera, 2014): la cual establece una vinculación entre el *PSOE* y el *PP*, entre el caso de *Barcina* y el Gobierno de *Navarra* y *Bildu*. El *PSOE* afirma que los comentarios realizados por otros partidos sobre su unión con *Bildu* para hacer dimitir a la presidenta del

gobierno navarro, Yolanda Barcina, se realizan con el objetivo de distraer la atención sobre la acusación, en sede parlamentaria, de la directora gerente de la Hacienda Foral de que el Gobierno de Navarra ha utilizado información de la Hacienda para realizar favores fiscales a contribuyentes que habían sido clientes de consejería de Economía (Castro, 2014).

El #PSOE acusa a #PP y #UPN de usar a #Bildu para tapar la #corrupcion en #Navarra <http://t.co/iO6bKaod0j> (García, 2014).

#Corrupción: #Rajoy trasladó el "sé fuerte" de #Bárceñas a Barcina, acorralada por la corrupción <http://t.co/qHyvIMCLuE>, (Herranz, 2014b).

Con relación al *PSOE*, el caso más mencionado es el relativo a los *ERE* en *Andalucía*. Se investigan subvenciones ilegales de la Junta de Andalucía a empresas, presuntos delitos de malversación y prevaricación, prejubilaciones aparentemente fraudulentas (Alaya implica en los *ERE* al vicepresidente andaluz, 2014). Lo instruye la juez Mercedes Alaya que extiende la responsabilidad relativa al ‘caso *ERE*’ de Andalucía a los dos últimos presidentes andaluces, además de cinco exconsejeros (Chaves acude a declarar en el Supremo por el caso de los *ERE*, 2015), 2015). Destaca el reenvío de esta noticia publicada en portada por el periódico *ABC* (Alaya implica en los *ERE* al vicepresidente andaluz, 2014) sobre la implicación del vicepresidente andaluz en el caso de los *ERE* por parte de la juez Mercedes Alaya. Además, subraya un artículo del periódico *El País* por Javier Martín-Arroyo (2014), sobre el informe publicado por la Guardia Civil y la posible implicación de tres diputados del *PSOE* andaluz (Cortes José Antonio Viera y los diputados autonómicos José Caballos y Francisco Vallejo).

RT (...) #Portadas Mañana en ‘ABC’: <http://t.co/c3IuvGQTzk> #ERE's #Andalucía #politicosalparo #corrupcion #vergonzoso (Vilches, 2014).

#CORRUPCION La Guardia Civil señala a tres diputados históricos del *PSOE* <http://t.co/JRc6vMcNo3> (Algobia, 2014).

Sobre este mismo caso *retuitean*, un artículo de *La Razón Digital* (Acedo, 2014) relativo a las declaraciones del ex director de Trabajo, Guerrero:

#PPSOE laboratorio de #Corrupción: La jueza de los #ERE pide investigar al número 2 del Gobierno andaluz <http://t.co/FU1fL9nILN>” (Herranz, 2014c).

Además, se reenvía la noticia publicada en *ABC* (La juez Alaya investiga al líder de Izquierda Unida, 2014) que hace referencia a nuevos avances en el juicio del caso de los *ERE*:

#CORRUPCIÓN Alaya investiga al líder de #IzquierdaUnida y vicepresidente de la Junta, Diego Valderas, por los #ERE (Tribuna Segorbina, 2014).

Con relación a la *Infanta Cristina*, retuitean mensajes de opinión, relativos a la declaración ante el juez en el juicio del ‘caso Noos’. Los *tweets* se basaron en aquellas noticias que destacan la indecisión de las respuestas de la Infanta Cristina durante su comparecencia ante el juez: “No sé, no conozco, no recuerdo, no me consta” (Fuenteálamo, Urreiztiedta y Inda, 2014). En la mayor parte de los *tweets* se expresan opiniones donde se ironizaba con el grado de enamoramiento de la Infanta y el desconocimiento mostrado en las declaraciones durante las seis horas y treinta minutos que duró su interrogatorio ante el juez. El ‘caso Noos’ estalla en 2010, cuando la policía realiza un registro en la sede de la supuesta ONG. Hay varios implicados a los que se les acusa de desviación de fondos públicos. El duque de Palma, Iñaki Urdangarin, socio fundador de la empresa Nóos Consultoría Estratégica y presidente del Instituto Nóos, es investigado (junto con Torres) por:

Supuestos delitos de falsedad documental, prevaricación, fraude a la Administración y malversación de caudales públicos en dos convenios suscritos en 2005 y 2006 entre el Govern balear, presidido entonces por Jaume Matas (PP), y el Instituto Nóos por 2,3 millones (Cronología del proceso judicial del ‘caso Nóos’, 2014, párr. 27).

c) Consecuencias

Entre las consecuencias analizadas, en #corrupción, destacan la *crisis económica* y el sentimiento de *frustración* de la población. La *crisis económica* la relacionan con el *paro*, que a su vez lo etiquetan como un problema. Un aspecto clave es el concepto *crisis*, que aparece en diferentes *tweets* de opinión, relacionando la política, corrupción a través del uso de *hashtags*:

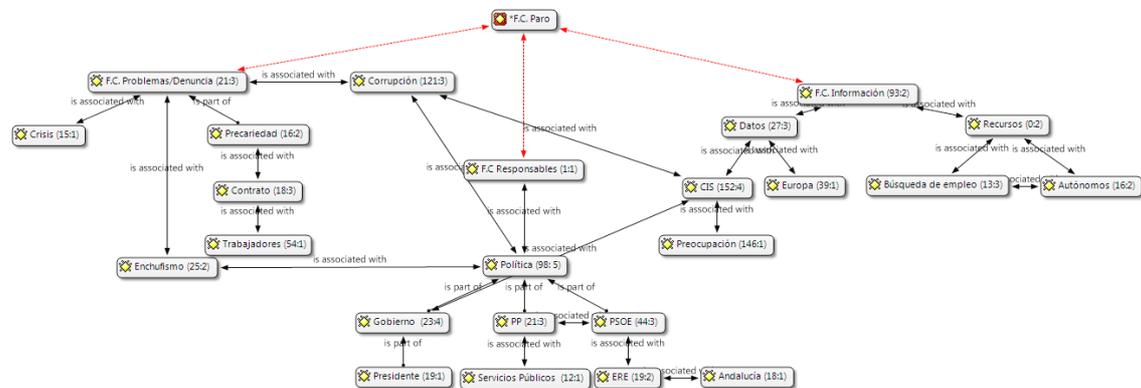
La clase política se caracteriza por la mediocridad <http://t.co/gt1GYxtRBZ> #Corrupcion #Crisis” (PerLo, 2014a).

Rescatan a los q nos llevaron a la crisis #España #corrupción #banca #vergonya (Arias, 2014a).

La #pobreza surge de su #corrupción. La #crisis, es su nueva forma de hacer negocio. Más pobreza = más enriquecimiento de unos pocos (Curril, 2014).

Además, difunden videos donde tratan temas como “La economía real y la corrupción <http://t.co/F96nQpd23L> #Corrupcion #Crisis” (PerLo, 2014b), que hace referencia al programa de televisión de la *Sexta Noche Opinión*, presentado por Iñaqui López (2013), sobre las declaraciones de Miguel Ángel Revilla Roiz, economista y político

(Presidente de la Comunidad Autónoma de Cantabria) en relación con la economía, los casos de corrupción y las preferentes. En el video muestra un contrato de compra de acciones preferentes donde no puede leer con claridad las condiciones del contrato. Como describe Jesús María Ruíz de Arriaga (2015) en 2008 la quiebra de *Lehman*



Brothers determina el hundimiento de la banca en un contexto mundial. Se produce un hundimiento de la bolsa y las Cajas de Ahorros españolas, para solucionar el problema, ponen a venta participaciones preferentes a minoristas, ofreciéndoles alta rentabilidad del producto pero “ocultando a los clientes los riesgos del producto” y, cuando el sistema financiero se hunde, miles de ciudadanos pierden sus ahorros (Ruíz de Arriaga, 2015, párr. 2).

Análisis de contenido: #Paro

En segundo lugar, se presenta los datos procedentes del análisis de contenido de #paro (ver figura 2). El contenido ha sido organizado en tres familias: *Problemas/Denuncia*, *Responsables e Información*.

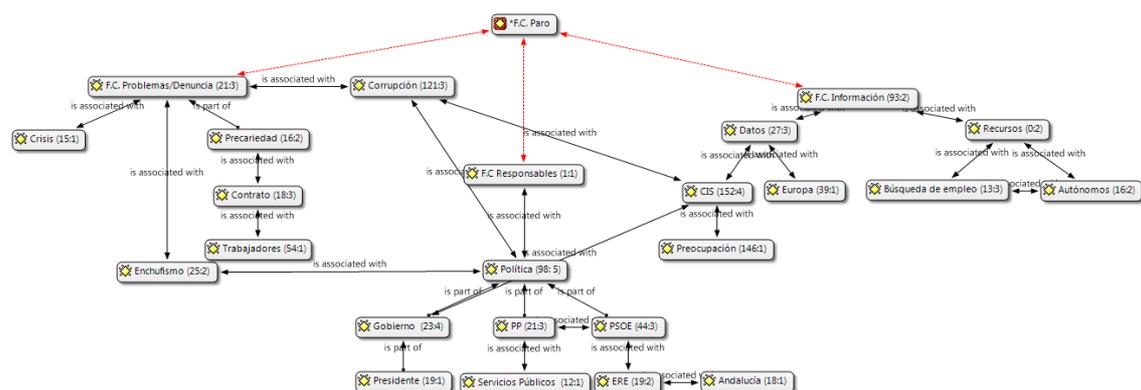


Figura 2. Superfamilia “Paro”

La primera familia, *Problemas/Denuncias*, se destaca que los *problemas* señalados relacionados con #paro han sido: la *corrupción*, la *crisis*, la *precariedad* y *enchufismo*.

Una de las primeras ideas que surgen del análisis de contenido es la relación existente entre el *paro* y la *corrupción*. Se encuentran 121 citas y 3 vínculos del código *corrupción*. Se clasifica dentro de la F.C. *Problemas/Denuncia* pero está directamente relacionado con los *responsables* del paro, la *política* y sus componentes: *PSOE*, *PP* y *Gobierno*. Uno de los mensajes más retuiteados es la publicación del Barómetro de marzo del CIS (2014), citado anteriormente, como:

#CIS | El #paro, la #corrupción y la #política, principales preocupaciones de los españoles (Grimalt, 2014).

El segundo problema que han señalado ha sido la *crisis*. Es un concepto que mantiene una relación directa con *paro*. Los tuiteros hablan de crisis al referirse a la noticia publicada en *El País*, por Joaquín Ferrandis (2014), relativo a la opinión del Comisario europeo de Empleo y Asuntos Sociales sobre el problema de desempleo juvenil y las dificultades de inserción laboral de este sector de la población, destacando la imposibilidad de hablar de superación de la crisis económica con un índice de desempleo tan elevado:

Lo dicen en Europa: imposible hablar de fin de la #crisis con un paro tan alto <http://t.co/Lu1yPsTNEW> ... via @el_pais #paro #espana #economia (Caballero, 2014).

Otro mensaje enviado relativo a la crisis hace referencia a una noticia publicada en *El País* donde se señala la bajada del paro, en los últimos seis meses, en 391 desempleados. El tuitero envía una fotografía de la noticia, publicada en el periódico, donde se puede leer el titular de la noticia y comenta:

Es triste que este titular sea una buena noticia, ¿no? #Crisis #paro #empleo <http://t.co/47c9DgJKCQ> (Béjar, 2014).

Precariedad tiene vínculos con *contratos* y *trabajadores-trabajo*. Casi el total de las citas hacen referencia a un gráfico publicado en el *Twitter* de Cumbre Social en el que se observa la disminución de la contratación “fijo-completo” en más de 800.000 personas:

La cara de la precariedad <http://t.co/ONslJNozq5> #empleo #paro #precario #trabajo (Julià, 2014).

Este tema es reforzado por un mensaje en el que se destaca la situación de Alemania, donde el aumento de nuevos contratos son, en su mayoría, eventuales:

Os parecera iNCREIBLE pero de los nuevos contratos q se hacen en ALEMANIA el 42% si el 42% son... temporales!!! #vivaLABier #empleo #paro” (5.457.700 epa - VI, 2014).

Por otra parte, la relación entre *contrato* y el código *trabajadores-trabajo* se establece a través del envío de opiniones y noticias.

Con relación a las opiniones, destacan la dificultad de conseguir un contrato indefinido en España:

RT @pardodevera: De 16 millones de trabajadores en España, sólo 6 tienen contrato indefinido. La menor cifra en una década #paro #reformat... (Ruiz, 2014).

Por otra parte, con relación a las noticias retuitean la publicada en El País, (Bolaños, 2014), en la que se refleja que las estadísticas muestran una leve recuperación si comparamos los 115.000 nuevos contratos realizados con los tres millones de puesto perdidos. Además, destaca la disminución de contratos a tiempo completo y contratos indefinidos.

El empleo de calidad sigue en recesión: <http://t.co/76bLDDNFKw> Contratos temporales y a tiempo parcial pueblan España. #paro #empleo (Moneda Rota, 2014).

Con relación al código *enchufismo* destaca las noticias relacionadas con el PP y el PSOE. Como es el caso del supuesto enchufismo del Museo del Calzado de Elda (Alicante) publicado en diferentes medios, como es en la *Cadena SER* (2014). Se denuncia la supuesta contratación irregular de tres personas afines al equipo de Gobierno del Partido Popular en el Museo del Calzado tras prescindir de las que había (Cadena Ser, 2014; Francés, 2014; El PSOE aplaude el cese de Navarro al frente del Museo del Calzado y le insta a que aclare los supuestos casos de enchufismo, 2014).

RT (...) El supuesto enchufismo del #Museo del #Calzado es escandaloso con la alta tasa de #paro en #Elda (Morilla, 2014).

Y, relacionado con el *enchufismo*, también destaca, otras noticias relacionadas con el caso de los *ERE* de *Andalucía*, publicadas en diferentes medios:

RT @AndalucistaBaza: Derecho al trabajo Art.26 EstatAuton #Andalucía y Art.35 ConstitEspañola. Qué pena que #paro #enchufismo #corrupción s... (Martínez, 2014).

En la segunda familia *Responsables*, se pone de manifiesto que los tuiteros consideran que los *responsables* (segunda familia) de la situación actual de desempleo, son

los políticos y la *política* llevada a cabo. Tiene relación con: *PSOE, PP y Gobierno*. Los casos de *corrupción*, la eliminación de *servicios públicos*, los supuestos casos de *enchufismo*, los recortes, son los aspectos más destacados del ámbito político. Entre los comentarios relacionados con el *PSOE* está el caso de los *ERE y Andalucía* y con el *PP* principalmente se encuentra relación con el concepto de eliminación de los *Servicios Públicos*. A partir de algunos comentarios personales se desprende una relación entre *PP y PSOE*, como es:

RT (...) La gran diferencia entre las políticas socialistas y las del @PPopular.
240.000 personas menos en el #paro. #empleo (González, 2014).

Envían mensajes con opiniones personales en los que critican las políticas del PP, como responsable de la destrucción de los servicios públicos, comentan el ‘caso de los ERE’ como espejo de España en Europa y, entre otros, cómo el gobierno les preocupa las ganancias, en contraste con los trabajadores que luchan por una mejora salarial:

El *PP* ha destrozado los servicios públicos d todos,pagados con nuestros impuestos,recordarlo. Y tb destroza familias con #paro (Karloltas, 2014).

RT (...) ¡Con tu ayuda, los socialistas andaluciamos Europa! ¡Vota PSOE!
#Paro #Corrupción #Enchufismo #ERE #PER #PISA http... (Covad, 2014).

#vendidos #subvenciones #recortes #paro #laboral #España #marcaespaña
#(...) #nolesvotes #corrupción” (Bastilla Digital, 2014).

El gobierno y los patrones asumen ‘su’ responsabilidad velando por las ganancias. Los trabajadores defendemos un alto nivel salarial. #paro (Orquesta Roja, 2014).

Relacionan al *Gobierno* con el informe del *CIS* (2014) y el aumento de la *preocupación* de los españoles con relación al *paro*. La noticia más tuiteada y retuiteada es la relativa al barómetro del mes de marzo del *CIS*:

RT @servimedia: #CIS. La preocupación por el #paro sube al 82,3% pese al discurso del Gobierno (Fernández, 2014).

La tercera familia creada ha sido F.C. *Información*, en los que se han agrupado aquellos contenidos relacionados con la publicación de *recursos y datos*. Con relación a los recursos destacan los relacionados con la *búsqueda de empleo* e información para *autónomos*. Por otro lado, se agrupan los mensajes relativos a datos sobre el desempleo en España, a través de los informes relativos a la situación española, el informe del *CIS*, y, otros datos relacionados con *Europa*.

Se envían mensajes que buscan facilitar la *búsqueda de empleo* y otros de apoyo a la elaboración del curriculum vitae, así como la distribución de información sobre la búsqueda de empleo para *autónomos*:

Lo que debes saber sobre el #paro o desempleo de los #autónomos: prestación por cese de actividad htt...#paro #autonomos Muy Interesante Requisitos y prestaciones... (Garrett-RMA, 2014).

Haz destacar tu Curriculum Vitae- <http://t.co/ZFbZl8vICj> #paro #empleo #trabajo #CV (Adenosin, 2014).

Redes de comunicación generadas

Es necesario tener en cuenta que en ambos casos, a la hora de generar el grafo, no ha sido posible separar aquellos mensajes que hacen referencia al concepto de “paro” y “corrupción” objeto de este estudio, de aquellos otros que han usado el *hashtag* pero referido a otro significado: *paro* sinónimo de *huelga* y *corrupción* en el ámbito hispanoamericano.

Los grafos se han hallado por medio de *TAGS v5.1*. (Ver Anexo 2).

La red de comunicación generada en ambos casos es una red distribuida, puesto que no se observan nodos centrales de los que dependa el resto. Se observa que son redes donde todos los puntos están conectados entre sí y no dependen de nodos centrales, ninguno de ellos depende de otro para su generación y mantenimiento, por tanto, existe autonomía entre los actores, se une quien quiere, nadie decide quién forma parte del sistema. De hecho se ha observado que la información, como por ejemplo, la procedente de los estudios del CIS (*Barómetro del Centro de Investigaciones Sociológicas*, marzo 2014, informe nº 3017), relativa a las estadísticas de opinión de los ciudadanos sobre el paro y la corrupción, ha sido enviada desde la fuente original y retuiteada desde diferentes tuiteros. Nadie controla la corriente de *hashtag*, no está en manos de un experto, líder o usuario concreto.

Conclusiones

Las movilizaciones ciudadanas a través de las redes sociales, como *Twitter*, es un hecho destacado por diferentes autores y estudios (Boix, 2012; Castells, 2012/2013; Shirky, 2009), incluso se han considerado espacios de influencia política (Ceron, Curini e Iacus, 2013). La investigación presentada en este artículo es un ejemplo de participación ciudadana en temas de interés político y social. Se han generado un alto número de *twe-*

ets (2.026), enviados desde una red distribuida, sin destacar miembros concretos situados en posiciones sociales centrales o líderes de opinión.

En primer lugar, concluimos que el **sistema de comunicación** está, en general, basado en la difusión de información, lo que se refleja por el uso de *retweets* (RT), mensajes directos e inclusión de enlaces dentro de los mensajes. Observamos, por tanto, que el proceso de comunicación se desarrolla principalmente con el uso de *retweets* y, se observa, que casi el 30% de los mensajes son directos, no son retuiteados y no citan a nadie concreto en el texto, lo que implica una intención de difundir información más que establecer un debate. Esta idea está reforzada por el hecho de que más de la mitad de los mensajes incluyen enlaces (67,02%).

Hemos observado que, a través de estos sistemas de difusión de información han configurado un proceso de comunicación como lo denomina Manuel Castells (2012/2013) “de muchos para muchos” (p. 24). Sin embargo, resulta difícil confirmar que los tuiteros, en la muestra de *tweets* analizados, hayan tenido una intención clara de mantener conversaciones entre ellos. Sólo el 16,73% de los mensajes incluyen el uso de @, símbolo utilizado para citar a usuarios concretos y que implica una intención explícita de interacción. En definitiva, con relación a los datos que hemos estudiando, consideramos que *Twitter* ha sido utilizado para compartir información relativa a la temática (#paro y #corrupción), más que para debatir o interactuar. Durante el periodo analizado, los tuiteros han llevado a cabo un proceso de comunicación principalmente unidireccional y no bilateral, durante el cual han hablado y opinado, pero no podemos afirmar que hayan demostrado un proceso de escucha activa de lo que sus compañeros estaban diciendo. Al igual que en los trabajos de Veltri (2014) hemos registrado escasas conversaciones entre los participantes. Ante estos resultados nos preguntamos si realmente el análisis que se realiza de las conversaciones generadas en *Twitter*, en las diferentes investigaciones, realmente muestran una falta de interacción entre los participantes o podría significar el desarrollo de nuevos modelos de comunicación y relación en red.

En segundo lugar, el **análisis de contenido** de los mensajes, nos permite concluir que el **estilo general de comunicación** se caracteriza por mostrar mensajes críticos, donde se expresan sentimientos de frustración, pero la frecuencia de mensajes agresivos no es significativa. Es decir, se critican propuestas, actuaciones políticas y se destacan presuntos delitos, pero no se ha observado interacción agresiva entre los participantes. Al tratarse ambos temas de alto interés social para la sociedad española (como demuestran los barómetros del CIS) se esperaba obtener mensajes con mayor grado de hostilidad y enfrentamiento en los debates o, por lo menos, un mayor grado de interacción entre los tuiteros. Sin embargo, en líneas generales, durante el periodo estudia-

do, no es destacable un enfrentamiento directo y hostil entre los participantes. Evidentemente, al igual que el resto de los datos aportados, esta afirmación hay que contextualizarla dentro del marco de esta investigación. Por tanto, en función de los datos disponibles y circunscrito al periodo temporal estudiando, se confirman los resultados obtenidos en las investigaciones de Giuseppe Veltri (2014) y Alexandra Segerberg y Lance Bennett (2011), con relación al estilo de comunicación mantenido en *Twitter*.

Los mapas conceptuales generados por el análisis de contenidos, muestran la complejidad de la situación española, donde el alto nivel de desempleo, la corrupción y la crisis económica están mutuamente relacionados y/o retroalimentados, transformando la crisis económica en una crisis social, con falta de confianza en las instituciones políticas. De ahí el interés que tienen el desarrollo de este tipo de estudios, a través de los cuales la participación ciudadana nos muestra su punto de vista relativos a los acontecimientos sociopolíticos más representativos. En la investigación presentada en estas líneas, los tuiteros han tratado temas y difundido información concerniente a los casos de corrupción publicados durante 2013 y 2014, como son: el ‘caso Gürtel’, los ‘papeles de Bárcenas’, los ‘ERE en Andalucía’, el ‘caso Noos’ y otros casos de supuesto enchufismo. Además, han difundido noticias publicadas que reflejan estadísticas que muestra el aumento de contratos de carácter temporal en menoscabo de los indefinidos. Las opiniones de los ciudadanos estudiadas en Twitter coinciden con los análisis realizados por expertos que indican que la crisis económica es uno de los principales problemas que afectan a la hora de disminuir los índices de desempleo y cómo los nuevos contratos laborales se caracterizan por su temporalidad.

Es interesante analizar la interacción establecida por los tuiteros entre *paro* y *corrupción*. En #paro destacan los casos de corrupción y en #corrupción el problema del elevado nivel de desempleo. Se ha encontrado un mayor número de mensajes relacionados con la corrupción (78%) que con el paro (21,3%). En el periodo analizado, se envían más mensajes relacionados con la corrupción que con el desempleo. Por otra parte, los tuiteros comentan cuáles son los principales problemas relacionados con ambas temáticas y quiénes consideran que son los responsables del escenario social actual. En ambos debates, responsabilizan de la situación actual a los *políticos* y la *política* y afirman que los dos principales partidos de España (PP y PSOE) son los principales responsables del nivel de desempleo y de corrupción. Esta opinión la justifican a través de la difusión de distintos casos de corrupción que son publicados en la prensa. Entre las consecuencias que tiene la #corrupción para el país destacan un mayor deterioro de la economía del país, la generación de sentimientos de frustración en la ciudadanía y, por supuesto, el aumento de los índices de desempleo. Todos ellos considerados de gran repercusión en la sociedad española.

Asimismo, hemos observado que la mayor parte de los mensajes han sido escritos y enviados a partir de una noticia publicada en periódicos. La información fluye desde los medios de comunicación más tradicionales, en su edición *electrónica*, directamente a los ciudadanos que reciben los contenidos a través de medios virtuales. Concluimos que, en líneas generales, los ciudadanos obtienen la información directamente de los periódicos, principalmente digitales, y a partir de ahí envían o retuitean la noticia, sin necesidad de intervención de un líder de opinión entre los medios de comunicación más tradicionales y los tuiteros.

En tercer lugar, con relación al **tipo de red de comunicación** generado, se puede concluir que *Twitter* forma una red de sistema abierto, siguiendo la clasificación de Charles Kadushin (2012/2013), puesto que no tiene fronteras claras, ni límites definidos que enmarquen las conexiones y relaciones entre los miembros. También puede ser definido como red distribuida (Baran, 1962), puesto que ambas redes (#paro y #corrupción) no tienen ningún nodo o nodos centrales de los que dependa la comunicación, sino que son redes en las que todos los puntos están conectados, sin tener dependencia con un punto central. Todo está conectado con todo, nadie depende de otro para comunicarse, se mantiene autonomía entre los tuiteros y nadie puede filtrar o prohibir quién participa. Esta característica está directamente relacionada con la consideración de *Twitter* como red horizontal que permiten la “comunicación de muchos para muchos” (Castells, 2012/2013), difícilmente controlable por los gobiernos y donde el emisor decide de manera autónoma con quién y qué información intercambia.

Además, observamos cómo el proceso de difusión de información se caracteriza principalmente por no tener un origen concreto, por no proceder de una organización centralizada, sino que es el resultado de retuitear los mensajes enviados por otros usuarios. Es decir, al igual que la investigación de Segerberg y Bennett (2011), la difusión de la información ha estado en manos de diferentes tuiteros. Y, en este contexto, podríamos hablar que las dos corrientes de *Twitter* analizadas han funcionado como redes transversales (que encajan en más de una categoría), atravesando y conectando diferentes redes, actores, organizaciones y espacios de acción. Además, consideramos que en la muestra analizada, nadie ha podido controlar una corriente *hashtag* eliminando un mensaje, puesto que la misma noticia se ha difundido desde diferentes medios utilizando las distintas opciones que permite *Twitter* (añadir información, enviar un nuevo mensaje, *retuitear* o citar, por medio de @).

En síntesis, concluimos que el análisis de contenido nos permite conocer la opinión pública, en relación con temas específicos. Se obtienen datos interesantes como es el sistema de comunicación utilizado, las opiniones generadas y la información distribuida, entre otros aspectos. *Twitter* nos proporciona una rica fuente de datos y,

como afirma Mostafa (2013), de alta relevancia por el gran número de participantes, aunque siempre tenemos que tener presente las limitaciones a la hora de recuperar los *tweets* que presentan las API y contextualizar el análisis en el periodo temporal que ha tenido lugar la comunicación.

Numerosos autores insisten en el potencial de Twitter para la difusión de información y la comunicación masiva, afirmando que los espacios de comunicación han cambiado. Surgen, por tanto, nuevos entornos que facilitan un proceso de comunicación horizontal y democrática, entre los que destacan las redes sociales. El potencial de estas herramientas ha sido estudiado desde distintos puntos de vista; aunque una perspectiva social ayuda a plantear un enfoque de investigación integrador y global, puesto que proporciona herramientas para analizar críticamente los hechos acaecidos y, en caso necesario, intervenir y cambiar la realidad social. Desde esta investigación, hemos intentado aportar un análisis específico de la opinión de los ciudadanos sobre dos temas de actualidad y de alto interés social y, de esta manera, colaborar en la comprensión del uso de *Twitter* como centro conversacional y/o de difusión de información. Creemos que el desarrollo de estas investigaciones puede constituir un valor añadido al estudio de un nuevo tipo de ciudadanía participativa y crítica y, además, contribuir a ampliar los estudios estructurales de redes sociales y de redes distribuidas representativas de la actual participación ciudadana en red.

Entre las limitaciones de la investigación sobresale en primer lugar, relacionado con las propias restricciones de *Twitter*, el acceso limitado a los *tweets* enviados en un determinado periodo temporal. En segundo lugar, el enfoque utilizado, basado exclusivamente en el análisis de los mensajes enviados a través de *Twitter*, limita las conclusiones, puesto que no hemos investigado la opinión de los participantes relativa a cómo viven la comunicación en *Twitter*, si consideran la red un centro conversacional o simplemente una herramienta de transmisión de información. Para futuras líneas de investigación, podría ser interesante utilizar grupos de discusión, puesto que como señalan Patricia Mata-Benito, Belén Ballesteros-Velázquez y M^a Teresa Padilla-Carmona (2013) nos permitiría acceder a situaciones donde el discurso se desarrolla socialmente como resultado de la interacción entre los participantes.

Anexo 1. Referencias de tweets

- 5.457.700 epa - VI. [@zezi_ser] (2014, 07 de abril). os parecera iNCREIBLE pero de los nuevos contratos q se hacen en ALEMANIA el 42% si el 42% son..... temporales!!! #vivaLABier #empleo #paro [Tweet]. Recuperado de http://twitter.com/zezi_ser/statuses/453277670563139585
- Adenosin [@Adenosin_a] (2014, 04 de abril). RT @Buscand1trabajo: Haz destacar tu Curriculum Vitae <http://t.co/fC3Jey4hpZ> #paro #empleo #trabajo #CV <http://t.co/GN9jBvkzOT> [Tweet]. Recuperado de http://twitter.com/Adenosin_a/statuses/453166385813012480
- Algobia, Ángel. [@Algonzalez450Yo] (2014, 07 de abril). RT @verdadesofenden: #CORRUPCION La Guardia Civil señala a tres diputados históricos del PSOE <http://t.co/JRc6vMcNo3> <http://t.co/6rdcXRmMRe> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/Algonzalez450Yo/statuses/453307219699064833>
- Altarejos, Teresa. [@teresaaaltarejos] (2014, 15 de febrero). Gürtel: Lista provisional de los 175 imputados <http://t.co/sFWBlx2qNo> En politicos/cargos publicos ganando por goleada #corrupción #vlc [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/teresaaaltarejos/statuses/434697127952805890>
- Alternativa al Tren [@XarxaMobilitat] (2014, 14 de febrero). Rt @Carlos_de_Rueda: Sabiendo #corrupción de políticos y empresarios, #justicia llega tarde parar delitos contra #MedioAmbiente y #Urbanismo [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/XarxaMobilitat/statuses/434395819589255168>
- Arias, Eli [@eliresha] (2014, 07 de abril). @blanc1707 @tumbukta Rescatan a los q nos llevaron a la crisis #España #corrupción #banca #vergonya [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/eliresha/statuses/453275521028460544>
- Bastilla Digital [@bastilladigital] (2014, 04 de abril). RT @javi210978: #Ugt #CCOO #vendidos #subvenciones #recortes #paro #laboral #España #marcaespaña #ppsoe #nolesvotes #corrupción <http://t.co...> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/bastilladigital/statuses/452451269505191936>
- Béjar, Toni [@Toni_Bejar] (2014, 07 de abril). RT @david_torre5: Es triste que este titular sea una buena noticia, ¿no? #Crisis #paro #empleo <http://t.co/47c9DgJKCQ> [Tweet]. Recuperado de http://twitter.com/Toni_Bejar/statuses/452528935159734272
- Caballero, Adrián [@a_caballero] (2014, 07 de abril). Lo dicen en Europa: imposible hablar de fin de la #crisis con un paro tan alto <http://t.co/Lu1yPsTNEW> ... via @el_pais #paro #españa #economia [Tweet]. Recuperado de http://twitter.com/a_caballero/statuses/453064827364474880
- Castañares, Paco [@PacoCastanares] (2014, 15 de febrero). RT @adsangbcn: @PacoCastanares: Las pruebas de financiación ilegal implican al gerente del PP de Madrid #corrupcion <http://t.co/s6cucmG2el> ... [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/PacoCastanares/statuses/434782460816408576>
- Contraloria de PTGSA [@CEPortuguesa] (2014, 14 de febrero). #Corrupción favorece la consolidación de élites y burocracias políticas y económicas

- #LuchaContraLaCorrupción [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/CEPortuguesa/statuses/434340069416374272>
- Covad, Montserrat [@MontserratCovad] (2014, 04 de abril). RT @Seseandoencanil: ¡Con tu ayuda, los socialistas andaluciamos Europa! ¡Vota PSOE! #Paro #Corrupción #Enchufismo #ERE #PER #PISA http... [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/MontserratCovad/statuses/453189968442445824>
- Creative Katarsis [@dolphinsgreen86] (2014, 14 de febrero). RT @CKatarsis: Casos de #corrupción en España, que vergüenza la casta política de este país <http://t.co/wGuawWXZPY> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/dolphinsgreen86/statuses/434419852905050112>
- Curriil [@curricab] (2014, 15 de febrero). RT @EstherCld: La #pobreza surge de su #corrupción. La #crisis, es su nueva forma de hacer negocio. Más pobreza = más enriquecimiento de un... [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/curricab/statuses/434634227481858048>
- De la Aldea, M^a José [@Mjdelaaldea] (2014, 07 de abril). RT @RaquelEcenarro: Lo que nos sigue preocupando: 1º El paro 2º La #corrupción Estas son nuestras prioridades que se enteren los que mandan... [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/Mjdelaaldea/statuses/453217657958174720>
- De Rueda, Carlos [@Carlos_de_Rueda] (2014, 13 de febrero). RT @Carlos_de_Rueda: Hay gente, políticos, empresarios, financieros que acumulan delitos de #corrupción como el que colecciona sellos... Siempre quieren más!! [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/jlazarro/statuses/434274280613097472>
- Fernández, Nacho [@NachoFnandez] (2014, 04 de abril). RT @servimedia: #CIS. La preocupación por el #paro sube al 82,3% pese al discurso del Gobierno <http://t.co/3DIhjYSchT> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/NachoFnandez/statuses/453124104473038848>
- Garía, Carmen [@cgp_porDMG] (2014, 16 de febrero). RT @franmaop: El #PSOE acusa a #PP y #UPN de usar a #Bildu para tapar la #corrupcion en #Navarra (De R. Castro) <http://t.co/iO6bKaod0j> ... [Tweet]. Recuperado de http://twitter.com/cgp_porDMG/statuses/435020531591819264
- Garrett-RMA, Susan [@susgarret] (2014, 04 de abril). RT @prixline: RT @infoautonomos: Lo que debes saber sobre el #paro o desempleo de los #autónomos: prestación por cese de actividad <http://t...> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/susgarret/statuses/452553648459882496>
- González, Álvaro [@AlvaroXaxo] (2014, 04 de abril). RT @NoraEscrich: La gran diferencia entre las políticas socialistas y las del @PPopular. 240.000 personas menos en el #paro. #empleo <http://...> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/AlvaroXaxo/statuses/453434306531430401>
- Grimalt, Petra [@Balaixa] (2014, 07 de abril). RT @JosePerLo: La clase política se caracteriza por la mediocridad <http://t.co/LyBjwrGJ2v> #Corrupcion #Crisis [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/Balaixa/statuses/453180475679731712>
- Herranz, Javier [@Javimel61] (2014a, 07 de abril). #Corrupción: La UDEF cree que la caja B del #PP es "el origen de parte de los fondos" de Bárcenas

- <http://t.co/lm8hDbGd1l> Por @MACamposP [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/Javimel61/statuses/453263725580279808>
- Herranz, Javier [@Javimel61] (2014b, 16 de febrero). "#Corrupción: #Rajoy trasladó el "sé fuerte" de #Bárceñas a Barcina, acorralada por la corrupción <http://t.co/qHyvIMCLuE>, vía @publico_es" [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/Javimel61/statuses/434842863269322752>
- Herranz, Javier [@Javimel61] (2014c, 12 de febrero). #PPSOE laboratorio de #Corrupción: La jueza de los #ERE pide investigar al número 2 del Gobierno andaluz <http://t.co/FU1fL9nILN> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/Javimel61/statuses/433697934191124480>
- Julia, Daniel [@daniel_julia] (2014, 07 de abril). RT @dominguezireig: La cara de la precariedad <http://t.co/QNslJNozq5> #empleo #paro #precario #trabajo [Tweet]. Recuperado de http://twitter.com/daniel_julia/statuses/453179629378236417
- Karlotxas [@karlotxas] (2014, 07 de abril). RT @gramareus: "@nacho991960:El PP ha destrozado los servicios públicos d todos,pagados con nuestros impuestos,recordarlo."Y tb destroza fa... [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/karlotxas/statuses/453190429291593728>
- Martínez, Antonio Francisco [@AntFcoMartinez] (2014, 05 de abril). RT @AndalucistaBaza: Derecho al trabajo Art.26 EstatAuton #Andalucía y Art.35 ConstitEspañola. Qué pena que #paro #enchufismo #corrupción s... [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/AntFcoMartinez/statuses/452492458480652288>
- Moneda Rota [@Monedarota] (2014, 07 de abril). El empleo de calidad sigue en recesión: <http://t.co/76bLDDNFKw> Contratos temporales y a tiempo parcial pueblan España. #paro #empleo [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/Monedarota/statuses/453079878439796736>
- Morilla, Juan [@JuaniMorilla] (2014, 07 de abril). RT @enriquequilez: .@jsqelda El supuesto enchufismo del #Museo del #Calzado es escandaloso con la alta tasa de #paro en #Elda <https://t.co/...> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/Balaixa/statuses/453180475679731712>
- Orihuela, Andrines [@adrinesitas] (2014, 15 de febrero). Estamos en las puertas de la #recesioneconomica por causa de la #corrupción política y económica [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/adrinesitas/statuses/434648317406871552>
- Orquesta Roja [@orchestraroja] (2014, 04 de abril). El gobierno y los patrones asumen "su" responsabilidad velando por las ganancias. Los trabajadores defendemos un alto nivel salarial. #paro [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/orchestraroja/statuses/453183184285351936>
- Perlo, José [@JosePerLo] (2014a, 13 de febrero). RT @JosePerLo: La clase política se caracteriza por la mediocridad <http://t.co/LyBjwrGJ2v> #Corrupcion #Crisis [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/tarantina333/statuses/433998542718636032>

- Perlo, José [@JosePerLo] (2014b, 13 de febrero). La economía real y la corrupción <http://is.gd/GoxSzJ> #Corrupcion #Crisis [Tweet]. Recuperado de <https://twitter.com/JosePerLo/statuses/434093684888322048>
- Ruiz, Cristina [@cristinaruizdu1] (2014, 07 de abril). RT @pardodevera: De 16 millones de trabajadores en España, sólo 6 tienen contrato indefinido. La menor cifra en una década. #paro #reformal... [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/cristinaruizdu1/statuses/453185173325348864>
- Sánchez, Juan Antonio [@JASnchezR] (2014, 13 de febrero). El juez #Ruz confirma que el @PPopular pagó en dinero negro la obra de su sede. #Bárceñas #Gürtel #Corrupción @PSOE <http://t.co/nTQLW948UX> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/JuanAntonioSnc1/statuses/453269631860752384>
- Tribuna Segorbina [@TribunaSegorbe] (2014, 13 de febrero). #CORRUPCIÓN Alaya investiga al líder de #IzquierdaUnida y vicepresidente de la Junta, Diego Valderas, por los #ERE <http://t.co/MT8jVcP3BY> [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/TribunaSegorbe/statuses/434070211990274048>
- Vilches, Manuel [@MANUELVILCHES3] (2014, 13 de febrero). RT @GusRCC: RT"@JPBellido: #Portadas Mañana en 'ABC': <http://t.co/c3IuvGQTzk>"#ERE's #Andalucía #politicosalparo #corrupcion #vergonzoso [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/MANUELVILCHES3/statuses/434074423604568064>
- Zambrano, Jhoseida [@Jhoseidabzb] (2014, 14 de febrero). #Desabastecimiento #Injusticias #Inseguridad #Impunidad #Devaluaciones #Corrupción #Cinismo [Tweet]. Recuperado de <http://twitter.com/jlazarostatuses/434274280613097472>

Referencias

- Acedo, Noelia (2014, 14 de febrero). Guerrero acusa: Valderas pidió ayudas para sus territorios. *La Razón digital*. Recuperado de <http://www.larazon.es/espana/guerrero-acusa-valderas-pidio-ayudas-para-sus-territorios-FY5504623#.Ttt19DBOQiNKnA1>
- Alaya implica en los ERE al vicepresidente andaluz (2014, 13 de febrero). *ABC. Libertad Digital.com*. Recuperado de <http://www.libertaddigital.com/fotos/quiosco-2014-02-13-espana-1007090/larazon-portada.jpg.html>
- Albrecht, Steffen; Lübcke, Maren & Hartig-Perschke, Rasco (2007). Weblog campaigning in the German Bundestag election 2005. *Social Science Computer Review*, 25(4), 504-520. <http://doi.org/10.1177/0894439307305628>
- Ali-Hasan, Noor & Adamic, Lada (2007). Expressing social relationships on the blog through links and comments. *The International Conference for Weblogs and Social Media*, Boulder, marzo 2007
- Allan, Stuart & Matheson, Donald (2013). War reporting in a digital age. En Kate Orton-Johnson & Nick Prior (Eds.), *Digital Sociology. Critical Perspectives* (pp. 151-168). New York,
- Baran, Paul (1962). On distributed communications networks. *IEEE Transactions of the professional Technical Group on Communications Systems*, 12(1), 1-9. Disponible en <http://pages.cs.wisc.edu/~akella/CS740/F08/740-Papers/Bar64.pdf>
- Bardin, Laurance (1986). *El análisis de contenido*. Madrid: Akal.
- Bennett, Lance & Segerberg, Alexandra (2012). The logic of connective action. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739-768. <http://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Boix, Montserrat (2012). Redes sociales: un cambio imparabile. Monográfico La igualdad en las redes sociales. *Boletín Fundación Mujeres*, 94. Disponible en http://fundacionmujeres.es/documentos/view/monografico_94_la_igualdad_en_las_redes_sociales.html
- Bolaños, Alejandro (2014, 7 de abril). El empleo de calidad sigue en recesión. *El País*. Recuperado de http://economia.elpais.com/economia/2014/04/06/actualidad/1396811983_341169.html
- Bruns, Axel & Stieglitz, Stefan (2013). Towards more systematic Twitter analysis: metrics for tweeting activities. *International Journal of Social Research Methodology*, 16(2), 1-18. <http://dx.doi.org/10.1080/13645579.2012.756095>
- Cadena Ser. Hoy por Hoy (2014, 22 de abril). A vueltas con el 'Supuesto enchufismo' en el Museo. Recuperado de <http://radioelda.com/index.php?p=noticias&pueblo=2&cat=1&ref=6556&name=A%20vueltas%20con%20el>
- Campos, Miguel Ángel (2014, 07 de abril). La UDEF cree que la caja B del PP es "el origen de parte de los fondos" de Bárcenas. *Cadena SER, La Ventana*. Recuperado de http://cadenaser.com/ser/2014/04/07/espana/1396828234_850215.html

- Castells, Manuel (2002). Internet y sociedad. En *Lección inaugural del programa de doctorado sobre la sociedad de la información y el conocimiento de la Universitat Oberta de Catalunya*. Recuperado de <http://www.uoc.edu/web/cat/articulos/castells/print.html>
- Castells, Manuel (1996/2008). *La era de la información. La Sociedad Red, vol I*. Barcelona: Alianza Editorial.
- Castells, Manuel (2004/2009). *La Sociedad red. Una visión global*. Barcelona: Alianza Editorial.
- Castells, Manuel (2009). *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, Manuel, (2012/2013). *Redes de Indignación y esperanza*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castro, Raimundo (2014, 16 de febrero). El PSOE acusa a PP y UPN de escudarse en Bildu para tapan la corrupción en Navarra. *CuartoPoder.es*. Recuperado de <http://www.cuartopoder.es/lospasosencontrados/2014/02/16/el-psoe-acusa-pp-y-upn-de-escudarse-en-bildu-para-tapar-la-corrupcion-en-navarra/2668>
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) (2014a). *Barómetro de marzo 2014, informe nº 3017, 01 de febrero de 2014*. Recuperado de http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14054
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) (2014b). *Barómetro de febrero 2014, informe nº 3013, 01 de febrero de 2014*. Recuperado de http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14043
- Ceron, Andrea; Curini, Luigi & Iacus, Stefano M. (2013). Every tweet counts? How sentiment analysis of social media can improve our knowledge of citizens' political preferences with an application to Italy and France. *New Media & Society*, 15(8), 1-20. <http://doi.org/10.1177/1461444813480466>
- Chaves acude a declarar en el Supremo por el caso de los ERE (2015, 14 de abril) (video). *ABC* Recuperado de <http://www.abc.es/videos-espana/20150414/chaves-acude-declarar-supremo-4360535818001.html>
- Cronología del proceso judicial del 'caso Nóos' (2014, 22 de diciembre). *20Minutos*. Recuperado de <http://www.20minutos.es/noticia/1245817/0/cronologia/caso-palma-arena/instituto-noos-urdangarin/>
- Dijk, Jan van (1999/2006). *De netwerkmasstschappij: The Network Society. Social aspects of new media*. London: Sage.
- Eirinaki, Magdalini; Pisal, Shamita & Sinch, Japinder (2012). Feature-based opinion mining and ranking. *Journal of Computer and System Sciences*, 78(4), 1175–1184. <http://doi.org/10.1016/j.jcss.2011.10.007>
- Ekaizer, Ernesto (2014, 07 de abril). Ruz se ratifica ante el órdago del PP. *El País*. Recuperado de <http://blogs.elpais.com/analitica/2014/04/ruz-desmonta-el-%C3%B3rdago-del-pp.html>
- El PSOE aplaude el cese de Navarro al frente del Museo del Calzado y le insta a que aclare los supuestos casos de enchufismo (2014, 22 de julio). *Intercomarcal.com*. Recuperado de http://www.intercomarcal.com/i.php?accion=1&codigo_noticia=58824&m=n&p=

- Fabra, María (2014, 14 de febrero). Las pruebas de financiación ilegal implican al gerente del PP de Madrid. *El País*. Recuperado de http://politica.elpais.com/politica/2014/02/14/actualidad/1392399720_926815.html
- Ferrandis, Joaquín (2014, 7 de abril). No podemos hablar del fin de la crisis con niveles tan altos de paro. *El País*. Recuperado de http://economia.elpais.com/economia/2014/04/06/actualidad/1396811384_704713.html
- Francés, Lola (2014, 8 de abril). El Museo del Calzado vuelve a contratar a tres personas tras prescindir de las que había. *DiarioInformación.com*. Recuperado de <http://www.diarioinformacion.com/elda/2014/04/05/museo-calzado-vuelve-contratar-tres/1487918.html>
- Fuenteálamo, María; Urreiziedta, Esteban & Inda, Eduardo (2014, 9 de febrero). La Infanta se aferra a la confianza en su marido y al desconocimiento. *El Mundo*. Recuperado de <http://www.elmundo.es/baleares/2014/02/08/52f5f0fc22601d767a8b456b.html>
- García, José Luis; González, M^a Ángeles & Ballesteros, Belén (2001). *Introducción a la investigación en Educación II*. Madrid: UNED.
- Gayo-Avello, Daniel (2011). Don't Turn Social Media Into Another 'Literary Digest', Poll. *Communications of the ACM*, 54(10), 121-128. <http://doi.org/10.1145/2001269.2001297>
- Gerlitz, Carolin & Rieder, Bernhard (2013). Mining One Percent of Twitter: Collections, Baselines, Sampling. *M/C Journal*, 16(2). Recuperado de <http://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/viewArticle/620>
- Gloor, Peter; Krauss, Jonas; Nann, Stefan; Fischbach, Kai & Schoder, Michael (2009). Web Science 2.0, Identifying trends through semantic social network analysis. En *International Conference on Computational Science and Engineering*, Vancouver, marzo 2009.
- Herring, Susan C.; Kouper, Inna; Paolillo, John C.; Scheidt, Lois Ann; Tyworth, Michael; Welsch, Peter; Wright, Elijah & Yu, Ning (2005). Conversations in the blogosphere: An analysis from the bottom up. En *Proceedings of the Thirty-Eighth Hawaii International Conference on System Sciences*, Los Alamitos, California, enero 2005.
- Jansen, Bernard; Zhang, Mimi; Sobel, Kate & Chowdury, Abdur (2009). Twitter power: tweets as electronic word of mouth. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 60(11), 2169-2188. <http://doi.org/10.1002/asi.21149>
- Jensen, Bruhn K, (2010). Three-step flow: One-to-one, one-to-many, and many-to-many communications in the digital media environment. En *First meeting of the European Cooperation in Science and Technology (COST)*, Action IS0906, ISCSP, Lisboa, noviembre.
- Kadushin, Charles (2012/2013). *Comprender las redes sociales. Teorías, conceptos y hallazgos*. Madrid: CIS.

- Katz, Elihu (1957). The Two-Step Flow of Communication. An Up-To-Date Report on an Hypothesis. *The Public Opinion Quarterly*, 21(1), 61-78.
http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1279&context=asc_papers
- Kwak, Haewoon; Lee, Changhyun; Park, Hosung & Moon, Sue (2010). What is Twitter, a Social Network or a News Media? En *19th international conference on World wide web*, Nueva York, abril 2010.
- La juez Alaya investiga al líder de Izquierda Unida y vicepresidente de la Junta, Diego Valderas, por los ERE (2014, 12 de febrero). *ABC*. Recuperado de <http://www.abc.es/espana/20140212/abci-alaya-valderas-201402121446.html>
- Larsson, Anders Olof & Moe, Hallvard (2012). Studying political microblogging. Twitter users in the 2010 Swedish election campaign. *New Media & Society*, 14(5), 729-747. <http://doi.org/10.1177/1461444811422894>
- Lista provisional de los 175 imputados en el Caso Gürtel (2014, 13 de febrero). *El País*. Recuperado de http://politica.elpais.com/politica/2014/02/13/actualidad/1392319175_451927.html
- López, Iñiqui (Presentador) (2013). La opinión de Revilla. Hoy la especulación es la que rige el mundo. Sexta Noche Opinión. [Programa de TV]. España: TV
Recuperado de http://www.lasexta.com/programas/sexta-noche/opinion-revilla/revilla-hoy-especulacion-que-rige-mundo_2013032300118.html
- Lovejoy, Kristen; Waters, Richard & Saxton, Gregory D. (2012). Engaging stakeholders through Twitter: How nonprofit organizations are getting more out of 140 characters or less. *Public Relations Review*, 38(2), 313-318.
<http://doi.org/10.1016/j.pubrev.2012.01.005>
- Madge, Clare; Meek, Julia & Tristram, Jane Wellens (2009). Facebook, social integration and informal learning at university. *Learning, Media and Technology*, 34(2), 141-155. <http://doi.org/10.1080/17439880902923606>
- Martín-Arroyo, Javier (2014, 7 de abril). La Guardia Civil señala en el 'caso ERE' a tres diputados históricos del PSOE. *El País*. Recuperado de http://ccaa.elpais.com/ccaa/2014/04/07/andalucia/1396862843_563587.html
- Mata-Benito, Patricia; Ballesteros-Velázquez, Belén & Padilla-Carmona, M^a Teresa (2013). Ciudadanía participativa y transformadora, Análisis de discursos y propuestas de aprendizaje. *Teoría de la Educación. Revista Interuniversitaria*, 25(2), 49-68.
- McMillan, James & Schumacher, Schumacher (2001/2005). *Investigación educativa*. Madrid: Pearson Addison Wesley.
- Mostafa, Mohamed Mohamed (2013). More than words. Social networks' text mining for consumer brand sentiments. *Expert Systems with Applications*, 40(10), 4241-4251. <http://doi.org/10.1016/j.eswa.2013.01.019>
- O'Connor, Brendan; Balasubramanyan, Ramnath; Routledge, Bryan R. & Smith, Noah A. (2010). From Tweets to Polls. Linking Text Sentiment to Public Opinion Time Series. En *Proceedings of the fourth international AAAI conference on weblogs and social media*. Washington DC, mayo 2010.

- Pardo De Vera, Ana (2014, 15 de febrero). Rajoy trasladó el 'sé fuerte' de Bárcenas a Barcina, acorralada por la corrupción. *El Periódico.es*. Recuperado de <http://www.publico.es/politica/502093/rajoy-traslado-el-se-fuerte-de-barcenas-a-barcina-acorralada-por-la-corrupcion>
- Pérez, Fernando J. (2015, 23 de marzo). Ruz acredita 18 años de caja b del PP. *El País*. Recuperado de http://politica.elpais.com/politica/2015/03/23/actualidad/1427123957_555826.html
- Rincón, Reyes (2015, 18 de abril). Prevaricación por omisión, un delito en busca de autor en el 'caso ERE'. *El País*. Recuperado de http://politica.elpais.com/politica/2015/04/17/actualidad/1429304123_188409.html
- Ruíz de Arriaga, Jesús María (2015, 26 de febrero). La situación de las preferentes, seis años después. *ABC*. Recuperado de <http://www.abc.es/asesoria-legal-arriaga/20150108/abci-preferentes-situacion-2015-201501070710.html>
- Said, Elías & Arcila, Carlos (2011). Líderes de opinión en Colombia, Venezuela e Irán. El caso de los 20 usuarios más vistos en Twitter. *Comunicación y Sociedad*, 24(1), 75-100. Recuperado de http://www.unav.es/fcom/comunicacionsociedad/es/resumen.php?art_id=379
- Seegerberg, Alexandra & Bennett, Lance (2011). Social Media and the Organization of Collective Action, Using Twitter to Explore the Ecologies of Two Climate Change Protests. *The Communication Review*, 14(13), 197-215. <http://doi.org/10.1080/10714421.2011.597250>
- Shirky, Clay (2009, junio). *Cómo los medios sociales pueden hacer historia*. [Video]. Recuperado de http://www.ted.com/talks/clay_shirky_how_cellphones_twitter_facebook_can_make_history?language=es
- Tjong, Erik; Tjong, Kim & BOS, Johan (2012). Predicting the 2011 Dutch Senate Election Results with Twitter. En *Proceedings of the 13th Conference of the European Chapter of the Association for Computational Linguistics*. Avignon, Francia, abril 2012.
- Todas las claves para no perderse en el caso 'Gürtel' (2010, 12 de abril). *El Mundo* Recuperado de <http://www.elmundo.es/elmundo/2010/04/09/espana/1270844916.html>
- Toret, Jose Adserias; Calleja, Antonio; Marín, Óscar; Aragón, Pablo; Aguilera, Miguel & Lumbreras, Alberto (2013). *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida*. (IN3 Working Paper Series, Internet Interdisciplinary Institute. Working paper series (RR13-001)). Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya. Recuperado de <http://colaborativo.net/wp-content/uploads/2013/09/J.Toret-T%C3%A9cnopolitica.pdf>
- Ugarte, David (2007). *El poder de las redes. Manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo* (e-book). Editorial El Cobre.

- Veltri, Giuseppe Alessandro (2014). Microblogging and nanotweets: Nanotechnology on Twitter. *Public Understanding of Science*, 22(7), 832-849. <http://doi.org/10.1177/0963662512463510>
- Waters, Richard D. & Jamal, Jia Y. (2011). Tweet, tweet, tweet: A content analysis of nonprofit organizations' Twitter updates. *Public Relations Review*, 37(3), 321-324. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pubrev.2011.03.002>
- Woodly, Deva (2008). New competencies in democratic communication? Blogs, agenda setting and political participation. *Public Choice*, 134(1-2), 109-123. <http://doi.org/10.1007/s11127-007-9204-7>
- Zafra, Ignacio (27 de julio de 2015). La Audiencia Nacional decidirá la suerte de Cotino, Costa y Rambla. *El País*. Recuperado de http://ccaa.elpais.com/ccaa/2015/07/27/valencia/1438001770_010525.html
- Zappavigna, Michele (2011). Ambient affiliation: A linguistic perspective on Twitter. *New Media & Society*, 13(5), 788-806. <http://doi.org/10.1177/1461444810385097>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

MEMORIA DE LAS DESAPARICIONES DURANTE LA GUERRA SUCIA EN MÉXICO

MEMORY OF DISAPPEARANCES DURING DIRTY WAR IN MEXICO

Jorge Mendoza García

Universidad Pedagógica Nacional; jorgeuk@unam.mx

Historia editorial

Recibido: 15-08-2014

Primera revisión: 07-03-2015

Aceptado: 09-04-2015

Palabras clave

Memoria colectiva

Olvido social

Guerrilla

Guerra sucia

Desapariciones

Resumen

En este texto argumento varias cosas: 1) que hay una forma distinta a la individual de visitar el pasado, esto es recordar en el marco cultural, y a eso se le denomina memoria colectiva; 2) que hay, asimismo, formas impositivas sobre lo ocurrido en el pasado, como el silencio, que llevan al olvido social; 3) que México estuvo inmerso en un contexto sociopolítico en los años sesenta y setenta del pasado siglo XX, que orilló a participantes de movimientos sociales, pacíficos y legales a la toma de las armas; y que estos grupos guerrilleros fueron también reprimidos por el Estado; 4) a esa práctica que el poder desplegó para aniquilar a la guerrilla se le denominó guerra sucia; 5) en esa guerra sucia hubo detenciones ilegales, cárcel clandestina, tortura, entre otras prácticas, lo que trajo como consecuencia cientos de desaparecidos políticos en el caso revisado en México.

Abstract

In this text I argument several things, to know: 1) there is a different way than the individual to revisit the past, to remember in the cultural frame and this is named collective memory; 2) there are, likewise, imposing ways about what happened in the past, as the silence, which carry to the social oblivion; 3) Mexico was immersed in a sociopolitical context from the 60s to the 70s of the last century, which force participants of social, pacifist and legal movements to take up the weapons; and those *guerrilla* groups were also repressed by the State; 4) the practice unfolded by the authority to annihilate the *guerrilla* was named *dirty war*; 5) in that *dirty war* there was illegal detentions, clandestine jail, torture, among other practices which consequence was hundreds of political missing in the reviewed case in Mexico.

Keywords

Collective memory

Social oblivion

Guerrilla

Dirty war

Disappearances

Mendoza García, Jorge (2015). Memoria de las desapariciones durante la guerra sucia en México. *Athenea Digital*, 15(3), 85-108. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1446>

Idea de memoria colectiva y olvido social

La visión de la memoria que insiste en que es menos una facultad individual y más un proceso de edificación cultural, que es colectiva, se expuso a principios del siglo XX. La memoria que aquí se suscribe es colectiva, siquiera por los marcos en que se contiene, como el espacio, el tiempo, la afectividad y el lenguaje, sobre la base de los cuales se construye, porque son eso, marcos en los que se contienen, en los que cobran sentido los acontecimientos que han de ser dignos de mantenerse para después comunicarse. Los marcos sociales posibilitan estabilidad, porque son puntos fijos, coordenadas que permiten contener, y por ello el contenido puede modificarse, pero los marcos, fijos como son, se mantienen: son aquello fijo donde puede apoyarse lo que se mueve. Los marcos son significativos en la medida que se acuerdan colectivamente y que se estipulan para las colectividades: una fecha y un lugar resultan de interés para la gente

en la medida que les instan algo, que los interpelan, que les comunican algo significativo, de lo contrario serían fechas y lugares distantes, sin interés, ajenos e incommunicables. La memoria colectiva es una reconstrucción social sobre eventos significativos del pasado que se realiza desde el presente, es una visión grupal, social, de esos acontecimientos que han sido relevantes para una colectividad, no es el reflejo de lo ocurrido, toda vez que se asume que ello no se puede dar. Es una perspectiva inaugurada por el francés Maurice Halbwachs que en 1925 publicó en libro titulado *Los marcos sociales de la memoria* (1925) y un texto póstumo intitulado así *Memoria colectiva* (1950).

Desde esta perspectiva, el espacio no es un territorio físico sino uno social, uno que se habita, que se vive, que se significa. La esquina que rondan las personas, el edificio en que una familia ha vivido durante décadas y se niega a desalojar, la tierra que generaciones pasadas han cultivado y por eso no se vende, el suelo en que se ha vivido y del que a uno lo destierran y entonces se busca el retorno, o la plaza donde ha ocurrido una masacre y al paso del tiempo se visita una y otra vez. El tiempo, de igual manera, no es uno lineal ni físico, es uno con sentido, como esos plazos de celebración, esos días de recuerdo, esos calendarios que inventan diversas culturas, esas fechas que se conmemoran, lo mismo el nacimiento, los quince años, las bodas hasta las gestas de diversas revueltas, masacres o las fechas de la resistencia o la expiración.

El lenguaje, por su parte, es un marco central en tanto que es con él que se comunican esos sucesos y vivencias que se consideran relevantes, con lenguaje se significa, mantiene y se comunica ese pasado en el presente. Halbwachs (1925) lo pone así: “los hombres que viven en sociedad usan palabras de las cuales comprenden el sentido: ésta es la condición del pensamiento colectivo” (p. 279), y es que cada palabra que se comprende se ve acompañada de recuerdos, a tales recuerdos se les hace corresponder palabras. Para evocar los recuerdos hay que hablar de ellos, es esa una característica fundamental del lenguaje, y así es todo el sistema de convenciones humanas, que permiten a cada momento reconstruir nuestro pasado.

Pues bien, estos son algunos de los marcos sociales que posibilitan estabilidad, porque son puntos fijos, coordenadas que permiten contener, y por ello el contenido puede modificarse, pero los marcos, se mantienen. Como se ha indicado, el lenguaje es central en la edificación y comunicación de los contenidos de la memoria, y una manera en que ello ocurre es mediante la narración. La narración, se concibe como “prácticas de producción y articulaciones argumentativas organizadas en una trama enmarcadas en unas coordenadas espaciotemporales” (Cabruja, Iñiguez y Vázquez, 2000, p. 62). Son discursos con sentido. En efecto, narrar es relatar, contar, referir, informar acerca de algo, como antaño se hacía, como la tradición oral dicta; relatar es dar cuenta de algo (Gómez de Silva, 1985/1999), y ese algo debe tener algún sentido, cierto signifi-

cado para quien narra y para quien escucha o lee, porque esa es la cualidad de la memoria: guardar y dar cuenta de lo significativo de la vida, de lo que vale la pena mantener para luego comunicar y que alguien más lo signifique. Existen más elementos que caracterizan a la memoria colectiva (Mendoza, 2001, pp. 62-125), no obstante para fines del presente trabajo, con estos nos quedaremos para su incorporación más adelante. Para cerrar esta idea puede entenderse por memoria, como lo expresa Isabel Piper (2005, p. 11) “una construcción colectiva, un proceso de interpretación de los acontecimientos que fueron o que pudieron haber sido, distanciándonos de aquellas perspectivas que la entienden como un receptáculo en el cual se almacenan los acontecimientos del pasado”.

Ahora bien, si se efectúa un proceso de recuperación de lo significativo del pasado, como la memoria, se despliegan asimismo prácticas tendientes a la fabricación del olvido. De los libros se ha dicho que no tienen sentido ni efecto alguno si no se les lee, que fue lo que ocurrió en algunos siglos en la Edad Media con varios autores griegos, porque se les censuró, se les ocultó, de cierta manera se les silenció. Cuando alguien escribe se abren diferentes interpretaciones a lo que ahí se dice, sea sobre el pasado, el presente o el porvenir. Umberto Eco a eso le ha denominado diálogo entre texto y lector (Eco, 1976/2000). Cuando no hay lectura, por una intención deliberada de ocultar, el silencio rige y se erige como vehículo que conduce al olvido. El olvido social es entendido aquí como esa imposibilidad de comunicación sobre lo que en el pasado ha ocurrido o en el presente se va forjando, y cuya incomunicación se dispone desde posiciones de privilegio como las de poder. En tal sentido, el devenir del olvido se encuentra ligado al silencio, a aquellos o aquello que se ha querido, intentado y, en no pocos casos, logrado acallar. Se pueden referir casos como los de las mujeres, los marginales, los leprosos, las brujas, los pensamientos opositores y bien podrían incluirse “personajes” que incomodan en distintos periodos de la historia ortodoxa. No obstante, sobre ellos poco a poco se ha ido corriendo el telón, se ha ido arrojando luz, se les ha ido sacando de las sombras, se les ha mostrado como emblemas de su momento. Existieron y sobre estas personas comienza a escribirse, aunque debe reconocerse que si se hablaba sobre dichas personas, se hacía desde una postura de privilegio: no se narraban a sí mismas estas gentes o, al menos, no se conservó ese punto de vista, pues se omitió, o como lo apunta Félix Vázquez (1998, p. 70): son narrativas que pertenecen “al discurso dominante”, en especial es la traza discursiva de los gobiernos autoritarios.

Quizá sea por este tipo de consideraciones que el escritor argentino Juan Gelman (2002) ha declarado que escribe, porque escribiendo intenta acabar con el silencio que navega sobre la amnesia. El diálogo colectivo fortalece el lazo social y minimiza los gravámenes del silencio, y el silencio en medio de la imposición, de una dictadura, im-

plica el consentimiento y es tendiente al olvido. En este proceso, la reflexión es lacónica: de lo que no se habla no existe, o cuando menos no cobra significado alguno. Siguiendo a Ludwig Wittgenstein (1921/2012), si “los límites de mi lenguaje significan los límites de mi mundo” (pp. 74-75), entonces, en la realidad no cabe aquello de lo que no se habla, y como ha escrito Michelle Perrot (1999/2002, pp. 55-61):

Lo que no se cuenta no existe. Lo que nunca ha sido el objeto de un relato, de una historia, no existe. Los tiranos lo saben muy bien y por eso borran los rastros de aquellos a quienes intentan reducir a la nada.

Distintos actores han sido borrados, por acción del silencio, en los relatos de la remembranza y, en este caso, las mujeres han sido las mudas, las ausentes, las olvidadas de la historia. Las mujeres de las que se habla son las excepcionales, una especie de grandes hombres. Las mortales, pequeñas, no han existido, no son sujeto de relato. Siguiendo esta reflexión, aquel suceso, periodo, sector, grupo, persona que no se nombra, de quien se calla, a quien no se le incluye en el discurso y la conversación, se le ha olvidado: a quien no forma parte de la conversación se le reduce al silencio, se le margina, se le olvida. Una característica de la historia oficial, señala Marc Ferro (1996/2003): “es el silencio que se impone a ciertos secretos [...] los silencios principales están ligados a las normas de legitimidad en que se basa la institución, y más aún a los orígenes de dicha legitimidad” (pp. 97-98), que cobran la forma de tabú; es en ese sentido que la historia oficial suele ocultar hechos vergonzosos perpetrados por una institución fundadora, como los crímenes, las matanzas, los genocidios, entre otros. Éste es un rasgo que comparten una gran cantidad de países. Ciertamente: “en los discursos dominantes se aboga por el carácter incontrovertible de los hechos, de única interpretación [...] un discurso único” (Vázquez, 1998, p. 69). Ciertamente, los regímenes totalitarios son proclives a la creación de una sociedad privada de memoria, encontrando su aliado en la negación y silenciamiento del horror.

En cambio, al hacer memoria, al reconstruir el pasado, se le endosan continuidades a lo que ha sido significativo en los grupos y en la sociedad. Mediante memoria se ligan pasado, presente y futuro, al tiempo que se edifican nuevos significados, y de esta forma resulta comprensible y familiar lo que tiempo atrás sucedió. Cuando el silencio, tendiente al olvido, hace acto de presencia sobre el pasado, éste se vuelve incomprensible y ajeno, a lo cual se le denomina discontinuidad; ahí donde falta la memoria la discontinuidad se presenta generando olvido, siendo uno de sus productos la novedad: ese no saber de dónde provienen las cosas, ese rubricar los acontecimientos, personajes o pensamientos como algo que surge en el momento y en el presente, desconociendo su largo viaje desde tiempos atrás. En México, por caso, para muchos resultó una novedad, discontinuidad, el surgimiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional

(EZLN) en 1994, en virtud de que los movimientos guerrilleros de las décadas de los sesenta y setenta del siglo XX fueron silenciados, mandados al olvido. En consecuencia, se creyó que estos no habían existido en nuestro país y se vio como una manifestación nueva a la naciente guerrilla, y a varias de sus expresiones, elementos que ya se habían mostrado en los grupos guerrilleros de las pasadas décadas. Es el caso del viejo Antonio, una especie de alter ego, que ya estaba presente en la guerrilla de los años setenta de Lucio Cabañas, pues la figura del viejo es ancestral y emblemática en las culturas indígenas y campesinas de México. En este caso, el silencio ha fungido como material del olvido social. El silencio como contraparte de la edificación de la memoria mediante el lenguaje, y los marcos sociales como señalé párrafos atrás.

La ruta de las armas

Varias agrupaciones guerrilleras de los años sesenta y setenta del siglo XX tienen su tránsito de ser un movimiento social y pasar a la lucha armada. Veamos someramente algunos casos. En ese par de décadas surgen en México dos tipos de guerrilla: la rural en el campo y la sierra, y la urbana en las grandes ciudades. En la denominada guerrilla rural podemos ubicar a Genaro Vázquez y su Asociación Cívica Nacional Revolucionaria (ACNR), y a Lucio Cabañas y su Partido de los Pobres (PdLP). Este par de personajes y sus organizaciones habían iniciado su lucha con modestas reivindicaciones. Los dos, por separado, sintetizaban su paso de participantes de organizaciones civiles y pacíficas a las armadas en los siguientes términos. En una entrevista en 1971 Genaro Vázquez señala: “se luchó por todas las formas posibles y ‘legales’. Miles de papeles con quejas pasaron por mis manos sin que ninguna de éstas fuera resuelta en forma razonable para los campesinos [...] Y nos cansamos” (en Bartra, 1996, p. 143). Genaro Vázquez participó organizando a la oposición al Partido Revolucionario Institucional (PRI) en las elecciones de diciembre de 1962 en el sureño estado de Guerrero. Ante el fraude electoral surgen las protestas en distintas ciudades del estado, y por ello son reprimidos, llegan los enfrentamientos con la policía y el Ejército, acciones de las que se responsabiliza a Genaro, quien finalmente es aprehendido en la ciudad de México y traslado a Guerrero donde pasa dos años en prisión. Su entonces Asociación Cívica Guerrerense se tornará Revolucionaria y Nacional. Por su parte, Lucio Cabañas en su momento expresará: “nosotros organizábamos a los maestros y uníamos a los campesinos para luchar contra las compañías madereras y [contra] tantos impuestos [...] Y también uníamos al pequeño comercio”, pero los reprimieron una y otra vez, y también se cansaron (en Bartra, 1996, p. 143).

La otra guerrilla, la urbana, surge en las grandes ciudades como Monterrey, Guadalajara, Culiacán y el Distrito Federal. Más allá del elemento de sobre ideologización

que se les intenta endosar a los jóvenes de entonces, éstos pasan a engrosar las filas armadas en buena medida después de la represión que sufren los movimientos estudiantiles de 1968 y 1971; es decir, pasan de participantes en un movimiento social pacífico y legal a uno armado. La expresión más amplia y de mayor desarrollo por su número de integrantes, más de 1 500 y su presencia en 23 estados del país, es la Liga Comunista 23 de Septiembre (LC23S) constituida en marzo de 1973, en su mayoría por jóvenes y estudiantes cuyos movimientos estudiantiles de los cuales provenían habían sufrido la represión constante (Aguayo, 2001). Entre la guerrilla rural y urbana suman más de 30 agrupaciones en las décadas señaladas, y tendrán presencia en más de veinte estados, dos tercios del país.

Guerra sucia en México

A la presencia y actuación de la guerrilla el Estado mexicano le opuso violencia cruenta, sanguinaria, desplegando una serie de prácticas que rebasaron los límites de la legalidad. Pueblos arrasados en comunidades alejadas, allá en las montañas, detenciones masivas e ilegales, enclaustramiento en cárceles clandestinas, destierro, persecución, tortura y desapariciones fueron algunas de esas prácticas. A esta actuación del Estado mexicano se le ha denominado guerra sucia. La guerra sucia lo es, precisamente, porque se rechaza la propia ley que se dice defender, y se hace desde el poder, en este caso desde el Estado mismo. No se responde desde la legalidad, desde ahí se actúa y se quebranta, se tortura, se asesina, no se aplica la justicia, se burla. La guerra sucia es esa etapa “en que se volcó toda la fuerza de los aparatos de inteligencia para eliminar cualquier acto de subversión e inconformidad social” (Rodríguez, 2004, p. 10); “lo que señala el carácter de *guerra sucia* es, precisamente, el rechazo de la ley desde el Estado”, al gobierno le corresponde “responder a la insurgencia armada, pero dentro de la legalidad, sin torturar, ‘desaparecer’, asesinar”; no obstante desde el gobierno “se linchó con furia detallada a los guerrilleros [...] se arrojaron cadáveres al mar”, señaló en su momento Carlos Monsiváis (en García, 2004, p. 7, cursiva en el original).

Fueron dos instancias, principalmente, quienes pusieron en práctica la guerra sucia, y lo hicieron en los dos frentes, en el campo y en la ciudad. En la ciudad operó la Dirección Federal de Seguridad (DFS), creada a fines de 1946, y en la cual para 1959 es ya subdirector de esta policía política el legendario Fernando Gutiérrez Barrios, con él estarán personajes como Luís de la Barreda y Miguel Nazar Haro, hombres que controlarán la DFS durante años. Por su parte, el enfrentamiento a la guerrilla rural, especialmente en el estado de Guerrero, corrió a cargo del Ejército, y acarrearía consigo una actividad cruenta: el ataque a poblaciones y comunidades enteras. Genaro Vázquez en su momento denunció “el empleo de la aldea vietnamita [...] en diversas regiones de

Guerrero donde a punta de bayonetas, se concentra a los habitantes de zonas agrestes en centros de población controlables” (en Bartra, 1996, p. 141), para después llevarse-los, encerrarlos en cárceles clandestinas, torturarlos y, en medio de tal acción, asesinarlos. Algunos detenidos eran mantenidos en alguna base militar de la zona.

En ese contexto, la guerrilla no es reconocida como tal; se les niega el derecho a engrosar las filas del movimiento social; son depositados por el discurso oficial en el campo de la delincuencia y el terrorismo: denegación de su lucha y las causas de la misma. No son luchadores sociales, no tienen programas políticos, no pretenden cambios; la prensa nacional se hace eco de esa voz, y se les ideologiza, mandándolos, desde ese momento, a la zona del olvido. En cierta medida por eso, en una ruta a contracorriente, los sufrientes y sobrevivientes de la represión han intentado reconstruir lo que aconteció en aquellos años oscuros. Primero en susurros, luego escribiendo, después en foros, ahora se va delineando esa memoria negada.

Cuerpos desvanecidos: los desaparecidos

En la desaparición “las víctimas se borran, los triunfos se esconden, los combates se minimizan”; se esconde lo hecho, “el secreto que se guarda no es del orden de la palabra, de la interdicción, sino del silencio sobre el destino, sobre la suerte de un individuo: sobre su existencia”; cierto, “el secreto, la negativa, la ignorancia, el olvido, la tachadura, la rasgadura, las contradicciones, todas son técnicas para desaparecer a las personas, para difuminar su memoria, desconocer los conflictos, callar las batallas”, señala Roberto González (2012, p. 138).

En México, esta práctica de desvanecer cuerpos tiene sus inicios, para después realizarse de manera sistemática, a fines de los años sesenta. A decir de Laura Castellanos (2007) la primera desaparición forzada en los tiempos de este periodo de actuación de la guerrilla, es la de Epifanio Avilés Rojas, vinculado a la ACNR de Genaro Vázquez, ocurrida el 19 de mayo de 1969. Fue entregado a dos militares, uno de ellos Mario Acosta Chaparro, a quien se le ha señalado como inaugurador de los vuelos de la muerte en el estado de Guerrero, y a quien se acusa de haber desaparecido a varias personas en ese tiempo.

Ese mismo año, en torno a la guerrilla de Lucio Cabañas también hay un desaparecido, David Cabañas narra:

Cuando Lucio toma el monte y las armas comienza la represión contra los familiares y gente cercana a Lucio. A Juan Fierro, profesor cercano a Lucio, lo desaparecen en 1969. Y eso que no había acciones militares fuertes aún, pero

la represión ya se dejaba sentir. A Juan Fierro García lo desaparecen (David Cabañas, comunicación personal, 10 de febrero de 2010).

Es éste un punto de partida de la estrategia contrainsurgente. Es la misma hipótesis que sostiene un estudioso de la inteligencia mexicana Sergio Aguayo (2001, p. 189), quien plantea que las desapariciones inician en el estado de Guerrero en 1969 y se pagan por todo el país hacia 1973.

Legalmente se considera el delito de desaparición, dice el Código Penal Federal (s/f, Título Décimo, Capítulo III Bis, Artículo 215-A, cursivas del original): “Comete el delito de *desaparición forzada de personas*, el servidor público que, independientemente de que haya participado en la detención legal o ilegal de una o varias personas, propicie o mantenga dolosamente su ocultamiento bajo cualquier forma de detención”. Este tipo de delito se configura a partir del momento en que vence el plazo para la presentación del detenido a la autoridad competente. A decir de la Suprema Corte de Justicia de la Nación, en México hay prescripción de este delito a partir del momento en que aparece la víctima, ya sea viva o muerta. La desaparición forzada es un crimen de lesa humanidad. En el mismo Código, se señala: “Comete delito de *genocidio* el que con propósito de destruir, total o parcialmente a uno o más grupos nacionales o de carácter étnico, racial o religioso, perpetrarse por cualquier medio, delitos contra la vida de miembros de aquellos” (s/f, Título Décimo, Capítulo III Bis, Artículo 215-A). En su momento Mariclaire Acosta, quien fuera representante de Amnistía Internacional en México, sobre las desapariciones, dirá:

El mecanismo empleado para desaparecer a una persona en Latinoamérica es relativamente sencillo: se trata de aparentar un simple secuestro, perpetrado en forma rápida, violenta y anónima como lo dictan los cánones de la tradición. Generalmente el acto es precedido por un allanamiento de morada en el cual un grupo armado irrumpe violentamente, a las altas horas de la noche, en el hogar de la víctima, y, tras el amedrentamiento y maltrato del resto de los habitantes, lleva consigo a su presa además de todos los objetos que pudo hurtar durante el operativo (en Poniatowska, 1980, p. 142).

Dicho método, como muchos otros desplegados en los años de la guerra sucia, se han negado una y otra vez. No obstante, han quedado huellas, indicios, que permiten ir reconstruyendo, a la par de lo narrado por algunas personas, las estancias últimas donde se vio a quienes después desaparecieron. Uno de estos indicadores lo constituyen los propios documentos y archivos que la policía política elaboró para dar cuenta de las detenciones de quienes participaban en la guerrilla. En efecto, en los archivos de la DFS hay indicios de los desaparecidos, no así la manera como desaparecieron. Son piezas de un rompecabezas más amplio pero que brindan elementos para saber dónde

estuvieron por última vez: fragmentos de la memoria colectiva de esos eventos, que se han ido proporcionando en los años recientes y que han sido narrados por familiares o sobrevivientes de la guerra sucia, y que desde su posición contribuyen a ir dibujando la memoria colectiva de esas décadas, de esta sociedad.

Un primer intento de reconstrucción de la práctica de las desapariciones la realizó la Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH). Después de siete décadas en el poder por parte del Partido Revolucionario Institucional (PRI), con la llegada al gobierno del derechista opositor, Partido Acción Nacional (PAN) en el 2000, se creyó que se podría investigar lo ocurrido en el pasado, al menos en cuanto a procesos de represión se refería. La CNDH realizó una investigación y entregó un primer informe en 2001: tenía registrados 532 casos, documentó 232 en que se tenía información de las personas desaparecidas hasta el momento en que se le detiene, incluso con actas de detención, pero se desconocía su paradero final. Por su parte, hasta 1978, el Comité Eureka (de familiares de desaparecidos, principalmente madres) tenía registrados 480 casos, la Asociación de Familiares de Detenidos, Desaparecidos y Víctimas a los Derechos Humanos en México (AFADEM) 1200 y años después la oficial Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (FEMOSPP) 797 (González, 2012, p. 20).

En muchos casos es sumamente complicado comprobar que se desapareció, y se entiende, pues la lógica del poder es borrar, esfumar, y no tendría caso guardar signos, señales o documentos que den cuenta de su existencia en los sótanos del poder, como lo ocurrido dentro del Campo Militar Número Uno (CMN1), complejo carcelario que fue construido en 1961 por disposición presidencial, y realizado por el entonces secretario de Gobernación Gustavo Díaz Ordaz, que después ocuparía la presidencia. El CMN1 “la principal plaza militar del país será convertida en el mayor centro clandestino de reclusión y tortura en la historia de México” (Castellanos, 2007, p. 125). Ahí y en sus archivos se encuentra una parte fuerte y amplia de la memoria de esa guerra sucia que se desató contra la guerrilla de ese entonces.

Después del intento de la CNDH por ir arrojando luz a ese periodo oscuro de la guerra sucia y los desaparecidos, se creó la FEMOSPP, que partió, para hacer su tarea, del informe de la CNDH y de archivos que le fueron entregados; incluso información con que armó los casos de desapariciones la Fiscalía Especial (2008), se desprende de documentos de la propia policía política, en los que hay reportes y confesiones obtenidas en cárceles clandestinas mediante tortura, así como fichas signaléticas. Algunos de estos reportes están firmados por quien detiene o una figura de más alto rango, en algunos casos se pega una fotografía del detenido y se incluyen datos socioeconómicos y antecedentes penales, en diversos casos se llegó a alterar la fecha de detención, quizá por la desaparición que después se hizo de gente secuestrada. En otros más hay infor-

mación falseada, deliberadamente, con la intención de no involucrar a ciertos personajes o funcionarios. Hay algunas fichas señaléticas, cuyo formato está redactado en inglés, indicador de la colaboración con el sistema de inteligencia norteamericano.

Las fichas oficiales hablan, en parte, de lo sucedido, como podrá irse viendo. Para 1976 la Dirección de Investigaciones para la Prevención de la Delincuencia (DIPD) tenía documentos con fotografías de personas que consideraba “extremistas” y los señalaba como “prófugos”, son 192, y en muchas de esas imágenes es notoria la huella de las golpizas y torturas a que fueron sometidos. Algunos, incluso, aparecen con letreros de identificación carcelaria, como en el caso de José Luis Rhi; otros aparecen en camas y con sondas, es el caso de Edna Ovalle Rodríguez. Son imágenes de detenidos por esta dependencia, y se les rotula en esos documentos como “prófugos”; algunos de ellos, se sabe, se encontraban en el CMN1. Otras fotos que se incluyen en este legajo son en realidad tomadas de documentos oficiales, como licencias de manejo por ejemplo. Dicho documento se encuentra engargolado y se signa como “extremistas prófugos”; el reporte está hecho a máquina de escribir, y en las fichas de los prófugos se da cuenta de su actividad. Una de ellas dice:

Arturo Rivas. Alias Germán, René o Román. Activista perteneciente a la ‘Liga Comunista 23 de Septiembre’. Autor de varios hechos delictuosos. Se encuentra recluso en la Cruzía ‘M’ en Lecumberri a disposición del Juzgado Décimo Quinto Penal, acusado de robo, asociación delictuosa, lesiones contra agentes de seguridad (en Castillo, Urrutia, Ballinas y Cuellar, 2002, p. 7).

No obstante que se indica que está en prisión, sigue en el engargolado de “prófugos”. De algunos de los fichados no se sabe qué ocurrió con ellos. Este proceso de ocultamiento es tendiente a configurar el olvido.

Tal estrategia indudablemente existió, toda vez que hubo una táctica para aniquilar a la guerrilla, y una de las maneras fue deshacerse, literalmente, de los guerrilleros. Se les detenía, se les recluía en cárceles clandestinas, fueran casas de seguridad de la policía política o campos militares, sitios estos de reclusión ilegal, y después se les desaparecía: el CMN1, la Base Militar de Pie de la Cuesta o el Cuartel Militar en Atoyac son muestra de ello. Las desapariciones parecían funcionarles. El abogado José Enrique González Ruiz, sobre este proceder señala:

Los detenidos-desaparecidos son personas aprehendidas en sus domicilios, centros de trabajo o en la vía pública, por personal armado, en ocasiones uniformado, en operativos que por las condiciones en que se llevaron a cabo y por las características, hacen presumir fundamentalmente la participación en los mismos de las fuerzas públicas (gobierno, Ejército, policía, cuerpos de seguridad y otros organismos oficiales). Con posterioridad a estos hechos las

personas detenidas ‘desaparecieron’, sin que se tenga noticia alguna de su paradero. Se trata siempre de un acto ilegal, perpetrado casi en todos los casos al amparo de las sombras de la noche o en otras circunstancias que aseguran la impunidad a sus autores. Es en realidad una forma de secuestro (en Dios Corona, 2004, p. 182).

La desaparición suele no dejar constancia, es un acto de poder y es diseñada en el ocultamiento:

Una persona que a partir de determinado momento *desaparece*, se esfuma, sin que quede constancia de su vida o de su muerte. *No hay cuerpo de la víctima ni del delito*. Puede haber testigos del secuestro y presuposición del posterior asesinato pero no hay un cuerpo, material que dé testimonio del hecho (Calveiro, 2001, p. 54, cursivas en el original).

De ahí que la desaparición debe narrarse “desde los fracasos del poder, desde el lado de sus víctimas, desde el recuerdo que hacen las madres y los compañeros de los presuntamente olvidados” (González, 2012, pp. 19-20). Porque en múltiples casos no hay dato alguno, informe, ficha señalética, fotografía o fecha de desaparición. A la desaparición física le sigue la desaparición burocrática, pues se pierde la información respecto a esas personas. La desaparición es tecnología puesta en marcha, deviene diversos “mecanismos, técnicas, instituciones, organismos y agentes”, teniendo como propósito “esfumar a los individuos peligrosos, desaparecer a los adversarios, negarles estatuto político” (González, 2012, p. 32). En este mecanismo de lo que se trata no es de derrotar al adversario, al enemigo, se trata de eliminarlos, de negarles existencia y, como se ha indicado, en algunos casos, los desaparecidos tenían ficha de información en la DFS, como ocurrió con Epifanio, el primer desaparecido en Guerrero, lo cual da cuenta de que se les seguía, se les espiaba, se les vigilaba; en otros casos, el rastro se borra, se destruye la ficha de información de las personas desaparecidas, llega la ausencia. Se va borrando el recuerdo, huecos de memoria, zonas de olvido.

Tales secuestros (chupados les llaman en otras latitudes del continente, como Chile o Argentina), y desapariciones, se han ido documentando, testimoniando, reconstruyendo, haciendo ejercicio de memoria, porque como se señala desde esta óptica sobre el pasado, lo que vale la pena la memoria lo guardará, lo narrará, comunicará sus significados, así hayan pasado años, lustros, décadas, que es lo que está sucediendo en estos momentos en México. Aunque trágica la esfumación, se relata mediante el recuerdo de familiares, sobrevivientes o testimoniados, de ahí que pueda señalarse que “el registro de un desaparecido es una guerra sorda entre las fuerzas de la memoria y las técnicas de la desaparición” (González, 2012, p. 17), tendientes al olvido.

En Guerrero se desapareció muchas personas; se cuentan por cientos, pero no son cifras las que se enuncian, tienen nombre, y de ellas hay recuerdos de cómo se las llevaron vivas, hay memoria de entonces y se va narrando, comunicando. Algunos nombres y su detención, para la reconstrucción. En la sierra de Guerrero, y en otras partes del estado, al irse incrementando la actividad guerrillera se acrecentaban las desapariciones. Bernardo Reyes Félix es detenido el 24 de septiembre de 1972 en Acapulco por policías judiciales, aún en los separos de la policía alcanzó a escribir una nota a su esposa: “no sé para dónde me van a llevar; no me han llevado con el Ministerio Público” (en Hipólito, 1982, p. 121); nada más se supo de él. Octaviano Santiago Dionisio vio a Bernardo Reyes en los separos de la policía en Acapulco, a él le dio la carta que le entregaría a su esposa, mientras que la Procuraduría General de la República (PGR) dijo que había muerto en un enfrentamiento con el Ejército.

Momentos precisos: fechas y lugares, y quiénes los detienen, son elementos que dan cuenta de lo ocurrido, pero del destino final al que los llevaron, nada. En la memoria de la población de Atoyac, de Acapulco, de distintos sitios, permanecen esos tiempos, fechas empíricas, en que se llevaron a sus familiares: marcos sociales de la memoria que imposibilitan que los recuerdos se esfumen. En efecto, el tiempo como marco, como recipiente, como punto estabilizador, como forma fija de lo que se va desplazando, contiene, mantiene los recuerdos, el sentido, sus significados. Y son esas fechas de detención, como se narrará más adelante, lo que al paso de los años mantendrán el recuerdo de la tragedia, de la esfumación, de la puesta en pausa de la vida. Además, un símbolo del poder militar, el helicóptero, es permanentemente recordado: objeto de memoria y de crueldad, pues en él vieron partir a gente cercana, como lo indica David Cabañas (comunicación personal, 10 de febrero de 2010), hermano sobreviviente del legendario guerrillero Lucio Cabañas.

Como ya se indicó, la práctica de la desaparición se inicia en las zonas rurales de Guerrero a fines de los años sesenta; como parte de la guerra sucia que el Estado mexicano emprende contra la guerrilla y personas señaladas de apoyarla; al inicio es el Ejército quien la practica, después se incorporan otras instancias de inteligencia y espionaje, extendiendo dicha práctica a distintos puntos del país.

Ahora bien, muchos detenidos y después desaparecidos lo fueron en bloque. A sus poblados llegaron los militares, “el gobierno”, como lo enuncian los campesinos serranos (Suárez, 1985), y laceraron esas poblaciones, con la pretensión de darles “lecciones”, para que no apoyaran más a la guerrilla. Muchos fueron los poblados violentados, siendo la traza de este proceder el siguiente: se llegaba al poblado, se investigaba quiénes tenían ciertos apellidos vinculados a participantes de la guerrilla, se les llamaba, se les detenía; luego eran trasladados a algún centro de reclusión legal o clandesti-

no, y después nada se sabía de ellos. En otros casos, se llevaban a una persona detenida, se le presionaba para que delatara, convocaban a la gente del poblado, y la persona detenida señalaba a quienes supuestamente tenían nexos con la guerrilla o pertenecían a ésta, y eran trasladadas a algún sitio de reclusión y después nada se sabía de ellas. En su trabajo, Carlos Montemayor (1991) va reconstruyendo esos momentos de terror, de disipación de poblaciones, en ocasiones enteras. En El Quemado, en la sierra de Atoyac, el 15 de septiembre de 1974 integrantes del Ejército sitiaron el poblado y concentraron a la gente en la cancha de basquetbol, acto seguido registraron casa por casa con la intención de encontrar algo que vinculara al poblado con la guerrilla de Lucio Cabañas. Después llamaron a varias personas, a Salustio Palacios, Veda Ríos, Aurelio Fierro y Mauro García: actualmente están como desaparecidos (Hipólito, 1982, p. 133). En efecto, el Ejército llegaba a los pueblos y los tomaba de noche, se llevaba gente detenida de distintos pueblos, la torturaban y hacían hablar; a otras las vestían con uniforme militar, aunque aun así eran reconocidas por la gente local, a la que identificaban y señalaban de colaborar con Lucio, eso lo narra David Cabañas (comunicación personal, 10 de febrero de 2010). Varios fueron los poblados donde el Ejército a su paso iba deteniendo gente que después ya no apareció. Algunos de esos poblados son: San Vicente de Jesús, Río de Santiago, San Andrés de la Cruz, Rincón de las Parotas, El Porvenir, La Florida, El Camarón, El Cacao, Los Tres Pasos, Los Valles, El Ticuá, San Martín, tan sólo en la Sierra de Atoyac, Guerrero (Hipólito, 1982, pp. 115-151).

Se sabe, o al menos se tiene indicios, que algunas de esas personas fueron arrojadas al mar, en los denominados vuelos de la muerte. Algunas pasaron por la Base Militar de Pie de la Cuesta, en Acapulco, Guerrero. En entrevista David Cabañas reconstruye esos momentos de represión, recuerda: existían retenes militares en los accesos a las comunidades y con ellos debía reportarse la población, informar a qué salían y para qué, pedir permiso para ir a hacer sus actividades en el campo, como la siembra, y los militares les ponían un determinado tiempo para regresar:

Y pobre si no aparecías a la hora que decías que ibas a aparecer. Primero la golpiza y después la tortura. Si te iba bien te dejaban ir. Si no, venía el helicóptero, bajaba y echaban a los detenidos y hasta nunca. ¿Por qué quedaron las mujeres viudas? sus hijos son de alrededor de 35-40 años [para 2010], nunca regresaron sus padres. Muchos hijos en esa situación; nunca apareció el padre; así crecieron [...] algunas mujeres estaban embarazadas cuando desaparecieron a sus maridos. (David Cabañas, comunicación personal, 10 de febrero de 2010).

Muchos cuerpos fueron depositados en fosas comunes debajo de algún cuartel militar. Testimonios de militares, en su momento recogidos por Simón Hipólito (1982),

dan cuenta de los cementerios clandestinos a donde fueron a parar algunos cuerpos de las personas que ahora están como desaparecidas. Por ejemplo, en el Cuartel Militar de Atoyac, donde se cavaron zanjas, en ese sitio “acostaban a muchos jóvenes de la guerrilla que capturaron en la sierra y así vivos y maniatados los taparon con las máquinas; luego emparejaron el piso y lo regaron para no dejar rastros” (p. 159). Un testigo militar, después informaría a la FEMOSPP que en ese Cuartel se cavó una fosa donde se arrojaron 300 cadáveres de presuntos guerrilleros (Dios Corona, 2004). A ese cuartel llevaban a gente detenida, ahí se les supo por última vez, después nada, no hubo información de traslado alguno a algún otro sitio, reconstruye David Cabañas: “ahí estaba el Ejército, en una casa abandonada”; era una casa de los Tres Pasos, “fue cuartel del Ejército, durante años, y ahí es donde encontraron cadáveres [en mayo de 2001], pero el Estado y la PGR dijeron que eran de caballos [...] pero había ropas de personas ahí. Era la casa de mi tía” (David Cabañas, comunicación personal, 10 de febrero de 2010). Ciertamente, la AFADEM en 2001 ante la PGR denunció la existencia de un cementerio clandestino ubicado en el municipio de Atoyac, en un lugar que el Ejército mexicano ocupó entre 1972 y 1974, durante la persecución militar contra la guerrilla de Lucio Cabañas. La AFADEM previó que la exhumación del cementerio se efectuara a fines de mayo de 2001, con el apoyo de forenses y representantes del poder legislativo, pero la PGR se presentó dos semanas antes por la noche para excavar el sitio, encontrando 26 osamentas, las cuales se llevaron para su análisis. La gente desconfió de ese proceder de la autoridad, pues sabían que anunciarían lo que suelen hacer, pantallas: dijeron que los restos eran de animales. El estudioso de la guerrilla, Carlos Montemayor (2001), lo señaló: México es el primer país que desaparece dos veces a su gente desaparecida. Finalmente, esos cuerpos, no reconocidos oficialmente como de gente desaparecida, son cavidades de los recuerdos, y los cuerpos ausentes como objetos de significación, en conjunto, emplazamientos de reconstrucción del dolor mexicano. Cuerpos desaparecidos, son artefactos ausentes de la memoria, olvido social en edificación.

En medio de las 16 campañas militares que van tras la guerrilla de Lucio Cabañas, el Ejército realiza una labor de sustracción de personas señaladas de colaborar con la guerrilla, gente que es detenida ilegalmente y en muchos casos desaparecida. Se calcula en más de dos mil las personas detenidas de esa manera (Bartra, 1996, p. 142). Al recorrer distintos poblados donde se sufrió la actuación del Ejército en Guerrero, Simón Hipólito (1982) recoge testimonios en los que se da cuenta de cerca de 150 casos:

Más o menos en agosto de 1972, el estado y el Ejército creó un acuerdo de eliminar a todos los hombres cercanos a Lucio; y la eliminación consistía en secuestrarlos, torturarlos y desaparecerlos. La mayoría vinieron a dar al Campo Militar Número Uno. Algunos sobrevivientes de ese Campo dicen: ‘ahí está

fulano, vi a tal o cual', decían. (David Cabañas, comunicación personal, 10 de febrero de 2010).

En un día podían desaparecer a una familia completa: por portar el apellido Barrientos o Cabañas, por tener lazos familiares con el líder guerrillero Lucio Cabañas Barrientos. La sangre, que convocaba a la ampliación de la guerrilla rural, por tradición, costumbre y el pasado de resistencia y lucha, se convertía esta vez en signo de complicidad y blanco de la detención. Eran estos unos tiempos donde no se podía alzar la voz, donde no había interlocución, donde no había sitio para la denuncia, y en muchos ámbitos eso no ha cambiado: “sabemos que en la sierra o en el campo se desaparecía a mucha gente y que la gente que vive en ese entorno, vive en un clima de amenaza constante, porque viven con las autoridades que practican la desaparición forzada”, además: “la denuncia ante quién la haría”, sella, en entrevista con el autor, una integrante de la organización Hijos, de desaparecidos políticos en México (*Ana*, comunicación personal, 08 de mayo de 2010)¹.

Al inicio, la forma de desaparición estaba circunscrita a un territorio (zona agreste de Guerrero), después el espacio de represión se desplaza a las ciudades del mismo estado. En ese momento, el objeto de interés no es tanto ya el territorio como las personas en términos individuales, que representan, para el aparato de seguridad, peligro o potencialidad de subversión. Son las personas, representantes de algún grupo o ideología, las que se visualizan en el nuevo campo de acción, las redes que ellos tejen, agrupaciones, células, contactos; el espacio ya no es homogéneo, como en la sierra, donde llamaban a la gente y la concentraban, ahora es heterogéneo y diversas las personas a las que hay que seguir, detener y desaparecer, volviéndose así complejo el espacio y el panorama. En tal caso, las ciudades tuvieron sus víctimas selectas.

Se encontraba en una finca que funcionaba como consultorio médico de la LC23S, en Guadalajara, policías de la DFS rodearon el sitio y detuvieron a Rodolfo Reyes Crespo, *Erick* o *Emiliano*, era el 24 de diciembre de 1973, iniciando así la ruta de su desaparición en las ciudades. La DFS, en sus archivos desclasificados, lo tiene registrado, con ficha signalética y fotos de rostro y cuerpo entero, en ellas se perciben las huellas de la tortura a la que fue sometido. Contiene, asimismo, datos biográficos del detenido, como que perteneció al Frente Estudiantil Revolucionario (FER). No obstante, Rodolfo Reyes no se encuentra en el padrón de desaparecidos del informe que presentó en su momento la CNDH, pero sus camaradas de entonces y la familia sí lo registran. Por reconstrucción de sus compañeros, se sabe que fue conducido a las oficinas de la DFS en Guadalajara, donde lo vieron golpeado, y de ahí trasladado al CMN1. Para que confesara, la policía política detuvo ilegalmente a la madre, la llevó al CMN1 y frente a él la

¹ Ana es el seudónimo que usa la entrevistada, para proteger su identidad.

torturaron; estuvo detenida algún tiempo y después fue liberada. La doña evitaba el contacto con los compañeros de su hijo, pero llegó a relatar que cuando lo vio “estaba muy mal, muy golpeado” (en Dios Corona, 2004, p. 152). Nada se sabe de *Emiliano*.

Wenceslao José García, de la dirección del Movimiento de Acción Revolucionaria (MAR), único grupo que recibió entrenamiento guerrillero (se preparó en Corea del Norte), contactó al PdLP para intercambiar tácticas, preparación y formación. Participó en el grupo *La Partidaria*, en la formación de la LC23S y fue dirigente de la Brigada Revolucionaria Emiliano Zapata (BREZ), en el sureste del país. Se dirigía a una reunión nacional de la Liga cuando fue interceptado por la policía política. En un oficio enviado a la DFS se señala que se le detuvo con otras cuatro personas, en un enfrentamiento en el Parque Hundido de la ciudad de México, que se encontraba herido de seis balazos, lo cual ocurrió el 11 de octubre de 1974. Es interrogado el 23 de octubre en el Hospital Central Militar, ya un poco repuesto de la intervención quirúrgica después de los balazos recibidos, es llevado al CMN1 donde fue sometido a torturas, aún convaleciente de la operación. Un día después de su llegada fueron por él Nazar Haro y su camarilla, uno de los testigos de ese momento, Alberto Ulloa (2004), años después recordará: llegó convaleciente y estaba en muy mal estado, un enfermero lo revisaba y los guardias lo miraban con preocupación. Después del sometimiento violento, fue llevado a la prisión legal de Lecumberri, y de ahí lo sacaron el 5 de septiembre de 1975; no se supo más nada de él, se encuentra en calidad de desaparecido (Pineda, 2003, p. 161). Como puede advertirse, estar detenido y en prisión legal no brindaba garantías de permanecer con vida.

En septiembre de 1973 la LC23S pretende secuestrar al empresario regiomontano Eugenio Garza Sada, quien muere en el intento fallido. A raíz de esa muerte se desata una cacería de la policía política contra aquellos señalados de ser guerrilleros, principalmente contra los que operaban en las grandes ciudades, la persecución contra el grupo que operó el secuestro fue cruenta. Van cayendo algunos de los participantes y de los interrogatorios-tortura, se van hilando cabos. Jesús Piedra Ibarra sale en un auto de su casa el 25 de noviembre de 1973, esa noche la policía llega al domicilio de los Piedra Ibarra anunciando un accidente automovilístico de Jesús. Cuatro meses después hay un intento de asalto a un banco, la sospecha cae sobre el hijo de los Piedra Ibarra. Éste se comunica varias veces con la familia y después se rompe el contacto, permaneciendo bajo vigilancia la casa de la familia hasta que cesa el 18 de abril de 1975, entonces doña Rosario Ibarra pensó que algo le había sucedido a su hijo. El 30 de abril el periódico *El Norte* anunciaba la captura del guerrillero integrante de la LC23S, Jesús Piedra Ibarra, de 20 años (Poniatowska, 1980, pp. 94-95). Había sido detenido por agentes de la DFS en Nuevo León, y llevado a la sede delegacional de la DFS en la ciudad. Un

policía que participó en el operativo, relató que Nazar Haro lo trasladó al CMN1, y sobrevivientes que estuvieron recluidos en ese Campo lo vieron (Torres, 2008). La Fiscalía Especial recuperó testimonios que la CNDH obtuvo en 1991 de parte de agentes judiciales asignados a la policía política en ese entonces, uno de ellos relató que conoció al detenido, quien fue capturado y trasladado primero a las oficinas locales de la DFS y después a un rancho en el propio estado de Nuevo León, otros agentes comentan que después Piedra fue trasladado al CMN1 (Jaquez, 2003). Al menos a dos interrogatorios fue sometido el detenido, uno en Nuevo León y otro en la ciudad de México.

Otro caso. En enero de 1977 Alicia de los Ríos tuvo una hija, que no llevó a la vida clandestina; a los once meses Alicia hija quedó bajo la protección de los abuelos, fue registrada como su hija, por eso tiene el mismo nombre que la mamá. La mamá era militante de la LC23S, al igual que su padre, Enrique Pérez Mora, *El Tenebras*, quien primero militó en el Frente Estudiantil Revolucionario (FER), y murió el 16 de junio de 1976 en Culiacán, Sinaloa, en un enfrentamiento con la policía política. De su mamá sabía que existía pues había fotografías de ella, por accidente se enteró que estaba en prisión. Luego supo que fue detenida por la policía política el 5 de enero de 1978 en la ciudad de México y que la recluyeron en una cárcel clandestina y a partir de ahí se van desdibujando sus pasos. En el Archivo General de la Nación (AGN) existen documentos que señalan que Alicia mamá fue detenida por elementos de esa policía política, hay una fotografía de ella y su declaración. Además, hay varios testimonios de gente que la vio en el CMN1 y en las celdas de la DFS en la ciudad de México. Entre quienes la advirtieron en el Campo está Mario Cartagena López, *El Guaymas*, quien narra que la vio con vida en 1978 (Mario Cartagena, comunicación personal, 12 de julio de 2010). En el presente Alicia hija dice: “estoy necia de saber qué pasó y cerrar así la caja de Pandora; si murió, quiero saber dónde está; si la tiraron al mar”, y demanda “tener un registro verídico, jurídico [...] Necesito completar un pedazo de mi vida y así seguir adelante” (en Dios, 2004, p. 162). Llenar el hueco que deja la ausencia, el silencio, el cuerpo ausente, el olvido. La familia sigue buscándola, y mantiene su habitación tal cual la dejó: los mismos muebles en el mismo sitio, la madre quiere que a su regreso Alicia encuentre las cosas como las dejó a su partida, cada navidad le guardan su regalo, y tiene un lugar en la mesa, esperando su retorno. En el Informe de la CNDH, textual, se señala:

Se atribuye a la extinta Dirección Federal de Seguridad la desaparición forzada de la señora Alicia de los Ríos Merino, en virtud de que la última constancia oficial que se tiene registrada de su paradero es la del día 2 de marzo de 1978, cuando se encontraba siendo interrogada por elementos de la citada autoridad; sin dejar de observar, que de acuerdo a los testimonios de los señores T-52 y T-170 fue vista en el Campo Militar Número Uno de la Ciudad de Mé-

xico el día 5 de abril por el primero y hasta el día 2 de junio de 1978 por el segundo, siendo la última noticia de su paradero a mediados del mes de junio del mismo año, en el estado de Guerrero (Informe de la CNDH Sobre Desapariciones Forzadas, 2001, p. 1047).

Rafael Ramírez Duarte, militante de la LC23S, fue detenido el 9 de junio de 1977 en el estado de México con otras personas, entre ellos algunos de sus hermanos: “los hicieron pasar a todos por torturas”, narra Tania Ramírez (comunicación personal, 06 de marzo de 2010), hija de Rafael e integrante desde el año 2000 de la organización Hijos México. En fichas y documentos pertenecientes a la DFS y que ahora se encuentran en oficinas del Centro de Investigación y Seguridad Nacional (CISEN) y del AGN, se consigna que la policía política detuvo a Rafael Ramírez, pues está ahí su ficha signa-léctica, elaborada el 17 de junio de 1977, y al reverso se consiga para investigación. Existen, además, testimonios que afirman que fue interceptado por integrantes de la Brigada Blanca (de la DFS) y después llevado al CMN1, donde fue sometido a tortura. En ese sitio se le vio por última vez, según testigos que después fueron liberados; re-construye:

Los testimonios que se tienen son de las personas que salen, el Campo Militar sigue siendo un campo en operaciones y está bajo el resguardo militar más férreo [...] finalmente salieron el resto de los hermanos, pero mi papá se quedó ahí; en algún momento le dijeron a sus hermanos que era un hombre peligroso por lo que sabía y por lo que hacía, y que por eso no salía (Tania Ramírez, comunicación personal, 06 de marzo de 2010).

Por otra documentación, se conoce que la policía política acusaba a Rafael de haber planeado el secuestro del industrial cervecero Antonio Fernández, razón por la cual decidieron mantenerlo en prisión clandestina. El 29 de marzo de 1977, la Liga había secuestrado al presidente del consejo de administración de la Cervecería Modelo, Antonio Fernández, y a cambio de su liberación demandaban dinero, la reinstalación de 130 obreros despedidos, el pago de jubilación a 92 extrabajadores y que se publicara un comunicado. Parte de las demandas se habían cumplido, y la cacería contra los integrantes de la Liga continuó su marcha. Víctima de esa batida fue Rafael Ramírez. Continúa con su relato:

Mi padre se quedó ahí, en el CMN1. Cuando el resto de mis tíos y una tía que estuvo algunas semanas ahí también, salió, dieron testimonio de que ahí estaba. Estaba golpeado, recuperándose de una costilla rota, saliendo de los daños físicos de la tortura. Pero estaba vivo [...] estaba en el CMN1. Es el último lugar en el que se le vio con vida. Y lo seguimos reclamando con vida [...] para septiembre-octubre del 77, todavía, las personas que salieron dieron testimo-

nio de que estaba ahí, es decir que estuvo meses ahí, con vida (Tania Ramírez, comunicación personal, 06 de marzo de 2010).

Sobre este caso, en su Informe la CNDH concluye que se acredita que elementos de la DFS y del Ejército Mexicano detuvieron y retuvieron a Rafael, no lo pusieron a disposición de una autoridad competente y se le vio por última vez en el CMN1 (pp. 1030-1033).

Como ha podido observarse, las acciones del Ejército y de la DFS no tenían la intención de detener y poner a disposición de una autoridad civil a quienes detenía; era una política diseñada con la intención de someter, torturar, desaparecer, doblegar y eliminar a quienes participaban en la guerrilla: desaparecerles, al menos temporalmente. Eso puede comprobarse con un dato: la policía política tenía listas con nombres de candidatos a ser capturados o eliminados. Otro elemento adicional lo brinda Sergio Aguayo (2001, p. 191) que encuentra dos patrones: las personas desaparecidas eran, unas, muy preparadas y peligrosas, y las otras, novatas y mal preparadas. Conclusión: existían órdenes de eliminar quienes participaban en la guerrillera.

Una forma en que inicia la desaparición lo constituye el vaciamiento de la identidad. Se les quita el nombre y se les asigna un número, sucede en las cárceles clandestinas, se reemplaza el nombre y apellido por un número o mote (Calveiro, 2001, p. 85), como los números que en el CMN1 se empleaban para ir borrando de las listas a los detenidos y después desaparecerlos. Eso lo ha narrado un exintegrante de la Brigada Blanca, cuando recuerda que estuvo en el campo, y que él con otros tres compañeros trabajaban en los separos, en un sótano donde estaban los guerrilleros. Cuando el militar de rango Francisco Quirós Hermosillo llegaba, a él se le pasaba el reporte de los presos:

Cuando Quirós Hermosillo llegaba con soldados, en una camioneta, me decían: 'Teniente, el número tanto', o sea el número de celda y daban el nombre, 'nunca ha estado; el número tal, nunca ha estado; el número tanto, nunca ha estado'. Y yo tenía que sacar esa 'fatiga' que le llaman (informe de vigilancia), y a hacer una nueva. Y aquélla la quemábamos, la tirábamos, la echábamos al excusado y a bajarle. Entonces [a las personas] les echaban una capucha negra [encima], la amarraban. Aclaro, yo nunca vi, pero supe que los metían al horno crematorio, vivos (en Castellanos, 2007, pp. 302-303).

Efectivamente, esos registros se iban perdiendo, pero no todos, según puede advertirse en los archivos que se mantienen, y ahí se encuentran indicios de lo que estaba ocurriendo y a partir de ahí se reconstruye una parte de lo que en ese tiempo sucedió. Ciertamente, sobre los desaparecidos: "los archivos de la DFS depositados en el Cisen confirman que un buen número de esas personas fue detenido por la Federal de Segu-

ridad convirtiéndose, de esa manera, en una prueba documental de la responsabilidad oficial” en las desapariciones (Aguayo, 2001, p. 189).

En este periodo de la guerra sucia que el Estado mexicano emprendió contra la guerrilla, los números varían según la fuente, pero se puede establecer un recuento fatal de los daños. La AFADEM, habla de más de 1 200 personas desaparecidas en este periodo revisado. Por su parte, la FEMOSPP (en un informe filtrado, ya que un reporte oficial no se dio a conocer) habla de 797 casos, en niveles distintos de análisis y comprobación documental. La desaparición forzada estaba plenamente acreditada en 436 casos, en otros 208 se acredita una presunción fundada de que se cometió este crimen, en 152 falta información. Del total de casos, en 433 existe información que acredita que las personas fueron detenidas por agentes del Estado, y luego fueron desaparecidos. Hay documentos, en los archivos de la policía política, que así lo indican, así como gente que los vio y testimonios de su detención.

Desglosados por estados, los números de la Fiscalía muestran en dónde operó más la desaparición forzada. Guerrero es, por mucho, el estado donde más personas desaparecidas hubo, baste recordar las incursiones a poblados enteros y el traslado de grupos de gente campesina a lugares desconocidos. Mientras la CNDH en su informe daba cuenta de 332 casos, la Fiscalía tiene registros de 551 personas desaparecidas, que ocurrieron entre 1961 y 1979. De estos, 260 se acreditan plenamente, en 144 hay presunción fundada, y en 147 falta información. 1974 es un año crudo, de fuerte violencia para el país, en especial para la guerrilla de Lucio Cabañas, pues es el tiempo de la ofensiva cruenta contra su movimiento. Según la CNDH, en ese estado ese año hubo 152 personas desaparecidas, principalmente en la sierra de Atoyac: “prácticamente todos sus habitantes tienen algún familiar desaparecido” (Castellanos, 2007, p. 160). Y es el año en que más gente desaparecida se registra a nivel nacional: 180, según la CNDH. El comité Eureka registra 173; la AFADEM señala más de 300, entre los cuales se encuentra el de una mujer embarazada.

Siguiendo el Informe de la Fiscalía Especial (2008), la ciudad de México y el estado de México representan la segunda región en importancia, pues hay 86 denuncias de desaparición forzada, sucedidas entre 1975 y 1981, acreditadas plenamente están 64, y en 18 casos se establece la presunción fundada. 1974, 1975 y 1981 son los años en que más desapariciones se registran. Sinaloa ocupa el tercer sitio en torno a personas desaparecidas, hay 45 denuncias de desaparición forzadas, efectuadas entre 1971 y 1984, 32 están plenamente acreditadas y en 12 hay presunción fundada, y 1978 es el año de mayor registro en ese estado. En Jalisco son 32 las denuncias de desaparición forzada, efectuadas entre 1970 y 1983, 23 plenamente acreditadas y 9 con presunción fundada, 1977 y 1980 son los años con más desapariciones en este estado, ahí se registraron las

primeras disipaciones de la guerrilla urbana, a fines del año de 1970, cuando ya está por concluir el sexenio de Gustavo Díaz Ordaz. Incluso se ha señalado que “la Perla tapatía tuvo el honor sombrío de ser el lugar en donde se registraron las primeras desapariciones forzadas vinculadas a los movimientos estudiantiles, previas aún al alud de casos ocurridos en Guerrero” (Castellanos, 2007, p. 201). Sobre las desapariciones de Jalisco, Aguayo (2001) refiere que los archivos fueron modificados hacia 1979 con la intención de distorsionar la información. Hay dos versiones, la de 1977 y la de 1979, donde se presenta un desenlace distinto al original. Algo similar pudo ocurrir con los registros de otros estados, para encubrir que antes de ser desaparecidas las personas detenidas estaban en manos de la policía política.

Memoria, olvido, ausencias y cuerpos

Cuerpos arrojados, gente ausente, gente de la guerrilla que no regresó de la prisión clandestina, los gobiernos en turno lo han negado y la historia oficial no les reconoce. A las familias de personas desaparecidas les han dicho malas narraciones, malas por ser tergiversadas, incompletas, contradictorias y sin sentido: que no tienen a sus hijos, hijas, a sus padres, madres, a sus hermanos, hermanas..., no obstante que muchas de estas personas fueron vistas por última vez en alguna prisión militar del estado de Guerrero o de la ciudad de México. Aunque con vida les quieren de regreso, hay quien intuye que a tres décadas de que se les desapareció posiblemente estén sin vida. En tales casos, lo que demandan es que se les presente el cuerpo. Lo siempre negado, pero luego en los hechos reconocido: hace unos años, en el 2007, la Procuraduría General de la República (PGR) entregó restos de cuerpos identificados como víctimas de la guerra sucia, de esta manera se reconocía, por una instancia oficial, que hubo desapariciones y ejecuciones extrajudiciales (Olivares, 2007). Los cuerpos se devolvieron no sin antes amenazar con que de haber prensa presente no se realizaría tal entrega.

La demanda de entrega de cuerpos, tiene razones de memoria: en un sentido amplio facilita la expresión pública del dolor social, al tiempo que posibilita una cierta reintegración de la comunidad, reconociendo en ese momento y de manera abierta una pérdida, posibilitando de esta forma la generación de lazos de solidaridad. En la familia los ritos alrededor del cuerpo, por ejemplo el funeral, permiten la expresión del dolor y el reconocimiento abierto de la mortandad, mitigando así la separación y pérdida familiar, el dolor y la pérdida son reconocidos de manera abierta. Pero para ello se requiere el cuerpo: tener el cuerpo de un ser querido es tener aquello que se ha de recordar y depositarlo en un sitio: panteón, lápida, urna. Tener un sitio donde el cuerpo es depositado es tener un lugar para la memoria. Lo cual no puede ocurrir necesariamente de esa manera con las personas desaparecidas, porque sus cuerpos no están, no han apa-

recido. No tener el cuerpo y un sitio donde confiarlo es no tener un lugar para el recuerdo de esa persona, por tanto, la entrega de cuerpos se hace apremiante y necesaria, porque sin ellos los familiares de las personas desaparecidas no podrán conmemorar y entonces sus vidas estarán ocupadas por el olvido, y un trozo de su identidad estará vacía. Desaparecer personas y luego negar la entrega de sus restos es, en parte, a lo que se le denominó guerra sucia en México, y sucio etimológicamente significa húmedo, y la humedad incomoda, de ahí la necesidad de ir arrojando luz, ir secando el ambiente, ir esclareciendo lo ocurrido en esos años de guerra sucia.

Como imágenes materiales, una función de los artefactos de la memoria, como los cuerpos humanos con o sin vida, es “facilitar la relación entre actitudes e intereses que constriñen y guían los recuerdos de los afectados” (Radley, 1990/1992, p. 72). Los cuerpos como artefactos del recuerdo: las cicatrices, las marcas, la ausencia de alguna extremidad, el cuerpo como recipiente del recuerdo. Pero no sólo el cuerpo, lo es también el espacio donde se sufrió la tortura: los campos militares, las instalaciones policiacas, los lugares que la policía política emplazaba para violentar los cuerpos y someterlos, para horrorizarlos, para deshumanizarlos. Lo son, asimismo, marcos de la memoria, las fechas en que se llevaron y/o desaparecieron al familiar, fechas que se recordarán toda la vida.

Cuerpos, espacios y fechas confluyen en los relatos, y se organizan de acuerdo a las circunstancias presentes, porque la memoria opera desde el presente; la desaparición es cuestión del presente, de estos tiempos y su demanda muy actual: se reconstruyen los pasajes, los trozos del pasado tortuoso, y se les da coherencia, como en todo relato, se le lleva al terreno de la significación, de las palabras, de lo compartido, y de esa manera se edifica nuevamente eso que se experimentó, ahora en el oído y la mirada de quien escucha el relato.

La reconstrucción que realizan quienes sufrieron la violencia del Estado mexicano, han estado enfrentándose una y otra vez contra lo negado, contra lo silenciado, contra lo olvidado. La memoria sobre las desapariciones emerge, se va delineando, va iluminando zonas oscuras del pasado mexicano, cobrando significado lo que dicen. Ante esto, hay que abrir los ojos, los oídos, escuchar, para que se presente el acto de comunicación, pues el acto de comunicar implica a su vez acto de recibir, y recibir refiere a hacer volver y reconquistar, volver a tomar, que no es otra cosa que actualizar, actualizar eso que ha estado flotando en el ambiente, eso obligado al silencio, pero murmurado durante años. Las doñas del Comité Eureka gritando en el Zócalo de la ciudad de México que les entreguen a sus hijos e hijas que desaparecieron, reiterándolo una y otra vez, año tras año: repetir para conjurar el riesgo del olvido, acusa la memoria. Y es que mientras el gobierno le ha apostado al olvido, las familias de quienes

sufrieron desaparición forzada recuerdan, porque como ha dicho Mario Benedetti (1995, p. 16): el olvido está lleno de memoria.

Referencias

- Aguayo, Sergio (2001). *La charola. Una historia de los servicios de inteligencia en México*. México DF: Grijalbo.
- Bartra, Armando (1996). *Guerrero bronco*. México DF: Sinfiltro.
- Benedetti, Mario (1995). *El olvido está lleno de memoria*. Madrid: Visor.
- Cabruja, Teresa; Iníguez, Lupicinio & Vázquez, Félix (2000). Cómo construimos el mundo: relativismo, espacios de relación y narratividad. *Análisi*, 25, 61-94.
- Calveiro, Pilar (2001). *Desapariciones. Memoria y desmemoria de los campos de concentración argentinos*. México DF: Taurus.
- Castellanos, Laura (2007). *México armado. 1943-1981*. México DF: Editorial Era.
- Castillo, Gustavo; Urrutia, Alonso; Ballinas, Víctor & Cuellar, Mireya (2002, 2 de junio). Archivos de la DIPD contradicen la historia oficial, *La Jornada*, p. 7.
- Código Federal Penal de México (s/f). Recuperado de <http://mexico.justia.com/federales/codigos/codigo-penal-federal/>
- Dios Corona, Sergio (2004). *La historia que no pudieron borrar. La guerra sucia en Jalisco, 1970-1985*. México DF: La Casa del mago.
- Eco, Umberto (1976/2000). *Tratado de semiótica general*. Barcelona: Lumen.
- Ferro, Marc (1996/2003). *Diez lecciones sobre la historia del siglo XX*. México DF: Siglo XXI.
- Fiscalía especial para delitos del pasado (2008). *Informe histórico presentado a la sociedad mexicana*. México: Comité 68.
- García, Arturo (2004, 14 de junio). La *amnesia* es sinónimo de *impunidad*. Entrevista con Carlos Monsiváis, *La Jornada*, p. 7.
- Gelman, Juan (2002). Preludio. En Pilar Calveiro, *Desapariciones. Memoria y desmemoria de los campos de concentración argentinos* (pp. 9-13). México DF: Taurus.
- Gómez de Silva, Guido (1985/1999). *Breve diccionario etimológico de la lengua española*. México DF: Fondo de Cultura Económica/Colegio de México.
- González, Roberto (2012). *Historia de la desaparición. Nacimiento de una tecnología represiva*. México DF: Terracota.
- Halbwachs, Maurice (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. París: PUF.
- Halbwachs, Maurice (1950). *La mémoire collective*. París: PUF.
- Hipólito, Simón (1982). *Guerrero, amnistía y represión*. México DF: Grijalbo.
- Informe de la CNDH Sobre Desapariciones Forzadas*. (2001). Recuperado de <http://laoms.org/informe-especial-sobre-las-quejas-en-materia-de-desapariciones-forzadas-ocurridas-en-la-decada-de-los-70-y-principios-de-los-80-2001/>

- Mendoza García, Jorge (2001). Memoria colectiva. En M. González & J. Mendoza (Comps.), *Significados colectivos. Procesos y reflexiones teóricas* (pp. 62-125). México DF: ITESM.
- Jaquez, Antonio (2003, 5 de enero). Nazar Haro Deja de Ser Intocable. *Proceso*, pp. 13-18.
- Montemayor, Carlos (1991). *Guerra en el paraíso*. México DF: Diana.
- Montemayor, Carlos (2001, 18 de mayo). En Atoyac. *La Jornada*, p. 10.
- Olivares, Alonso (2007, 11 de febrero). ¡Ahí están; lo prometido es deuda!, dice la PGR al entregar osamentas de la guerra sucia, *La Jornada*, p. 5.
- Perrot, Michelle (1999/2002). Las mujeres y los silencios de la historia En Francoise Barret-Ducrocq (Dir.), *¿Por qué recordar?* (pp. 55-61). Barcelona: Granica.
- Pineda, Fernando (2003). *En las profundidades del mar (El oro no llegó de Moscú)*. México DF: Plaza y Valdés.
- Piper, Isabel (2005). Introducción ¿Olvidar o recordar? En Isabel Piper (Ed.), *Memoria y derechos humanos: ¿prácticas de dominación o resistencia?* (pp. 9-13). Santiago de Chile: ARCIS/CLACSO.
- Poniatowska, Elena (1980). *Fuerte es el silencio*. México DF: Editorial Era.
- Radley, Alain (1990/1992). Artefactos, memoria y sentido del pasado. En David Middleton & Derek Edwards (Comp.), *Memoria compartida. La naturaleza social del recuerdo y del olvido* (pp. 63-76). Barcelona: Paidós.
- Rodríguez, Jacinto (2004). *Las nóminas secretas de gobernación*. México DF: LIMAC.
- Suárez, Luis (1985). *Lucio Cabañas. El guerrillero sin esperanza*. México DF: Grijalbo.
- Torres, Jorge (2008). *Nazar, la historia secreta. El hombre detrás de la guerra sucia*. México DF: Debate.
- Ulloa, Alberto (2004). *Sendero en tinieblas*. México DF: Cal y Arena.
- Vázquez, Félix (1998). Vivir con el tiempo en suspenso: notas de trabajo sobre transiciones políticas, memorias e historia. *Anthropos*, 177, 67-72.
- Wittgenstein, Ludwig (1921/2012). *Tractatuslogico-philosophicus*. Madrid: Alianza.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

MEDO E VERGONHA COMO BARREIRAS PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE GÊNERO

FEAR AND SHAME AS BARRIERS TO OVERCOME DOMESTIC VIOLENCE GENDER

Maria Fernanda Terra; Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira; Lilia Blima Schraiber

Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; mfterra@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 08-02-2015

Primera revisión: 07-06-2015

Aceptado: 05-09-2015

Palavras-chave

Violência baseada em gênero

Vulnerabilidade

Medo

Vergonha

Resumo

Propõe-se compreender, pela vulnerabilidade, como os sentimentos de medo e vergonha associados às situações de violência impactam nas possibilidades de superação da violência doméstica de gênero. Apesar desses sentimentos aparentemente se apresentarem como um problema de cada mulher, a violência doméstica de gênero não é um problema individual (ou do agressor), mas uma questão política e social de violação dos direitos humanos. Analisaram-se 16 entrevistas de mulheres com história de violência doméstica. O conceito da vulnerabilidade permite iluminar e analisar a articulação entre aspectos subjetivos das mulheres, nesse caso o medo e a vergonha, com os componentes programáticos e sociais, como as legislações, as políticas sociais e serviços que visam assegurar direitos das mulheres, enfatizando as conexões entre indivíduos, suas relações comunitárias, o contexto sociocultural e econômico mais geral. Articular estas diferentes dimensões do problema é fundamental para abordar a violência de gênero e os processos para a sua superação.

Abstract

The objective is to understand – by means of the vulnerability concept – how the feelings of fear and shame associated with violent situations have an impact on the possibilities of women overcoming gender-based domestic violence. Although these feelings are considered a problem and are expressed according to each woman's personal viewpoint, this article argues that the relationship between them and gender-based domestic violence is not an individual problem; rather it is a social and cultural violation of human rights. Based on sixteen interviews with women with a history of domestic violence, the vulnerability concept was used to analyse the relationship between the subjective perspectives of the interviewees and the programmatic and social components that make these women vulnerable. This is turn permitted the analyse of women's social representations in relation to violence and to the means of confronting it, as well as women's objective and subjective relationship with health services.

Keywords

Gender Based Violence

Vulnerability

Fear

Shame

Terra, Maria Fernanda; d'Oliveira, Ana Flávia Pires Lucas & Schraiber, Lilia Blima (2015). Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. *Athenea Digital*, 15(3), 109-125.

<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1538>

Introdução

A violência doméstica contra a mulher é um problema reconhecido, de alta magnitude e consequências importantes para a saúde física e mental de mulheres e crianças afetadas (Krug, Mercy, Dahlberg & Zwi, 2002; Schraiber, d'Oliveira, Couto et al., 2007). Em 1993, na Assembleia Geral das Nações Unidas foi aprovada a Declaração da Eliminação da Violência contra as Mulheres, que define como “violência de gênero” a violência sofrida pelas mulheres, pelo fato de serem mulheres, em relações desiguais de poder na

sociedade (Scott, 1986). A Declaração considera que os abusos sofridos por meninas e mulheres, independentemente da situação ou local da ocorrência, são em sua maioria, decorrentes da condição de subordinação das mulheres aos homens na sociedade (Ellsberg, Winkvist, Peña & Stenlund, 2001).

As desigualdades de gênero impactam de maneira negativa as relações interpessoais e afetivas, os ciclos sociais, o acesso aos direitos e os processos de reprodução social traduzidos nos modos de vida e trabalho das mulheres. Diversas autoras como Karen Giffin (1994), Lilia Schraiber et al., (2002) e Schraiber, d'Oliveira, Couto et al., (2007) referem que estas desigualdades sociais podem ensejar situações de violência por diferentes mecanismos. Há diferença na vivência de violência por homens e mulheres; enquanto a maioria dos homens são vítimas de violência na esfera pública, a violência sofrida pelas mulheres se dá com maior frequência no ambiente doméstico, perpetrada principalmente pelo parceiro ou ex-parceiro, sob condições severas e repetitivas. Neste artigo, entendemos a violência enquanto ação que converte as diferenças em desigualdades e objetifica o sujeito, tornando impossível a comunicação (Chauí, 1984).

Apesar do grande empenho e sucesso do movimento feminista em tornar o fenômeno visível, e da crescente formulação e implementação de políticas públicas de proteção às mulheres, a violência perpetrada pelo parceiro íntimo segue como um importante problema de difícil e penosa resolução.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres em busca de ajuda para saírem das relações conjugais violentas foram analisadas por Montserrat Sagot (2000) e chamadas de *Rotas Críticas*. A Rota Crítica é o percurso traçado pelas mulheres para superarem a violência, marcado por avanços, retrocessos, sob risco constante de revitimização, principalmente nos serviços assistenciais (Presser, Meneghel & Hennington, 2008). Em 10 países da América Latina estas rotas apresentaram-se como críticas pois, via de regra, são longas, extenuantes, repetitivas e ineficazes (Sagot, 2000). No entanto, a investigação demonstra a intensa atuação das mulheres, recorrendo inicialmente às redes informais constituídas por familiares, vizinhos e amigos e, posteriormente, às redes formais de serviços (Sagot, 2000). Um dos obstáculos descritos na Rota Crítica foi o medo de retaliação pelo agressor, e/ou de atitudes estigmatizantes da comunidade e profissionais da rede de serviços. Pesquisa realizada por Stela Meneghel et al., (2011), em Porto Alegre/RS, sobre as rotas traçadas por mulheres em situação de violência mostrou que, assim como na pesquisa de Montserrat Sagot (2000), o medo, a culpa, a vergonha, as pressões familiares, a burocratização assistencial se mantêm como obstáculos para a superação da violência (Meneghel et al., 2011).

Montserrat Sagot (2000), contribui para responder a uma pergunta habitual da literatura científica e dos profissionais envolvidos com o problema: *por que as mulheres permanecem por tanto tempo em relações permeadas por violência?* (Rhodes & McKenzie, 1998). Recentemente, a partir de resultados de pesquisas que mostram a grande quantidade de respostas mobilizadas pelas mulheres para superarem as situações de violência e a sua relativa insuficiência, este questionamento tem se transformado na pergunta: *que dificuldades encontram as mulheres ao buscarem a interrupção da violência?* (Rhodes & McKenzie, 1998). Montserrat Sagot divide o que chama de fatores obstaculizadores e fatores propulsores para o término da violência em “internos” e “externos”, e discute a importância da subjetividade neste processo. Ressalta nestes fatores obstaculizadores “internos” o medo, o amor pelo agressor e a vergonha como sentimentos que dificultam o progresso na Rota (Sagot, 2000). No entanto, a autora chama a atenção à profunda articulação entre os fatores “internos” e “externos”.

Em estudo populacional entre os anos de 2000 e 2001, em duas regiões do país (cidade de São Paulo (SP) e Zona da Mata de Pernambuco (ZMP)), foi perguntado às mulheres de 15 a 49 anos que relataram ter sofrido violência física por parceiro íntimo (27.2% do total de entrevistadas em SP, e 33.8% em ZMP) se elas contaram os episódios sofridos de violência para alguém, e se buscaram ajuda em serviços. O resultado foi que 73.9% das mulheres em SP e 69.3% em ZMP revelaram o vivido especialmente aos seus familiares e dos parceiros, amigos e vizinhos. Das mulheres que relataram ter sofrido algum episódio de violência física pelo parceiro, 33,8% buscaram ajuda em serviços formais em SP, e 17,1% na ZMP. E dentre as mulheres em SP que não buscaram ajuda, 10% disseram que não o fizeram por medo e 6,7% por vergonha; enquanto na ZMP, 16% não buscaram ajuda por medo e 8% por vergonha (Kiss et al., 2012).

Consideramos que, apesar dos sentimentos de medo e vergonha aparentemente se apresentarem como um problema de cada mulher, a violência doméstica de gênero não é um problema individual dela (ou do agressor). Sua banalização como problema menor ou trivial na sociedade, articulada à invisibilidade nos serviços de saúde e assistência social, ou sua valoração como tema de menor importância nos serviços especializados que deveriam protegê-la, perpetua a sua alta magnitude e dificulta a garantia concreta dos direitos humanos das mulheres conquistados a partir de muita luta das mulheres organizadas. A ideia de que a violência por parceiro íntimo é assunto privado e exclusivo da mulher, ou de cada casal, é um dos obstáculos que o movimento feminista tem procurado combater nos últimos 35 anos, pois reitera a violência e o sofrimento dela decorrente.

Propomos o uso do conceito da vulnerabilidade para esta análise por permitir iluminar a profunda articulação entre aspectos subjetivos dos indivíduos com componen-

tes programáticos e sociais. A vulnerabilidade permite perceber com clareza a importância das legislações, das políticas sociais e dos serviços em assegurar os direitos das mulheres, enfatizando as conexões entre indivíduos, suas relações comunitárias, o contexto sociocultural e econômico mais geral. Consideramos que articular estas diferentes dimensões do problema é fundamental para abordar a violência de gênero e os processos de busca por ajuda para superar as situações de violência sofrida.

O conceito de vulnerabilidade pode ser descrito como: conjunto de aspectos individuais e coletivos (incluindo os aspectos comportamentais, culturais, econômicos e políticos) relacionados à maior suscetibilidade de indivíduos e comunidades a um adoecimento ou agravo e de modo inseparável, menor disponibilidade de recursos para a sua proteção; este se organiza em três dimensões intimamente articuladas e interdependentes, que são: 1) *individual* como as ações dependentes diretamente dos indivíduos a partir de sua consciência sobre o problema vivido; 2) *social* que se relaciona à estrutura disponível de acesso a informação, serviços, bens culturais e a 3) *programática* como as ações comandadas pelo poder público, iniciativa privada e agências da sociedade civil para garantir direitos, acesso e serviços que reconheçam e respondam às necessidades da população (Seffner, 1998).

Este artigo busca analisar, a partir do conceito da vulnerabilidade, de que forma os sentimentos de medo e vergonha associados às situações de violência por parceiro íntimo impactam na superação destas situações, considerando as ações das mulheres e as respostas recebidas nos serviços especializados, na família e na comunidade (Ayres et al., 2003; Mann & Tarantola, 1996).

Método

Este artigo analisou um conjunto de entrevistas de mulheres atendidas em um serviço de atenção primária à saúde, realizadas entre os anos 2000 e 2001, que concordaram em participar da pesquisa intitulada *Saúde da Mulher, relações familiares e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em duas capitais – Recife e São Paulo* (Schraiber, d'Oliveira, França-Junior et al., 2007). O estudo teve por propósito conhecer o problema da violência doméstica perpetrada por parceiro íntimo ou ex-parceiro contra as mulheres usuárias de serviços de saúde da rede pública, bem como as suas buscas por ajuda para superarem o problema.

Foram entrevistadas 40 mulheres que referiram, em inquérito realizado previamente, ter sofrido algum tipo de violência perpetrada pelo parceiro íntimo ou ex-parceiro. O roteiro da entrevista em profundidade abrangia as respostas que as mulheres

deram aos episódios sofridos de violência, motivações e obstáculos na busca por ajuda, pessoas e instituições procuradas, e a avaliação das ajudas recebidas.

As mulheres foram entrevistadas depois de informadas sobre o objetivo do estudo e assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido. Foram garantidos o sigilo e a privacidade durante a entrevista. As entrevistas foram aplicadas sempre sem acompanhantes, ou na presença dos filhos/ crianças com idade menor de dois anos. Para as entrevistas foi garantido espaço de privacidade para falar e foi assegurada a retaguarda assistencial para os casos de mulheres em risco de vida, ou que quisessem a ajuda de serviços especializados. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente. Foram realizadas as leituras das 40 entrevistas e selecionadas as que faziam referência ao medo e vergonha associados à busca por apoio, totalizando 16 entrevistas.

Essas entrevistas, assim, já foram produto de uma preliminar abordagem analítica que selecionou tanto o sentimento de vergonha, quanto o de medo como núcleos de sentidos importantes dentro dos discursos produzidos. Para a análise específica desses dois núcleos, foram realizados dois procedimentos sequenciais. O primeiro procedeu a tantas leituras individuais de cada entrevista quantas necessárias para alcançar o sentido de todo e os conteúdos significativos de cada qual, seguindo-se a técnica denominada de 'impregnação' (Minayo, 1992; Schraiber, 1995). O segundo procedimento realizou leituras transversais ou comparativas, identificando as convergências de significados naqueles núcleos previamente selecionados, isto é, os sentimentos de medo e de vergonha. A base desse último procedimento analítico foi a técnica de análise de discurso orientada pela Teoria Gerativa de Sentido de Greimás (Fiorin, 1989), que possibilita a apreensão de frases temáticas. Segundo José Fiorin (1990), a análise é realizada através da busca de temas (elementos abstratos) e figuras (elementos concretos) encontrados nas falas analisadas. Os temas correspondem a palavras ou expressões que não existem no mundo natural, mas a elementos que organizam e categorizam a realidade percebida pelos sentidos, ou seja, os temas dão sentido às figuras. Os temas denotam os sentidos e significados de cada ação contida no discurso. Através dos discursos das mulheres, foram captadas as suas concepções a respeito do medo e da vergonha como barreiras para a superação da violência.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Resultados

A idade das 16 mulheres entrevistadas, selecionadas para este estudo, variou entre 18 e 49 anos, com o grau de escolaridade fundamental ou médio incompleto em sua grande

maioria. A partir das leituras das entrevistas foram geradas frases temáticas que se apresentam sistematizadas a seguir. Por considerar que em alguns casos a expressão manifestada pelas mulheres ilustra de forma mais efetiva a apresentação dos achados os depoimentos foram mantidos entre aspas.

A vergonha

Sofrer violência foi considerado motivo de vergonha para muitas mulheres, de diferentes formas: vergonha por serem identificadas como mulheres que “apanham do marido” (Entrevistada 7, entrevista pessoal, 28 de março de 2000; Entrevistada 9, entrevista pessoal, 11 de abril de 2000; Entrevistada 34, entrevista pessoal, 10 de outubro de 2000)¹, vergonha de que a família descubra a violência sofrida “as pessoas iam falar para a família”, e vergonha dos amigos “minhas amigas não sabiam o que passava dentro de casa” (Entrevistada 4, entrevista pessoal, 7 de março de 2000). Estar em situação de violência atestaria também a sua própria falta de vergonha, já que, segundo elas, os vizinhos e a própria família diziam que sofrer violência só acontece com as mulheres “sem vergonha”, “... eles (vizinhos) acham que eu sou uma tremenda sem vergonha” (Entrevistada 7, entrevista pessoal, 28 de março de 2000).

Algumas mulheres referiram vergonha pelo fracasso do matrimônio, pois, anteriormente foram aconselhadas sobre o parceiro escolhido, “todo mundo era contra meu casamento, então começam as agressões, você passa a ter vergonha” (Entrevistada 10, entrevista pessoal, 18 de abril de 2000); “pois cada um tem o que merece, e eu mereço essa situação” (Entrevistada 5, entrevista pessoal, 14 de março de 2000). A vergonha acaba introjetada pelas próprias mulheres e confirmada pela comunidade. O sentimento de vergonha dificulta o diálogo, aumenta o isolamento e a culpa das mulheres que se sentem mal vistas, “responsáveis” pelo sofrido e, portanto, obrigadas a aguentarem tais situações ou a resolverem o problema sozinhas.

A vergonha aumenta o silêncio sobre a violência. Várias entrevistadas afirmaram “mentir (sobre a situação de violência) por vergonha” (Entrevistada 1, entrevista pessoal, 17 de fevereiro de 2000; Entrevistada 5, entrevista pessoal, 14 de março de 2000; Entrevistada 7, entrevista pessoal, 28 de março de 2000; Entrevistada 9, entrevista pessoal, 11 de abril de 2000; Entrevistada 10, entrevista pessoal, 18 de abril de 2000; Entrevistada 13, entrevista pessoal, 9 de maio de 2000; Entrevistada 22, entrevista pessoal, 11 de julho de 2000; Entrevistada 31, entrevista pessoal, 19 de setembro de 2000; Entrevistada 34, entrevista pessoal, 10 de outubro de 2000; Entrevistada 40, entrevista pessoal, 20 de fevereiro de 2001). Muitas mulheres reconheciam que a violência impacta na sua situa-

¹ Utilizou-se de números sequenciais de 1 a 40 para expor a fala das mulheres e resguardar o anonimato.

ção de saúde e dos filhos, “eu vivia chorando, sem dormir, estressada, meu filho não podia ficar perto de mim que eu gritava com ele” (Entrevistada 8, entrevista pessoal, 4 de abril de 2000), e mesmo buscando os serviços de saúde para receber apoio, evitavam falar da violência sofrida “mesmo eu passando com a psicóloga, eu não falava essas coisas por vergonha” (Entrevistada 8, entrevista pessoal, 4 de abril de 2000; Entrevistada 13, entrevista pessoal, 9 de maio de 2000; Entrevistada 22, entrevista pessoal, 11 de julho de 2000; Entrevistada 31, entrevista pessoal, 19 de setembro de 2000).

O medo

Somado à vergonha, o medo foi frequentemente citado como barreira ao acesso às redes formais e informais (Sagot, 2000). As mulheres apresentavam o medo como barreira no desenvolvimento de suas relações interpessoais “tenho medo de ter uma amizade assim, e confiar muito e a pessoa me trair” (Entrevistada 8, entrevista pessoal, 4 de abril de 2000); “prefiro não ter amiga nenhuma, a não ser Deus para conversar” (Entrevistada 2, entrevista pessoal, 22 de fevereiro de 2000; Entrevistada 12, entrevista pessoal, 2 de maio de 2000); “amiga, amiga eu tive uma pessoa que era muito amiga não para contar assim a minha vida” (Entrevistada 3, entrevista pessoal, 29 de fevereiro de 2000). Essa é uma barreira importante, pois, segundo Montserrat Sagot (2000), as redes primárias são fontes importantes de proteção, e são as primeiras a serem acessadas pelas mulheres.

Há a referência ao medo pela intensidade da ameaça do parceiro, principalmente na ameaça de morte “se você for embora, ouse tentar se separar de mim, eu te mato” (Entrevistada 3, entrevista pessoal, 29 de fevereiro de 2000; Entrevistada 5, entrevista pessoal, 14 de março de 2000; Entrevistada 22, entrevista pessoal, 11 de julho de 2000; Entrevistada 34, entrevista pessoal, 10 de outubro de 2000). O medo, assim como a vergonha, não é um sentimento isolado e desvinculado do constructo social. Muitas pessoas que faziam parte da rede de relações da mulher também tinham medo do agressor “todo mundo tinha medo dele, ele era envolvido com um dos piores traficantes que morreu e ele ameaçava todo mundo, todo mundo mesmo” (Entrevistada 1, entrevista pessoal, 17 de fevereiro de 2000). O medo impacta no acesso aos apoios da rede, e pode imobilizar as ações da mulher em situação de violência.

O medo também foi intensificado pela insegurança e falta de confiança no poder jurídico-policial: “medo de morrer depois de denunciar, pois sei que não acontece nada” (Entrevistada 1, entrevista pessoal, 17 de fevereiro de 2000; Entrevistada 24, entrevista pessoal, 1 de agosto de 2000), acho que “eu já fui várias vezes na delegacia da mulher sabe, e não resolveram nada” (Entrevistada 10, entrevista pessoal, 18 de abril de 2000; Entrevistada 11, entrevista pessoal, 25 de abril de 2000; Entrevistada 24, entre-

vista pessoal, 1 de agosto de 2000). A referência de que “não resolveria nada na delegacia” (Entrevistada 7, entrevista pessoal, 28 de março de 2000; Entrevistada 10, entrevista pessoal, 18 de abril de 2000; Entrevistada 14, entrevista pessoal, 16 de maio de 2000) é constante. A falta de apoio referida está na falta de intervenção pelo qual elas têm expectativas “eu esperava sei lá, que eles dessem uma lição nele” (Entrevistada 7, entrevista pessoal, 28 de março de 2000; Entrevistada 14, entrevista pessoal, 16 de maio de 2000; Entrevistada 24, entrevista pessoal, 1 de agosto de 2000; Entrevistada 40, entrevista pessoal, 20 de fevereiro de 2000); e a falta de orientação sobre como proceder quando ocorre a violência: “Fui na delegacia da mulher machucada e eles nem me mandaram fazer corpo de delito. Fui em uma outra delegacia lá perto de casa e me mandaram de volta para lá (delegacia da mulher)” (Entrevistada 14, entrevista pessoal, 16 de maio de 2000). Além da percepção das mulheres sobre a falta de ação de assistência nas delegacias, elas referiam ainda um reforço de humilhação e vergonha nestes espaços, a “mulher sofre muita humilhação de ter que fazer o corpo de delito, que não resolve nada” (Entrevistada 5, entrevista pessoal, 14 de março de 2000). Outra situação vivenciada que reforça a falta de apoio da delegacia foi que, apesar da polícia ter ido buscar o companheiro, “eles não o prenderam porque estava bêbado, quem vai prender bêbado? e não adiantou nada” (Entrevistada 36, entrevista pessoal, 24 de outubro de 2000), e uma entrevistada relatou ter ouvido na Delegacia que deveria “bater uma panela de pressão na cabeça dele para ele ver como é bom bater em mulher” (Entrevistada 36, entrevista pessoal, 24 de outubro de 2000). Tais falas reforçam a percepção da falta de apoio que as mulheres recebem nas instituições que deveriam garantir direitos e proteção. A busca da Delegacia de Defesa da Mulher só aconteceu nos casos mais graves, envolvendo ameaça de morte ou dano físico grave: “só procurei a delegacia da mulher quando ele começou a me ameaçar por telefone” (Entrevistada 39, entrevista pessoal, 21 de novembro de 2000) e nas situações de maior gravidade “depois que ele rachou a minha cabeça e eu tive que ir para o hospital” (Entrevistada 35, entrevista pessoal, 17 de outubro de 2000).

Frente a esta situação, uma das mulheres referiu que a melhor defesa é “reagir eu mesma, me separar e pronto” (Entrevistada 36, entrevista pessoal, 24 de outubro de 2000). A ideia das mulheres de que estão sozinhas e sem direito à proteção do Estado as coloca numa condição de culpa, vergonha, medo e responsabilidade sobre a situação de violência sofrida (por permanecerem com o agressor).

Outra situação de grande impacto do medo na busca por ajuda foi em relação ao próprio sustento e dos filhos, quando as mulheres relatam que tinham “medo dele ser preso e não ter como sustentar seus filhos” (Entrevistada 12, entrevista pessoal, 2 de maio de 2000; Entrevistada 14, entrevista pessoal, 16 de maio de 2000; Entrevistada 25,

entrevista pessoal, 8 de agosto de 2000). A dificuldade de educar, sustentar e cuidar das crianças se reduziu para algumas entrevistadas a uma “deficiência” ou problema exclusivos da mulher, fica invisibilizada, assim, o trabalho sob condições precárias, e a falta de apoio para o cuidado dos filhos do companheiro, família, ou do Estado, que dificilmente oferece creches e escolas conforme a necessidade.

Discussão

Os resultados apresentados são marcantes por mostrarem a situação de isolamento e dificuldade na rota das mulheres em situação de violência, como referido por Montserrat Sagot (2000). As 16 entrevistas analisadas neste artigo apresentaram o medo e a vergonha como barreiras em contextos de grande gravidade da violência. Esse tema também foi tratado por pesquisa nacional realizada pelos institutos Data Popular e Patrícia Galvão (2013), que mostrou que, das 1501 pessoas entrevistadas em inquérito domiciliar, 66% referiram a vergonha como uma barreira para a mulher em situação de violência se afastar do parceiro, e 58% referiram o medo de morte como barreira à tentativa de separação. Portanto, fica evidente que os sentimentos de medo e vergonha são reais barreiras para a superação da violência.

Apesar do reconhecimento do medo e da vergonha como sentimentos exclusivos da individualidade de cada mulher, tanto pela comunidade, como pelos profissionais de saúde, as falas aqui analisadas expõem um contexto social e programático de grande vulnerabilidade social. Esses sentimentos são socialmente construídos e criam barreiras para visibilizar a situação de violência vivida, apesar da existência formal de políticas e serviços de apoio que idealmente assegurariam os direitos humanos das mulheres.

Os sentimentos de medo e vergonha estão presentes na sociedade regulando a cultura, e conseqüentemente os comportamentos humanos. A vergonha é um “estado de alma especificamente humano”; é um sentimento moral que se estabelece pela transgressão da norma social criada na identidade de um grupo, num dado contexto social e econômico marcado por desigualdade nos acessos, e que determinam os padrões sociais e valores normativos destes grupos (Fiorin, 1992; Harkot-De-La-Taille, 1999; De La Taille, 2002). A vergonha é um sentimento resultante do encontro das sensações de inferioridade e exposição pelo sujeito, que descola a atenção de si para o outro, e para como o outro o vê perante a instância de julgamento legitimado pelo próprio sujeito (Harkot-De-La-Taille, 1999).

A vergonha por sofrer violência é socialmente construída num contexto que reproduz e mantém a desigualdade de gênero, atribuindo às mulheres a responsabilidade

das dificuldades no relacionamento conjugal, inclusive das situações sofridas de violência, principalmente perante um marido considerado bom provedor e bom pai, de acordo com as expectativas das normas de gênero tradicionais. Sob essa conjuntura, a violência sofrida é legitimada como parte da ação educativa exercida pelo companheiro que infantiliza a mulher desqualificando-a como sujeito social, julgando as mulheres como incapazes do exercício responsável e autônomo de sua subjetividade (Schraiber, d'Oliveira, França-Junior & Pinho, 2002; Schraiber, d'Oliveira, França-Junior et al., 2007). Nesta situação, a violência é compreendida como uma correção de uma falta originária da mulher, que por alguma razão não exerceu corretamente o seu papel de esposa, dona de casa e/ou mãe, merecendo ação disciplinar/educativa – daí a vergonha.

A vergonha pode ser confundida com a culpa, o que torna compreensível o reconhecimento da violência como decorrente de uma falha da mulher (*o que ela fez para merecer a punição?*). Elizabeth Harkot-De-La-Taille (1999) nomina este quadro como *vulnerabilidade*, pois se refere ao lado fraco de um assunto ou de uma questão pela qual alguém pode ser atacado ou ferido, na qual se instala uma condição de hierarquização e consequentemente a inferiorização da mulher em relação ao homem.

Por outro lado, o surgimento do movimento contra a violência contra as mulheres e a concepção que passa a ser difundida de que este é um comportamento inaceitável, a implantação das Delegacias de Defesa das Mulheres (DDM) e demais serviços, campanhas publicitárias, dentre outros, há uma cobrança social para que as mulheres que em relações conjugais violentas “tomem uma atitude”. Aquelas que, apesar dos serviços disponíveis, continuam em situação de violência são vistas como *sem caráter e que aceitam a violência*, acabando mais uma vez por reforçar a vergonha e a culpabilização das mulheres pela situação em que vivem. Segundo Yves De La Taille (2002), a vergonha legitima-se quando o ato é censurado pela própria mulher, sujeito da cena, o que pode se relacionar com a permanência no relacionamento violento. A sensação de vergonha referida pelas mulheres, em consonância com a afirmação da comunidade, também é apresentada por Elizabeth Harkot-De-La-Taille (1999) no contexto da “vergonha prospectiva”, quando o sujeito nega a confiança em si mesmo, desconfia de sua capacidade de projetar a “boa imagem”, que nesse caso se apresentaria em não sofrer violência.

Elizabeth Harkot-De-La-Taille (1999) discorre que os sentimentos de vergonha podem se relacionar ao poder e a honra, e se mostram de modos diferentes entre os homens e as mulheres; enquanto o “pudor é coisa de mulher, a honra é o sentimento do homem”. Na mulher, a vergonha se apresenta na percepção da violência como uma fraqueza, algo proibido ou ridículo, o que tem o poder de bloquear a sua ação. A manutenção de uma conduta defensiva e de sigilo visa evitar a exposição desta fraqueza ou

falta para assegurar o controle sobre a sua imagem social. A reiterada fala das mulheres sobre a vergonha nas entrevistas reafirma esta condição, já que a busca por ajuda envolve expor a situação de violência sofrida que se insere no campo de “intimidade” do relacionamento conjugal, e envolve a declaração de fragilidades. Ao mesmo tempo a resolução da situação exige ação das mulheres mediante conversa e pedido de apoio aos núcleos familiares, amigos, vizinhos e instituições assistenciais, que muitas vezes compartilham a percepção da violência como falta da mulher, e portanto, motivo de vergonha.

O medo, nos contextos de violência, é intensificado quando há falta de apoio da família, comunidade e das instituições responsáveis por garantir a segurança. O sentimento de medo é ditado pela obediência na relação com os outros, e definido como um fenômeno psicológico que acompanha a tomada de consciência de um perigo real ou imaginário, ou ameaça expressa quando a integridade do indivíduo está sob risco (Fiorin, 1992). Nos resultados apresentados, as mulheres referiram a preocupação com o sustento dos filhos como um obstáculo na busca por ajuda, corroborado por Jinseok Kim & Karen Gray (2008), que apontam a questão econômica como uma dificuldade no processo de busca por ajuda. Segundo António Dores (2011), quando há preocupação com filhos pequenos ou quando sob condição de risco de vida, o medo é intensificado, já que é percebido o risco iminente. É importante considerar que os contextos das relações desiguais de gênero não são captados ou relativizados no universo jurídico, que não é neutro, apesar de se organizar sob os critérios de garantir justiça para todos, tendendo a apagar a dinâmica política que o constitui (Debert & Gregori, 2008).

O medo está associado à falta de segurança das mulheres, medo compartilhado pela comunidade mais próxima, reiterando a insegurança. As mulheres confiam pouco nas instituições jurídico-policiais que deveriam garantir os seus direitos, dadas as constantes falhas na aplicação da lei e responsabilização do agressor (Debert & Gregori, 2008). Somado a isso, também estão expostas a sofrerem desqualificação moral e/ou a banalização de suas queixas, principalmente quando há o uso de álcool ou drogas por elas, pela descrença dos profissionais destas instituições de que as mulheres sairão dos relacionamentos violentos (Villela et al., 2011).

Essa sensação de impunidade referida pelas mulheres é reiterada e explicada por Marilena Chauí (1998), ao discutir sobre a ética e a violência nas organizações sociais e familiares. A autora refere que as instituições públicas têm dificuldades em reconhecer e combater a opressão social e econômica que impera, principalmente sobre as camadas populares, e que o poder público não atua na regulação dos conflitos, definindo direitos e deveres, mas atua principalmente na conservação de privilégios e no exercício da repressão, numa sociedade estabelecida sobre a naturalização e a reprodução de de-

sigualdades sociais, entre elas, a de gênero. O poder judiciário é claramente percebido como distante, representante das oligarquias e não dos direitos sociais, por isso, há a aparente percepção de que as leis são inúteis e que podem ser facilmente transgredidas, principalmente pelos homens agressores.

À luz da vulnerabilidade, é possível considerar essa questão como a um só tempo individual, social e programática. Se não compreendermos a construção social e cultural do medo e da vergonha que permeiam as crenças, os valores, os afetos das mulheres, assim como as condições de vida, trabalho, cultura, situação econômica, as relações de gênero, cor e classe às quais as mulheres estão inseridas, resvala-se facilmente para as atitudes de “culpabilização” e julgamento. Por outro lado, se analisarmos a vulnerabilidade em suas três dimensões articuladas, revelamos a fragilidade dos cenários econômicos, políticos e culturais que afeta o acesso à cultura, à justiça e a ação autônoma do sujeito quanto às suas escolhas. Isto gera dificuldades no processo de apoio para superar a situação de violência sofrida, apesar da existência de políticas criadas com a responsabilidade de combater as desigualdades e iniquidades, aumentando a vulnerabilidade programática (Ayres, Paiva & França-Junior, 2012).

Para a redução das situações de vulnerabilidade programática das mulheres à violência faz-se necessário que os fluxos dos serviços que compõem a rede secundária estejam interconectados e sejam interdependentes, facilitando o reconhecimento das ofertas disponíveis, e que os profissionais que atuam nesses serviços tenham metas e objetivos comuns no processo do cuidado ofertado às mulheres que buscam os serviços, para a garantia dos direitos e combate às desigualdades de gênero. Para isso, uma das condições é superar a visão individualizada do medo e da vergonha como “faltas” subjetivas das mulheres individualmente, assim como compreender que estes sentimentos têm base na realidade concreta vivida por elas em suas comunidades, e nas suas relações familiares e culturais (Kiss, Schraiber & d’Oliveira, 2007; Kiss & Schraiber, 2011).

Judy Chang et al., (2005) referem que muitas mulheres não desejam que os serviços resolvam por elas ou para elas seus problemas da violência doméstica, mas que as orientem sobre seus direitos, que as ajudem a refletir sobre os seus desejos e planos para vida, e que considerem suas necessidades nos planos assistenciais a partir da garantia da autonomia e da independência, contribuindo em diminuir os contextos de vulnerabilidade programática.

A partir da finalidade de garantir direitos da rede de apoio, as ações ofertadas devem buscar “produzir no encontro com os sujeitos autênticos que buscam soluções convenientes, sob o ponto de vista de ambos para a prevenção, superação ou recupera-

ção de processo de adoecimento” (Ayres, 2007, p.53). Neste caso, apoio e respeito às tomadas de decisões pelas mulheres, sem revitimizá-las.

Como estratégias para a diminuição dos contextos de vulnerabilidade individual, programática e social, faz-se necessário o reconhecimento de que a sociedade se embasa numa visão androcêntrica para a construção de suas regras e valores, que naturaliza e legitima as desigualdades de gênero e modula o processo de socialização dos indivíduos nos diferentes contextos da vida individual, familiar e coletiva (Bourdieu,1998/2012).

Considerações finais

O isolamento em que vivem as mulheres em situação de violência e a falta de apoio de suas redes sociais é reforçado pelos sentimentos de medo e vergonha. Essa condição foi até mais grave em termos de seu ocultamento como questão social antes da Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006) que visibiliza e criminaliza a violência contra as mulheres, permitindo seu tratamento público, até então naturalizado como um castigo privado das mulheres.

Apesar disso, o medo e a vergonha, enquanto repercussões da cultura de gênero hegemônica se mantêm como obstáculos para a superação da violência, pois quer os movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres, quer as políticas públicas que inscrevem tais direitos, pouco têm problematizado tais repercussões. Mas se os movimentos sociais são mais independentes para poderem reorientar os valores e normas culturais, e poderiam trabalhar ainda mais com esses sentimentos, o mesmo não se verifica com as políticas públicas. Historicamente, o Estado se vê frente a contradições importantes: de um lado, a Lei Maria da Penha embasada na crítica à desigualdade de gênero, mas de outro, o uso do poder punitivo para manter a ordem de classe, baseada na desigualdade de gênero e no controle do corpo das mulheres, não reconhecendo-as como sujeitos de direitos (Mendes, 2014), com o que o Estado mantém a estrutura que culpa as mulheres pelo sofrido. Seus operadores as vitimizam e não as apoiam, pois não acreditam que elas realmente superarão a situação da violência (Presser et al., 2008).

A análise dos depoimentos a partir do conceito da vulnerabilidade mostrou que o medo e a vergonha aparecem como importantes barreiras para a busca por ajuda. Para a redução da vulnerabilidade programática, esses sentimentos devem ser reconhecidos e interpretados pelos profissionais dos serviços da rede de enfrentamento à violência a partir de seu contexto e sua construção sociocultural. Os profissionais necessitam trabalhar no sentido de reforçar a segurança das mulheres, garantindo um direito funda-

mental, o de não sofrer violência, reconhecendo o medo como em parte baseado em falhas das políticas públicas de proteção. É necessário também mudanças culturais que atinjam os profissionais da rede e toda a sociedade que atentem para que a transgressão à norma deveria ser reservada para quem pratica a violência, e não para suas vítimas, combatendo a vergonha.

Reconhecer que o medo e a vergonha experimentados pelas mulheres em situação de violência são um tema de toda a sociedade e não isoladamente sentimentos individuais e “equivocados” das mulheres é um passo essencial para que o enfrentamento do problema seja efetivo e a vulnerabilidade das mulheres seja reduzida.

Referências

- Ayres, José Ricardo C.M. (2007). Uma concepção Hermenêutica de saúde. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, 17(1), 43-62. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312007000100004>
- Ayres, José Ricardo C.M.; França-Junior, Ivan; Calazans, Gabriela J. & Saletti Filho, Heraldo C. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Dina Czeresnia & Carlos M. Freitas (Org.), *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (pp.117-139). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ayres, José Ricardo C.M.; Paiva, Vera. & França-Junior, Ivan (2012). *Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos..* São Paulo: NEPAIDS.
- Bourdieu, Pierre (1998/2012). *A dominação masculina* (Trad. Maria Helena Kühner). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Chang, Judy C.; Cluss, Patricia A.; Ranieri, LeeAnn; Hawker, Lynn; Buranosky, Raquel; Dado, Diane; McNeil, Melissa & Scholle, Sarah H. (2005). Health care interventions for intimate partner violence: what women want? *Women's health issues*, 15(1), 1-44.
- Chauí, Marilene (1984). Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas antropológicas da mulher*, 4, 25-62.
- Chauí, Marilene (1998). Ética e violência. *Teoria & Debate*, 39, 32-41.
- Data Popular. Instituto Patrícia Galvão (2013). *Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres*. São Paulo: Autor.
- De La Taille, Yves (2002). O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 13-25. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000100003>
- Debert, Guita G. & Gregori, Maria F. (2008). Violência e gênero. Novas propostas, velhos dilemas. *RBCS*, 23(66), 165-185. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>

- Dores, António P. (2011). Medo e vergonha: emoções comunitárias e emoções sociais. *Revista Angolana de Sociologia*, 7,43-54.
- Ellsberg, Mary; Winkvist, Anna; Peña, Rodolfo & Stenlund, Henrik (2001). Women's strategic responses to violence in Nicaragua. *J Epidemiol Community Health*, 55, 547-555. <http://doi.org/10.1136/jech.55.8.547>
- Fiorin, José L. (1989). *Elementos de análise de discurso*. São Paulo: Contexto/EDUSP.
- Fiorin, José L. (1990). *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática.
- Fiorin, José L. (1992). Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. *Cruzeiro Semiótico*, 16, 55-63.
- Giffin, Karen (1994). Gender Violence, Sexuality and health. *Cad. Saúde Públ*, 10 (sup 1), 146-155. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500010>
- Harkot-De-La-Taille, Elizabeth (1999). *Ensaio semiótico sobre a vergonha*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP.
- Kim, Jinseok & Gray Karen A. (2008). Leave or stay? Battered women's decision after intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(10), 1465-1482. <http://doi.org/10.1177/0886260508314307>
- Kiss, Ligia B.; d'Oliveira, Ana Flávia P.L.; Zimmerman, Cathy; Heise, Lori; Schraiber, Lilia B. & Watts, Charlotte (2012). Brazilian policy responses to violence against women: Government strategy and the help-seeking behaviors of women who experience violence. *Health and Human Rights: An International Journal. North America*, 14(1), 1-14.
- Kiss, Ligia B. & Schraiber, Lilia B. (2011). Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. *Ciênc. Saúde coletiva*, 16(3), 1943-1952. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000300028>
- Kiss, Ligia B.; Schraiber, Lilia B. & d'Oliveira, Ana Flávia P.L. (2007). Possibilidades de uma rede intersectorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface – Comunic, Saúde, Educ*, 11(23), 485-501. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000300007>
- Krug, Etienne G.; Mercy, James A.; Dahlberg, Linda L. & Zwi, Anthony B. (2002). *World Report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Lei 11340, de 7 de agosto de 2006. Extraído em 30/10/2015, de <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>
- Mann, Jonathan & Tarantola, Daniel (1996). From vulnerability to Human Rights. *Aids in the world II: Global dimensions; social roots and responses*. New York: Oxford University Press.
- Mendes, Silvia R. (2014). Epistemologia feminista. In: Silvia R. Mendes (Org.), *Criminologia feminista. Novos paradigmas* (pp. 75-113). São Paulo: Saraiva.
- Meneghel, Stela N.; Bairos, Fernanda; Mueller, Betânia; Monteiro, Débora; Oliveira, Lidiane P. & Collaziol, Marcell E. (2011). Rotas Críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 27(4), 743-752. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000400013>

- Minayo, M.C. (1992). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec/Abrasco.
- Presser, Adriana D.; Meneghel, Stela N. & Hennington, Élide A. (2008). Mulheres enfrentando as violências: a voz dos operadores sociais. *Saúde Soc*, 17(3), 126-137. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000300013>
- Rhodes, Nancy R. & McKenzie, Eva B. (1998). Why do battered woman stay? Three decades of research. *Aggression and violent behaviour*, 3(4), 391-406. [http://dx.doi.org/10.1016/S1359-1789\(97\)00025-6](http://dx.doi.org/10.1016/S1359-1789(97)00025-6)
- Sagot, Montserrat (2000). *Ruta Crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina (Estudios de caso de diez países)*. Mexico DF: Programa mujer, salud y desarrollo. Organización Panamericana de La Salud.
- Schraiber, Lilia B. (1995). Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Rev. Saúde Pública*, 29(1), 63-74. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101995000100010>
- Schraiber, Lilia B.; d'Oliveira, Ana Flávia P.L.; Couto, Márcia T.; Hanada, Heloisa; Kiss, Ligia B.; Durand, Julia; Puccia, Maria I. & Andrade, Marta C. (2007). Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. *Rev Saúde Pública*, 41(3), 359-67. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102007000300006>
- Schraiber, Lilia B.; d'Oliveira, Ana Flávia P.L.; França-Junior, Ivan; Diniz, Simone; Portella, Ana P.; Ludermir, Ana B.; Valença, Otávio & Couto, Márcia T. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Rev Saúde Pública*, 41(5), 797-807. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102007000500014>
- Schraiber, Lilia B.; d'Oliveira, Ana Flávia P.L.; França-Junior, Ivan & Pinho, Adriana A. (2002). Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Rev. Saúde Pública*, 36(4), 470-477. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102002000400013>
- Scott, Joan W. (1986). Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91, 1053-1075.
- Seffner, Fernando. (1998). O conceito de vulnerabilidade: uma ferramenta útil em seu consultório. *Aletheia (ULBRA)*, 7, 53-58.
- Villela, Wilza V.; Vianna Lucila A.C.; Lima, Lia F.P.; Sala, Danila C.P.; Vieira, Thais F.; Vieira, Mariana L. & Oliveira, Eleonora M.O. (2011). Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. *Saúde Soc*, 20(1), 113-123. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000100014>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

*INTERDISCIPLINARY BACHELOR DEGREES IN FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA: A REVIEW
OF THE PROJECT IMPLEMENTATION*

Monica Lima, Denise Coutinho; Julia Freitas, Ive Dahia; Olga Amazonas; Helenira Alencar

Universidade Federal da Bahia; molije@hotmail.com

| Historia editorial | Resumo |
|--|---|
| <p>Recibido: 28-04-2015 Aceptado: 21-10-2015</p> | <p>Discutimos âmbito conceitual, perspectiva operacional e eixo político-institucional da implantação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI) na Universidade Federal da Bahia, entre 2009 e 2012, em relação à formação universitária vigente que até então conhecia apenas o modelo de curso profissionalizante disciplinar. Analisamos narrativas de agentes-chave do processo, sendo três docentes efetivos da UFBA, com função também administrativa, e uma estudante do BI, engajada no movimento estudantil. Concluímos que a perspectiva do BI tornar-se o primeiro ciclo da formação universitária na UFBA está por definir-se, sendo acompanhada por movimentos de apoio e resistência, que sugerem grandes desafios institucionais. Contudo, a experiência produziu vigorosa revisão de normas e regras há muito tempo naturalizadas e tem possibilitado reflexões sobre a concepção tradicional da formação universitária no Brasil.</p> |
| <p>Palavras-chave Bacharelados Interdisciplinares Interdisciplinaridade Universidade Ensino Superior</p> | |
| <p>Keywords Interdisciplinary Bachelor degree Interdisciplinarity University Higher Education</p> | <p>Abstract</p> <p>We discuss conceptual framework, operational perspective and political-institutional features of the Interdisciplinary Bachelor Degree (BI) implementation in the Federal University of Bahia, between 2009 and 2012, as compared to existing university education models which, until then, only offered disciplinary professional courses. We analyze narratives of key agents of the process, three UFBA teachers who performed administrative functions, and a BI student, engaged in the student movement. We have concluded that the perspective for the BI to become the first cycle at UFBA is on hold; support and resistance movements have accompanied it, suggesting large institutional challenges. However, the experience has led to a vigorous revision of rules and regulations naturalized for a long time and enabled reflections on the traditional concept of university education in Brazil.</p> |
| <p>Lima, Monica; Coutinho, Denise; Freitas, Julia; Dahia, Ive; Amazonas, Olga; Alencar, Helenira (2015). Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia: considerações sobre a implantação do projeto. <i>Athenea Digital</i>, 15(3), 127-147. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1628</p> | |

Introdução¹

No Brasil, assistimos a um complexo processo de expansão e democratização da educação superior. Programas elaborados para sua efetivação “sugerem em seus enunciados

¹ Artigo derivado do Projeto de Pesquisa “Trajetórias acadêmicas e construção de significados e sentidos na transição dos Bacharelados Interdisciplinares à formação em Psicologia” financiada pelo o EDITAL PROPCI-PROEXT-PROPG/UFBA 01/2011 – PróUFBA. As professoras Monica Lima e Denise Coutinho recebem bolsas de Pós-Doutorado, respectivamente CAPES Pós-Doutorado (BEX 2465/14-0) realizando-se na Universidad Autónoma de Barcelona e Pós-Doutorado FAPESB (Processo1663/2013), realizado na Universidade Federal do Sul da Bahia, Bahia. As estudantes de graduação em Psicologia (UFBA), Julia Freitas, Ive Dahia, Olga Amazonas receberam bolsas de iniciação científica do Pró-Saúde e do CNPq. Agradecimentos ao grupo de pesquisa Laicos-IAPSE- Universidad Autónoma de Barcelona pelas críticas e contribuições ao aperfeiçoamento do manuscrito.

a democratização do nível superior de escolaridade como forma de promover inclusão e justiça social” (Arruda, 2011, p. 502). Cristina Carvalho (2014) afirma que tais iniciativas foram gestadas em favor das camadas sociais mais pobres, não só para permitir acesso, mas para oferecer aos estudantes condições efetivas de concluir com êxito o nível superior. No entanto, ela ressalta que os principais obstáculos a serem superados são as desigualdades sociais e regionais, de modo que se possa oferecer condições igualitárias a todos os brasileiros, a partir de valores democráticos como meritocracia e igualdade de oportunidades. Ainda que seja evidente a positividade do referido processo ao proporcionar acesso ao ensino superior a uma parcela da população antes excluída, não podemos negligenciar os efeitos da exponencial expansão de vagas no setor privado, fortalecido pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), iniciativas do governo federal. Na contramão do fortalecimento das empresas privadas que mais e mais investem em educação, Erinaldo Carmo, José Chagas, Dalson Figueiredo-Filho, Enivaldo Rocha (2014) advertem sobre a mercantilização da educação, fenômeno hoje apontado e discutido em todo o mundo. Na mesma direção, Mariluce Bittar e Claudia Stapani-Ruas (2012) sinalizam que a privatização da educação superior brasileira tem como efeito colateral a formação de oligopólios, passando o conhecimento a ser tratado como mercadoria e sendo apropriado por empresas que visam prioritariamente ao lucro.

Para fazer frente a essa situação, o governo brasileiro lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007). Tal gesto teve como consequência a criação de 14 novas universidades públicas, entre 2003 e 2010. Foram aplicados recursos em 159 *campi* existentes, criados 115 novos *campi* até 2014. Apesar dos embates gerados, todas as 53 universidades existentes em 2009 aderiram ao Programa, ainda que com variações significativas em relação ao modo de operacionalizá-las.

Há poucos estudos sobre o impacto do REUNI (Brasil, 2007). Dentre aqueles que criticam o modelo, destacamos o de Licínio Lima, Mario Azevedo e Afranio Catani (2008) para quem o REUNI, materializado no projeto “Universidade Nova” gestado na UFBA, propõe “uma simples mudança da arquitetura curricular”. Os autores consideram que a “universidade humboldtiana não está esgotada no Brasil, não se podendo abortar um projeto de universidade que ainda está em gestação e, mesmo assim, tem gerado ciência e massa crítica para o País” (pp. 29-30). Na mesma direção, Deise Manco, Andrea Vale e Tania Martins (2015), criticam:

As ações do governo federal expandindo vagas, matrículas e cursos nas instituições federais de ensino superior, analisando particularmente o programa REUNI, que dá curso à expansão por meio de contratos de gestão, que certifi-

cam em massa, mas à custa da flexibilização e rebaixamento dos cursos e da intensificação do trabalho dos professores (p. 47).

De acordo com Ana Arruda (2011), a resistência ao REUNI tinha como foco questões como a meta imposta da relação aluno/professor (18/1) na graduação, tensionamentos entre elitização e massificação, excelência e democracia. Esses questionamentos concernentes aos vários tipos de mudanças gerados pelo REUNI, por si só, justificam novas investigações. No caso deste trabalho, buscamos, por meio de uma análise micropolítica, examinar alguns efeitos das transformações provocadas por esse processo de reforma universitária no cotidiano das pessoas envolvidas na tarefa de implantar uma nova arquitetura curricular numa universidade tradicional, a Universidade Federal da Bahia (UFBA). A criação de uma nova modalidade de graduação, denominada Bacharelado Interdisciplinar (BI), foi a principal estratégia da UFBA para cumprir as metas do REUNI. No entanto, a coexistência do BI com os tradicionais cursos de formação profissional tem gerado efeitos em vários âmbitos, principalmente pela necessária e difícil articulação com os demais cursos, já consolidados em perspectiva profissional e disciplinar de formação.

O projeto de reestruturação da UFBA era uma proposta radical, pois previa mudança geral que transformaria os cursos existentes, implantando o modelo de ciclos. A criação de uma unidade universitária, o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), para abrigar os BIs foi a solução de compromisso encontrada em função de resistências provenientes de muitas unidades e diferentes agentes, tanto servidores quanto estudantes. Deve-se dizer que não se trata de proposta nova, sendo antes o resultado da fusão de modelos de formação consolidados no mundo, antecipada no Brasil pela iniciativa pioneira de Anísio Teixeira e abortada pelo Golpe Militar de 1964 (Almeida-Filho & Coutinho, 2011).

Neste artigo discutimos aspectos relativos à implantação do BI-UFBA, considerando a coexistência de duas modalidades contraditórias de formação universitária e os efeitos daí decorrentes. Examinamos relatos das experiências de quatro agentes do processo, sendo três docentes efetivos da UFBA e uma estudante do BI de Humanidades.

Organizamos o texto em quatro partes. Primeiro, apresentamos a estrutura do BI, uma experiência singular e recente no Brasil. Destacamos, em seguida, pressupostos teórico-metodológicos. No terceiro tópico, procedemos à análise temática das experiências concretas dos envolvidos, contemplando: âmbito conceitual, perspectiva operacional e eixo político-institucional. Concluimos que a perspectiva do BI tornar-se o primeiro ciclo da formação universitária na UFBA está por definir-se, mas tem gerado vigorosa revisão de normas e regras naturalizadas.

Sobre o BI

Entre 2006 e 2009, a UFBA concebeu e implantou parcialmente o modelo de ciclos, com base em uma nova modalidade de curso de graduação no Brasil. O objetivo geral do novo modelo foi:

Agregar formação geral, humanística, científica e artística ao aprofundamento num dado campo do saber, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitarão ao egresso a aquisição de ferramentas cognitivas que conferem autonomia para a aprendizagem ao longo da vida bem como uma inserção mais plena na vida social em todas as suas dimensões. Também prevê fundamentos conceituais e metodológicos para a formação profissional em cursos de graduação que o adotem como primeiro ciclo (Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 12).

O IHAC oferta quatro opções de BI, curso superior pleno e interdisciplinar: Humanidades, Artes, Ciência e Tecnologia, e Saúde. Com duração mínima de três anos (2.400h/aula), pode cumprir função preparatória para formação profissional ou para a pós-graduação. A estrutura curricular é composta por duas etapas de formação: Geral e Específica. Cada etapa tem 1.200 horas/aula. A Formação Geral tem como objetivo garantir competências e habilidades para uma compreensão crítica da realidade natural, social e cultural (Universidade Federal da Bahia, 2008). Na Formação Específica, o graduando cumpre a metade restante, seja na Grande Área escolhida ou numa Área de Concentração, destinada ao aprofundamento em determinado campo de saberes e práticas, ofertada por unidade acadêmica de um dos cursos profissionalizantes ou do próprio IHAC. Tem função propedêutica geral de uma formação profissional, mas não constitui mera antecipação de disciplinas profissionalizantes. A modalidade amplia possibilidades de escolha profissional durante o curso e não antes, como ocorre nos exames seletivos para carreiras profissionais. Reage também ao modelo tradicional brasileiro de currículos engessados e ausência de articulação e exposição a outros campos do saber. O desenho curricular dos BIs segue os seguintes princípios: flexibilidade na matriz curricular; autonomia do estudante; articulação entre campos e interdisciplinaridade (Universidade Federal da Bahia, 2008).

Considerações teórico-metodológicas

O modelo teórico-metodológico aqui escolhido é o Sistema de Signos, Significados e Práticas - S/ssp (Almeida-Filho, Corin & Bibeau, 1998; Bibeau, 1993) constituído de três níveis para a abordagem de um problema de investigação: factual, narrativo e interpretativo (Bibeau, 1993). Inicialmente, organizamos percepções sobre o processo de im-

plantação, visto que vivenciamos em graus variados, docentes e discentes, a expansão da UFBA: nível factual. Para atingir o nível narrativo, conversamos com professores, gestores e discentes, capturando relatos espontâneos e entrevistados agentes representativos do processo. Realizamos entrevistas pessoais semi-estruturadas com três professores que exerceram funções de gestão no IHAC (Entrevistados -1, -2 e -3) e com uma estudante, membro do movimento estudantil (Entrevistada -4), que cursou o BI Humanidades. O roteiro de entrevista continha perguntas amplas, especificadas em função do vínculo (docente ou discente) e do cargo (representante estudantil, dirigente, coordenador de curso e coordenador acadêmico), sem identificação nominal. As entrevistas variaram de 45 a 120 minutos, foram transcritas na íntegra, decupadas, após leitura e discussão sobre diferenças e semelhanças entre pontos de vista, organizadas por unidades de análise, segundo as temáticas: 1) âmbito conceitual, que buscou caracterizar o BI em relação ao modelo de curso profissionalizante; 2) perspectiva operacional, para explorar desafios e dificuldades atribuídos ao processo; 3) eixo político-institucional, abordando conflitos e disputas entre gestores das duas modalidades.

O nível interpretativo foi orientado por noções de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Bourdieu (1997/2004) propõe a noção de *campo* para descrever um universo intermediário entre o mundo social e uma produção, com leis e normas mais ou menos específicas, a depender do seu nível de autonomia. Todo campo é espaço de constituição de uma forma específica de capital simbólico. Os agentes determinam a estrutura do campo de acordo com o capital acumulado e sua composição. Aqueles com maior capital têm mais liberdade para conservar ou transformar as leis do campo, segundo seus interesses. Os sujeitos entrevistados estavam diretamente implicados com a implementação dos BIs, na condição de professores responsáveis pela operacionalização do modelo, em diálogo com outras unidades acadêmicas.

A noção de *habitus* refere-se ao conjunto de características intrínsecas aos agentes de determinado campo e resulta da internalização dos sistemas de percepção e ação sociais nos corpos. Assim, o campo estrutura o *habitus* como produto da encarnação da necessidade interna ao campo (Bourdieu & Wacquant, 2005).

Para analisar o campo acadêmico, buscamos compreender como se dá a construção de um saber, como emerge um discurso e como este adquire, em seu campo, e em dado momento, estatuto de verdade. Um discurso, tal como um saber, terá determinadas condições de emergência, sustentação, de modo a atingir ou não seus objetivos. Discursos são práticas que geram efeitos no campo em que se inserem e, quando adquirem estatuto de verdade, podem constituir-se como saber, sendo controlados por agentes do campo (Foucault, 1969/2008). Ideias como Verdade e Saber estão diretamente associadas à ideia de Poder.

Discursos são controlados por meio de coerções ou atos autorizativos, mecanismos implícitos ou explícitos de controle dos sujeitos (Foucault, 1976/2012). Discursos, portanto, fazem parte dos jogos de poder. Dotados de materialidade, arrebatam, atingem corpos, emergem e se desfazem, deslizam, afetam, enfim, geram poder e saber, conforme seus contextos de produção, nos quais operam outros campos de saber e suas verdades. O poder é microfísico, é de todos, não pertencendo a ninguém em particular.

Para compreender o processo de implantação dos BIs foi necessário compreender como relações de poder estiveram presentes nas narrativas sobre decisões e resistências ao projeto, na medida em que resistências fazem parte do poder e afetam tomadas de decisão: “Que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1976/2012, p. 108).

Foucault (1971/1996) não indica metodologia a ser seguida, mas apresenta precauções de método para realizar uma análise dos discursos. É preciso considerar que o discurso irrompe ocasionalmente sem origem ou autoria determinada; é fragmentado, descontínuo, não surge para cumprir um interesse ou projeto específico. Antes, emerge num campo simbólico, por meio de empiricidades locais, de modo que é preciso considerar o discurso não apenas como produção simbólica ou imaginária, mas em sua materialidade real. Na atualidade de uma emergência discursiva, quando discursos não foram ainda encadeados pelo controle social, tudo pode parecer confuso e frágil. Entretanto, discursos tem poder de dominação social, sustentam práticas sociais e aglutinam seguidores. Eis, portanto, a função da instituição social: instância controladora desses discursos, que são também práticas.

Segundo Foucault, nossa sociedade vive numa logofobia e, por isso, tenta controlar discursos nela deflagrados, usando complexos sistemas para conjurar poderes e desejos. Foucault (1971/1996, p. 9), assinala que, se quisermos “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” – devemos analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos. Porém é preciso, antes, “questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, suspender, enfim, a soberania do significante” (1971/1996, p. 51). Essas são, em suma, precauções de método por meio das quais Foucault trata de desvelar procedimentos de controle discursivo liberados e legitimados pelas instituições como tendo origem, encadeamento próprio, continuidade, verdade. Esses sistemas de controle podem agir por procedimentos de exclusão (interdição; separação e rejeição; separação do verdadeiro do falso, para em seguida excluir o último por sua desclassificação); de controle interno (controla o acaso e o acontecimento do discurso, subsumindo-o à

ordenação, classificação e distribuição) e por procedimentos de restrição social (seleção dos aptos, a partir de uma apropriação do discurso por um grupo social determinado).

Bourdieu e Foucault tratam da dimensão política do saber no nível local e valorizam a dimensão prática da ação discursiva. Dois níveis de análise nos darão suporte: um que focaliza o lugar das forças sociais que valorizam o sujeito como agente de um discurso e aquele que investiga condições do discurso como controle institucional.

Resultados e discussão

Âmbito conceitual do projeto

Uma das diferenças entre BI e cursos profissionalizantes é o caráter explicitamente interdisciplinar do primeiro. Apesar do “interdisciplinar” que o qualifica, o BI tem proposta transdisciplinar de construção de sujeitos e de conhecimentos, pois sua arquitetura prevê como necessário o trânsito sistematizado dos estudantes por diferentes unidades acadêmicas, em função do grande número de Componentes Curriculares (CCs) optativos e livres da matriz curricular, e forte indução de escolhas de trajetos singulares, por oposição à matriz fechada dos cursos tradicionais.

A interdisciplinaridade parte de uma problemática comum que opera em plataforma de trabalho conjunto, quando disciplinas dialogam entre si, em fecunda e mútua aprendizagem. A transdisciplinaridade se caracteriza por trânsito de sujeitos que atravessam, de modo sistemático campos disciplinares, a fim de examinar determinado objeto complexo de modo integral. Trata-se de uma “prática transitiva” de sujeitos, a fim de construir um novo olhar e, eventualmente, novos campos de intervenção, com possibilidade de formular um objeto complexo por diferentes perspectivas que dialogam entre si de modo transversal (Almeida-Filho, 2005).

Essa produção de novos sujeitos “em trânsito”, por espaços não-verticalizados, sem mediação da especialidade, com horizontalidade nas relações, construindo suas práticas no cotidiano, é característica da arquitetura curricular dos BIs.

Veremos, mediante análise discursiva das falas emblemáticas, como os princípios de controle discursivo do antigo modelo institucional aparecem estremecidos com a emergência de um novo modelo.

O currículo do BI de 30 matérias só tem oito obrigatórias. Nos outros cursos, de 40 matérias tem 35 obrigatórias. É o oposto, uma mudança quase radical

de formação acadêmica. No BI o estudante tem base firme, as obrigatórias, então ele tem onde se apoiar, mas o resto do tempo, tem que escolher. A educação não se faz só pelo conhecimento, pelo cognitivo. Educação é formação de habilidades e atitudes. Então, trabalhamos no sentido de formar uma atitude de busca de escolha, autonomia. Isso a universidade não entende (Entrevistado N. 1, entrevista pessoal, 1 de maio de 2015).²

Ele [BI] não é apenas um primeiro ciclo de outro momento. Por quê? Porque você tem estudantes que querem, por exemplo, Medicina, em [BI] Saúde. Mas tem alunos de Artes que querem transitar, ter uma formação mais próxima daquilo que gosta de fazer e depois cair no mundo do trabalho. Você quer fazer outras coisas! Isso é possível. Você tem três anos. E outros alunos, tem também acontecido em número menor, entraram na Universidade, fizeram esses três anos e já entraram na pós-graduação (Entrevistado N. 2, entrevista pessoal, 28 de março de 2013).

Alguns princípios agem controlando, internamente às instâncias sociais, discursos ali proferidos, de modo a limitá-los por um jogo de regras (Foucault, 1971/1996). Foucault sublinha dois princípios: da disciplina e do comentário. O primeiro assegura que o que pode ser dito como verdadeiro e aceito dentro de um universo discursivo precisa dirigir-se a um plano de objetos determinados, de modo que no interior de seus limites cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas. Uma ciência específica (curso, matéria, disciplina) dita regras e rituais que devem cumprir aqueles que queiram autorização para explorar seus domínios. No contexto em análise, o engessamento da grade curricular nos cursos profissionalizantes cumpre a função de impedir que outros saberes sejam acessados. Estudantes dos BIs, que transitam mais livremente por diferentes saberes e áreas devem cumprir disciplinas nas unidades que abrigam cursos profissionalizantes com estrutura disciplinar e linear. Nesses momentos, o projeto interdisciplinar e flexível é confrontado ao projeto fixo e disciplinar dos demais cursos, fragilizando o princípio da disciplina.

Esse novo modelo também enfraquece o princípio do comentário, que age assegurando, no interior de um grupo, a perpetuação de um único repertório discursivo. O cruzamento discursivo pode, pelo choque de contradições de discursos diversos, invalidar, desclassificar ou destituir um discurso que o princípio do comentário tentava preservar, possibilitando a emergência do novo.

Quando você forma um estudante com visão ampla, sensível, crítica, porque a gente [BI] foca muito isso; e quando você chega naquele ponto do curso, já tem uma experiência, uma maturidade maior, visão crítica, então pode absor-

² Todos os entrevistados estão identificados no texto por meio de numeração (N. 1, N. 2 etc., visando preservar o anonimato.

ver melhor os conhecimentos do curso seguinte. A gente consegue fazer isso mais, quando tem essa passagem (Entrevistada N. 4, entrevista pessoal, 24 de outubro de 2013).

Tal discurso parece evidenciar a possibilidade crítica presente no saber instituinte. A crítica é fundamental para superar ideologias e ações doutrinárias naquele universo epistemológico. A *crítica* coloca em *crise* uma verdade instituída, quando aponta condições que a legitimaram, relativizando-a. Foucault (1966/1999) considera que o par ideologia-crítica tenciona fortemente o saber instituído. Sem a crítica, o saber torna-se doutrina. Para ele, o que diferencia o controle científico (disciplinar) de um discurso do controle doutrinário é que o primeiro tem por função gerar novos enunciados, decorrendo que tal regime de inovação o coloca em condição de reatualização permanente das regras que o definem. Se a doutrina exige seguidores, a ciência deve exigir aprendizes críticos. Os primeiros assistem, aprendem e seguem; os segundos assistem, interrompem, transgridem, transformam, mudam os caminhos.

Em sentido contrário, Ana Guerra e Elisa Zwick (2013) discutem a perspectiva interdisciplinar que buscava-se construir no BI em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas, com terminalidades profissionalizantes. Ressaltam que:

Os depoimentos dos discentes acerca da passividade das suas ações em sala de aula chegam a emocionar [...] os alunos acostumaram a se calar por não haver condições de participarem dialogicamente em uma aula, não pelos aspectos didáticos e metodológicos dos professores, mas pela estrutura organizacional empregada pela Universidade (p. 115).

Eles atribuem essa passividade ao fato de haver turmas de 120 a 130 estudantes, o que compromete a formação crítica e quase inviabiliza a participação discente nas discussões. Além disso, “o debate acerca da proposta interdisciplinar é ainda pouco conhecido no meio acadêmico, além da grande maioria dos docentes ser formada essencialmente na perspectiva disciplinar” (Guerra & Zwick, 2013, p. 116).

No BI da UFBA, notamos que alguns estudantes se frustram com relação à expectativa de crescer na carreira profissional, após a conclusão do BI, mesmo sendo explicitado desde o início que o BI não é curso profissionalizante.

Nossos projetos pedagógicos (...) deixam claro que não somos cursos profissionalizantes. E o aluno sabe, mas ele entra em crise quando sai daqui e encontra um emprego, como se ele não fosse qualificado, como se não tivesse um diploma. Então, a gente tem alguns relatos de alunos com dificuldades profissionais no trabalho e que esperavam crescer profissionalmente e nem sempre isso acontece. Eu vejo isso como uma questão dos BIs da UFBA, sobretudo

olhando para os outros implantados no país. Cerca de metade tem caráter de algum modo profissionalizante ou de inserção no mercado. (...) Então, são Bacharelados que, a despeito de serem interdisciplinares, tem foco em algumas áreas, o que permite ao egresso um posicionamento profissional diferente daquele de um curso genérico, como é o nosso caso (Entrevistado N. 3, entrevista pessoal, 31 de outubro de 2013).

Tal discurso parece apontar para um tipo de controle que, segundo Foucault (1971/1996), conforma sociedades disciplinares. Ocorre por um sistema de apropriação dos discursos com restrição de sujeitos que podem participar. Certos grupos, pelo princípio da disciplina, forjam pensamentos que delimitam territórios epistemológicos. Do interior da disciplina são ditadas regras de produção de verdades e programas de formação dos sujeitos aptos a explorar territórios delimitados. A profissionalização do conhecimento é exemplo disso. As ciências se prontificam a formar mão de obra para explorar com exclusividade determinado campo, submetendo seus aprendizes a rígido e específico programa visando à eficácia operatória. A capacitação específica tem sido fator de restrição social, assegurando apenas aos seus autorização para explorar um território. Bourdieu (1997/2004) dirá que a profissionalização do saber tenta assegurar para determinados grupos o monopólio da competência científica, uma vez que é no interior de universos eruditos que agentes do campo dispõem, pela profissão, de instrumentos poderosos de universalização.

Os significantes ‘geral’, ‘generalista’ e ‘genérico’, no contexto político da implantação dos BI, demarcam posições de confronto. A proposta político-pedagógica do BI define “formação geral” no sentido equivalente a *General Education* dos modelos curriculares internacionais, como introdução à cultura contemporânea e à vida universitária. Defensores de uma perspectiva pragmática postulam a ênfase profissionalizante para o primeiro ciclo e preferem o adjetivo “generalizante”. Os opositores políticos do projeto insistiam na designação de “curso genérico” em tom ambíguo, quase pejorativo, por analogia aos “remédios genéricos”, na época criticados como baratos, de menor eficácia e pouco confiáveis. O Entrevistado-3 preocupa-se com a inserção do egresso do BI no mundo do trabalho, indicando que o caráter amplo do curso não facilita “um posicionamento profissional” (Entrevistado N. 3, entrevista pessoal, 31 de outubro de 2013), porém aplica o termo “genérico” (e não “generalista”) para justificar seu argumento. Contudo, não podemos esquecer que, como qualquer outra produção discursiva, essa é uma posição interessada e pode indicar uma fratura na concepção do projeto, na medida em que sinaliza para uma profissionalização “desejável”, ainda que contraditória com o projeto do BI.

Seja por conta da mobilidade que permite: ir diretamente para o mundo do trabalho; seguir para um curso profissionalizante; ou tentar seleção para a pós-graduação; seja pelos CCs interdisciplinares do IHAC, alguns agentes acreditam que o BI proporciona necessária reflexão acerca da cultura e da formação universitária, possibilitando o desenvolvimento da formação crítica. Percebemos como a concepção e a efetivação do BI representam forte mudança no campo, fazendo coexistir dois *habitus* universitários distintos em uma mesma instituição e, por vezes, na compreensão de um mesmo agente: um caracterizado pela autonomia dos estudantes, que recebem formação geral não profissionalizante, guiada pelos eixos da transdisciplinaridade e mobilidade; e outro, representado pelo modelo vigente e hegemônico, caracterizado pela heteronomia: CCs obrigatórios, formação fragmentada, disciplinar e fechada em suas formações e institutos.

No primeiro caso, a UFBA incentiva a formação de “sujeitos anfíbios” ou “operadores transdisciplinares do conhecimento”, pessoas que desenvolvem sensibilidade e articulação entre saberes, para o manejo da complexidade dos fenômenos (Almeida-Filho, 2005, p. 44). No segundo caso, a UFBA continua investindo na formação de profissionais disciplinados para o mercado. Estas funções são incompatíveis? São necessárias? Respondem a que demandas da sociedade, da produção do saber? Quais suas relações com o tripé ensino, pesquisa, extensão? São perguntas que precisam ser enfrentadas.

Perspectiva operacional

Há matérias obrigatórias comuns aos quatro BIs, como “Estudos sobre a Contemporaneidade” e outras específicas de área. A carga horária de CCs obrigatórios é bem menor que as de um curso profissionalizante. Assim, generosa parcela do BI é formada por CCs optativos ou livres, podendo ser escolhidos de qualquer curso ofertado na UFBA ou em outra IES, nacional ou estrangeira, com a qual a UFBA mantenha convênio. Outra característica é o conhecimento induzido às outras grandes áreas. Cada estudante de BI deve escolher pelo menos dois CCs de outra área e outros dois de uma terceira área, ampliando seu trânsito pelas culturas universitárias: Ciências, Artes e Humanidades, sendo que Saúde é considerada cultura científica.

Diferenças entre BI e curso profissionalizante giram também em torno de dificuldades de operacionalização, uma vez que a UFBA não se preparou para receber a nova modalidade. O sistema existente, montado para operar segundo a lógica de matrizes curriculares disciplinares, com maioria de CCs obrigatórios e pré-fixados, conservou-se o mesmo. Então, ao acompanhar processos de formandos da primeira turma do BI de Humanidades, vimos quanto difícil foi, para os envolvidos no processo de registro

acadêmico, fazer com que o sistema operacionalizasse a integração de diferentes matrizes curriculares.

Não entendem [a própria UFBA] o nosso currículo, o nosso currículo vem assim “componente livre”. Componente livre todo mundo faz o que deseja, né? Aí alguém estava analisando o currículo: o aluno não pode se formar, porque (...) no BI tem seis tipos de optativa, né? Tem a optativa da grande área, tem a cultura complementar de um tipo, a cultura complementar de outro tipo. Aí o sujeito entra na área de concentração, tem as obrigatórias da área de concentração, tem as optativas da área de concentração e tem componente livre. (...) Humanidades tem cinco matérias e o aluno tem que escolher três, ainda tem isso. Aí elas [funcionárias e assessoras da PROGRAD] conferem e contam, “fez uma optativa de cada tipo e está faltando um componente livre”. Eu digo “não está faltando um componente livre. Está sobrando optativa da Grande Área” (Entrevistado N. 1, entrevista pessoal, 01 de maio de 2013).

Diferenças significativas entre BI e curso profissionalizante, ainda que no âmbito operacional, remetem ao plano conceitual. A primeira dificuldade para o sistema acadêmico tradicional foi compreender que campo de conhecimento é diferente de área definida por critérios gerenciais. A segunda dificuldade foi fazer com que o sistema identificasse essa qualidade para que a integralização curricular fosse realizada com agilidade e eficiência. O maior complicador parece ter sido a dificuldade de compreensão que implicava acolher outra lógica epistêmica. Mesmo assessores da administração central demonstraram dificuldades dessa ordem, pois como classificar uma proposta que trabalha na construção da singularização de percursos formativos e na construção da autonomia dos sujeitos?

Após tensionamentos, o Artigo 4º da Resolução 06/2011 do Conselho Acadêmico de Ensino e o Regulamento do Ensino de Graduação da UFBA tiveram de ser atualizados (Universidade Federal da Bahia, 2005/2009), porque estavam baseados na formação tradicionalmente oferecida. O primeiro previa que um estudante do BI só poderia migrar para um curso profissionalizante de mesma área. Assim, por exemplo, a Psicologia, classificada como curso de Humanidades na UFBA, não aceitava estudantes que tivessem concluído o BI de Saúde, ainda que em muitas instituições de ensino superior a Psicologia esteja na área da Saúde, sendo uma das 14 profissões reconhecidas pelo Ministério da Saúde. A referida Resolução foi derrubada, após intensa pressão e debates, abrindo a possibilidade de maior mobilidade entre área de conhecimentos diferentes, mas deixando a cargo da Unidade a decisão de receber ou não o egresso do BI proveniente de outra área.

Eixo Político-institucional

De acordo com a proposta inicial, a entrada pelo BI seria a única maneira de ingressar na universidade, o que implicaria reforma curricular radical em todos os cursos tradicionais da Universidade, a serem transformados em cursos de segundo ciclo. O projeto previa dois ciclos de formação na graduação, sendo o primeiro interdisciplinar e o segundo profissionalizante. Esta entrada única pelo BI não foi adotada na UFBA, o que dificultou sobremaneira a operacionalização prevista. Além disso, a entrada única tenderia a minimizar o efeito da falta de “posicionamento profissional” (Entrevistado N. 3, entrevista pessoal, 31 de outubro de 2013) do egresso do BI, uma vez que todos (e não alguns) teriam formação transdisciplinar prévia e geral e, caso desejassem, formação complementar profissionalmente orientada em segundo ou terceiro ciclo.

No processo de implantação, o BI sofreu muita resistência proveniente da tradição dominante na universidade, que se caracteriza por baixíssimas mobilidade e autonomia (Zorzo, Pinho & Oliveira, 2003). Deste modo, o projeto implantado passou a ofertar duas modalidades de graduação: BI (graduação interdisciplinar) e graduação profissionalizante, com terminalidades próprias. Contudo, o estudante do BI conservava a possibilidade de acrescentar a seu curso uma formação profissionalizante. Para garantir tal passagem, o Conselho Universitário aprovou reserva de, no mínimo, 20% das vagas de todos os cursos para egressos do BI.

O projeto inicial (...) não pôde ser aplicado da forma perfeita. Muito por causa dessa resistência interna da UFBA, né? A UFBA, querendo ou não, era muito conservadora, muito elitista, foi contra o projeto e, no final das contas, o projeto aprovado foi muito aquém da proposta inicial. Se lutou tanto contra e, ao final, foi muito pior. Se a gente tivesse, por exemplo, aderido à proposta inicial, teria avançado na perspectiva acadêmica, da profissionalização também, teríamos diversas questões muito mais avançadas (Entrevistada N. 4, entrevista pessoal, 24 de outubro de 2013).

O apego ao que está estabelecido, o apego a uma tradição, ao que é mais cômodo, não arriscar mudar. (...) Aí, houve muito debate, não aceitaram, a UFBA chegou a uma solução mista: o aluno pode entrar no curso tradicional, se ele supostamente sabe o que quer, se acha que sabe o que quer. “Eu quero fazer Economia”, vai e entra em Economia. O que acontece é que chega lá e descobre que não é nada disso, que ele foi influenciado de alguma forma a fazer Economia, chega lá e larga. O índice de evasão nas universidades é muito alto. E aí, ingressando no BI, ele tem tempo de escolher. Essa é a principal característica da proposta da graduação em dois ciclos (Entrevistado N. 1, entrevista pessoal, 1 de maio de 2013).

O controle das sociedades dos discursos se dá, segundo Foucault (1971/1996), pela restrição dos sujeitos aos discursos por elas apropriados. Podemos observar que no modelo tradicional da universidade pública brasileira atuam duas formas dessa restrição, uma disciplinar, que impede o livre trânsito dos estudantes pelos aparelhos educacionais. A outra é uma restrição de base socioeconômica. A universidade pública foi historicamente no Brasil um fator de diferenciação socioeconômica. Apenas a elite tinha acesso ao nível superior do ensino. Baseado na dicotomia meritocracia/igualdade de oportunidade, a universidade brasileira apenas colocava no pódio do mercado, já selecionados pelo sistema vestibular (provas para o ingresso na universidade), aqueles competidores com boas condições socioeducacionais, isto é, a elite brasileira. O sistema de cotas, a expansão universitária e o combate ao controle disciplinar especificista do saber, fragiliza esse controle, ao democratizar o ensino universitário.

Relatos das experiências diretas dos entrevistados em relação ao cotidiano do BI nos faz inferir que a proposta em dois ciclos, além de proporcionar uma formação transdisciplinar, posicionamento crítico e construção de autonomia, auxilia escolha madura e consciente da profissão.

Alguns certamente entram querendo mais alguma coisa. E outros entram sem saber direito o que realmente querem. (...) Todas essas possibilidades só fazem sentido e farão sentido se houver transformação de pessoas. Transformar, ou seja, não importa a finalidade, não importa se ele vai para outro curso, se ele fez uma Área de Concentração e vai trabalhar ou vai para a pós. Mas é a transformação de pessoas pensando o mundo em que estão, pensando suas escolhas, pensando sua inserção na sociedade (Entrevistado N. 2, entrevista pessoal, 28 de março de 2013).

Uma das críticas que a gente já ouviu também: “ah, fazer BI é perda de tempo! O aluno fica muito mais tempo na universidade”. Eu particularmente acho bom isso. Às vezes, o aluno entra aqui com 18 anos e sai muito novinho para uma profissão. Muitas vezes nem sai, fica titubeando, sem saber para onde vai, fica estudando mais para entrar no mercado de trabalho (Entrevistado N. 1, entrevista pessoal, 1 de maio de 2013).

Entre possibilidades de pensar essa etapa do jogo institucional (ter dois ciclos ou não), há a versão de que esse processo foi a conciliação possível entre discursos tradicionais e progressistas. Houve, também, sobretudo no início, a interpretação de que o projeto REUNI-UFBA havia sido imposto de modo autoritário, embora tenham ocorrido discussões diversas e sessões específicas no Conselho Universitário da UFBA para tratar do projeto.

Muita gente achava que se a proposta vinha do reitor devia ser atacada, porque se desconfiava do Ministério da Educação. Quer dizer, a proposta amplia as vagas e o MEC não dá a verba, aquela história. E não é sem fundamento, uma coisa até procedente, essa desconfiança. Mas se a gente não ousa, não consegue fazer as coisas. (...). E uma reação absurda de toda a Universidade contra nós. Então, o tempo inteiro, em vez de ser feito um trabalho de articulação, de conquista, de conhecimento dos outros organismos da Universidade acerca dessa nova proposta, ficamos nos debatendo contra as maiores adversidades (Entrevistado N. 1, entrevista pessoal, 01 de maio de 2013).

Registraram-se ânimos divergentes sobre a proposta dos dois ciclos, acusações à Reitoria, desconfiança e descrédito na relação com o Ministério da Educação sobre cumprimento de acordos institucionais, pouca compreensão do projeto, tensionamentos os mais diversos. Havia também um significativo grupo de docentes e demais servidores apostando na mudança.

Olha, não há uma reação agressiva dizendo que são contra, nunca senti isso. As pessoas até consideram que é interessante a proposta de uma formação interdisciplinar antes da escolha profissional, mas entre a emissão de opinião de uma proposta e a concretização de apoio a ela, existe uma distância muito grande (Entrevistado N.1, entrevista pessoal, 1 de maio de 2013).

Eu vejo uma cisão na UFBA; e o contato com as unidades, acho que isso não deve acontecer. A universidade não está empenhada, não tem isso como projeto. (Entrevistado N.3, entrevista pessoal, 31 de outubro de 2013).

E era isso que o movimento estudantil da época não teve a capacidade, ou mesmo que tivesse a capacidade de avaliar, deixou de lado por uma questão política daquela época. Inclusive, eu brinco, porque eu acho que, naquele espaço-tempo, o movimento estudantil foi o mais conservador, quis manter as estruturas anteriores, não quis avançar. (Entrevistada N. 4, entrevista pessoal, 24 de outubro de 2013).

Como podemos observar, os debates sobre a mudança se deram de forma inflamada, uma vez que ameaçavam instituir novas verdades e outros modos de operar. O poder do discurso subversivo ameaça o conforto das estruturas dadas e por isso sofre resistências e ataques. Foucault (1971/1996) considera que a sociedade responde, tentando conjurar o poder, através de sistemas de exclusão e interdição.

Se transformamos a afirmação da Entrevistada 4 – “o projeto que foi aprovado foi um projeto muito aquém do que era a proposta inicial” –, em pergunta: a disputa entre o modelo tradicional e o do BI resultou em um “projeto inferior ao previsto inicialmente”? (Entrevistada N. 4, entrevista pessoal, 24 de outubro de 2013), somente o tempo

permitirá resposta mais conclusiva. A reforma “parcial” da UFBA, na medida em que delimitou dois tipos opostos de formação, abriu espaço para comparações valorativas, conflitos e discriminação entre os estudantes:

Há uma percepção coletiva, generalizada da parte dos nossos alunos tanto os que estão no IHAC, quanto aqueles que passam para o curso tradicional, de que são discriminados, são considerados diferenciadamente. É claro que entre nós, professores, a gente fica muito animado quando ouve repercussões positivas, em relação aos nossos bons alunos, quando eles vão para um curso profissionalizante e são reconhecidos como bons alunos, ficamos muito felizes, a gente repercute aqui dentro, divulga. Mas a gente não dá a mesma atenção para os relatos, muito mais numerosos, de discriminação ou de ponto de vista negativo acerca dos nossos alunos. (Entrevistado N. 3, entrevista pessoal, 31 de outubro de 2013).

Esse novo modelo, fortemente caracterizado por indefinições com relação à operacionalização, provocava sentimentos de insegurança e dúvidas nos estudantes que não vislumbravam perspectivas concretas do que poderia ocorrer no percurso, pois muitos aspectos do curso iam sendo definidos à medida que eram vivenciados.

Então o que acontece em termos de funcionamento, no dia a dia, no cotidiano, é que os nossos Colegiados [dos quatro BIs] se ressentem muito do apoio dos Departamentos [de outras unidades acadêmicas] em termos de oferta de vaga. Cada matrícula é uma batalha, uma coisa exaustiva de você tentar convencer os departamentos a conceder algumas vagas. Temos 4.000 alunos hoje [2013]. Quatro mil: se cada um faz cinco matérias, são 20 mil vagas que tem que combinar. A maioria no noturno, que não existem, porque a maioria das unidades não tem curso noturno (Entrevistado N. 1, entrevista pessoal, 1 de maio de 2013).

A Universidade continua funcionando principalmente de acordo com as características dos cursos tradicionais. Os estudantes matriculam-se via web e só eventualmente precisam comparecer na matrícula presencial para adicionar um CC. Quando se trata do BI, grande parte dos CCs é disponibilizada depois que os estudantes do curso profissionalizante se matriculam. Portanto, a maior parte dos alunos do BI precisa comparecer à segunda etapa da matrícula (presencial) para conseguir CCs. O sistema retém as vagas do primeiro semestre para os calouros, que também são as mais adequadas para estudantes do BI. Quando não são preenchidas as vagas em primeira chamada, abrem-se segunda e terceira chamada dos aprovados para os cursos profissionalizantes; por último, vagas remanescentes são ofertadas para os BIs.

Considerações finais

Dois aspectos marcantes diferenciam o BI do curso profissionalizante tradicional: o caráter explicitamente inter-transdisciplinar e a formação universitária ampla, não profissionalizante. O BI foi criado justamente para superar as fragilidades disciplinares dos cursos de graduação, e ainda que o projeto conheça percalços, podemos considerá-lo um caminho alternativo para ultrapassar o padrão consolidado e anacrônico de formação universitária linear, disciplinar e limitada à profissionalização. Não chama apenas a atenção a dificuldade de “definir” o que é interdisciplinaridade e, sim, a dificuldade de fazer operar um sistema que possibilita algo tão desejado, possível de ser oferecido em grande escala e compatível com a maioria das instituições do mundo. Esta dificuldade não é intrínseca à modalidade BI, nem um mero fechamento ideológico dos que estão envolvidos diretamente na tarefa de implantação do projeto. É, antes, uma dificuldade geral de aplicação de um construto teórico em contextos concretos de trabalho. Trata-se de uma “tarefa ingrata e difícil”, porque a “palavra tem sido usada, abusada e banalizada”, ou seja, “a palavra [interdisciplinaridade] está gasta” (Pombo, 2003, p. 1). O BI responde a essa demanda pedagógica de interdisciplinaridade na educação superior.

Desde Hilton Japiassu (1976) a interdisciplinaridade é convocada como resposta a uma crise paradigmática do conhecimento científico, justificada pelo fato de os conhecimentos especializados não mais darem conta de problemas de ordem complexa. A práxis interdisciplinar, longe de ser mais um território compartimentador de determinado tipo de conhecimento, coloca-se atualmente como exigência metodológica da própria ciência, em todas suas instâncias de produção e veiculação. Podemos perceber, também, uma busca incessante dos agentes para viabilizar um projeto que sofre e sofreu boicotes generalizados. Não está explícito, entre as críticas, por exemplo, o contraponto que o BI faz, ou poderia fazer, à formação profissional disciplinar. Mas vale a pena explicitar essa possibilidade. Certamente, o BI sinaliza que é possível uma formação “inter-transdisciplinar”. Obstáculos são próprios de qualquer tarefa transformadora, mas nada justifica pensar que são intransponíveis. É preciso ultrapassar a ideia de que a disciplinarização e a profissionalização tragam solução para a desigualdade social, comum no espaço universitário tradicional, principalmente quando enraizado precocemente entre estudantes, como se pudéssemos resolver tal problema apenas formando gente para o mercado. Ao entrar na universidade, antes de pedir um trabalho, jovens e, atualmente, os mais velhos, os pobres, os negros, os indígenas, os quilombolas etc., pedem reconhecimento e dignidade. Carvalho (2014, p. 243) critica análises macropolíticas educacionais que relacionam diferenças abissais de escolaridade existentes no Brasil apenas a efeitos do mundo capitalista, como algo inerente e, portanto,

natural e intransponível. Estejamos atentos a advertências como esta. Podemos rejeitar uma modalidade de formação universitária que ousa ser inter-transdisciplinar, por não se apresentar diretamente profissionalizante? É preciso avaliar os desdobramentos dessa nova modalidade a médio e a longo prazos e, portanto, ocuparmo-nos com o quê, de fato, interessa: como oferecer o tripé ensino, pesquisa e extensão, respeitando o que há de melhor na tradição humboltiana, e que, segundo Lima et al. (2008), ilumina e torna produtiva a universidade brasileira?

Segundo Foucault (1971/1996), o aprisionamento discursivo se dá pelo controle institucional. Compreendemos, assim, que a emancipação dos sujeitos pode se dar por meio de uma mudança institucional. A implantação do BI busca exatamente isso, de modo que podemos ver repercussões dessa mudança nos discursos emergentes que tratam de seu modelo operacional. Os desafios operacionais enfrentados na implantação do BI estão sustentados por concepções de formação universitária diferentes, geradas por movimentos de resistência e disputa de poder. Por outro lado, tais desafios geram conflitos político-acadêmicos, sinalizando dificuldades e conflitos não meramente burocráticos, mas oportunidades de revisar normas e regras operacionalizadas a partir de certa tradição universitária. Além disso, permitem ultrapassar a própria proposta no desafio de concretizá-la. O processo de disciplinarização que a UFBA vem sofrendo ao longo da sua existência, paradoxalmente, levou-a a transformar-se por dentro. A excessiva disciplinarização forçou o diálogo interdisciplinar e resultou num necessário, ainda que não previsto, trânsito sistematizado de sujeitos no universo conflitivo de interesses entre sujeitos produtores do saber-poder.

O poder dissemina-se por todas as partes, constituindo uma rede complexa de relações que incluem, invariavelmente, resistências. Práticas contestadoras podem modificar estruturas tradicionais, mas o preço a pagar é sempre alto. Para Foucault, a liberdade tem relação agonística com o poder. A perspectiva transdisciplinar, posta em ação no BI, produz novas relações de poder e resistências e implica a construção de novas subjetividades que podem experimentar a liberdade compartilhada, no encontro com o outro, como queria Foucault.

A liberdade de ação da maior parte dos agentes da UFBA parece ter sido utilizada no sentido de conservar as leis, o que contribuiu para que seu capital continuasse sendo valorizado, de acordo com Bourdieu. O BI, que se propunha a ser uma formação geral em relação a um segundo ciclo profissionalizante, passou a ter também outras finalidades, por exemplo, propiciar um processo de decisão da escolha profissional ou da continuação dos estudos em pós-graduação. “Então, acho que esse é um desafio, um desafio da gestão universitária. E uma escolha realmente política. A universidade vai aderir a esse projeto de dois ciclos? Ou vai ficar como está, uma coisa paralela?” (En-

trevistado N. 2, entrevista pessoal, 28 de março de 2013). Como esta indagação, concluímos que a perspectiva do BI tornar-se o primeiro ciclo da formação universitária na UFBA está longe de poder ser considerada consolidada, mas tem gerado vigorosa revisão de normas e de regras há muito naturalizadas.

Referências

- Almeida-Filho, Naomar (2005). Transdisciplinaridade e o Paradigma Pós-Disciplinar na Saúde. *Saúde e Sociedade*, 14(3), 30-50. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902005000300004>
- Almeida-Filho, Naomar; Corin, Ellen & Bibeau, Gille. (1998, em prensa). Rethinking transcultural approaches to mental health research: from epistemology to methodology. *Transcultural Psychiatry*.
- Almeida-Filho, Naomar & Coutinho, Denise (2011). Nova arquitetura curricular na universidade Brasileira. *Cienc. Cult.* 63(1), 4-5. Recuperado de http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252011000100002&script=sci_arttext
- Arruda, Ana (2011). Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo. *Espaço do Currículo*, 3(2), 501-510. Recuperado de <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/9661/5249>
- Bibeau, Gilles (1993). ¿Hay una enfermedad en las Américas? Otro camino de la antropología médica para nuestro tiempo. In Carlos Ernesto Pinzón, Rosa Suárez & Gloria Garay (Eds.), *Cultura y salud en la construcción de las Américas* (pp. 41-70). Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología.
- Bittar, Mariluce & Stapani-Ruas, Claudia (2012). Expansão da educação superior no Brasil e a formação dos oligopólios: hegemonia do privado mercantil. *EccoS: Revista Científica*, 29, 115-133. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71524734007>
- Bourdieu, Pierre (1997/2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (Trad. Denice Barbara Catani). São Paulo: UNESP.
- Bourdieu, Pierre & Wacquant, Loïc (2005). *Una invitación a la sociología reflexiva* (Trad. Ariel Dilon). Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Brasil, Ministério da Educação (2007). *Reuni - Reestruturação e expansão das universidades federais: diretrizes gerais*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>
- Carmo, Erinaldo; Chagas, José; Figueiredo-Filho, Dalson & Rocha, Enivaldo (2014). Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* 95(240), 304-327. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n240/04.pdf>

- Carvalho, Cristina H. Almeida de (2014). Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, 58, 209-244. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82397/85375>
- Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm
- Foucault, Michel (1971/1996). *A ordem do discurso* (Trad. Laura Sampaio). São Paulo: Loyola.
- Foucault, Michel (1966/1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (Trad. Salma Tannus Muchail). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (1969/2008). *A arqueologia do saber* (Trad. Luiz Felipe Baeta Neves). Rio de Janeiro: Forense universitária.
- Foucault, Michel (1976/2012). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (Trad. Maria Thereza Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal.
- Guerra, Ana & Zwick, Elisa (2013). A interdisciplinaridade no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da UNIFAL-MG: desafios e possibilidade sob a ótica dos egressos. Em Thiago Gambi, Daniel Consentino & Beatriz Gaydeczka (Orgs.), *O desafio da interdisciplinaridade: reflexões sobre do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da UNIFAL-MG* (pp. 105-118). Belo Horizonte: Fino Traço.
- Japiassu, Hilton (1976). *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lima, Licínio; Azevedo, Mario & Catani, Afranio (2008). O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação*, 13(1), 7-36. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>
- Mancebo, Deise; Vale, Andrea & Martins, Tania (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil. *Revista de Educação Superior*, 20(60), 31-50. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>
- Pombo, Olga (2003). Epistemologia da interdisciplinaridade. Em Seminário Internacional *Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade, Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, novembro 2003. Recuperado de http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia_interdisciplinaridade.pdf
- Resolução 06/2011 do Conselho Acadêmico de Ensino. Universidade Federal da Bahia. Recuperado de http://www.vestibular.ufba.br/docs/Resolucao06_2011.pdf
- Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (2009). *Relatório de Primeiro Ano. 30 de outubro de 2009*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192
- Universidade Federal da Bahia (2008). *Projeto Pedagógico Dos Bacharelados Interdisciplinares*. Recuperado de https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/implant_reuni.pdf
- Universidade Federal da Bahia (2005/2009). *Regulamento do Ensino de Graduação*. Bahia. Recuperado de

https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/REG_rev_out_091_res_09_12_2.pdf

Zorzo, Francisco; Pinho, Geise & Oliveira, Ilana (2003). Procedimentos Interdisciplinares: Pedagogia do Conceito e Pedagogia da Interação. Em *VI Colóquio do Museu Pedagógico* (pp. 2225-2237). Bahia, agosto de 2003. Recuperado de <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/3175/2867>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

SUBJETIVIDADES, LO POLÍTICO Y LA POLÍTICA: DERIVAS DE UNA DISCUSIÓN TEÓRICA

*SUBJECTIVITIES, THE POLITICAL AND THE POLITICS: DERIVES ON A THEORETICAL
DISCUSSION*

José Ignacio Allevi

CONICET; Universidad Nacional de Rosario; joseignacio.allevi@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 14-12-2104

Primera revisión: 05-09-2015

Aceptado: 20-10-2015

Palabras clave

Sujeto

Subjetivación

Sujeto político

Posfundacionalismo

Resumen

En el trabajo que sigue pretendo poner en tensión una serie de discusiones teóricas en torno los procesos de subjetivación en clave social y política. En la primera sección discutiremos los procesos de construcción subjetiva desde la propuesta de Slavoj Zizek, y su diálogo con el psicoanálisis lacaniano. En un segundo momento, avanzaré sobre las propuestas de Judith Butler y Ernesto Laclau como politizaciones de la subjetivación, tomando como contrapunto de ambos a Jacques Rancière. El objetivo que persigo con esta lectura crítica es reflexionar, por un lado, sobre el carácter estrictamente político que algunos autores otorgan al proceso mismo de constitución subjetiva, al tiempo que plantearé las posibles divergencias entre quienes examinan dicho proceso en un marco más amplio y complejo de constitución de lo social. Nuestro punto de partida radica en la diferenciación que una miríada de autores posfundacionales han planteado entre lo político y la política, pensando el lugar del sujeto en esa arena.

Abstract

In this paper I intend to tense a series of theoretical discussions on subjetification processes, in a social and political view. The first section will discuss the processes of subjective setting-up from the perspective of Slavoj Zizek and his dialogue with the lacanian psychoanalysis. In a second moment, I will continue with Judith Butler and Ernesto Laclau's proposals which politize the subjetification, taking Jacques Rancière as a counterpoint of both of them. The goal I am pursuing with this critique is reflecting on the strictly *political* character that some authors give to the subjective constitution process itself, as well as I will set the possible divergences on those that examine the process in a mayor and more complex frame, related to the constitution of the social. The basis of this reflections relies on the differentiation that a myriad of posfundacional authors have proposed between the political and the politics, and the spot of the subjecton that arena.

Allevi, José Ignacio (2015). Subjetividades, lo político y la política: derivas de una discusión teórica. *Athenea Digital*, 15(3), 149-172. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1509>

Introducción¹

En el trabajo que sigue me propongo poner en tensión una serie de discusiones teóricas en torno a lo que cada una de ellas entiende por procesos de subjetivación, en clave social y política. Para ello, organizo la escritura en dos secciones. La primera discutirá los procesos de construcción subjetiva desde la propuesta de Slavoj Zizek, a partir de su diálogo desde el psicoanálisis lacaniano, pensando especialmente sus aportes so-

¹ Agradezco especialmente las críticas recibidas por los referatos anónimos de la revista. Han contribuido enormemente a pulir este trabajo.

bre el renovado lugar del sujeto en el marco del postestructuralismo². En un segundo momento, avanzaré sobre las propuestas de Judith Butler y Ernesto Laclau en contrapunto con Jacques Rancière, situando el énfasis en torno al proceso de subjetivación como apuesta política. El objetivo principal que persigo con esta lectura crítica consistirá en reflexionar, por un lado, sobre el carácter estrictamente *político* que algunos autores otorgan al proceso de constitución subjetiva misma, mientras que, además, me interesan las posibles divergencias entre quienes examinan dicho proceso en un marco más amplio de constitución de lo social.

Estas reflexiones se ubican en una mirada *posfundacional*—tal como la entiende Oliver Marchart— la cual reúne instrumentos teóricos de distintas corrientes contemporáneas en torno a la ausencia de fundamentos trascendentales, últimos y necesarios de lo social, reconociendo su radical contingencia y singularidad (Marchart, 2009). El punto de partida es la diferencia ontológica heideggeriana que distingue entre *la política* y *lo político*. Mientras el primero refiere a un nivel ontológico de institución de lo social, *la política* se vincula al nivel óntico, en tanto conjunto de prácticas, instituciones y representaciones que contribuyen a crear un orden social particular. Las relecturas contemporáneas de autores como Schmitt, Heidegger y Arendt, entre otros, nos permiten pensar *lo político* como una experiencia y una *relación* ubicua y desterritorializada, que trasciende los marcos institucional-partidarios (Arditi, 1995; Mouffe, 2007; Cuervo Sola, 2014). De esta manera, la inscripción bajo esta rúbrica paradigmática *posfundacional* resulta, de por sí, arbitraria, pero es posible observar en sus propuestas un cariz que indaga divergentemente sobre lo que compone simbólicamente a lo social —donde ubican los procesos de subjetivación— respecto de las prácticas que contribuyen al esbozo material y representacional de un sistema. Instituir lo social como esfera de *lo político* también incluye las formas de institución de un sujeto, y sus formas de agenciamiento a partir de la misma, y con ello en mente algunos autores han enfatizado la necesidad de extender la mirada posfundacional por fuera de los ámbitos ónticos de la práctica política, hacia otras esferas de producción de lo social (Daín, 2010). Sin desconocer los aportes de una serie de líneas teóricas al tópico de la emergencia del sujeto —como la deconstrucción derrideana, el postestructuralismo o la teoría lacaniana en psicoanálisis—, entendemos que la mirada posfundacional—en ocasiones también pensada como *posmarxista*— habilita la reunión de propuestas teóricas diversas que suman riqueza en el análisis, bajo el objetivo heideggeriano común de debilitar el estatuto epistemológico del *fundamento*, para enfatizar, a partir de la diferen-

² En tanto clave de lectura, el postestructuralismo renovó la posibilidad de concebir al sujeto, situando el énfasis en el lugar del discurso como constitutivo de lo social, al proponerse desandar radicalmente la *estructuralidad* de la estructura, descentrar la acción y trascender la metafísica de la presencia (Derrida, 1967/1989, p. 393) para asumir que no existe un significado trascendental y único, sino que los significados —en plural— se constituyen a partir de un sistema de diferencias constituido por el lenguaje.

cia entre la dimensión óptica y la ontológica, señalando la imposibilidad de ésta última, así como la necesidad de su ausencia y de la radical contingencia que la caracteriza (Yabrowski, 2013).

En una aguda crítica, Emmanuel Biset (2010) señaló que el énfasis sobre la *diferencia política* postulado desde la lectura de Martin Heidegger debería considerarse a partir de la lectura que la izquierda francesa hizo de sus textos, que condujo a pensar el problema de la diferencia ontológica en términos políticos, con lo cual se reduciría la dimensión ontológica a la óptica, consolidando una visión apolítica de lo social. En este sentido, lo social no debería concebirse desde su *institución* por lo político, sino como la serie de mediaciones entre el ser y el fundamento, apostando por una multiplicidad ontológica de la política (Biset, 2010). Por otro lado, Biset insiste sobre los posibles reduccionismos que un rótulo tal puede efectuar al reunir autores que adscriben a distintas posturas teóricas apostando más bien por trazar una cartografía del pensamiento político contemporáneo basada en el acuerdo teórico sobre el retorno de lo político, considerando su centralidad en la institución de la sociedad, su irreductibilidad a otras lógicas, y, con ello, su especificidad (Biset, 2012, pp. 44-45).

Otras críticas, por su parte, han pivotado sobre el lugar de lo social en el espectro teórico posfundacional, cuestionando la excesiva subordinación del mismo a lo político, y señalando que la dimensión ontológica de lo social responde a la doble contingencia constitutiva de toda situación interaccional (Gonnet y Romero, 2012).

Por otra parte, la emergencia del sujeto ha sido tematizada desde distintas aristas, en un claro movimiento que da cuenta de un pasaje de las problemáticas en torno al sujeto a las teorías que abordan la subjetivación como proceso, dando cuenta de un *retorno* de la temática en la agenda de las Ciencias Sociales (Palti, 2003). Mientras que algunos trabajos han dado cuenta del cruce entre discurso y performatividad en la constitución del campo de lo social—y emergencia del sujeto en el mismo— (Morales, 2014), otros se han preocupado por dar cuenta de la “ontologización” posmoderna del debate sobre el sujeto a partir de las transformaciones que la filosofía del lenguaje introduce en la crítica al proyecto moderno, dirigiendo el foco hacia la subjetivación y sus implicancias para pensar una construcción de lo social y de la política misma (Rodríguez Mancilla, 2013; Tassin, 2012). El campo de producción de los denominados “anglofoucaultianos” ha emprendido, enmarcados en los estudios de lagubernamentalidad, un programa exigente para el estudio de las vías de formación de la subjetividad con miras a superar una propuesta genealógica por otra que esboce una cartografía del presente (Papalini, 2012; 2013; Rose, 2007/2012).

La selección de los autores para nuestro trabajo, entonces, responde a nuestra decisión de discutir un proceso general abordado de diversas maneras. Todos ellos apuntan a la politicidad del proceso de subjetivación con matices propios, siendo que el cruce de visiones entre autores ubicados bajo el “campo” posfundacional—como Ernesto Laclau, Jean Luc Nancy, Alain Badiou, Jacques Rancière, etc.— ya ha sido explorado. La postura laclauiana despertó numerosas críticas en este contexto (Gonnet y Romero, 2012; Ramírez, 2013), aunque el contrapunto con Judith Butler no arrojó análisis posteriores de importancia, más allá de los debates por ellos protagonizados y editados (Butler, Laclau y Zizek, 2000/2003). La intersección de varios de dichos teóricos con la obra de Jacques Lacan también ha sido objeto de debate (Farrán, 2009; 2013; 2014), mientras que la obra de Rancière, por su parte, mantiene distancia con ciertos puntos del posfundacionalismo *in toto* al negar la pertinencia de cualquier fundamento ontológico de lo social (Tassin, 2012). Desde allí, su propuesta ofrece un contrapunto para pensar la subjetivación en una clave crítica e iluminadora.

En torno a un objeto elusivo: en busca del sujeto

El primer punto desde el cual abordar la politicidad del sujeto consiste en plantearnos la pregunta por el sujeto mismo, por su entidad y sus formas de constitución, y para ello retomamos los aportes de Slavoj Zizek, agudo lector del psicoanálisis lacaniano. Sabido es en este sentido que el concepto de sujeto resulta una pieza central del pensamiento posfundacional, en tanto matriz desde la cual pensar el problema de la doble instancia dislocatoria y (re) configuradora del proceso de subjetivación —y en particular al conceptualizarlo en términos de *nudo borromeo* lacaniano— (Farrán, 2014, p. 106). Precisamente, uno de los aportes más significativos de la introducción de la obra de Lacan al pensamiento contemporáneo ha sido resituar al sujeto en la escena, cuya “muerte” había sido sentenciada por el postestructuralismo al eliminarlo como *locus* y reducirlo a un juego de posiciones (Stavrakakis, 2007, p. 35). La imposibilidad de totalización —entendida como esfuerzo empírico de un sujeto o discurso— y la ausencia de un *centro* rector del sentido son piezas clave en este razonamiento: el espacio de lo social se vuelve un campo de *juego*, un ámbito de sustituciones constantes e infinitas en la clausura de un conjunto finito de significados (Derrida, 1989/1967, p. 393-394).

Slavoj Zizek (1989/2003) hizo suyo este problema teórico partiendo de la premisa de que toda comprensión de la subjetivación reside en pensarla, primeramente, como una constitución escindida y dividida en torno a una *falta*, una carencia de entidad *imposible*³ (Zizek, 1989/2003, p. 228), que encuentra algún tipo de clausura parcial en el

³ La propuesta de Lacan se diferencia de la de Sigmund Freud en tanto ubica al sujeto en el centro de la reflexión psicoanalítica, mientras que para el segundo sólo era un objeto de debate filosófico, al tiempo que retoma el con-

proceso de *identificación*⁴. El significante por excelencia a partir del cual se da esta sutura —*significante fálico*— pertenece al campo de *lo Real*, y resulta paradójicamente inalcanzable y estructurante. La identificación no constituye, sin embargo, un proceso único ni unívoco. Yannis Stavrakakis (2007) explica que, en tanto *locus* de una identidad imposible, el sujeto emprende políticas de identificación en forma constante, puesto que el centro de nuestra constitución es el *Otro* (p. 31). De esta manera, a partir de la circulación y articulación de significantes en forma elíptica en torno a *ese* vacío se dan diversos intentos de clausura de la “brecha” fundante de la existencia psíquica. Uno de esos significantes se encarna en algún *objet petit a*, una encarnación significativa de la falta: “un puro vacío que funciona como el objeto-causa del deseo” (Zizek, 1989/2003, p. 241). De acuerdo a Zizek, entonces, la *identificación* opera en función de un de un “acolchamiento”, a partir de la totalización que logre algún *significante flotante*, deviniendo *point de capiton*—o punto nodal— que fija el significado de un elemento particular en una trama. La posibilidad de que una determinada palabra pueda ocupar ese lugar deriva del vínculo contingente de ésta con lo Real inscrito en el sujeto, en tanto la nominación funciona como simbolización de ese Real. Un objeto deviene *point de capiton* cuando posee ese “plus” que lo expone como “la objetivización de un vacío, de una discontinuidad abierta en la realidad mediante el surgimiento del significante” (Zizek, 1989/2003, p. 135).

En esta dinámica, Zizek plantea que la explicitación máxima de lo Real —objeto inasequible, central y motorizador de efectos estructurales⁵— es el *Goce (jouissance)* inalcanzable que estructura nuestra motivación y que además detona una serie de efectos traumáticos, puesto que la imposibilidad suele verse signada por una prohibición. Esa fantasía que se construye y con la cual lidia el sujeto es un intento de llenar

cepto de escisión del yo (*Ichspaltung / Spaltung*) como elemento central en su constitución, cuestión secundaria en la obra del psicoanalista vienés (Starvakakis, 2007, p. 36).

⁴ El proceso de identificación no puede asimilarse al de subjetivación. La primera designaría “un proceso psicológico por el cual un sujeto asimila un aspecto, una propiedad, un atributo de otro y se transforma total o parcialmente, sobre el modelo de éste. La personalidad se constituye y se diferencia mediante una serie de identificaciones” (Laplanche y Pontalis, 1967/2004, p. 184). El proceso de subjetivación, por su parte, se acopla a las distintas identificaciones que pueden darse, pero cabe destacar que toda identificación implica un grado de agenciamiento propio del estatuto de sujeto.

⁵ En una lectura lacaniana, la envergadura de lo Real para comprender la constitución subjetiva es central. Por un lado, porque constituye tanto el punto de partida del proceso de simbolización, como un producto residual de la simbolización misma; dualidad que articula el *Goce (jouissance)* —la base vaciada de la simbolización— con el *plus-de-goce (plus-de-jouir)*, su residuo. (Zizek, 1989/2003, p. 221). En segundo término, lo Real es al mismo tiempo positividad y negatividad. Si como punto de partida del orden simbólico constituye una “plenitud positiva sin falta” (1989/2003, p. 222), se presenta, en cambio como la vacuidad derivada de dicho proceso. Si por su rol estructurante es imposible de ser negado, lo Real es igualmente la encarnación de un vacío constitutivo, una negatividad radical. Ante aquello imposible de ser nombrado o alcanzado es que el sujeto reacciona y, así, el sujeto “no es sino el punto fallido del proceso de su representación simbólica” (Zizek, 1989/2003, p. 225). La ausencia de respuesta por parte del sujeto se debe al *extimo*, a *La Cosa (Das Ding)* “radicalmente interior y a la vez ya exterior” (1989/2003, p. 234), la Roca que compone el Goce, y que, de ser interpelada, no puede explicitarse e incluso concebirse, puesto que es un objeto perdido e irrecuperable, un vacío que estructura al sujeto desde la pérdida (Zizek, 2000).

el vacío en su estructura simbólica. La posibilidad misma de *hablar* de aquello que es indecible y denegado, empero, implica considerar que dicho límite se vincula al plano de la *existencia*, mientras que la *prohibición* responde a las propiedades que lo Real detona (Zizek, 1989/2003, p. 213). Por apelar a ese núcleo indecible, la *pregunta*, entonces, es la instancia constitutiva del sujeto:

Resumamos: el sujeto es una respuesta de lo Real (del objeto, del núcleo duro traumático) a la pregunta del Otro. La pregunta como tal produce en su destinatario un efecto de vergüenza, de culpa, lo divide, lo histeriza, y esta histerización es la constitución del sujeto: el estatuto del sujeto como tal es histérico. El sujeto se constituye a través de esta división, escisión, con referencia al objeto en él (...) El proceso de interpelación-subjetivación es precisamente un intento de eludir, de evadir este núcleo traumático mediante la identificación: al asumir un mandato simbólico, al reconocerse en la interpelación, el sujeto elude la dimensión de la Cosa (Zizek, 1989/2003, p. 235).

Esa *subjetivización* aparece así como el momento en que el sujeto elabora, recupera y hace propios —fallidamente— lo que se le ofrece en el universo de sentido en el que existe. Zizek dirá en esta tesitura que el sujeto es el nombre del límite que lo constituye: “él es el nombre del vacío que no puede ser llenado por la subjetivación” (Zizek, 2000, p. 174). Ahora bien, si el sujeto fracasa en la propia representación que hace de sí mismo, esta discordancia ofrecería una imagen del sujeto como *negatividad* absoluta. Esta amenaza, sin embargo, refiere en igual medida a su condición de posibilidad *positiva*. La representación es un *límite* a la propia constitución —en tanto es imposible representar una falta— y, no obstante, en el mismo movimiento habilita un intento de articulación mínima. Por último, Zizek afirma que “el estatuto de la libertad es el de lo real” (Zizek, 1989/2003, p. 215). Esto es: siempre que el sujeto se encuentre inmerso o atrapado en una red significativa —es decir, que no sea un sujeto psicótico—, sus elecciones están, en rigor de verdad, *dadas*. En tanto miembro de una comunidad, en tanto atravesado por un Real que lo instituye, el sujeto evidencia en sus elecciones, un “he elegido” anterior a sí mismo y vinculado a dicho vacío, a esa negatividad que lo escinde y al tiempo lo forja y lo dota de positividad.

Una politización particular: Judith Butler y el devenir subjetivo como hecho político

Va de suyo que Judith Butler ha ganado un prestigioso lugar en el campo de los estudios feministas a partir de sus controversiales producciones a lo largo de la década de los noventa (Butler, 1990/2007; 1993/2008; Butler, Laclau y Zizek, 2000/2003), a lo cual debemos agregar la extensión de su obra hacia otros planos donde destacó con similar

lucidez y maestría (Asad, Brown, Butler, y Mahmood, 2009; Butler, 2004/2006; 2009/2010; Butler y Athanasiu, 2013; Butler y Spivak, 2007/2009). En una lectura cruzada de Foucault y Derrida, la filósofa norteamericana parte —como el conjunto de los autores aquí abordados lo hace— de una postura antisustancialista del sujeto, entendiendo la construcción subjetiva como un *proceso temporal* y reiterativo capaz de materializar los efectos de un poder cuyo inicio difícilmente pueda atribuirse al accionar de *un* sujeto. El sujeto y sus actos constituyen más bien la materialización de un discurso que lo instauro como tal a partir de sedimentaciones de carácter *inestable* y pasibles de apropiaciones diversas:

El proceso de esa sedimentación o lo que podríamos llamar la materialización será una especie de apelación a las citas, la adquisición del ser mediante la cita del poder, una cita que establece una complicidad originaria con el poder en la formación del ‘yo’. (...) La paradoja de la sujeción (*assujetissement*) es precisamente que el sujeto que habría de oponerse a tales normas ha sido habilitado, si no ya producido, por esas mismas normas. Aunque esta restricción constitutiva no niega la posibilidad de la acción, la reduce a una práctica reiterativa o rearticuladora, inmanente al poder y no la considera como una relación de oposición externa al poder (Butler, 1993/2008, p. 38).

En este sentido, el carácter *performativo* que el discurso ejerce sobre nuestra constitución refiere a una práctica particular —y no a un “acto”—, resumida como la capacidad del discurso de producir los efectos que nombra a partir de la reiteración (Butler, 1993/2008, p. 18; Morales, 2014), en la cual sienta normas en un tiempo presente, mientras “oculta o disimula las convenciones de las que es una repetición” (1993/2008, p. 34). De esta manera, Butler piensa la sujeción a las normas constitutivas y subjetivantes no como un acto presimbólico, sino más bien como la posibilidad misma gestada por los esquemas que hacen asequible un presente y que vuelven posible y pensable al sujeto en ese presente. Al “apelar” a la cita del poder que lo conforma, el sujeto mismo materializa un cuerpo y una psiquis desde dichas citas. Es preciso recordar que toda norma y su discurso revisten un carácter histórico ineludible, y que es en la apropiación subjetiva donde se encuentra la posibilidad de subversión y promoción de otros regímenes de legibilidad social. Este aspecto de la teoría de Butler ha sido fuertemente discutido desde los estudios feministas, en especial por su énfasis en el rol del discurso en la forja del cuerpo sexuado y sus limitaciones estructurales, cuya posibilidad de agencia se halla, según Butler, en la *performace* paródica que cada sujeto sea capaz de montar (Preciado, 2007). No debemos perder de vista, entonces, que el hecho mismo de que la performatividad opere como un mecanismo de constitución subjetiva se sustenta en la apertura que conlleva la iterabilidad de la repetición, por la cual existe una brecha constante en la construcción identitaria que permite —además de la repetición—

ón— el desplazamiento del significado y su reapropiación bajo otras lógicas significantes (Cano Abadía, 2014; Morales, 2014).

Como Stavrakakis (2007) explica, en la construcción identitaria el pasaje de la dimensión imaginaria a la simbólica conlleva la primacía de significante sobre el sujeto, lo cual constituye un acto radical de poder (p. 43). La huella de esta subordinación resulta entonces un acto de poder ineliminable en la emergencia del sujeto, en tanto sienta un *locus* forjador del sujeto, y establece en un lugar privilegiado al *Otro* —campo de lo simbólico— a partir del reconocimiento de la diferencia (p. 44). En efecto, si el poder —entendido como *discurso*— es capaz de producir sujetos, lo hace en un doble movimiento en el cual sienta las pautas de inteligibilidad cultural mediante la construcción de un *exterior constitutivo*. Delimitar aquello que *es*—lo *decible*— implica al mismo tiempo dar cuenta de lo *impensable* o *indecible*, de la esfera de lo extradiscursivo en un acto de exclusión radical. Este exterior es fundamental en la conformación identitaria, en tanto sienta los patrones de inteligibilidad cultural sobre lo que implica efectivamente *ser* un sujeto cognoscible y reconocible socialmente. Por encima de su importancia como parte del proceso, no podemos negar aquí que la construcción del espectro de seres que integran el campo de lo *abyecto* posee un componente político en la delimitación de las vidas “vivibles”:

Lo abyecto designa aquí aquellas zonas ‘invivibles’, ‘inhabitables’ de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo invivible es necesaria para circunscribir la esfera de los sujetos. Esta zona de inhabitabilidad constituirá el límite que defina el terreno del sujeto; constituirá ese sitio de identificaciones temidas contra las cuales —y en virtud de las cuales— el terreno del sujeto circunscribirá su propia pretensión a la autonomía y a la vida. En este sentido, pues, el sujeto se constituye a través de la fuerza de la exclusión y la abyección, una fuerza que produce un exterior constitutivo de sujeto, un exterior abyecto que, después de todo, es ‘interior’ al sujeto como su propio repudio fundacional. (Butler, 1993/2008, pp. 19-20).

Al retomar y criticar la propuesta del psicoanálisis lacaniano, Butler entiende centrales el lugar de la *forclusión* (*Verwerfung*) y la “esfera de lo repudiado” en la emergencia del sujeto, aunque propone una lectura particular respecto a la entidad de *lo Real* en el proceso. Si éste último es entendido como “la roca” de significados no simbolizables que el postestructuralismo intenta desestabilizar —como sostiene Žižek (1989/2003)—, Butler enfatiza en cambio el carácter contingente e histórico que *lo Real* adopta en diferentes contextos. Si *la Ley* fija ahistóricamente los límites a la constitución subjetiva, delimita al mismo tiempo un campo de exclusiones/forclusiones y abyecciones sociales a partir de las cuales una serie de subjetividades devienen ilegibles.

Proteger *lo Real* de toda crítica, propone Butler, consiste en preservar un plano no figurado pero arbitrario en la constitución de subjetividades heterosexuadas, al tiempo que una amenaza mayor a aquellas que sobrevendrían de subvertir y reconocer la historicidad de la Ley (Butler, 1993/2008, p. 280; Butler et al., 2000/2003). De esta manera, la autora pone en escena que la constitución de lo no simbolizable en un régimen discursivo particular constituye un efecto de poder, y que —tomando el ejemplo de la diferencia sexual a partir de la castración— sostener una abyección hacia lo femenino en función de una posible pérdida del falo constituye nada menos que una arbitrariedad en la conformación y reproducción de una inteligibilidad simbólica particular. En este sentido, la falla constitutiva del sujeto en la identificación es aquello que para Butler abre el abanico de nuevas posibilidades resignificatorias, ante lo cual la tarea primera es deconstruir el núcleo de ese Real “no tematizable”:

Petrificar lo real como lo imposible ‘exterior’ al discurso es instituir un deseo que nunca puede satisfacerse por un referente siempre elusivo: el sublime objeto de la ideología. No obstante, el carácter fijo y universal de esta relación entre lenguaje y lo real produce un pathos prepolítico que impide hacer el tipo de análisis que establecería la distinción entre lo real y la realidad como el instrumento y el efecto de relaciones contingentes de poder. (Butler, 1993/2008, p. 293).

¿Cómo pensar, entonces, la posibilidad de dar cuenta del propio “yo” y sus implicancias éticas? Primeramente, a partir de la inserción de un ser en una temporalidad que no le es propia, y que lo dota de *significaciones* y formas de concebirse a sí mismo. En este sentido, esa temporalidad carga y redefine *normas* que entablan al sujeto, que le habilitan a producir un relato autorreferencial —aunque imposible en su condición de tal—, al tiempo que lo vuelven parte de un conjunto que limita las posibilidades de postular una *singularidad* individual propia:

Los orígenes sociales del individuo, aun en la modernidad, constituyen una manera de amenazar la supervivencia. La aniquilación también amenaza desde el otro lado, cuando la trascendencia misma de lo social plantea el riesgo de socavar las condiciones sociales de la propia vida. Después de todo, nadie sobrevive sin ser interpelado; nadie sobrevive para contar su historia sin ser iniciado antes en el lenguaje cuando se lo llama, se le ofrecen algunos relatos y se lo incorpora al mundo discursivo de la narración. Sólo después puede uno encontrar su camino en el lenguaje, luego de que éste, ya impuesto, ha producido una red de relaciones en que la afectividad alcanza alguna forma de articulación. (...) Los patrones predeterminados de esta relacionalidad se manifiestan como opacidad en toda instancia de dar cuenta de uno mismo. (Butler, 2005/2009, p. 90).

El intento mismo de autonarrarse implica circunscribirse a la regulación sobre cómo ese discurso puede ser considerado. Por otro lado, existe un núcleo de relaciones primarias constitutivas de un “yo”, relaciones difícilmente alcanzables en el relato que el sujeto hace de sí. El sujeto que busca dar cuenta de sí, empero, ingresa en su afán en el marco de una *estructura de interpelación* por la cual se dirige a un “tú”, a un *Otro* constitutivo. En dicha interpelación evidencia, además, el haber sido previamente interpelado en una estructura lingüística y significativa que impone formas del decir —y el sentir— a partir de las cuales el sujeto busca “dar cuenta de sí” (Butler, 2005/2009, pp. 77-78). Queda claro, *ergo*, que para Butler la emergencia del sujeto y su constitución identitaria son un acto político en sí mismo, en el cual se tensionan una serie de elementos que el sujeto en su reiteración performativa recibe, reposiciona o resignifica. La politicidad del proceso reside en el lugar privilegiado de la elección, más o menos condicionada, más o menos subversiva, pero siempre *posible*. La intervención sobre uno mismo en términos identitarios es la resistencia concreta frente a la normalización que el discurso social busca imponer.

En torno al sujeto en *la política*

Ernesto Laclau y Jacques Ranciere constituyen dos propuestas divergentes sobre las formas en que lo político puede concebirse. Si bien se posicionan en una base común desde la cual rescatan el valor fundante del conflicto, la imposibilidad de establecer posiciones fijas del sujeto en una estructura o el recurso a la emancipación como constante en la praxis política (Muñoz, 2006, p. 139), no es menos cierto que sus visiones alrededor del cariz ontológico del orden social, su rol en la estructuración de significaciones sociales, o el momento de emergencia de *la política* y de la subjetividad misma son puntos en los cuales sus caminos se bifurcan.

Ernesto Laclau

A lo largo de las últimas tres décadas, la teoría de la hegemonía desarrollada por Ernesto Laclau y Chantal Mouffe representó uno de los intentos más esclarecedores de renovación de la filosofía y la teoría política desde la arena de la izquierda, en una virtuosa y dinámica articulación de distintos campos de las ciencias sociales, como la filosofía, la lingüística o el psicoanálisis. Si bien nos hemos centrado mayoritariamente en los trabajos del filósofo argentino, es preciso reconocer el carácter colectivo que su obra ha tenido junto a Chantal Mouffe. Pensar la emergencia del sujeto político como problema en estos teóricos requiere primeramente abordar su concepción de la política y la sociedad. El punto de partida de su propuesta —desde una lectura en clave lacania-

na, es la afirmación *imposible* de la sociedad. Precisamente, si el discurso es el “terreno primario de constitución de la objetividad como tal” (Laclau, 2005, p. 92), toda concepción de sociedad representa una *construcción* de sentido que ha sabido *articular* una serie de elementos —en un proceso relacional a partir del cual verán modificada su identidad (Laclau y Mouffe, 1985/2003, pp. 142-143)—, ha estabilizado su contenido y los posiciona hegemónicamente como “cierre” o “sutura” de una estructura significativa. *Lo social* se constituye, así, como sedimentación de formas de objetividad, al tiempo que habilita —o no— la identificación de cualquier sujeto con las mismas. La imposición relacional de un cierto *sentido* constitutivo de una estructura refleja la disposición y el ejercicio de poder por parte de quienes lo han logrado, en tanto conlleva la *repre-sión* y exclusión de otros posibles sentidos y, por tanto, *otras* construcciones identitarias fallidas: un *exterior constitutivo* radical y crucial en toda articulación de sentido. Como el autor lo afirma:

Nuestra tesis es que la constitución de una identidad social es un acto de poder y que la identidad como tal es poder. (...) La afirmación del carácter constitutivo implica, según hemos visto, la afirmación de la naturaleza contingente de toda objetividad y esto presupone, a su vez, que toda objetividad es una objetividad amenazada. (...) Sin poder no habría objetividad alguna. Una identidad objetiva no es un punto homogéneo sino un conjunto articulado de elementos. Pero como esa articulación no es una articulación necesaria, su estructura característica, su ‘esencia’, depende enteramente de aquello que ella niega. (Laclau, 1990/2000, p. 48-49).

Con base en una distinción ontológica entre *lo social* y *lo político*, todas las relaciones sociales —radicalmente *históricas* y *opacas*—se dan sobre un marco de objetividades sedimentadas (Laclau, 1990/2000, pp. 50-51), bajo la construcción *mítica* de una sociedad reconciliada —donde reside su radical libertad de acción— y responden a las condiciones contingentes de su emergencia (Laclau, 1990/2000, p. 52). Las *identidades* pueden entenderse como conjuntos de elementos constitutivamente abiertos e imposibles en su objetividad, significados diferencialmente en función de dos lógicas inconmensurables y sin embargo necesarias de constitución de lo social —tal como se observa con el sistema, las estructuras o los órdenes sociales (Muñoz, 2006, p. 124)—. Se trata de las *lógicas diferenciales* y *equivalenciales*, cuyo punto de encuentro es la identidad misma; esto es, afirmar la particularidad o privilegiar parcialmente un elemento unificador por encima del resto. Resulta transparente, entonces, que todo intento de totalización parcial conlleva una exclusión que “presupone la escisión de toda identidad entre su naturaleza diferencial (...) y su lazo equivalencial” (Laclau, 2004, p. 104).

En esta dirección, toda objetividad encuentra un límite en el *antagonismo* (Laclau y Mouffe, 1985/2003, p. 165): un *exterior* radical que manifiesta —en su facticidad— la

imposibilidad de cerrar o fijar algún sentido identitario⁶. Una *amenaza* a la propia existencia que transparenta la radical *contingencia* que caracteriza tanto las relaciones como las identidades, dando cuenta —en una situación indecible— de su imposible constitución plena (Laclau, 1990/2000, p. 37). Una objetividad “total” resulta un imposible puesto que siempre será parcial y amenazada (Muñoz, 2006, p. 125). Sin embargo, esta *negatividad* del antagonismo implica al mismo tiempo que una identidad está *presente* para ser negada o amenazada: “no es posible amenazar la existencia de algo sin afirmar esa existencia al mismo tiempo” (Laclau, 1990/2000, p. 43). La dualidad de una objetividad que se pretende plena y la realidad de su imposibilidad es, así, la base de la existencia de toda amenaza, en donde la resolución permanente de este conflicto ambiguo y oscilante sobre la fijación de sentidos expresa claramente que las identidades sociales *son* poder, y que su constitución misma es un acto de poder, sin el cual no puede concebirse ninguna objetividad, o lo social mismo (Laclau, 1990/2000, p. 48). La *hegemonía* es, en este sentido, una relación política en la cual se enfrentan prácticas articulatorias de distintos *elementos* flotantes del discurso⁷, por lo que supone una pluralidad de intentos de fijación de sentido, en función del contingente e inestable carácter de los límites que dividen a cada una de las fuerzas antagónicas de un campo social fracturado. En dichos intentos relacionales de totalización y constitución —ilocalizables topográficamente— es que las prácticas hegemónicas persiguen sentar horizontes ontológicos de sentido mediante desplazamientos metonímicos que, consecuentemente, transforman los límites en fronteras, excluyendo aquello que esa identidad no *es* (Laclau y Mouffe, 1985/2003, pp. 178-188).

Laclau especifica la emergencia del sujeto político cuando redefine y radicaliza su proyecto teórico. A partir del concepto de *dislocación* se vuelve patente el momento en el que las estructuras significantes no suturadas ceden ante ciertos acontecimientos disruptivos de la estructura y necesarios en su rearticulación —*exteriores* radicales—. Éstos últimos habilitan la aparición de intersticios en el orden signifiante que permitan la emergencia de nuevas subjetividades políticas. En el marco de este tipo de *rela-*

⁶ Chantal Mouffe avanzó más profundamente en sus reflexiones teóricas en torno al lugar del antagonismo y el conflicto en la praxis política, en especial cuando trabaja sobre el concepto de una política *agonística* (Mouffe, 1999;2007; 2014).

⁷ Como bien explica David Howarth (2008), el concepto de hegemonía recorrió tres momentos en la obra de Laclau, que responden al abordaje de tres tendencias teóricas. Primeramente, la obra de Gramsci y Althusser con el objeto de criticar la rigidez del marxismo ortodoxo, y en especial a la unilateralidad del análisis de las interpelaciones ideológicas desde un enfoque clasista. En *Hegemonía y estrategia socialista*, por otra parte, vemos enfocar junto a Mouffe sus preocupaciones tanto en el postestructuralismo, leyendo en particular a Foucault y Derrida, como desde el psicoanálisis lacaniano. Desde ese lugar definieron a la práctica hegemónica como operación retórica —metonímica— que fija y estabiliza en un punto nodal el sentido de un conjunto de demandas en un signifiante —vacío—. El “tercer momento” de Laclau se observa luego de la crítica que Slavoj Žižek (1989/2003) hace sobre su obra con Mouffe, donde el autor retomará de manera más sistemática la obra de Lacan y de Žižek mismo (Howarth, 2008). Un análisis extensivo del concepto de hegemonía en la obra de Laclau puede verse también en Retamozo (2011a).

ción caracterizada por la temporalidad, la libertad y la posibilidad, la dislocación realiza una serie de operaciones: abre un espacio fracturado, evidencia el carácter no pleno de toda estructura, y nos conduce a pensar al sujeto como la *distancia* entre lo social y su cuestionamiento (Laclau, 1990/2000, p. 46); sujeto que, al no poder constituirse en *objeto* tematizable, “es arrojado” en su condición libre. Dicho sujeto, entonces, buscará inscribir mediante actos de *identificación* radicalmente políticos —y en los bordes de la estructura— su propia significancia en dicho orden social fracturado del cual él mismo es un elemento externo. Su mayor o menor éxito dependerá de la articulación hegemónica que logre convocarlo bajo cierto significante que funcione como *point de capiton*/punto nodal entre muchos posibles. Más allá de constituir un evento traumático, este evento constituye la expresión de la libertad misma; esto es, que la imposibilidad de ser que la sociedad plantea sobre ciertos sectores es aquello que los habilita históricamente a disputar un lugar en dicha estructura (Laclau, 1990/2000, p. 61), puesto que toda identidad es estructuralmente fallida (Howarth, 2008, p. 324; Laclau, 1990/2000, p. 60; Muñoz, 2006, p. 128). Así, todo sujeto es *mítico*—en tanto suturador del espacio dislocado mediante nuevos espacios de representación— y *metafórico*—a partir de la “literalización” del contenido que propone como representación significante—: “El sujeto (falta en el interior de la estructura) sólo adquiere su forma específica de representación como metáfora de una estructuralidad ausente.” (Laclau, 1990/2000, p. 79). Si bien esta concepción laclauiana del sujeto —*sujeto-como-falta*— es deudora de la crítica de Slavoj Žižek (1989/2003) a su obra con Chantal Mouffe (Howarth, 2008, p. 322) y de su diálogo con la llamada izquierda lacaniana, Laclau no se apropió *in toto* de dicha corriente. A pesar de coincidir con Žižek—y en contraposición con Judith Butler— respecto al lugar de lo Real en la hegemonía (Butler et al., 2000/2003), los conceptos lacanianos de *fantasía* y *Goce*—jouissance— no aparecen en sus obra (Glynos y Stavrakakis, 2008), así como la incorporación de *lo Real* se observa sólo en el lugar otorgado a los límites y subversiones del sistema significante, a partir del rol de los significantes vacíos (Laclau, 1996, pp. 69-86).

Al discutir su obra, Martín Retamozo ha reflexionado sobre el lugar de la *decisión* como momento clave en la producción y ordenamiento del sujeto en Laclau, cuya importancia se advierte tanto por la primacía de lo político sobre lo social —la des-fundación de lo social, y su refundación, parcial y contingente—, como por el carácter heterogéneo, infinito y fallidamente estructurado de lo social (Retamozo, 2011b). La decisión es aquí fundamental, sostiene Retamozo, si tenemos presente que allí se anudan algunos significados precarios y contingentes que suturan parcialmente lo social. La hegemonía y el campo de significados sedimentados representan las condiciones de posibilidad concretas de la decisión, y en el espacio de la falla estructural que abre la dislocación es preciso reconocer que en es *allí* donde decisión emerge como un acto

político no determinado por el “orden” vigente, pero sí habilitado por él. Cuestión que pone en primer plano la relación ambigua y contestataria entre el sujeto y la estructura. Si bien Laclau parte de premisas derrideanas, entiende que el sujeto emerge en la decisión misma, previo al proceso de subjetivación, siendo la identificación —y la identidad— fruto del sujetamiento al orden vigente y un acto de subjetivación. Retamozo discute este postulado, pensando que identificación no es sinónimo de subjetivación, y que la decisión es la oportunidad del *pasaje al acto*, para corroer el orden; por tanto, es previa al sujeto, pero no a la subjetividad (Retamozo, 2011b).

En sus últimos trabajos, Laclau (2004) profundizó su trabajo en torno a la constitución de sujetos políticos en clave colectiva —el *pueblo*— a partir de identificaciones que devienen hegemónicas, en función de su apropiación de los debates sobre la teoría de la nominación. Cuando una identidad se articula a partir de una cadena equivalencial y *uno* de los vínculos condensa al resto, la unidad de la formación discursiva es transferida al orden nominal, y un nombre —a modo de *point de capiton* lacaniano— se vuelve sostenedor y fundamento de *la Cosa*. Así, en una dinámica entre universalidad, particularismo y el proceso mismo de nominación, remite tanto a la identidad que motoriza el punto nodal como a su sedimentación en prácticas e instituciones, además de hacerlo a un doble aspecto de la *heterogeneidad*: por un lado, la demanda excede aquello diferencialmente representable por el sistema; por otro, las demandas insatisfechas son a su vez estructuralmente heterogéneas, y toda unidad entre ellas es arbitraria y contingente. Esa *unidad* del conjunto equivalencial depende de la productividad social del nombre, que al ser el propio objeto del pueblo, no controla las demandas que encarna o representa. Esta *emancipación* del significante respecto del concepto junto al plano ontológico del *afecto* es lo que permite la articulación. Ante la *falta* o *carencia* que caracteriza la existencia del sujeto, los significantes vacíos se vuelven los elementos que, al ser investidos, pueden volverse nombres de una ausencia, y alcanzar el status de una *plenitud mítica* por la cual canalizar el goce (Laclau, 2004, pp. 131-149). En torno a este debate y a la postura laclauiana, Oliver Marchart aclara que el nombre de un sujeto político —*supuesto*, no empírico— resulta algo más que una etiqueta. Es ante todo un *fundamento* a su carácter estructuralmente ausente, al cual se arriba cuando un significante vacío adquiere el rol universalizante que una articulación hegemónica permite. De esta manera, cabe destacarlo, un significante, un nombre del orden de lo óntico, asume el rol de fundamentar el plano ontológico de la subjetividad (Marchart, 2009; Yabrowski, 2013). Resulta evidente, entonces, que Laclau explora una dimensión de la política —y lo político— clave, aunque no inmaterial. Los nombres del pueblo, del sujeto político son asumidos por movimientos, que en la arena de la política persiguen espacios donde disputar significaciones hegemónicas, y desde allí apuntar a la transformación. El nombre, por ende, nunca viene “solo”, sino acompañado del movimiento

colectivo que lo encarna, y que en su praxis emprende una forma de resistencia para restituir —sino dotar— de un lugar a las demandas que no se encuentran representadas.

Jacques Rancière

El problema de la heterogeneidad y la política como instancia de subjetivación es el tópico central desde el cual recuperamos la obra de Jacques Rancière como contrapunto básico en las discusiones que abordamos hasta este momento. En este sentido, y como ya mencionamos al inicio del trabajo, si bien comparte la moción de abandonar todo sesgo esencialista de la política y de apostar a la contingencia radical para concebir la realidad social, el filósofo francés se distancia de los autores trabajados en tanto disiente de todo fundamento ontológico en su conceptualización de la política (Muñoz, 2006, p. 133; Rancière, 1996, pp. 30-31).

La política, explica el autor, puede pensarse en términos vinculares a partir de la institución de un litigio fundamental, una *distorsión* entre partes que no se ubican en lugares similares en el plano de la organización social, aunque se busque mostrarlos de tal forma en el plano de la representación. La política consiste, precisamente, en tomar cuenta de esa diferencia, del desnivel constitutivo de espacios y disposiciones sociales, que intentan erigir un ámbito de comunidad cuando, al hacerlo, en verdad efectúan de una desposesión que organiza un cierto orden social arbitrario (Rancière, 1996, p. 34). La política, entonces, no se presenta en Rancière como una cualidad de cierto tipo de agencia, sino más bien como un acto de disentimiento respecto a lo que nos es *dado* en nuestra inscripción a una cierta legalidad y un cierto orden. Instituir un *conflicto* es instituir la política en tanto se discuta la existencia de un supuesto escenario en el cual es factible manifestar intereses, así como la existencia misma de las partes que se erigen en contrincantes. El hecho mismo de tornarse legibles como partes de un litigio es la base de la política, dado que la palabra (*logos*) importa en función del registro, de la *cuenta* que se tiene de ella y del tipo de enunciación que construye en este sentido (Rancière, 1996, p. 42). Este plano inconmensurable de la política es lógico y racional, puesto que lo que está en tensión es el modelo argumentativo de un diálogo igualitario y justo entre hablantes, en el cual las palabras serían tan sólo una explicitación representativa del sentido que los sujetos pretenden poner en juego. En efecto, con Rancière el problema de la argumentación se sitúa en el plano de un litigio, donde lo que se disputa es la manera en que cada una de las partes tiene un *lugar* en la palabra (Rancière, 1996, p. 64):

Puesto que el problema no es entenderse entre gente que habla, en sentido propio o figurado, ‘lenguas diferentes’, como tampoco remediar ‘fallos del

lenguaje' mediante la intervención de lenguajes nuevos. Es saber si los sujetos que se hacen contar en la interlocución 'son' o 'no son', si hablan o hacen ruido. Es saber si hay razón para ver el objeto que ellos designan como el objeto visible del conflicto. Es saber si el lenguaje común en el cual exponen la distorsión es verdaderamente un lenguaje común. La disputa no se refiere a contenidos del lenguaje más o menos transparentes u opacos. Se refiere a la consideración de los seres parlantes como tales. (Rancière, 1996, pp. 69-70).

En esta dinámica, “lo político es el encuentro de dos procesos heterogéneos” (Rancière, 2000, p. 145): el de *policía* y el de la *igualdad*. El primero de ellos, ceñido a lo que puede entenderse por “gobierno”, refiere a la constitución de un orden social y representacional en un grupo. En este proceso, se busca naturalizar las formas en que un orden se impone y sostiene, persiguiendo, en esta operación, una identificación entre el yo de la comunidad y este conjunto de prácticas de gobierno, lo cual representa un *daño* a la igualdad. En efecto, la emergencia de ese yo, concebible, reconocible y distinguible, es posible a partir de lo que Rancière entiende como la configuración de *lo sensible* y de los cuerpos, “una regla de su aparecer, una configuración de las ocupaciones y las propiedades de los espacios donde esas ocupaciones se distribuyen” (Rancière, 1996, pp. 44-45)⁸. El segundo proceso es el que el autor entiende como *igualdad*, pensada como un conjunto de prácticas que buscan poner en tensión la existencia o no de paridad entre seres hablantes, así como su verificación. Es en este registro donde se da *la política* como praxis específica y emancipadora; una instancia de ruptura con la división de las disposiciones y de lo sensible, que intenta recuperar, o al menos poner en escena, “la parte de los que no tienen parte”. Así, en esta redefinición del espacio de representación de las configuraciones que posibilitan concebir el mundo e inscribirse corporalmente en él, el yo de una comunidad constituye un imposible y, en una lógica heterológica nunca desvinculada de la policía, se desplaza la atención hacia una política del yo como *otro*. Esto es, en un encuentro de lógicas divergentes, la lógica política compone sus objetos y sus acciones contingentemente, en función de los daños que la lógica policial —con su igualdad “limitada” como principio rector— puede ocasionar:

No habrá de olvidarse tampoco que si la política pone en acción una lógica completamente heterogénea a la de la policía, siempre está anudada a ésta. La razón es simple. La política no tiene objetos o cuestiones que le sean propios. Su único principio, la igualdad, no le es propio y en sí mismo no tiene nada de político. Todo lo que ella hace es darle una actualidad en la forma de casos, inscribir, en la forma del litigio, la verificación de la igualdad en el corazón del orden policial. Lo que constituye el carácter político de una acción no es su objeto o el lugar donde se ejerce sino únicamente su forma, la que

⁸ Otra forma de conceptualizar distintas formas de la violencia puede verse en Žižek (2008).

inscribe la verificación de la igualdad en la institución de un litigio, de una comunidad que sólo existe por la división. La política se topa en todos lados con la policía. No obstante, es preciso pensar este encuentro como encuentro de los heterogéneos. (Rancière, 1996, p. 47).

En esta tónica, lo político pasa a ser el lugar donde se intenta un “manejo” del daño desde la igualdad, siendo que “lo único universal en la política es la igualdad” y que la universalidad es un operador lógico y contingente, una elaboración discursiva y práctica, verificable como *topos* de una argumentación y de un proceso de subjetivación. Una vez que surgen y se vuelven tales, las categorías que han devenido universales en un proceso argumentativo e histórico determinado permiten delimitar una *brecha lógica*, que habilita un lugar para polemizar la posición de la persona, y así dar cabida a un proceso de subjetivación que consiste en “la formación de un ‘uno’ que no es un yo sino la relación de un yo con otro” (Rancière, 2000, p. 149) y que, de tal forma, implica un proceso de *desidentificación* con aquello que la policía sostiene como *mi* posición en la estructura de *su* orden (Rancière, 2000, p. 149). Tomar parte en esta clase de procesos implica, asimismo, ingresar en un cruce de identidades que unen un conjunto de algo que aún no tiene entidad identitaria propia —al igual que sus miembros— y que a fin de cuentas, conduce siempre a una identificación *imposible*:

La política es asunto de sujetos, o más bien de modos de subjetivación. Por subjetivación se entenderá la producción mediante una serie de actos de una instancia y una capacidad de enunciación que no eran identificables en un campo de experiencia dado, cuya identificación, por tanto, corre pareja con la nueva representación del campo de la experiencia (Rancière, 1996, p. 52).

Esta lógica de la emancipación —que constituye nada menos que un proceso de subjetivación política— resulta una *heterología*, una lógica del otro, y ello por tres cuestiones fundamentales. En primer lugar porque implica rechazar la identidad asignada por la policía, y tender, en cambio, hacia los nombres “incorrectos” de la política, en tanto no están contenidos en el horizonte de sentido que el orden crea. La subjetivación política como emancipación, en segundo término, conlleva la escenificación de un lugar compartido y polémico, dependiente del otro. Por último, la subjetivación implica una identificación imposible. La igualdad, entonces, es un proceso de la diferencia, que no se resuelve desde una perspectiva individual o cultural, sino argumentativamente en la brecha abierta desde la cual erige una “nueva política del entremedio”, arbitrando idiomáticamente las distintas construcciones sobre qué es lo universal como forma de apuntar a una mitigación del daño a la igualdad. Para Rancière, entonces, el problema no reside en distinguir entre universalismo e identidad, sino más bien entre subjetivación e identificación, así como en comprender la *distorsión* como una forma misma de subjetivación y como figura en que se manifiesta el principio univer-

sal de la igualdad. En efecto, el abordaje de la subjetivación en Rancière persigue una problematización del proceso que universaliza actores particulares en situaciones particulares bajo la construcción de un sujeto político plural y no identitario. Zizek ha criticado esta postura señalando que plantea una dualidad que rechaza de todo proyecto alternativo, dado que no podría concebirse ninguna fuerza de oposición en el marco de una lógica organizacional de gestión social, por ser considerada policial. Ante ello entiende más adecuado concebir una lucha por la igualdad que no deje de contradecir las distribuciones policiales a las que todo gobierno debe proceder, al tiempo que no pueda fijarse en la figura imaginaria de un sujeto identificable de la política (Tassin, 2012).

El hecho de que la igualdad sea in-allanable no obtura que sea “tratable”, a partir de una desarticulación de las formas del decir y del pensar que configuran un terreno de relaciones y posiciones específicas (Rancière, 1996, p. 58). Ser un sujeto político consiste en someter a crítica las distintas formas en que la configuración de la experiencia dada se efectúa, en una estructura política del *desacuerdo* donde el foco se sitúa en “el litigio sobre el objeto del litigio, el litigio acerca de la existencia del litigio y de las partes que se enfrentan en él” (Rancière, 1996, p. 75). En esta tesitura, Rancière ubica a la *estética* en el lugar privilegiado de subjetivación política, en tanto habilita una instancia de expresión libre de los constreñimientos que el orden policial establece:

Así autonomizada, la estética es primeramente la liberación con respecto a las normas de la representación, en segundo lugar la constitución de un tipo de comunidad de lo sensible que funciona de acuerdo con la modalidad de la presunción, del como si que incluye a quienes no están incluidos haciendo ver un modo de existencia de lo sensible sustraído a la reparación de las partes y sus partes. (Rancière, 1996, p. 78-79).

Algunas reflexiones de cierre: un posible diálogo

A lo largo del trayecto recorrido en el presente trabajo pretendimos abordar un tópico crucial en todo análisis político, que refiere a los procesos de constitución subjetiva. Con ese cometido, delimitamos una serie de debates para iluminar este problema desde dos dimensiones. Por un lado, aquellas que entienden a la subjetivación como un proceso inherente a la participación en sociedad, y desde allí ponderan la relevancia *política* de toda agencia gestada en ese plano. Por otro, las que piensan al lugar del sujeto en un marco más amplio preocupado fundamentalmente por las formas en que lo social es constituido, y en cómo dichos procesos detonan y contienen instancias de subjetivación, dando lugar —o no— a formas de agencia. En este contexto, la empresa del pensamiento posfundacional abre sin dudas una brecha que permite reposicionar

algunos problemas de los cuales el postestructuralismo no daba cuenta, en especial en lo que refiere al plano del sujeto. Ante ello —y como se demuestra en el abordaje de este trabajo— un número importante de autores han recuperado el aporte psicoanalítico, en un intento de resituar lo que ha constituido el centro de dicha disciplina en las discusiones de corte sociológico y politológico. En la medida que representó una apuesta fuerte y osada, cierto es que dichas apropiaciones e incorporaciones de conceptos para problematizar la cuestión no estuvo exenta de zonas ambiguas.

En el primer plano de discusión cabe preguntarse ¿hasta qué punto una reflexión sobre el proceso de constitución de sujetos no es propiamente una reflexión sobre un acto enteramente político? A la luz de los aportes de Žižek y su lectura del psicoanálisis lacaniano es posible pensar toda constitución subjetiva como un proceso radicalmente ex-céntrico, donde el *Otro* es el eje de nuestra estructuración, organizada en función de una *falta*. Nos vemos compelidos a responder a los interrogantes que *lo Real* nos plantea, y allí esbozamos nuestra subjetividad, positivizando la negatividad de la ausencia.

Ahora bien, si allí cruzamos la problematización del debate que propone Judith Butler, el cuestionamiento sobre las condiciones ontológicas, sociales y del poder en la propia existencia conducen, indudablemente, a reconsiderar críticamente lo que uno ha llegado a ser y, especialmente, a las posibilidades de ser alguien —o algo— diferente, interpelando y cuestionando los marcos de legibilidad social y cultural vigentes. Aquí la crítica de Butler es reveladora respecto a las apropiaciones del psicoanálisis, puesto que, sin abandonarlo como campo de referencia teórica, es capaz de someter a revisión uno de sus conceptos centrales, como es el de Real, y desde allí es que plantea su respuesta a la postura de Žižek y otros autores sobre las implicancias de su adopción ortodoxa. En esta tesitura, la instancia de rearticulación de un vacío propio de todo proceso de construcción constituye un acto eminentemente político que objeta la temporalidad y las normas en que nos inscribimos al nacer. El acto político *par excellence* en Butler es el acto de la crítica sobre la propia constitución, y la resistencia subjetivante emerge allí donde se tematizan los orígenes sociales de la propia constitución.

En el segundo momento del trabajo, decíamos, ampliamos el foco desde el cual pensar nuestro eje de la discusión. Con Ernesto Laclau, siguiendo una tónica igualmente lacaniana, observamos que la subjetivación era pensable no ya desde el vacío de cada sujeto en particular, sino como un problema sobre las variadas formas en que ciertos sentidos sedimentan y constituyen lo social, dando lugar a un espacio de significación de múltiples esferas de la vida, entre las cuales se encuentra la esfera política. Sin perder de vista el contenido ontológico que una fundación de lo social posee, la preocupación de Laclau se sitúa en mayor medida sobre el conjunto, y sobre las posibi-

lidades de acceder, o no, a algún tipo de comprensión del desarrollo de los procesos políticos contemporáneos. En esta búsqueda, sus últimos atisbos han pergeñado una aproximación desde el lugar de la nominación como proceso con fuerza instituyente radical. Este postulado es cuestionable, especifican sus críticos, sobre todo cuando se sopesa hasta qué punto un *significante vacío* es capaz de contener una heterogeneidad empírica y concreta. Con Laclau, por cierto, la lucha se da en el plano del significante. El nombre articula un conjunto y subjetiva políticamente a un colectivo, al representar a un grupo que ha sido capaz de recoger sus demandas, articularlas y dotarlos de un contenido simbólico distinto. La clave aquí se da entonces en la disputa por los nombres de la política, en tanto los mismos refieren a formas singulares y contingentes de articulación de demandas, y sus respuestas. La “resonancia” de un nombre en la política da cuenta de su pregnancia, de su capacidad significativa y de cómo, en suma, dicho nombre reúne una apuesta por disputar un estado sedimentado de la situación.

El debate se enriquece sin lugar a dudas al ubicar el contrapunto ofrecido por Jacques Rancière, puesto que elabora teóricamente otra vía de resistencia y lucha político-estética, no ya en la arena de lo partidario o del sistema político, sino más bien en el plano de las naturalizaciones que regulan la vida y los procesos de identificación —o de asignación de identidades—. En este sentido, no se aleja del fondo del planteo butleriano de cuestionamiento de ese Real —en tanto contingente que nos interpela—, aunque la inquietud de Rancière busca fundamentar de qué manera la constitución de sujetos desde una lógica política requiere verificar la igualdad de los términos de partición que estructuran la cotidianeidad. Su propuesta, aunque fructífera, resulta limitante para una serie de instancias en las cuales los sujetos “sujetados” cuestionan los patrones de inteligibilidad que los ubican como objetos *dados* incapaces de tematizarse a sí mismos. Es decir que, más allá de las diferencias sobre el fundamento ontológico de la sociedad, Rancière ubica el *quid* de su apuesta sobre los *in-between* en que los sujetos pueden emerger, dejando de lado que los agentes que pueden poner en tensión las claves de lectura del mundo —con mayor o menor grado de sujeción— han llegado a constituirse en tales a partir de una temporalidad que los interpela, y en función de la cual responderán más o menos ceñidos a las normas que se les ofrecen. Si la única forma de obrar “políticamente” fuese la rancièriana, encontramos allí una limitación en torno a una serie de operaciones subjetivantes que no necesariamente buscan romper con los cánones de su conformación, pero cuyo cuestionamiento resulta, empíricamente, la mayor demostración posible o esperable de esos sujetos que *responden*. Aquí, nuevamente, volvemos al lugar de la pregunta que *lo Real* plantea en este proceso.

Al momento de concluir estas líneas, cabe nuevamente interrogarse por la razón que nos mueve a focalizar sobre la cuestión de la subjetividad, y tras ella no encontra-

remos grandes cavilaciones, sino un posicionamiento filosófico contundente: si mujeres y hombres hacen la historia, y las condiciones no son las elegidas, resta aún un intersticio propio de la inestabilidad y contingencia de todo orden, que habilita múltiples inscripciones y vías de afirmar la autonomía, a pesar de, en ocasiones, carecer de “grandilocuencia”. No caben dudas, entonces, de la envergadura de este tipo de apuestas.

Referencias

- Arditi, Benjamín (1995). Rastreado lo político. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, 87, 333-351.
- Asad, Talal; Brown, Wendy; Butler, Judith & Mahmood, Saba (2009). *Is critique secular? Blasphemy, Injury and free speech*. Berkeley: University of California Press.
- Biset, Emmanuel (2010). Contra la diferencia política. *Pensamiento Plural*, 4(7), 173-202.
- Biset, Emmanuel (2012). Retorno y crisis de lo político. *Estudios Sociales. Revista Universitaria semestral*, 42, 31-56
- Butler, Judith (2004/2006). *Vida precaria. El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, Judith (1990/2007). *El género en disputa. El feminismo y subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós.
- Butler, Judith (1993/2008). *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, Judith (2005/2009). *Dar cuenta de sí mismo. Violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Butler, Judith (2009/2010). *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- Butler, Judith & Athanasiu, Athenea (2013). *Dispossession: theperformative in thepolitical*. Cambridge (UK). Malden (USA): Polity Press.
- Butler, Judith; Laclau, Ernesto & Žižek, Slavoj (2000/2003). *Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Butler, Judith & Spivak, Gayatri Ch. (2007/2009). *¿Quién le canta al Estado-nación? Lenguaje, política, pertenencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Cano Abadía, Mónica (2014). La cuestión del sujeto en la filosofía de Judith Butler. En Juan Manuel Aragüés Astragues & Jesús Ezquerro Gómez (Coords.), *De Heidegger al postestructuralismo. Panorama de la ontología y la antropología contemporáneas* (pp. 141-158). Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza.
- Cuervo Sola, Manuel (2014). Apuntes sobre el pensamiento político posfundacional. Una introducción a las bases teóricas de la distinción conceptual entre lo político y la política. *Otros logos. Revista de estudios críticos*, 5, 56-72

- Daín, Andrés (2010). La lógica de la sobredeterminación. Hacia una radicalización del análisis político. *Pensamento Plural*, 4 (7), 99-109.
- Derrida, Jacques (1967/1989). *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Antrophos.
- Farrán, Roque (2009). The concept of political subject: the real, the partial and the not-All and retroaction in Zizek, Laclau and Badiou. *International Journal of Zizek Studies*. 3(3). Extraído de <http://zizekstudies.org/index.php/ijzs/article/view/179>
- Farrán, Roque (2013). Badiou y Lacan: algunas consideraciones en torno a lo real, la ontología y el concepto de sujeto en la práctica filosófica y psicoanalítica. *El laberinto de arena. Revista de Filosofía*, 1(1), 1-28.
- Farrán, Roque (2014). El concepto de sujeto en Badiou y Lacan. *Aurora*. 38(26), 101-130. <http://dx.doi.org/10.7213/aurora.26.038.DS.05>
- Glynos, Janos & Stavrakakis, Yannis (2008). Encuentros del tipo real. Indagando los límites de la adopción de Lacan por parte de Laclau. En Simon Critchley & Oliver Marchart (Comps.), *Laclau. Aproximaciones críticas a su obra* (pp. 249-267). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Gonnet, Juan Pablo & Romero, María Aurora (2012). Lo político frente a lo social. Una revisión crítica frente al pensamiento político posfundacional. *Revista colombiana de Sociología*, 35(1), 97-114.
- Howarth, David (2008). Hegemonía, subjetividad política y democracia radical. En Simon Critchley & Oliver Marchart (Comps.), *Laclau. Aproximaciones críticas a su obra* (pp. 317-343). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Laclau, Ernesto (1996). *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel.
- Laclau, Ernesto (1990/2000). *Nuevas reflexiones sobre la revolución en nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Laclau, Ernesto (2004). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal (1985/2003). *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Laplanche, Jean & Pontalis, Jean Bertrand (1967/2004). *Diccionario de psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Marchart, Oliver (2009). *El pensamiento político posfundacional. La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Morales, María Virginia (2014). Discurso, performatividad y emergencia del sujeto: Un abordaje desde el post-estructuralismo. *Athenea Digital*, 14(1), 333-354. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.884>
- Mouffe, Chantal (1999) *El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo y democracia radical*. Barcelona: Paidós.
- Mouffe, Chantal (2007). *En torno a lo político*. Buenos Aires: FCE.
- Mouffe, Chantal (2014). *Agonística. Pensar el mundo políticamente*. Buenos Aires: FCE.
- Muñoz, María Antonia (2006). Laclau y Ranciére. Algunas coordenadas para la lectura de lo político. *Andamios*, 4(2), 119-144.

- Palti, Elías (2003). El “retorno del sujeto”. Subjetividad, historia y contingencia en el pensamiento moderno. *Prismas. Revista de historia intelectual*, 7, 27-50.
- Papalini, Vanina, Córdoba, Marcelo & Marengo, Leonardo (2012). Estudios de la gubernamentalidad: la subjetividad como categoría de la política. *Astrolabio. Nueva Época*, 8, 190-208.
- Papalini, Vanina (2013). “Tecnologías del yo”: entre la gubernamentalidad y la autonomía. En Raúl Rodríguez Freire (Ed.), *El gobierno del presente. Materiales críticos* (pp. 253-275). Valparaíso: Instituto de Literatura y Ciencias del Lenguaje, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso.
- Preciado, Beatriz (2007). *Biopolítica*. Buenos Aires: Ají de pollo.
- Ramírez, Carlos (2013). ¿Posfundacionalismo o consumación de la metafísica? La teoría de la hegemonía de Ernesto Laclau. *Ideas y valores*, 151(42), 9-41.
- Ranciére, Jacques (1996). *El desacuerdo. Política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Ranciére, Jacques (2000). Política, identificación y subjetivación. En Benjamín Arditi (Ed.), *El reverso de la diferencia. Identidad y política* (pp. 145-152). Caracas: Nueva Sociedad.
- Retamozo, Martín (2011a). Tras las huellas de Hegemón. Usos de hegemonía en la teoría política de Ernesto Laclau. *Utopía y praxis latinoamericana. Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*, 55(16), 39-57.
- Retamozo, Martín (2011b). Sujetos políticos: decisión y subjetividad en perspectiva posfundacional. *Ideas y valores*, 147(40), 51-64.
- Rodriguez Mancilla, Marcelo (2013). La hermenéutica, entre el lenguaje, la crítica y la subjetivación. *Sophia*, 15, 103-124.
- Rose, Nikolas (2007/2012). *Políticas de la vida. Biomedicina, poder y subjetividad en el siglo XXI*. Buenos Aires: Unipe.
- Stavrakakis, Yannis (2007). *Lacan y lo político*. Buenos Aires: Prometeo.
- Tassin, Etienne (2012). De la subjetivación política. Althusser / Ranciére / Foucault / Arendt / Deleuze. *Revista de Estudios Sociales*, 43, 36-49.
<http://dx.doi.org/10.7440/res43.2012.04>
- Yabrowski, Nuria (2013). El paradigma posfundacional interpelado: Política, democracia e institucionalización para pensar Sudamérica hoy. *Revista de Filosofía y teoría política*, 44, 60-86.
- Zizek, Slavoj (2000). Más allá del análisis del discurso. En Benjamín Arditi (Ed.), *El reverso de la diferencia. Identidad y política* (pp. 169-179). Caracas: Nueva Sociedad.
- Zizek, Slavoj (1989/2003). *El sublime objeto de la ideología*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Zizek, Slavoj (2008). *Sobre la violencia. Seis reflexiones marginales*. Buenos Aires: Paidós.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

DO TRÁGICO À CLÍNICA DO POSSÍVEL NO CUIDADO DE USUÁRIOS DE DROGAS

DO TRÁGICO À CLÍNICA DO POSSÍVEL NO CUIDADO DE USUÁRIOS DE DROGAS

Loiva Maria De Boni Santos* ; Simone Mainieri Paulon**

*Faculdades Integradas de Taquara; **Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
loivapsi@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 19-11-2014

Acceptado: 21-10-2015

Palavras-chave

Política Pública
Redução de Danos
Clínica Ampliada
Drogas

Resumo

O artigo relata uma pesquisa-intervenção realizada em município do sul do Brasil com usuários de álcool e outras drogas tidos como “não aderentes” aos tratamentos ofertados na rede de atenção psicossocial da região. Sustentando uma abordagem inclusiva e anti-proibicionista, o estudo cartografou caminhos tecidos pelos usuários de drogas no território, a fim de identificar quais “nós” da rede (rituais, estratégias, serviços, afetos) apontam uma *Clínica do Possível* pautada no cuidado e no vínculo. Problematiza a polarização do debate das políticas sobre drogas, apostando na Redução de Danos como diretriz de um cuidado na perspectiva da superação dos ressentimentos comumente impregnados às práticas e discursos dessa área. Entre os resultados, a experimentação de uma produção coletiva que emerge na criação de um *rap* em meio ao processo investigativo, “dá um outro tom” às vivências e posições dos usuários, apontando à criação de novos territórios existenciais como alternativa às políticas públicas compromissadas com a produção de saúde.

Abstract

The article describes an intervention research conducted in a city of southern Brazil with users of alcohol and other drugs considered "nonadherent" to the treatment offered in psychosocial care network in the region. Sustaining an inclusive approach and anti-prohibitionist, the study identify the paths taken by drug users in the territory in order to identify "nodes" of the network (rituals, strategies, services, affections). This can indicate a possible Care Clinic based on affection and bond. It is discussed the polarization of the political debate about drugs. It was made a bet on Harm Reduction as a guideline care from the perspective of overcoming the resentment commonly impregnated in the practices and discourses from the area. Among the results was possible to identify the collective production of a rap music in the middle of the investigative process, this "gives another tone" to the experiences and positions of the patients, pointing to the creation of new existential territories as an alternative to public policies committed with health promotion.

Keywords

Public Politc
Harm Reduction
Social Clinic
Drugs

De Boni Santos, Loiva Maria & Paulon, Simone Mainieri (2015). Do trágico à clínica do possível no cuidado de usuários de drogas. *Athenea Digital*, 15(3), 173-191. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1498>

Introdução

As discussões sobre drogas têm sido atravessadas por posições polarizadas que compõem um campo beligerante, de um lado insistindo em provar os malefícios de determinadas drogas em detrimento de outras – ao apontar como única possibilidade de intervenção o isolamento -; de outro, defendendo o uso de substâncias – justificado no direito à liberdade. Tal polarização resulta na formação de grupos identitários, posições ideológicas que parecem conceber o tecido social fragmentado. Posturas intole-

rantes e de difícil comunicação, reforçam assim, a lógica individualista e competitiva impressa pelo projeto capitalista neoliberal, dirimindo possibilidades dialógicas, de consenso do espaço público e de construção coletiva. Entre as consequências, o que se coloca no cenário em discussão é uma política permeada por ressentimentos, entendidos aqui numa perspectiva filosófica do trágico, como a causa que todo o sofredor procura para o seu sofrimento, isto é, um culpado para a sua dor, alguém em quem ele possa descarregar os seus afetos, pois tem a fantasia de que é isso o que vai lhe proporcionar alívio (Nietzsche, 1887/2009).

Pensar a questão das drogas hoje implica inevitavelmente problematizar a antinomia presente neste tema, na tentativa de superação das cisões que marcam posições entre o proibicionismo e liberalização das drogas na busca da composição, da articulação de saberes e das experiências de forma a produzir conhecimentos que possam contribuir na construção de uma política pública efetiva no que se refere ao cuidado desses usuários. Faz-se necessário pensar dispositivos que deem conta do cuidado, garantindo acessibilidade e inclusão destes que têm sido colocados à margem da sociedade pelo estigma que carregam em função da ilicitude e moralismos de que se reveste o uso de drogas ainda em nossos dias.

Nesse sentido, a temática das drogas carrega consigo certo estranhamento que permite tomá-la como analisadora de nossa sociedade, no sentido institucionalista do termo, ou seja, a forma como dois discursos contrapostos atravessam práticas cotidianas, polarizando as falas, as intervenções junto às populações e cristalizando posturas de cuidado muito divergentes, torna-se expressiva da moral vigente em nossa cultura. Tais atitudes perpetuam a mesma lógica criminalizante, tão combatida pelos mais liberais, eternizando a dicotomia entre o que é verdadeiro ou falso, o que está ao lado do “bem” ou do “mal. Cronificando, enfim, valores morais impregnados no tecido social.

A superação dessa dicotomia deverá considerar que a Redução de Danos, tomada aqui como diretriz do cuidado, permite e até demanda abertura ao diálogo entre diferentes paradigmas, pois se entende que a RD não é incompatível com estratégias elaboradas por perspectivas diversas de produção de saúde, entre elas a abstinência, conforme refere Alan Marlat (1998/1999). Nessa perspectiva todos os caminhos são possíveis, trata-se de uma *clínica artesanal* (Lancetti, 2007) centrada no sujeito, que passa a ser corresponsável pelo cuidado de si e de sua comunidade.

O caminhar da pesquisa que aqui se relata apontou, entre outras possibilidades de criação de cuidado não restrita aos equipamentos de saúde, a produção coletiva e espontânea de um *rap* ritmando as vivências e posições de usuários que poderia pautar a construção de uma política sobre drogas na perspectiva da Redução de Danos. A tessi-

tura de novos territórios existenciais que aludam à saúde compreendida como expansão de vida é uma possível saída à política do ressentimento, a que o percurso deste estudo remete e sobre o qual passamos a discorrer.

Cartografando o Território: um percurso de movimentos e metamorfoses

Eu sou do hip, sou do *hip hop*. Quebrando paradigmas, é o rap que transforma. E ele é artístico e social, É pedagógico, fundamental. Ele dá a letra, aponta alternativa. Incansavelmente é cidadania. (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012) ¹

A pesquisa em foco nesse relato lança mão da cartografia como metodologia, por entendê-la como construção coerente ao percurso de investigação, que auxilia no acompanhamento do traçado ou das linhas que compõem o plano de intervenção. Oferece, para tanto, dados de realidade que sustentam a produção, tanto de novos entendimentos acerca do tema estudado, quanto da própria realidade em que se intervém. Neste percurso específico que aqui relatamos, o *Hip Hop* emergiu como dispositivo expressivo do cotidiano dos usuários de drogas, apontando alternativas, demarcando espaços de produção de saúde potencializadores de vida. Ao quebrar paradigmas, transformar pela arte, a produção do coletivo de usuários envolvidos no presente estudo levantou aspectos significativos para se pensar uma política para o cuidado de pessoas que usam drogas que possa fazer frente ao modelo que, via de regra, criminaliza, segrega e exclui.

A proposta, portanto, é de que a intervenção junto às pessoas que usam drogas se utilize de ferramentas que ajudem a superar o olhar encharcado de moralismos e preconceitos que hegemonicamente as acompanham diminuindo o estigma que recai sobre tais usuários, para que se avance em uma perspectiva de trabalho orientada pela diretriz da Clínica Ampliada. Esse tipo de intervenção implica sair do foco do sintoma em si e da doença, sugerindo ações que coloquem o sujeito como protagonista no processo de produção de sua saúde através da criação de linhas de fuga que produzam novos territórios existenciais. “Ele dá a letra, aponta alternativas... incansavelmente é cidadania”. (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012)

Nasce, portanto, junto com a equipe e tem como objetivo principal cartografar os caminhos tecidos pelos usuários de drogas, em seus territórios identificando e anali-

¹ As citações entre aspas inseridas no corpo do texto, identificadas como (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012) são fragmentos da letra do *rap* produzido coletivamente pelos usuários, e que fazem parte dos resultados dessa pesquisa-intervenção.

sando quais os ‘nós’ da rede (rituais, estratégias, serviços, afetos...) que produzem saúde e apontam para o que chamamos aqui de uma *Clínica do Possível*, pautadas pela singularidade e respeito às diferenças. Teve como aspiração visibilizar novas práticas no cuidado de pessoas que usam drogas, focadas na produção de saúde como potência de vida, identificando quais os possíveis espaços de produção de saúde podem ser encontrados no cotidiano do território dos usuários de droga e que nos apontam caminhos para uma intervenção baseada no vínculo, no cuidado, na expansão da vida e no protagonismo de cada cidadão.

Nesse percurso investigativo, a cartografia faz uma aposta nas possibilidades criativas do próprio território e sujeitos diretamente envolvidos no estudo (campo de intervenção), estimulando os processos de autoanálise e reflexão junto aos diferentes atores que o compõem (incluindo-se, aí também a nós mesmas como pesquisadoras implicadas). Tal diretriz metodológica permite agenciar forças para romper com as estruturas cristalizadas e estigmatizantes que impedem movimentos de mudança, trazendo elementos que nos auxiliem a pensar uma política sobre drogas pautada pela afirmação das singularidades e respeito às diferenças. (Passos e Barros, 2009; Romagnoli e Paulon, 2014).

A aproximação com o campo de pesquisa se deu no final de 2010, através do pedido da assistente social e da agente de saúde de uma Unidade de Saúde de um bairro nos arredores da cidade de Caxias do Sul que, por conhecerem a perspectiva de trabalho de nosso grupo de pesquisa com essa temática, solicitaram ajuda. As profissionais de saúde da região buscavam alternativa para o enfrentamento ao limite, até então, proposto pela rede de atenção local: um atendimento ainda baseada única e exclusivamente na internação e adesão ao tratamento oferecido no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS²). Percebiam que alguns usuários não se “adequavam” a esta proposta e, por isto mesmo, tinham muita dificuldade em pedir ajuda, ficando, por conta dos familiares, as soluções de cuidado e tratamento que, via de regra, seguem a mesma lógica discursiva instituída na rede: solicitar a internação, na maioria das vezes, de forma compulsória.

Lançamos mão da cartografia como metodologia, por entendê-la como construção coerente ao percurso da pesquisa e da demanda do campo que a gerou: auxiliar no acompanhamento do traçado ou das linhas de força que compunham o plano de intervenção, oferecendo dados da realidade dos sujeitos tidos como não-aderentes e da rede

² Os Centros de Atenção Psicossocial são serviço ambulatoriais de atenção diária em Saúde Mental criados em 2002 a partir da legislação da Reforma Psiquiátrica brasileira para realizar prioritariamente o atendimento de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes em sua área territorial. Constituem, portanto, junto aos Serviços Residenciais Terapêuticos e setores psiquiátricos em hospitais gerais, um dos equipamentos fundamentais da Rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos que a lei federal 10.216 de 6 de abril de 2001 propõe extinguir.

de saúde local que auxiliassem na produção/intervenção/criação, numa construção coletiva com pesquisadores, usuários, trabalhadores de saúde e estudantes de psicologia de uma faculdade local. Contou ainda, com a ajuda de um jovem da comunidade, que, devido a sua inserção no meio dos jovens usuários de drogas do território e pelo seu perfil de Redutor de Danos, ocupou o papel de mediador e articulador dos nossos encontros³.

A pesquisa-intervenção foi proposta a um grupo de usuários “não aderentes” ao tratamento oferecido pela rede de saúde local. Contou com 18 participantes ao todo, sendo que 9 desses usuários permaneceram ao longo das 3 etapas. Realizou-se ao longo de 8 meses, em 26 encontros ocorridos no ano de 2011 e início de 2012. Foram utilizados como instrumentos de intervenção a fotografia (*pin-hole*⁴), o *hip-hop* e rodas de conversa.

Os encontros aconteciam semanalmente, aos sábados à tarde, com os usuários de drogas do bairro. Eram jovens que em sua maioria não frequentavam o CAPS e não tinham qualquer acesso às Políticas Públicas por não se sentirem acolhidos por elas. Não importava pra nós se eram usuários tidos como “leves” ou “pesados” ou se eram drogas lícitas ou ilícitas, nosso critério era: a) pessoas que usavam drogas, e b) seus desejos de estarem nos espaços que propúnhamos. Acreditávamos que essa aproximação poderia nos apontar caminhos que, como afirmam Eduardo Passos e Regina Barros (2009), permitem reverter o método tradicional de pesquisa, visto que não propõe um caminhar para alcançar metas pré-estabelecidas, mas um experimentar efeitos do processo do pesquisar sobre o campo de pesquisa que, neste caso, incluía todo o cenário que compõe a política de drogas, os próprios pesquisadores e a equipe de trabalho da Unidade Básica de Saúde.

Esta foi nossa aposta ao pesquisar-intervir no cuidado de pessoas que usam drogas: aprender sobre modos de atenção, sem qualquer espécie de cobrança seja da abstinência ou da aderência à oferta de tratamento. Significava, na perspectiva da Redução de Danos adotada, buscar formas de acolhimento que superem o controle, baseadas no compromisso ético, que responsabilizem a todos pelo cuidado com investimento na autonomia dos sujeitos.

Inicialmente a proposta de intervenção surgiu do desejo de um usuário: ao ser indagado pela assistente social sobre possíveis projetos de vida, ele expressou o desejo

³ Após o término da pesquisa este jovem foi selecionado para compor a Equipe do Consultório de Rua da Rede de Saúde do município pesquisado, por nossa indicação.

⁴ Trata-se de uma técnica artesanal de criação de câmara fotográfica para a produção de fotografia utilizando uma lata com uma pequena abertura (*pin-hole*, do inglês “buraco de alfinete”). Em sua forma mais simples, a máquina de fotografia *pin-hole* consiste de uma caixa com um furo em um dos lados e um pedaço de filme ou papel fotográfico no lado oposto.

de fazer um vídeo sobre sua vida de drogadição. À medida que íamos adentrando no campo e nos aproximando dos usuários através de conversas informais, nos lugares onde eles tinham o costume de se reunir propusemos a realização da oficina de fotografia na lata (*pin-hole*). Baseado no relato do usuário sobre o desejo de produzir um vídeo, pensou-se a possibilidade de nos aproximarmos deles através da produção de imagens fotográficas, acreditando que poderia ser uma ferramenta potente.

Em meio ao decurso, suas falas nas rodas de conversa trazem o *hip hop* como uma forma de expressão do cotidiano de suas vidas...

Seja bem vindo a nova era da Favela. Rap Nacional é o que corre no meu sangue. A paz está distante mas eu prossigo no [bairro]. (...) O *hip hop* tem muito prá ensinar grafitar, dançar, cantar, riscar, estudar (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

A pesquisa-intervenção numa perspectiva cartográfica coloca a todo o momento a própria intervenção em análise, mostrando aqui a inseparabilidade entre o conhecer e o fazer, entre o pesquisar e o intervir, num processo que se dá pelo mergulho na experiência, que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência, designado como plano da experiência. (Passos e Barros, 2009).

Muitas vezes nos víamos diante do inusitado, das limitações da nossa própria intervenção, quando o grupo-alvo da intervenção não aparecia para as atividades que programávamos juntos, ou quando não aderiram à proposta da oficina de fotografia na lata. Isso colocava-nos em xeque-mate. O que fazer? Por que eles não estavam aderindo? Onde estava o desejo? Que desejo era esse? De quem era esse desejo? E assim se delineavam pesquisadores que, saído de um campo de militância se perdiam e se encontravam com questões que desestabilizam e convocam ao deslocamento, pondo em questão o que se é, deparando-se a todo instante, com o que devíamos nos tornar. No percurso vivido experimentávamos movimentos e metamorfoses que traziam perturbações inspiradoras como as enunciadas por Friederich Nietzsche (1879/1987): “Uma vez que tenha se encontrado a si mesmo, é preciso saber, de tempo em tempo, perder-se – e depois reencontrar-se: pressuposto que se seja um pensador. A este, com efeito, é prejudicial estar sempre ligado a uma pessoa”. (Nietzsche 1879/1987, p. 106)

Eram essas modulações que afirmavam a importância de não nos fixarmos a um padrão teórico-técnico dado, mas permitirmo-nos a errância de acompanhar àquelas vidas em suas radicais singularidades, ocupando um não-lugar, disponibilizando uma escuta supra-moral que desse passagem ao novo e à expansão da vida. As falas daqueles usuários considerados difíceis pela rede teoricamente “estruturada para cuidá-los” provocavam desvios, demandavam invenções e foi a partir da escuta que fizemos a elas

que passamos da fotografia na lata (*pin-hole*) para as máquinas fotográficas descartáveis. Aliadas ao *hip hop* elas se tornariam a ferramenta utilizadas para cartografar os caminhos por eles percorridos que, ao final, deram origem a um *rap*. Juntos tais instrumentos apontavam para a eficácia e efetividade de uma política sobre drogas efetivamente preocupada em constituir novos modos de cuidar, como expresso na letra do rap:

Eu peço a Deus!! Cultura, educação, livros escolas, informação, uma quadra, prá rachar uma bola. E por que não aulas de informática? Uma professora para reforçar a gramática! Aulas de dança pra terceira idade. Cultura na periferia pode crer. O gaúcho e a prenda, no CTG⁵. Quartas e sextas têm aula de teatro. Artes Cênicas, [vo]cê tá ligado?? (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012)

Nó(s) da rede e a produção de saúde: Políticas Públicas para as periferias?

Para, além da oferta pura e simples de ferramentas de pesquisa, o que propúnhamos era fazer brotar um espaço de convivência entre aqueles usuários que pudesse produzir outros sentidos para suas vidas. Sentidos de compartilhamento possíveis, de autonomia e protagonismo cidadão, mas para nos aproximarmos deles era imprescindível construirmos coletivamente esta possibilidade. A ideia de produção de saúde, tal como a entendemos, pressupõe atuar diretamente nos modos de vida, dando passagem para afirmação da diferença. Por isto, nossa afirmação metodológica de traçarmos o percurso de investigação-intervenção junto ao grupo para que construíssem concomitantemente seu próprio caminho, precisava uma atenção permanente e cautelosa às proposições e movimentos que o grupo de usuários vinha apresentando.

Para fazê-lo, torna-se fundamental olhar para cada sujeito que se dispõe à intervenção para além de apenas um “usuário do sistema de saúde”. É preciso ver cada sujeito como uma pessoa com uma história, com demandas, com possibilidades subjetivas variadas, devires outros. Só assim ele pode ser olhado como um sujeito em produção de si próprio e do seu território de vida e não somente uma figura identitária, um “dependente químico” em situação de marginalidade, por estar em conflito com a lei.

⁵ Os Centros de Tradição Gaúcha – CTGs – são entidade tradicionalistas que cultivam a cultura e os costumes do Estado do Rio Grande do Sul no Brasil através de atividades associativas e recreativas, guiadas pelos mesmos princípios e normas de ação, mas espalhadas em células que podem encontrar-se em qualquer território mesmo fora do Estado. O lema criado no primeiro CTG, em 1948, permanece cultuado, ainda hoje, pelos homens (gaúchos) e mulheres (prendas) participantes deste movimento: “Em qualquer chão – sempre gaúcho”.

Nessa segunda etapa do projeto, surgem outros nó(s) na rede, quando contamos com a parceria do grupo de *Hip Hop* Poetas Divila⁶. O relato do líder do grupo, (Francisco Carlos Jankiel), conhecido por Chiquinho, sobre as transformações que vinha presenciando tanto em sua vida como na vida de jovens das comunidades, através deste dispositivo, se apresentava como uma possibilidade de maior aproximação com os jovens do Bairro em questão e de potencialização da vida através da arte, pois conforme as próprias palavras do líder: “Como a gente era da vila, nos identificamos com a atividade do *hip hop* que injetou autoestima na gente”. (Francisco Carlos Jankiel, entrevista pessoal, 4 de junho de 2011).

Vinícius Massing (2011) refere que a cultura de rua é uma forma de autoafirmação das classes populares e de problematizar as condições de vida das periferias através de arte e cultura. O líder do grupo Poetas Divilas afirma que “o *hip hop* é considerado quatro P’s: Políticas Públicas Para as Periferias”, (F.C. Jankiel, entrevista pessoal, 4 de junho de 2011), se referindo aqui ao quinto elemento como sendo o *Hip Hop*, o que permite pensar que a prática discursiva presente no *hip hop*,

Passa a ser uma voz do excluído, tornando os *rappers* em porta vozes da periferia, servindo de referência para novos adeptos do movimento, tornando o movimento *hip hop* mais político a partir de reivindicações principalmente de políticas públicas para os jovens e toda a periferia, onde o acesso do Estado ainda era precário (Massing, 2011, p. 20, grifo no original).

Aproximando a compreensão deste autor aos propósitos da intervenção aqui descrita, vimos que os caminhos tecidos pelos usuários de drogas em seu território nos permitiam detectar e analisar quais os ‘nós’ da rede (incluindo nesses os rituais, as estratégias de sobrevivência, serviços ofertados pelo estado, o conjunto de afetos de que lançam mão...) produziam saúde e apontavam para o que passamos a denominar por **uma Clínica do Possível** pautada no cuidado, vínculo e afeto.

Para aqueles sujeitos que escutávamos às margens dos serviços de saúde – porque tidos como não-aderentes aos mesmo -, a linguagem do *hip hop* era a linguagem das periferias, os seus companheiros entendiam o que diziam, e é isto que possibilitava o vínculo entre eles (e que aos poucos fomos transformando em vínculos também com nossa equipe de pesquisa-intervenção e com a proposta da própria intervenção). Isto nos deslocava, obrigatoriamente, de nosso cômodo e inerte lugar de especialistas para buscar, no saber deles, os caminhos possíveis para uma intervenção potente e resolutiva. E mais uma vez, a letra da música por eles produzida nos apontava algumas pistas:

⁶ Trata-se do primeiro grupo de *Hip Hop* de cidade serrana do Sul do Brasil em que se desenvolveu esta pesquisa. Chiquinho é morador de uma das primeiras favelas da cidade, também denominadas “vilas” nesta região do país, onde está localizada um dos pontos de tráfico. O líder do grupo me foi apresentado como potencial sujeito desta pesquisa por um jornalista local.

Como eu queria que isso tudo fosse real, em todas as periferias, normal, difundir a paz e a alegria, sem treta, sem droga na companhia de bons e sinceros amigos. A professora, a vizinha, o tiozinho e o mendigo. Mas será que estou pedindo demais? Nos becos das periferias eu peço a Paz. (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

A parceria com o Grupo Poetas Divila possibilitou reorganizar a nossa intervenção repensando a utilização da fotografia como ferramenta. A fotografia como dispositivo de intervenção, nos auxiliava a pensar o processo, como produção, e a imagem como apresentação da realidade, ou de uma dada realidade que, muitas vezes, não é mostrada por falta de uma luminosidade (Tittoni, 2009). A intervenção fotográfica nos possibilitava não somente o “real”, mas também, a produção de “realidades”, captadas e apreendidas através das produções fotográficas. A fotografia aqui aparece como elemento de pesquisa, produtor de um conhecimento que torna visível o que ainda é invisível pelo estigma, preconceito, desconhecimento, etc. Utilizamos então a fotografia para pensar um roteiro de um *rap* que poderia ser gravado, pois percebemos que isso potencializava a adesão dos usuários aos encontros.

Ponderando as transformações que vão se dando no processo de pesquisa, Eduardo Passos e Regina Barros (2009,) salientam que:

O trabalho da análise vai modificando o campo, seguindo esta direção: da formulação de uma encomenda à definição de uma demanda de análise. Quem encomenda um trabalho de análise institucional não é necessariamente quem enuncia essa demanda. O trabalho vai modulando o campo de intervenção onde todos estão incluídos (quem encomenda, quem demanda, quem o analisa). (p. 19).

Os componentes do grupo Poetas Divila, passaram a ser também protagonistas nesse processo, ajudando no campo, e a fotografia passou a ser a ferramenta que auxiliava na produção de um *rap*. Distribuímos entre os usuários máquinas fotográficas descartáveis, para que pudessem fotografar os espaços na comunidade, entendido como espaços de produção de saúde, reforçando o que já havia sido dito anteriormente deste conceito, percebido como o lugar do encontro, da valorização da vida, da autonomia e protagonismo, da alegria, da esperança, etc. Conforme Tania Fonseca, Fernanda Amador e Andreia Oliveira (2011):

Imagens a serviço de uma imagem do pensamento, extraindo-lhe as banalidades cotidianas, traçando linhas de fuga ao empírico, ao invés de decalcá-lo, fazendo discordar, elevando o que se passa no ordinário das vidas a um estrangeiro extraordinário. Imagem para estranhar, para viajar, para elevar a existência a um exercício superior, transcendental. Imagem a serviço de uma

disjunção, de uma abertura entre ver e falar que, ao acolher o movimento do mundo, espreita suas virtualidades para dar-lhes existência, para operar diferença. (p. 74)

Como é possível perceber, a fotografia aqui passa a ser uma tecnologia para tornar visível as invisibilidades, traz imagens da realidade, do cotidiano da periferia e, com elas, possibilidades que estão para além dos limites de suas vidas presentes, a possibilidade criativa, a reinvenção do cotidiano, a produção de vida, de saúde.

Segundo Jaqueline Tittoni (2009, p. 8), “a fotografia traz para a produção acadêmica a possibilidade de outros olhares e de diferentes pontos de vista” (p. 8). Trata-se de compreender que respostas as pessoas constroem para garantir a sua vida, para sobreviver? Que redes elas buscam e tecem para o cuidado de si? E isto está no território do vivido, dialogando com o modo de vida dessas pessoas, ora produzindo saúde, ora produzindo doença.

O lugar, para produzir o conhecimento sobre o uso de drogas e pensar estratégias de intervenção, não está exclusiva ou necessariamente nos lugares estruturados de tratamento ou nos centros de pesquisa, mas está onde as pessoas vivem, moram e usam drogas.

Uma roda de conversa com as fotos já reveladas nos auxiliava na identificação dos espaços de produção de saúde a serem encontrados no cotidiano do território dos usuários de drogas. Pois para além do uso de drogas as imagens se apresentavam como espaços de convivência, de lazer, de trocas afetivas, que traduzem a realidade daquela comunidade.

As rodas de conversa, a partir das fotografias, abriam espaços para se pensar a relação estabelecida com as drogas, sem exigências *a priori* por parte da equipe, como muitas vezes os serviços cobram dos usuários. Isto acabava trazendo à cena relatos de uso, dores e sofrimentos, vivenciados pelos jovens e familiares, fazendo-os repensar a própria vida. Nesse sentido, John Berger (1999), referindo-se à fotografia afirma que só vemos aquilo que olhamos, tratando-se de uma escolha e, como resultado desta escolha, o que vemos é trazido para o âmbito do nosso alcance.

Assim, as rodas de conversas emergiam como oportunidade de oferecer àquelas pessoas informações às vezes muito elementares (quais os riscos que corriam, quais os serviços mais acessíveis de que poderiam se valer em uma emergência, como acessarem uma medicação que lhes ajudassem em determinada dor específica...) que poderiam ajudá-las em seu cotidiano: uma possibilidade de intervenção que a demanda dos usuários criou em nosso campo de pesquisa. Estabelecia-se ali um espaço terapêutico

no sentido de cuidado de si, cuidado do coletivo e com um sentido de aprendizagem, onde nós aprendíamos com eles sobre a vida, o trágico, o uso de drogas e as diversas relações com ela estabelecidas. Também ensinávamos acerca do uso de drogas, redução de danos, cuidados em saúde e organização social. Um espaço produzido conjuntamente que abria fendas entre a realidade vivida e o que aqueles momentos poderiam representar, como propõem Tania Fonseca; Fernanda Amador & Andreia Oliveira (2011):

Nesta fenda, entre a ação e a reação, dá-se um ver ativo, um ver em atividade problematizante do que é visto e pensado, o que impede a imagem de se prolongar em ação e de ver-se capturada em clichês. Nela os sentidos põem-se em relação direta com o tempo, tornando-os, tempo e pensamento, visíveis e sonoros. Vê-se e ouve-se o tempo pensando-se nele, vendo-se o (in)visível, e pensar o (im)pensado. Não se trata de ver e de pensar o que já estava lá e do que não se tinha consciência. Invisível e impensado aqui, remete-se ao ainda não criado aos olhos e no pensamento, a algo da ordem das virtualidades, das forças da imagem que aguardam por novos. (p. 81).

Por uma clínica política para além do ressentimento

Para Claude Olieveinstein (1989) em seu livro *A Clínica do Toxicômano* a compreensão do fenômeno da dependência se estabelece a partir do tripé formado pela *droga* com suas propriedades farmacológicas, pelo *indivíduo* com seu aparato biológico e psíquico e pelo *contexto sócio-cultural e econômico* em que esse sujeito está imerso e a que está submetido. Tomando-se, então, tal definição de “fármaco-dependência”, a partir das distintas formas pelas quais cada sujeito lida com “a falta” das substâncias a que se habituou ingerir, nada pode ser dito nem compreendido *genericamente* sobre a dependência e nem sobre a diferença entre uso recreacional e dependente. O que se pode dizer, sem hesitar, é que ainda temos muito que aprender sobre a questão, considerando que as fronteiras entre diferentes formas de uso são imprecisas, dependentes da singularidade de cada caso, assim como do momento histórico em que cada um vive.

É nessa perspectiva, que a compreensão do sentido trágico de toda existência e da doença do ressentimento, tal como enunciados na filosofia de Friederich Nietzsche, apresentam dois conceitos relevantes que serviriam de aporte teórico para esta pesquisa-intervenção e para elaboração do que chamamos aqui de uma Clínica do Possível a partir da constatação da realidade cotidiana do usuário de droga e do seu entorno.

Para Friederich Nietzsche (1887/2004), o trágico apresenta a vida “como ela é”, em todas suas facetas, em toda sua inteireza, com o que há de sofrimento e alegrias, sem

tirar nem pôr sequer um acontecimento. Esta dor que é própria da condição humana, e a qual o homem não tem como evitar, compõe, são reverses da vida, constituintes da experiência humana e nisso mesmo consiste seu valor: do desejo de expansão da vida, da vontade de potência que gera mais vida, pois para o filósofo: “Viver é repelir constantemente para longe de si aquilo que deseja morrer. Viver é ser cruel e impiedoso para tudo o que envelhece e enfraquece em nós” (Nietzsche, 1887/2004, p. 57).

Há na vida uma possibilidade de transmutação da dor e do sofrimento em potência de vida, que permite aproximar o conceito de vida à produção de saúde. Descortina-se, assim, uma perspectiva de intervenção que se descola do plano do “homem idealizado” para pensar o humano no plano comum da experiência de um homem qualquer, que tem uma história de vida, têm desejos, alegrias e dificuldades, modos de viver, sentir e estar com a vida e por isso reconhece o outro nas suas diferenças. Perspectiva de uma Clínica Ampliada largamente sustentada por uma política voltada para a construção de um plano comum, como proposto nas diretrizes da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. (Brasil, 2010a, p. 17).

Conclusão equivalente aparece citada em pesquisa acerca da temática de políticas de atenção à saúde das pessoas que usam álcool e outras drogas no Brasil em que os autores afirmam:

A articulação entre redução de danos e clínica ampliada indicam caminhos promissores para que as práticas de atenção e gestão para usuários de álcool e outras drogas estejam ancoradas no sentido libertador de universalidade, como garantia ao acesso com inclusão das singularidades de cada sujeito (Souza & Carvalho, 2013, p. 55).

Nesse sentido é que nosso entendimento acerca da produção de saúde não poderia ser descolado ao entendimento do uso da droga como a saída encontrada por aquelas pessoas aos sofrimentos/acontecimentos de suas vidas que não encontraram outras vias de expressão ou elaboração. Assim entendida, como uma entre as várias formas de enlace social possível e altamente estimulada nas sociedades de consumo em que vivemos, seria, não na evitação (estratégias proibicionistas), mas nos interstícios do que ali se apresentava como droga, adoecimento, que também pulsava a vida: entre o equilíbrio apolíneo e a desmesura dionisíaca, base da teoria da tragédia. (Machado, 2005)

Apolíneo, na forma como está sendo aqui compreendido, diz respeito à expressão da arte, da beleza, do equilíbrio, da consciência de si, numa visão espiritual, civilizada, que alude à experiência da medida e da consciência de si sob os lemas “conhece-te a ti mesmo!” e “nada em demasia”: expressão e representação da imagem divina do princípio de individuação. Dioniso, por sua vez, traz consigo a expressão do instinto, do cor-

po, das paixões, das desmesuras, da destruição. Contrapondo à experiência da individualização apolínea, a experiência dionisiaca é de superação da divisão, reconciliação com as pessoas e com a natureza, em uma possibilidade de integração da parte na totalidade. Deus da possessão, Dioniso é o promotor da desintegração do eu, abolindo a subjetividade pelo entusiasmo, enfeitamento, abandono ao êxtase divino, à loucura mística (Machado, 2005).

Para Friederich Nietzsche (1887/2004), portanto, a tragédia consiste em viver nessa tensão entre essas duas forças da natureza, na busca da reconciliação entre os dois princípios afirmadores da vida, aceitando-a inteiramente, não no sentido de conformação, mas de busca da superação de suas limitações, em busca de novos valores que potencializem o que o filósofo chamou de *pontos luminosos da vida*.

O desafio de pensar a temática das drogas apoiando-se nessa perspectiva teórico-filosófica implicava poder olhar para a realidade dos usuários de drogas em seu cotidiano, com desejos de vida e de morte, olhá-los e escutá-los assim como se apresentam – em sua crueza e inteireza – naquilo que escancaram de vontade de potência ativa e passiva, incluindo, muitas vezes, um niilismo aniquilador da vida que pode ser associado ao uso abusivo e/ou dependente das drogas. Entender a realidade do usuário para além da lógica discriminatória e moralista com que tradicionalmente foram tratados requer que se olhe para o trágico da vida e se aprenda com ele, com a dor e sofrimentos que o acompanham, mas também com a sabedoria trágica de que é esta mesma dor que além de “ensinar a gemer”, como no dito popular, indica o que se poderia produzir dessa realidade num processo de criação e transmutação do sofrimento em novos valores.

Moleque na nóia 24h por dia, solidão é a sua companhia, na selva dos zumbis quem se destaca? holoforte, um isqueiro e uma lata, cenário é de terror e ele é protagonista. Se fosse arte cênica, história antiga, nem grego nem troiano explica a situação (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

Entrar nesse panorama de crise, no drama do cenário da pesquisa que é a tragédia de nosso cotidiano, entender o lugar que a droga ocupa em nossas vidas, na vida de cada usuário em particular, auxiliá-los na compreensão de sua própria existência, encontrar um sentido para ela, é encontrar também outro sentido para o cuidado em saúde. Mas este é um exercício que só nos foi possibilitado quando nos propusemos a encontrar novos sentidos sentindo **com** eles, entendendo suas realidades cotidianas que nos deslocavam e nos convocavam à superação de uma clínica e uma política ressentidas para apostar na clínica que produz desvios e transforma, (desen)forma, propõe novas formas.

A paz está distante mas eu prossigo no [Bairro], de toda essa gente que depende do salário (...)pra minha família saúde e muito amor, mesmo na dificuldade, resistindo a dor (...) irmão que acorda cedo, enfrenta a batalha. Você tem que vê, sobreviver aqui Mesmo na dificuldade, resistindo a dor, Sem via satélite, só com o coração (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

Foi ali, às vezes literalmente no “olho da rua”, quando fomos expulsos do centro comunitário em que nos encontrávamos nos primeiros grupos, no território, nos encontros dos usuários para o uso de drogas, expressos nas fotografias, nas rodas de conversas, que vimos a Clínica do Possível acontecer, uma clínica em constante modificação acontecendo na vida que se apresentava inteiramente trágica, com suas forças dionisíacas e apolíneas debatendo-se entre si na busca da superação.

“Sim, É no salão da comunidade” (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

O rap emerge aparentemente como expressão ressentida, como resistência aos padrões impostos por uma sociedade egoísta e competitiva, que produz sujeitos reativos à impossibilidade de garantia de direitos, e pelas mazelas originadas das desigualdades sociais. Mas é Maria Rita Kehl (2004/2011) quem nos aponta que a igualdade é um ideal moderno que precisa ser conquistado, questionando as regras do jogo estabelecidas pelo projeto do capital, ao invés de ficar reproduzindo a mesma lógica individualista que faz concorrer com os membros de uma mesma classe social, agora vistos como concorrentes.

E a pergunta que aqui se impõe é: Que políticas do ressentimento estão impressas em nossa sociedade e fazem com que nos voltemos uns contra os outros?

É preciso problematizar a política de drogas a partir da lógica capitalista refletida nas disputas por verdades absolutas, que nos capturam, fazendo-nos estabelecer modos de vida a partir de um projeto neoliberal que nos coloca em pé de guerra pela sobrevivência. Às vezes pela sobrevivência de uma verdade em detrimento da outra.

Entendendo com Friederich Nietzsche (1887/2009), que o ressentimento é a grande doença da civilização moderna que não sabe como lidar com a própria natureza, do homem racional que não encontra vazão para a crueldade soterrada por valores amesquinhadores da vida, este estudo aponta saídas para uma política sobre drogas calcada no ressentimento, na medida em que, aproximando os princípios encontrados na Redução de Danos e Política Nacional de Humanização do SUS, faz uma aposta numa Clínica do Possível afirmada na potência de vida.

Nesse sentido, a definição de saúde apontada pelo filósofo do trágico pode nos ser útil:

Uma vez que não existe uma saúde em si, e todas as experiências feitas no intuito de defini-la, malogram-se miseravelmente. Importa que se conheça o seu objetivo, o seu horizonte, as suas forças, os seus impulsos, os seus erros e, sobretudo, o ideal e as fantasias da sua alma para determinar o que significa a saúde, mesmo para o seu corpo. Existem, portanto, inúmeras saúdes do corpo; e quanto mais se permitir ao indivíduo particular, e a quem não podemos comparar-nos, que levante a cabeça, mais se desprenderá o dogma da “igualdade dos homens”, mais necessário será que os nossos médicos percam a noção de uma saúde normal, de uma dieta normal, de um curso normal da doença. (Nietzsche, 1887/2004, p. 44).

Afinal, se não existe uma saúde *prêt a porter* que caiba a todos os sujeitos e suas necessidades, uma aposta que surge dos acordes e acordos criados no calor dos encontros e cantada em versos nos faz acreditar que outra política sobre drogas é possível. Uma clínica artesanal, inventada a céu aberto, que traz em seu bojo uma nova maneira de cuidar, através da arte e da reinvenção de si.

O *hip hop* tem muito pra ensinar. Grafitar, dançar, cantar, riscar, estudar. Como eu queria que isso tudo fosse real. Em todas as periferias, normal. Difundir a paz e a alegria. Sem treta, sem droga na companhia. De bons e sinceros amigos. A professora, a vizinha, o tiozinho e o mendigo. Mas será que estou pedindo demais? (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

À medida que a música permite a expressão ressentida ela também dá passagem ao novo, quando, pela via do processo de criação, se sentem capazes de protagonizar a própria história. É um grito de liberdade a favor da singularidade, do respeito à diferença que possibilita sair da atitude queixosa do ressentimento, colocando-os numa atitude ativa e de transformação. “Rancor jamais, Deus é minha vida. Rap Nacional é o que corre no meu sangue. Seja bem vindo a nova era da Favela. Com batida injetada em sintonia” (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

Por uma Clínica do Possível

Entre os resultados desse estudo, foi possível identificar a criação de um espaço de convivência que potencializava uma experimentação coletiva proposta pela pesquisa-intervenção, aproximando os usuários tidos como “não aderentes” aos tratamentos

ofertados na rede, de um modo diverso àquele com que eles usualmente referiam (e ao qual resistiam).

Nesse sentido, habitar a experiência do cuidado na perspectiva do sujeito e não da doença, que considera a vida do sujeito e seu contexto, nos ensina que a produção de vida e de saúde acontece no território do vivido, da experimentação para poder produzir outras possibilidades de existência, onde a arte emerge com especial destaque. Isso apresentou-se a nós como dado de pesquisa relevante, que vem ao encontro dos princípios e diretrizes defendidos pela Estratégia da Redução de Danos, como argumentado por Tadeu de Souza & Sérgio Carvalho (2013)

A clínica da redução de danos cria uma potente aliança com a clínica ampliada e compartilhada, pois se torna necessário pensar em projetos terapêuticos singulares que acolham a singularidade de cada caso. (...) É possível e comum que muitas equipes, no momento em que a narrativa da história de vida passa pelo uso de drogas, sejam atravessadas por valores morais que reduzam sua capacidade de acolhimento e escuta. Nesse sentido a clínica ampliada, para que se exerça na sua radicalidade, precisa ser também uma clínica da redução de danos. (p.50-51):

Ampliar a clínica através do alargamento da nossa visão sobre a realidade, supera a lógica do sintoma, ajuda as equipes a olhar para além da doença que ali se lhes apresenta e ensina que saúde é vida, é (re)criação de valores que implica, portanto, também, destruição de velhos valores. “Eu sou do hip, sou do hip hop. Ele dá a letra, aponta alternativa. Incansavelmente é cidadania. Artes Cênicas, “[vo]cê" tá ligado??” (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

Nessa perspectiva todos os caminhos são possíveis, trata-se de uma clínica centrada no sujeito, que passa a ser co-responsável pelo cuidado de si e protagonista no cenário da própria existência. Atestamos pela intervenção, os movimentos e metamorfoses que se deram nesse plano comum de experimentação de relações que se produziram por encontros, afecções e construção coletiva.

Trata-se do método clínico que nos aponta a direção (*hódos-meta*), que tanto pode ser para a abstinência como a redução dos danos à saúde e/ou sociais, conforme a escolha e possibilidades do sujeito. Não se trata de uma ação sem direção, mas de uma ação protagonizada pelo próprio usuário que aponta para a saúde entendida aqui como arte de criar e afirmar novos modos de estar no mundo. Por isso, tomar a RD como conteúdo de um trabalho de pesquisa na perspectiva do pensamento da diferença implica, também, trilhar caminhos e buscar resultados que sejam ritmados por *acordes* para compor os necessários *acordos* que a saúde de cada sujeito demanda.

Daí entende-se por que a RD – que, não por acaso, teve nos Planos Terapêuticos Singulares sua estratégia inaugural –, convoca um *ethos* da pesquisa que implica toda uma inclinação teórica junto aos pensadores da diferença (aqui mais fortemente apresentados pela filosofia nietzscheana) e, com ela, nos reposiciona na atitude clínico-política.

Por isso, defendemos uma política pública que tenha como pressupostos os princípios e diretrizes do SUS garantindo acesso universal, integralidade e equidade, oferecendo cuidado a todos que precisam, levando em conta a singularidade de cada caso. Para tanto, se faz necessária uma gestão descentralizada, com ações integradas intersectorialmente, conforme apontou a IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersectorial (Brasil, 2010b). Tais ações devem estar comprometidas com a produção de saúde, o cuidado no território e a participação da comunidade.

Cultura, educação, livros escolas, informação Uma quadra, prá rachar uma bola E por que não aulas de informática? Uma professora para reforçar a gramática, aulas de dança pra terceira idade Sim, É no salão da comunidade. Cultura na periferia pode crer O gaúcho e a prenda, no CTG Quartas e sextas têm aula de teatro. Políticas Públicas para as periferias, um futuro melhor. É isso que eu queria, Eu só peço a Deus Sabedoria E que proteja as crianças da periferia (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

Uma Clínica que se torna possível a partir das experiências vividas no cotidiano do território, onde a vida acontece, mesmo que muitas vezes pareça improvável contribuir com a produção de vida e de saúde nos limites que este território e aquela vida específica apresentam. Uma clínica que aponta caminhos para uma política pública que possa dar conta do fenômeno drogas, com todas as suas implicações. Pensar o que é possível a partir de dados de realidade, mas especialmente contando com o saber que é trazido pelo sujeito implicado nesse processo que é o próprio usuário, retirando-nos, trabalhadores/pesquisadores, desse lugar de “experts” para dar lugar, espaço ao outro, em sua diferença e singularidade.

Deste modo, tomar a redução de danos como diretriz da política e, portanto, do cuidado é superá-la como mera “estratégia” que reduz nossa intervenção a uma “clínica do comando” para dar lugar à Clínica Ampliada que confirma a inseparabilidade entre a clínica e a política, produzindo saúde e sujeitos em relação singular com a droga, em sua história de vida e com suas possibilidades peculiares de existência. “Como eu queria que isso tudo fosse real. (...) Mas será que estou pedindo demais?” (Rap Mariani, material de pesquisa não publicada, 2012).

Referências

- Brasil, (2010a). *HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política de Humanização.
- Brasil, (2010b). *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde.
- Berger, John (1999). *Modo de Ver*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Fonseca, Tania Mara Galli; Amador, Fernanda & Oliveira, Andreia (2011). Imagem e literalidade: o figural do mundo, In Andrea Vileira Zanella & Jaqueline Tittoni (Orgs.), *Imagens no pesquisar: experimentações*. (pp. 73-97) Porto Alegre: Dom Quixote.
- Kehl, Maria Rita (2004/2011). *Ressentimento* (4ª ed). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lancetti, Antônio (2007). *Clinica Peripatética*. São Paulo: Hucitec.
- Lei federal 10.216 de 6 de abril de 2001. Extraído em 22 de maio de 2014 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm
- Machado, Roberto (org.) (2005/2005) Nietzsche e a polêmica sobre O nascimento da tragédia/textos de Rohde, Wagner e Wilamowitz-Mollendorff (tradução do alemão e notas Pedro Sússekind). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Marlatt, G. Alan (1998/1999). *Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco* (Trad. Daniel Bueno). Porto Alegre: Artmed.
- Massing, Cesar Vinícius Ribeiro (2011). *O Hip Hop como ferramenta de comunicação da periferia: estudo de caso sobre a atuação do grupo Poetas Divilas*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, Universidade de Caxias do Sul.
- Nietzsche, Friederich Wilhelm (1879/1987). *Obras Incompletas / Friederich Nietzsche; 1844-1900*. (4ª Ed., Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho). São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Nietzsche, Friederich Wilhelm (1887/2004). *A Gaia Ciência* (Tradução: Jean Malville). São Paulo: Martin Claret.
- Nietzsche, Friederich Wilhelm (1887/2009). *Genealogia da Moral* (Tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras.
- Olieveinstein, Claude (1989). *A Clínica do Toxicômano: a falta da falta* (Tradução de Francisco Franco Settineri). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Passos, Eduardo & Barros, Regina Benevides de (2009). Cartografia como método de pesquisa-intervenção, In: Eduardo Passos, Virgínia Kastrup & Liliana da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina.
- Tittoni, Jaqueline (2009). Sobre psicologia e fotografia. In: Jaqueline Tittoni (Org.), *Psicologia e fotografia: experiências em intervenções fotográficas* (pp. 7-23). Porto Alegre: Dom Quixote.
- Romagnoli, Roberta Carvalho & Paulon, Simone Mainieri (2014). *Escritas Implicadas, Pesquisadores implicantes: notas sobre os destinos da subjetividade nos*

desatinos da produção científica. In: Magda Dimenstein e Jader Leite (Orgs.), *Psicologia em Pesquisa: cenários de práticas e criações* (pp. 23-42). Natal: EDUFERN.

Souza, Tadeu de Paula & Carvalho, Sérgio (2013) Reduzindo Danos e Ampliando a Clínica: Desafios para a Garantia do Acesso Universal e Confrontos com a Internação Compulsória. *Polis e Psique*, 2,37-58. Consultado em <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/viewFile/40319/25628>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

Ensayos

HUESOS Y HUMANIDAD. ANTROPOLOGÍA FORENSE Y SU PODER CONSTITUYENTE ANTE LA DESAPARICIÓN FORZADA

*BONES AND HUMANITY. ON FORENSIC ANTHROPOLOGY AND ITS CONSTITUTIVE POWER
FACING FORCED DISAPPEARANCE*

Anne Huffs Schmid

Freie Universität Berlin; anne.huffs Schmid@fu-berlin.de

Historia editorial

Recibido: 28-02-2015

Aceptado: 05-09-2015

Palabras clave

Antropología forense
Arqueología contemporánea
Desaparición forzada
Fosas comunes
EAAF

Resumen

Los antropólogos forenses buscan descifrar las huellas de la muerte anónima, devolverles a los restos humanos un nombre y a sus familiares la posibilidad de hacer el duelo y también la justicia. El artículo explora la aportación y los sentidos de la antropología forense ejercida por fuera del Estado y más allá de una mera criminalística, tal y como fue conceptualizada por los pioneros argentinos al término de la última dictadura militar de aquel país. Propongo concebirla como una suerte de arqueología del terror contemporáneo, que enfrenta una violencia específica como es la desaparición forzada de personas y la deshumanización de sus restos. Me interesa leerla como una ciencia situada, con sus dilemas y complejidades, que opera entre huesos sin nombre (los restos anónimos) y nombres sin cuerpos (los llamados ‘desaparecidos’), en relación con violencias del pasado en escenarios como Argentina y Guatemala, y sobre todo en México, donde las fosas clandestinas se han vuelto el nuevo lugar común de un presente horrorizado.

Abstract

Forensic anthropologists seek to decipher traces of anonymous dead, to reconstitute identities of human remains and to provide their families with the possibility to conclude mourning and even of justice. The article explores the contributions and meanings of forensic anthropology as state-independent practice beyond a merely criminalistic approach, as it was conceptualized by the Argentine pioneers after the last dictatorship in this nation. I conceive this practice as a sort of archeology of contemporary terror that seeks to confront a specific violence as the forced disappearance of persons and the deshumanization of their dead bodies. The article proposes reading forensic anthropology as a ‘situated science’, with its complexities and ambiguities, that operates between nameless bones (the human remains) and names without bodies (the so-called disappeared) in settings of violent pasts such as Argentina or Guatemala, and especially in Mexico, where mass graves became the new symbol of a horrified present.

Keywords

Forensic Anthropology
Contemporary Archaeology
Forced Disappearance
Mass Graves
EAAF

Huffs Schmid, Anne (2015). Huesos y humanidad. Antropología forense y su poder constituyente ante la desaparición forzada. *Athenea Digital*, 15(3), 195-214. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1565>

Acercamiento¹

Fue un día de abril de 2012 en Buenos Aires, en la sala de un tribunal habilitado para juzgar a crímenes y perpetradores de la última junta militar, cuando presencié por pri-

¹ Este ensayo se basa en la fase inicial de un proyecto de investigación en torno a la antropología forense en distintos escenarios de violencia extrema, iniciado en 2013 y profundizado en un estudio piloto auspiciado por la Deutsche Stiftung Friedensforschung en 2015. Se prevé tanto la profundización del ‘caso mexicano’ como la elaboración de un proyecto multisituado en diversos escenarios nacionales, siguiendo el postulado de Francisco Ferrándiz (2014) de asumir una “perspectiva más global de los procesos de exhumación”, reconociéndolos como pertenecientes a “una misma familia de discursos y prácticas de ámbito global” (Ferrándiz, 2014, p. 17), pero con efectos sociales y culturales variados.

mera vez a un *discurso forense en acción*: en el estrado estaba una mujer de mediana edad, de hablar suave y pausado, quien relataba de como se había enfrentado a un conjunto de huesos hallados en las orillas del Río de la Plata, de como las marcas en estos fragmentos develaban el destino de un ser humano —de haber caído de gran altura— y como, a través de un cruce complejo de lecturas y contextos fue posible que estos restos recuperaran un nombre: es *Pedro*, los nombró finalmente la experta en el estrado, y es *Cristina*, a quienes se les aventó, vivos aún, desde uno de los llamados vuelos de la muerte. La testiga, se me informó después, era miembro del celebre Equipo Argentino de Antropología Forense, el EAAF. Yo este día quedé estupefacta ante ese particular poder —el poder nombrar— y de ahí se desplegaron para mí una serie de interrogantes: ¿A base de qué saberes y acciones se construye este tipo de relato? ¿Cómo, desde qué lugar y con qué autoridad y legitimidad opera? ¿Y cómo incide en los procesos de memoria y justicia, de las personas y de las sociedades?

Un par de años después me encontré, en otra punta del mismo continente, a un puñado de jóvenes arqueólogos quienes habían decidido que ya no bastaba meterse en al análisis y la conservación del patrimonio prehispánico del México antiguo, sino que se tenían que enfrentar a las secuelas de una faceta espeluznante del presente mexicano: las incontables fosas clandestinas, los esqueletos sin nombre que de ahí emergen, los miles y miles de hombres y mujeres ‘desaparecidos’ en los últimos años. “Nuestro común denominador fue que en algún momento dijimos: ¡Basta! qué bonita ollita, qué lindo esqueleto prehispánico; pero hay una realidad urgente ahí afuera que nos necesita y que está cada vez más cercana a un estado de excepción”, recuerda Diana Bustos, arqueóloga especializada en el análisis de genes antiguos (Diana Bustos, entrevista personal, 29 de octubre de 2014). Fue con este espíritu que se fundó, en marzo de 2013, el Equipo Mexicano de Antropología Forense (EMAF), el primer equipo independiente en México, es decir, que opera fuera de las autoridades estatales y también de las universidades, aunque no sin colaborar con ambas.²

Desde el primer contacto, me llamó la atención que la sensación de urgencia expresada por estos jóvenes trascendía claramente a los lazos sanguíneos, tan omnipresentes en las movilizaciones alrededor de los viejos y nuevos desaparecidos de América Latina, impulsados invariablemente por sus familiares más cercanos. “Aunque no es tu propio familiar, a final de cuentas es tu misma gente”, dice Roxana Enríquez, cofundadora del EMAF.

² El formato de la independencia viene ligado con la pregunta por la legitimidad y me parece central para indagar sobre la incidencia y el alcance de esta labor, sobre todo en escenarios de fragmentada institucionalidad. Es por ello que decidí poner el foco sobre todo en el desempeño de los equipos no-institucionales, pero sin fines de lucro.

Es la gente con la que te topas todos los días en la calle, con la que vas y compras, es la que te lleva a algún lado en el transporte. No son personas de otros tiempos o de otro lugar. (Roxana Enriquez, entrevista personal, 25 de noviembre de 2014).

Considero significativa esta noción de contemporaneidad más allá del parentesco, la disposición de dejarse afectar y reaccionar 'profesionalmente' ante la violencia sufrida por otro y otros.

En lo que sigue, acaso un primer acercamiento a un campo aún por indagar a profundidad, quisiera plantear algunas pistas para la exploración de los sentidos de esta labor, que no opera desde el lugar de familiares afectados, ni tampoco del activismo político sino desde el de una *ciencia* interpelada por la materialidad de fosas y restos humanos, desafiando el terrible mito —o “eufemismo” (Somigliana 2012b, p. 32)— de la desaparición. En su afán de ir 'más allá' del dolor, y también de la denuncia, ejercen lo que podríamos comprender, según la conceptualización de Víctor Buchli y Gavin Lucas (2001), como arqueología contemporánea en tanto acción incómoda o *uncanny act* (p. 11), recurriendo a la célebre expresión de Anthony Vidler. Es una intervención arqueológica en un pasado reciente —a distancia de décadas, años o incluso de meses— que pone de relieve “lo no constituido”, *the unconstituted*, es decir, no solamente lo callado sino lo negado, “not only the unsaid, but the unsayable” (Buchli y Lucas, 2001, p. 12). Es aquello que aún no tiene forma ni discurso, “that what should have remained invisible” (Buchli y Lucas, 2001, p. 11), según los poderes que pretenden eliminar no solo la vida sino desaparecer también toda huella de la existencia misma de las personas. Buscan constituir entonces lo que esta detrás de la muerte 'desaparecida', devolverles a los restos humanos un nombre y a los familiares la posibilidad de hacer el duelo e incluso aspirar a que se haga justicia. Propongo comprender a esta arqueología del terror contemporáneo, específicamente la desaparición forzada, como una ciencia situada, que trasciende a una mera técnica criminalística, sino puede ser leída como uno de los trabajos de memoria en el sentido que propone Elizabeth Jelin (2002) que posibilitan la elaboración social de violencias extremas. Como tal, opera entre huesos sin nombre (los restos anónimos) y nombres sin cuerpos (los llamados 'desaparecidos'), en una zona fronteriza plegada de desafíos y dilemas.

México: multiplicación de las fosas

*“Excavar la tierra en Guerrero es un inevitable acto forense”
(Villoro, 2014, párrafo 11).*

Fue una extraña cadena de atrocidades que se desató a partir del secuestro de 43 estudiantes de una escuela rural de formación de maestros (una Normal, en terminología

mexicana) la noche fatal del 26 de septiembre 2014, por mano de la policía local del municipio de Iguala, en el estado sureño de Guerrero. Se buscaba a estos jóvenes secuestrados vivos, pero lo que se encontraba fueron los restos de otros cuerpos, enterrados clandestinamente hace poco o ya hace algunos años, sin más rasgo de su humanidad que la materialidad ósea que los distingue de los animales. Hasta la fecha, son ya decenas de fosas clandestinas que han aparecido en la zona antes pero sobre todo después del quiebre de Iguala. Los hallazgos fueron tanto el resultado de operativos oficiales así como de las llamadas “búsquedas ciudadanas”, donde los propios familiares armados de picos, palas y varillas de metal, emprenden el reconocimiento forense del terreno (Petrich, 2015; Turati, 2015a). Esta llamada “ciudadanización” es fuertemente cuestionada por los profesionales de equipos independientes como el EAAF, EMAF o también el Equipo Peruano de Antropología Forense (EPAF). En palabras del forense peruano Franco Mora equivaldría a la “brutalización” de los familiares y la banalización de la labor forense en sí, prescindiendo además de cualquier validez legal (Franco Mora, entrevista personal, 15 de febrero de 2015)³. Aún así, la auto-organización de los familiares en búsqueda debe ser interpretada como advertencia y síntoma de desesperación y hartazgo ante la insuficiencia e ineficacia de las autoridades correspondientes, cuyos operativos fueron calificados por Amnistía Internacional como “caóticos y hostiles” (Amnistía Internacional, 2014).

Pero no solamente Guerrero es tierra caliente. Según estimaciones de la Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH), en todo el territorio mexicano suman ya más de mil las fosas clandestinas o comunes que fueron descubiertas o al menos reportadas desde el 2009 (Rodríguez Nieto, 2014).⁴ Estas nuevas fosas son, junto con las decenas de miles de asesinados y masacrados, la herida más visible del presente mexicano y forman parte de un rompecabezas macabro: su contraparte serían las más de 22 mil 300 personas registradas como ‘no localizadas’ según la última cifra que lanzó el gobierno en la numeralia del terror en agosto del 2014; y también lo que se calculan como unos 15 mil fragmentos humanos guardados en las instalaciones del servicio forense en todo el país.

Son fragmentos que, a la vez, se conectan con una herida más profunda, ya que debajo de las tumbas frescas yace lo nunca cicatrizado desde hace décadas, desde los mil o dos mil ‘desaparecidos’ de la mal llamada Guerra Sucia (¿habría guerra limpia

³ Aunque es sin duda interesante el tema de la (supuesta) ciudadanización de lo forense, promovido por un controvertido organismo titulado Gobernanza Forense Ciudadana (ver <http://gobernanzaforense.org/esp/>), en este ensayo me centraré en la aportación de los expertos entrenados profesionalmente y organizados en equipos independientes del Estado.

⁴ Tan sólo la Secretaría de la Defensa Nacional (SEDENA) ha registrado entre marzo de 2011 y febrero de 2014 —es decir, muchos meses antes de Iguala— la exhumación de 535 cadáveres en 246 fosas, ubicados en 16 estados del país, la mayoría en Tamaulipas (Saúl, 2014).

también? ¿y cuál guerra si se trataba, a todas luces, de exterminar a brotes guerrilleros?) de los setenta, muchos de ellos provenientes de Guerrero. Seres nunca encontrados, crímenes de Estado jamás juzgados ni castigados. Aunque los formatos del horror se hayan diversificado —desde el terror como política de Estado hasta la sangrienta disputa por rutas y mercados de las economías criminales, coludidas con fracciones corrompidas del aparato estatal y sus afanes de control— sigue aplicandose la desaparición como tecnología de terror, devorando a miles de cuerpos ‘desechables’ de mujeres y hombres, mexicanos y migrantes.

Materializar

La “desaparición” como tal no existe. Lo que existe son seres y cuerpos deshechos, sus asesinos impunes y la brutal incertidumbre para los vivos. Es decir, nunca “desaparecieron” los 43 normalistas de Ayotzinapa. Los sometieron y los secuestraron, se los llevaron por la fuerza, y nadie más que sus secuestradores han sabido más de ellos, como si se los hubiera tragado la tierra. La desaparición genera una mitología paralizante y por lo tanto oportuna para cualquier poder desaparecedor. No obstante la burocracia jurídica de hoy en día asegure ‘buscar’ (a diferencia de las dictaduras del pasado) y los familiares lo exijan más allá de su cansancio, en el imaginario social, los ‘desaparecidos’ rápidamente pierden su materialidad y devienen en una suerte de fantasma, seres acorporales, cual congelados en el tiempo. A este congelamiento fantasmagórico contribuye posiblemente el hecho de que muchas veces sean enunciados públicamente por un solo tipo de fotografía —casi siempre en blanco/negro y de corte oficial (tipo carnet)— que es puesta en circulación por familiares y solidarios. Es sobre todo la multiplicación masiva de una foto-prueba de existencia —como en el caso más reciente de los 43 jóvenes normalistas de Ayotzinapa cuyos rostros en blanco y negro se han vuelto un poderoso emblema de un nuevo estado de terror en México— que logró inscribir a estos desaparecidos en la memoria visual del país. Son rostros ya indelebles, claramente a diferencia de tantos otros miles ‘sin rostro’, son imágenes que interpelan e implican a sus observadores. Pero lo hacen, quiero plantear sin profundizar en ello en este espacio⁵, a costa de un cierto efecto iconizante y vaciante de vitalidad, generado por la repetición invariable de una misma imagen de cierto formato oficial: estos hombres jóvenes que vemos, y que de algún modo nos miran, ya parecen ser solo su rostro-carnet, tan serio e inamovible, ya no son ni cuerpo ni movimiento.

Quienes no se conforman con el mito devorador de la desaparición son justamente los antropólogos forenses. Porque buscan materializar a estos ‘fantasmas’, rescatar y

⁵ Sin embargo, creo útil revisar más detenidamente estos efectos posiblemente iconizantes y en general la relación entre visualidad y violencia; véase para ello, muy brevemente, Anne Huffs Schmid (2015, p. 394-395).

rastrear sus fragmentos, por minúsculos que sean, devolverles un nombre y reconstruir incluso las huellas del proceso criminal. Su objetivo es reconstituir a los ‘desaparecidos’ como humanos, devolverlos al mundo social, si concebimos no sólo la vida sino también la muerte como un hecho profundamente social. Está en juego el derecho al duelo a la justicia de los vivos, pero incluso nos lleva a pensar al mismo cuerpo sin vida como portador de derechos, según lo que plantea la joven antropóloga forense y filósofa argentina Celeste Perosino (2012) en su tesis en torno a una ética del cuerpo muerto: el derecho a ser nombrado, tratado con respeto y a que no quede impune su anterior sufrimiento. Porque muchas veces, sólo al haber un cuerpo, en los juicios penales puede haber delito de homicidio, culpables y castigos.

Visto así, los antropólogos forenses llegan a operar, sin misticismo de por medio, como una suerte de interpretes o intermediarios que “saben escuchar a los muertos”, como nos dice Carlos Beristain, psicólogo vasco quien ha colaborado en incontables procesos de memoria y justicia en América Latina (Carlos Beristain, entrevista personal, 12 de octubre de 2013). Saber escuchar equivale a saber traducir, hacer legibles a “estos huesos que nos hablan de una humanidad compartida y que fue quebrada.” En los tribunales, estos huesos hablantes, o mejor dicho: interpretados, aportan un saber específico más allá de la declaración de testigos, ya que representan, según Beristain, “una verdad que ya no se discute, sino que se puede tocar.” No se argumenta aquí ninguna verdad infalible sino la producción de *otro tipo* de evidencia, otra voz si se quiere, dotado de otro tipo de legitimidad, que complementa la siempre frágil y vulnerable condición del testimonio.

Pero incluso más allá de lo penal, la interpretación de los huesos constituye un poder que requiere ser ejercida con suma delicadeza, según advierte la psicóloga social Susana Navarro, quién lleva décadas acompañando las exhumaciones en la vecina Guatemala, sobre todo en zonas maya. Los familiares “les confieren a los forenses un papel muy importante: son ellos los que tocan a sus muertos, y no cualquiera toca al muerto” (Susana Navarro, entrevista personal, 16 de octubre de 2013). Se articula ahí una delicada relación de intimidad y confianza, crucial en un terreno cargado de dolor e ambivalencia. Porque cuando se logra restituir los restos de un ser querido a una familia, para ésta implica el final de la incertidumbre, pero también de cualquier esperanza. Es decir, cuando los restos de una persona son identificados, esta misma persona es finalmente declarada muerta. Buscar y descifrar por vía forense implica asumir la muerte, ya no la vida, del desaparecido. Regresaremos a este dilema.

Los argentinos pioneros

Cabe recordar que la antropología forense en sí es una ciencia joven, que apenas se empezó a cristalizar en los años setenta en tanto disciplina propia en Estados Unidos, como cruce entre la criminalística y la antropología física, en un marco de lo que mucho más tarde se llegó a nombrar, ya en un contexto ampliado⁶, *forensic turn* (Weizman 2014, p. 21). En el ámbito legal, esta nueva disciplina permitió complementar la subjetividad de los testigos por el 'testimonio' de un resto humano y que constituye de algún modo, aunque siempre por medio del análisis científico y su interpretación, su propio relato (Joyce & Stover, 1991). En sus inicios esta práctica forense-antropológica se quedaba apegada a una lógica estrictamente criminalística y a las instituciones legales y forenses. Con los años, ésta se fue abriendo hacia una concepción más integral del trabajo forense, sobre todo en escenarios de violencia masiva, que hoy en día interviene en prácticamente todos los campos de represión masiva o de conflictos bélicos, dónde hubiera muertos anónimos por buscar e identificar.

El impulsor de esta apertura fue justamente un grupo de argentinos —los mismos que hoy día juegan un papel tan crucial en el escenario mexicano, a lo que vamos más adelante— que reinventó hace ya treinta años las ciencias forenses al ponerlas expresamente al servicio de las víctimas de un Estado criminal. Corría el año de 1984 cuando los años del terror recién habían terminado en la Argentina y las instituciones forenses no mostraban demasiado interés por excavar entre los escombros del pasado. Un puñado de jóvenes estudiantes, convocados por un experimentado perito estadounidense, el ya legendario Clyde Snow, empezó a buscar los cuerpos enterrados de los secuestrados, torturados y luego eliminados de manera sistemática por la junta militar. Sobre la marcha, el grupo, germen de lo que poco después se convirtió en el hoy mundialmente famoso EAAF, desarrolló una novedosa metodología: combinaba las técnicas arqueológicas, es decir la excavación en campo, con el análisis antropológico de los restos óseos y con la investigación social. Convirtió así una tecnología criminalística (que se ocupaba solo de restos existentes) en un dispositivo de búsqueda activa, que involucraba tanto la investigación preliminar con tal de reconstruir el entorno de vida y militancia de los 'desaparecidos', como la exhumación y los análisis de laboratorio, la interacción constante con las familias y finalmente la aportación de peritajes a los juicios por crímenes de lesa humanidad.⁷

⁶ Me refiero al contexto re/construido por el sugerente proyecto de investigación interdisciplinario titulado *Forensic Architecture* situado en la Universidad de Goldsmith (<http://www.forensic-architecture.org>), donde un equipo bajo la dirección de Eyal Weizman explora a un conjunto de prácticas reunidas bajo la rúbrica de *counter-forensics*, y que abarca, entre otros dispositivos visuales y espaciales, a la antropología forense (Weizman, 2014).

⁷ Las crónicas de Guerriero (2010) y de Figueras (2005) ofrecen una buena introducción a la génesis de este equipo, así como la conferencia de Somigliana (2012a) plantea un recorrido por sus premisas conceptuales y experiencias metodológicas en el contexto argentino.

“Éramos mal vistos en el medio forense, hegemonizado por los médicos, una corporación muy celosa de todo lo que le compete”, recuerda Darío Olmo, uno de los veteranos del equipo (Darío Olmo, entrevista personal, 14 de agosto de 2014). En 1985, el joven arqueólogo se encontraba trabajando en excavaciones prehispánicas en Tierra de Fuego cuando unos compañeros de la universidad lo llamaron para pedirle su ayuda en una excavación en La Plata. Así fue como Olmo se topó con el grupo que estaba empezando a trabajar con Snow, y en este mismo grupo sigue trabajando de tiempo completo, como muchos de los veteranos, hasta el día de hoy. Además, rescata, resultó provocadora que “reivindicamos el trabajo en equipo, ya que la investigación siempre había sido individual. Pero básicamente transmitíamos, que era más importante trabajar con el familiar que con el juez.” (Olmo, entrevista personal, 14 de agosto de 2014).

Esta prioridad del trabajo con los familiares afectados, que sólo se lograba a base de saber preguntar y escuchar, con infinita paciencia y respeto, sigue siendo para el equipo argentino el requisito básico para cualquier intervención forense. En sus primeros años, recuerda Luis Fondebrider, actual presidente y uno de los fundadores del EAAF, el acercamiento con los familiares se facilitaba porque “teníamos la edad que tenían sus hijos cuando habían desaparecido” (Luis Fondebrider, entrevista personal, 18 de junio de 2013). Además, una de las reglas de oro para establecer estos lazos de confianza era el imperativo de “no juzgar nunca”, ni política, ni éticamente, lo que los muertos o desaparecidos pudieron haber hecho en vida. Otro imperativo era y es la empatía incondicional como guía para la interacción: “lo que intento es ponerme siempre en el lugar del otro, tratar a la otra persona como quisiera que me trataran si yo tuviera un familiar desaparecido”, resume Mercedes Salado Puerto, bióloga nacida en España que se hizo forense en Centroamérica en los años noventa y se incorporó al EAAF en el 2003 (Mercedes Salado Puerto, entrevista personal, 24 de junio de 2013). Relacionado con ello, Fondebrider destaca la horizontalidad como principio básico de interacción con los afectados: “no los tratamos como chicos, no nos vestimos con la vestimenta de la gente, no nos disfrazamos con huipil, sino establecemos relaciones horizontales.” (Fondebrider, entrevista personal, 18 de junio de 2013).

Hasta la fecha, el colectivo forense se mantiene como organismo independiente, aunque a partir del giro político de los gobiernos kirchneristas el EAAF ya empezó a recibir apoyos del Estado argentino. En su propio país, el equipo ha logrado recuperar mil doscientos cuerpos, de los cuales se identificaron 630, casi todos ya restituidos a sus familiares (Kollmann, 2014). Para ello, ha jugado un papel importante la incorporación de la tecnología genética en la última década, a partir de la posibilidad de determinar el ADN de las partículas óseas. Antes, para identificar una osamenta, se dependía de radiografías, fichas odontológicas o expedientes del hospital, muchas veces

inexistentes, sobre todo en las zonas precarias y rurales. “Cada identificación era una destilación”, recuerda Darío Olmo (Olmo, entrevista personal, 14 de agosto de 2013). Con la genética se facilitaron cruces masivos de datos, sin tener que pasar necesariamente por una hipótesis de identidad. Se empezó a construir una base de datos genéticos, pidiendo pruebas de sangre a las personas que tuvieran algún familiar desaparecido. De este modo, hasta la fecha se tiene reconstruido el perfil genético de más de 4,200 personas, un logro impresionante sin duda, y que sin embargo abarca aún a menos de la mitad de lo que se calcula son entre 10 y 12 mil ‘desaparecidos’ por la última dictadura militar.

Ello nos habla de que inclusive una historia tan ‘exitosa’ como la del EAAF devela las limitaciones del quehacer forense. No sólo porque se estima que más de la mitad de los secuestrados por el Estado terrorista fueron arrojados al Río de la Plata, inalcanzables para siempre. Sino también porque hay miles de familias que no se han acercado para donar su muestra de sangre, muchos seguramente por ignorancia o inclusive por miedo, otros probablemente por no querer abrir una herida o también por no admitir que ya no se está buscando a una persona viva sino a un cadáver.

Un saber viajero y transgresor

A lo largo de los últimos 25 años, el equipo argentino ha sido convocado a trabajar —a través de intervenciones directas, talleres, docencia y consultas— en casi 50 países alrededor del planeta. Las primeras intervenciones se realizaron en América Latina, en Chile, Bolivia, Uruguay, y posteriormente en Colombia, El Salvador y Guatemala. A partir de 1994 empezaron a incursionar, a través de las misiones de la ONU, en países más lejanos como Kurdistán y Etiopía. En algunos países, el ejemplo y la experiencia sirvió para impulsar la creación de equipos y organismos locales.

Un ejemplo emblemático para ello es Guatemala, donde la cruenta guerra civil y la brutal contrainsurgencia ha dejado un saldo de 200 mil asesinados y entre 40 y 45 mil enterrados en fosas comunes o clandestinas. El terror fue dirigido sobre todo hacia la población civil, como supuesta o real base de apoyo de la guerrilla; las Fuerzas Armadas arrasaron con más de 600 comunidades mayas, donde los masacrados fueron enterrados por los propios sobrevivientes, sin marcas ni sepultura. Al mismo tiempo, el aparato represor se dedicó, al igual que en las dictaduras sudamericanas, a secuestrar, torturar, asesinar y desaparecer a sus opositores políticos, civiles o armados.

Es una tarea gigantesca enfrentada por antropólogos forenses como Fredy Pecce-relli, quien pasó su juventud en Nueva York pero regresó a su natal Guatemala —inspirado por el mismo Clyde Snow y las intervenciones del EAAF a principios de los años

noventa— para impulsar la Fundación de Antropología Forense de Guatemala (FAFG), hoy en día el mayor organismo forense independiente de América Latina, con un fuerte énfasis en la especialización disciplinaria, en contraste con la metodología más integral de equipos como el EAAF, sobre todo en el análisis genético. El fundador y actual presidente de la FAFG insiste en que tiene que ser un trabajo masivo y de largo aliento: “siendo yo *newyorkino*, me encantó ver cómo allá se enfocaron en identificar hasta el último fragmento de las víctimas de las Torres Gemelas. Creo que los guatemaltecos merecen exactamente lo mismo.” (Fredy Peccerelli, entrevista personal, 16 de octubre de 2013).

Hasta la fecha, la FAFG ha podido recuperar unos 6,500 cuerpos, la gran mayoría en exhumaciones en las comunidades mayas, más de la mitad ya identificados gracias a los análisis genéticos. La recuperación e identificación de los ‘desaparecidos’ políticos, buscados entre los enterrados anónimos en los cementerios urbanos, va mucho más lento, apenas se ha podido identificar media docena de personas. Con todo y sus evidentes atrasos, la historia guatemalteca también da cuenta de avances extraordinarios en materia jurídica, donde la interpretación forense de los huesos tuvo una contribución decisiva. En el juicio en contra del ex-dictador Efraín Ríos Montt —cuando se juzgaba y condenaba, en 2013, por primera vez a un ex-presidente ante un tribunal nacional y por el delito de genocidio⁸— los peritos de la FAFG y de otros organismos forenses aportaron alrededor de 60 peritajes.

En cualquiera de sus escenarios la intervención forense equivale a una transgresión de fronteras establecidas: mete ruido donde había silencio, desentierra lo que ya estaba enterrado —literal y socialmente—, rompe con pactos de silencio y transgrede, en tanto “práctica cultural” (Ferrándiz y Baer, 2008) incluso las fronteras culturales y religiosas, si pensamos, por ejemplo, en la creencia islámica en la integridad sagrada del cuerpo muerto o en la convicción del judaísmo de que la exhumación viola la paz del alma del fallecido. Como es sabido, coexisten en el mundo una gran variedad de maneras de lidiar con la muerte. Esta diversidad representa un desafío constante para los equipos tan versátiles como es el EAAF cuyas intervenciones internacionales suelen trascender a su propio horizonte cultural.

Mercedes Salado Puerto, una de las internacionalistas del equipo que se mueve constantemente entre diversos contextos culturales, explica: “Hay culturas donde el muerto no muere sino que *pasa*, y donde hay una comunicación constante con ellos. O hay lugares, por ejemplo en Timor Oriental, donde el desaparecido tiene el derecho a

⁸ El juicio desembocó en una espectacular sentencia de 80 años de prisión, en mayo de 2013. Aunque ésta fuera anulada poco después por la Suprema Corte de Justicia de Guatemala, por supuestas “irregularidades” (y es retomado apenas a inicios del 2015), el proceso penal en sí es considerado ya una ruptura histórica con la arraigada cultura de la impunidad de Guatemala.

decidir si quiere ser buscado.” (Mercedes Salado Puerto, entrevista personal, 19 de junio de 2013). En países como Guatemala, con una fuerte presencia maya, los forenses han tenido que enfrentar esta diversidad en su propio país. Por ejemplo, según lo que señala Susana Navarro, en las comunidades mayas el duelo no se concibe sólo en lo individual, sino también a nivel comunitario. La desaparición violenta entonces el tejido y imaginario colectivo:

Si no hay un cuerpo, no hay un ritual social para que el muerto deje de cumplir el papel de vivo a nivel social. Además, se imagina que el muerto está sufriendo, no está bien enterrado, está tratado como animal, no está descansando. (Navarro, entrevista personal, 16 de octubre de 2013).

Las exhumaciones, explica la experta, son una manera de aliviar estas angustias.

Pero incluso dentro de un mismo marco cultural, los forenses se encuentran con muy distintas maneras de enfrentar la reaparición de un ser querido en forma de restos óseos: entre querer saber y tocar (o incluso tomarse una foto con el esqueleto) hasta la negación (no abrir la caja, no preguntar). Incluso hay organizaciones de familiares, entre ellas una sección de las madres de Plaza de Mayo, quienes rechazan rotundamente cualquier operativo forense en torno a sus hijos e hijas y con ello la idea, para ellas inaceptable, de que sus ausentes pudieran materializarse en unos huesos.⁹

El EAAF en el escenario mexicano

En México, el EAAF intervino a través de una primera asesoría forense en el marco de las nuevas indagaciones en torno a la represión de los años setenta.¹⁰ Su primera intervención directa se realizó a partir del 2004, cuando los peritos argentinos fueron invitados a Ciudad Juárez, por iniciativa de un organismo local de familiares para contribuir a esclarecer la masacre continua de mujeres jóvenes y colaborar en la identificación de cadáveres. Después de la revisión crítica de los expedientes, de trabajo de campo y de análisis, el equipo logró identificar positivamente a más de una treintena de cuerpos femeninos, y con ello se ganó la confianza de los familiares. “Yo no he visto nunca así un acercamiento de los forenses con las víctimas. Fue sorprendente ver que ya después de las entrevistas, aun cuando todavía no había hecho nada, ya estaban absolutamente agradecidas”, recuerda la abogada Ana Lorena Delgadillo, quien había co-

⁹ Este rechazo categórico queda documentado, por ejemplo, en la crónica de Gorini (2008, p. 308).

¹⁰ La asesoría se realizó en el marco de los trabajos de la Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (FEMOSSP) que en su corta vida institucional (de 2002 a 2006) investigó, entre otros casos, al secuestro del luchador social Rosendo Radilla, desaparecido hasta el día de hoy. Cabe recordar que esta Fiscalía, a pesar de su valioso reporte (Official Report Released on Mexico's "Dirty War", 2006), no ha tenido ningún efecto penal para con los responsables.

laborado con el EAAF en aquella misión (Ana Lorena Delgadillo, entrevista personal, 22 de octubre de 2013). “Fue la primera vez que fueron escuchados como personas.” Durante tres años, del 2005 al 2008, dos integrantes del equipo se quedaron, en estancias de varios meses, a vivir y trabajar en Ciudad Juárez. Fue para ellos y ellas también una experiencia distinta a los escenarios que habían conocido hasta ese momento: enfrentarse a la negligencia extrema e incluso la posible complicidad de las autoridades actuales —y no las de antes— pero sobre todo con la cercanía temporal del crimen e incluso con la posible cercanía de los victimarios. “Es otra dinámica de buscar a una persona que desapareció hace treinta años a buscar una que desapareció hace una semana”, resume Fondebrider el impacto de las nuevas circunstancias (Fondebrider, entrevista personal, 18 de junio de 2013).

Además, Juárez llevó al equipo a otro escenario del horror, el de los migrantes secuestrados y ‘desaparecidos’. Después de haber identificado a las muchachas juarenses, quedaban aún muchos cuerpos que no correspondían a los perfiles locales recolectados. Se planteaba entonces la pregunta “¿quiénes eran estas niñas?”, según recuerda Sofía Egaña, una de las responsables en la misión mexicana (Sonia Egaña, entrevista personal, 18 de junio de 2013). Y se perfilaba la idea de que en una zona fronteriza de tanta movilidad, estos cuerpos bien podían pertenecer a migrantes de otros lados, fuese de otros estados mexicanos o de Centroamérica. Fue a partir de esta hipótesis que se fundó en el 2009 el *Proyecto Frontera*, motivado por la necesidad de asumir una perspectiva transregional, para cruzar y compartir información con los países vecinos en las zonas fronterizas norte y sur de México. A través de la construcción de bancos de datos regionales, se buscaba vincular los esqueletos hallados en las desérticas zonas de cruce hacia Estados Unidos con los datos de los llamados “migrantes no localizados” en sus lugares o países de origen, fueron estos los estados sureños de México, Honduras, El Salvador o Guatemala. A partir del descubrimiento de fosas y cuerpos mutilados en las provincias mexicanas de Tamaulipas y Nuevo León —empezando por el espeluznante hallazgo de los 72 cuerpos en el rancho San Fernando, en agosto de 2010— y la (siempre efímera) escandalización de la opinión pública, se formalizó la colaboración con organismos de familiares y con la propia Procuraduría General de la República (PGR) a través de un convenio firmado en 2013. Se estaba trabajando intensamente en esta Comisión Forense, cuando ocurrió la masacre de Iguala y cambiaron las agendas. En su intervención más reciente en México, probablemente la más tensa y complicada de todas¹¹, un extenso equipo coordinado por el EAAF participa desde los primeros días de octubre de 2014 como peritos de parte, nombrados expresamente por los

¹¹ Muestra de ello fueron los fuertes cuestionamientos del gobierno mexicano en febrero del 2015 hacia el EAAF, poniendo en duda nada menos que el profesionalismo del renombrado equipo argentino (Turati, 2015b).

padres de los secuestrados, en el reconocimiento forense de los hechos, incluyendo trabajo de campo y el análisis de restos.

Sus incursiones suelen dejar huella. En Ciudad Juárez, por ejemplo, la presencia del EAAF junto con la atención nacional e internacional habría contribuido, de acuerdo a la percepción de varios expertos consultados, a mejorar protocolos y estándares oficiales de investigación en la región. Ello se debe también a que la juarenses es una sociedad “más familiarizada y más exigente en cuestión de muertos”, donde “lo forense se volvió parte de la vida cotidiana” según opinaron los miembros del EAAF, después de haber sido invitados a impartir un seminario en la ciudad norteña (Roxana Enríquez, comunicación personal, 11 de junio de 2015). Se instalaron nuevos laboratorios antropológicos y genéticos y se contrató a personal más joven y capacitado en el Servicio Médico Forense (Semefo); incluso se instaló una nueva fiscalía dedicada exclusivamente a los llamados delitos de género.

Una de estas jóvenes contratadas fue precisamente Roxana Enríquez quién entró como arqueóloga de formación y se hizo forense en la práctica *en situ*, justamente en la coyuntura más agitada, de 2008 a 2012. Le tocó entonces vivir y representar a la autoridad en el trato con los familiares desesperados. Percibió ahí la desconfianza de los familiares y fue testiga como el descrédito de las autoridades, a pesar del equipamiento técnico y de las buenas intenciones, dificultaba enormemente el trabajo. “Era muy difícil, cuando ibas a hacerles una entrevista en una procuraduría, no te veían a ti, sino como parte de una institución”, recuerda.

Además, mantener una relación de confianza con un familiar no estaba bien visto. Porque los familiares, si confiaban en ti, obviamente también te iban a pedir información. Y en una institución, los canales de información están muy marcados: uno tiene que dirigirse al Ministerio Público, formalizarlo a través de Atención a Víctimas, con un abogado. (Roxana Enríquez, entrevista personal, 25 de noviembre de 2014).

Fue justamente ahí que Enríquez decidió renunciar al Semefo y empezó a plantearse, con colegas afines, la creación de un equipo de antropología forense por fuera de las instituciones.

Los retos del EAAF

Una de las lecciones más importantes de la experiencia fundacional del EAAF, según recuerda Dario Olmo, fue “la irreverencia” con la que se formó el grupo inicial, fuera de las restricciones institucionales e incluso de las universidades, involucrando a estu-

diantes que se capacitaban sobre la marcha, sin títulos todavía. Para Olmo, lo importante era “abrir camino, atreverse y trabajar en equipo”. (Olmo, entrevista personal, 14 de agosto de 2014). Los jóvenes de ahora recién fundado EMAF, que se proponen un trabajo forense con sensibilidad social y credibilidad ante afectados y tribunales, vienen incluso más preparados y experimentados, en términos profesionales, que los pioneros argentinos en su momento. Y están conscientes que en México tendrán que enfrentar en primer lugar no tanto la soberbia del gremio forense, sino el desprestigio y la falta de credibilidad asociada con el oficio y las autoridades jurídicas en general. Para muchos mexicanos, constata Diana Bustos, “el Ministerio Público es un señor de traje que escribe a máquina y siempre tiene mal semblante” (Diana Bustos, entrevista personal, 29 de octubre de 2014).

Para el activista y antropólogo Alejandro Vélez, el “punto cero de la justicia”, premisa para cualquier procedimiento, tendría que ser la “justicia interaccional”, es decir el acceso a la información y las relaciones interpersonales entre autoridades y afectados (Velez, 2015). Es justamente ahí, donde por parte de los familiares se acumulan las expresiones de desprecio, de bloqueo de expedientes, de no sentirse tomados en serio y de verse obligados de llevar a cabo “el grueso de la investigación real”, según Vélez: ir hasta las cárceles, hablar con los sicarios, conseguir filtraciones (Velez, 2015).¹² Esta sensación de desamparo suele desembocar en una enorme desconfianza y representa el reto más importante para los peritos del EMAF que desde el 2014 están entrando en contacto con familiares en distintas zonas del país. Sea en Iguala, en Veracruz, Coahuila o Estado de México, la misión primordial, antes de entrar incluso en el procedimiento técnico y legal, es siempre la misma: ganarse la confianza de los desconfiados.

Para conceptualizar una antropología forense más sensible, participativa e incluyente, fue crucial nutrirse de la experiencia de otros lados. Resultó decisiva la asesoría del Equipo Peruano de Antropología Forense (EPAF), fundado en el 2001 y cuyo director, José Pablo Baraybar, anduvo en México en el 2013, invitado a Guerrero, igual que años antes el EAAF, como perito en una nueva búsqueda de un desaparecido político de los años setenta. Según Roxana Enríquez esta presencia fue “el empujón que necesitábamos para formarnos” y que dio pie a un convenio de colaboración con los forenses peruanos, como el ya mencionado Franco Mora, quienes asesoran y acompañan a los colegas mexicanos desde ese entonces (Enríquez, entrevista personal, 25 de noviembre de 2014). Aunque consideran útil y “respetable” la presencia de equipos extranjeros, a mediano plazo estiman indispensable la formación de equipos locales, para “no depen-

¹² Fue revelador como una activista, Lucy de los Angeles Diaz Genera, cuyo hijo fue secuestrado en junio 2013, me describió su paso a partir de la incredulidad (“es como si le dijeras a un hombre que está embarazado”) a deponer su confianza en la vía oficial (“al principio tú no sabes nada y las autoridades lo saben todo”) hasta tomar las riendas de su propia investigación (“si no lo hago yo, nadie lo hace”) (Lucy de los Angeles, comunicación personal, 15 de junio de 2015).

der siempre de una solución de afuera”, a decir de Enríquez. “No se trata de una cuestión nacionalista, sino que a final de cuentas nosotros no nos vamos. Siempre vamos a estar aquí, como sociedad, como académicos, como personas” (Enríquez, entrevista personal, 25 de noviembre de 2014). Valdría suponer entonces, como hipótesis de trabajo, que la intervención extranjera contribuye a generar, ante las familias y también ante autoridades, un campo de *legitimidad*, para un desarrollo y ejercicio ética y profesionalmente impecable del oficio.

Para ello, a los peritos mexicanos, al igual que para sus contemporáneos de otros lados, les resulta esencial no cosificar nunca a los fragmentos, por poco reconocibles que éstos sean: “No son restos, son personas.” aclara, categóricamente, la criminalista Shayra Chiñas, otra integrante del equipo (Shayra Chiñas, entrevista personal, 3 de noviembre de 2014). “Estamos hablando siempre de personas: del tío, del hermano, de la hija.” Teniendo esto en claro, resulta aún más complicado enfrentarse con la angustia sufrida por las personas en búsqueda o en duelo interrumpido. “Como forense aparezco frente a una persona en el peor momento de su vida”, reconoce Roxana Enríquez. “Sea cual sea tu especialidad, como criminalista, médico, genetista forense o como antropólogo, estamos siempre en el momento más terrible del familiar.” (Enríquez, entrevista personal, 25 de noviembre de 2014). Ante ello, señala algunas líneas que deben guiar la intervención profesional: Empatía sí, pero sin tocar o remover las fibras más sensibles; cercanía sí, pero sin derrumbarse ante el dolor del otro.

El dilema acaso más complicado en México, con la hiperviolencia tan a flor de piel, es la disyuntiva entre una búsqueda en vida, —que se articula en la ya histórica consigna de *Vivos los llevaron, vivos los queremos* que ahora ha resonado en las manifestaciones por los normalistas de Ayotzinapa— y una búsqueda de fosas y restos humanos. Ante ello, los jóvenes forenses del EMAF se enfrentan a un contradictorio cruce entre probabilidades y esperanzas, donde habría que, según la experiencia de Enríquez, diferenciar entre el plano individual y el público, entre emociones públicas —la expectativa de vida a toda costa— y emociones privadas. Ante ello, lo primordial es siempre mirar y escuchar de cerca a los familiares, “ver como ellos perciben todo, qué es lo que esperan, y sumarte a lo que esperan” (Enríquez, entrevista personal, 25 de noviembre de 2014). Pero al mismo tiempo “ser muy realista”, advierte Enríquez, para no alimentar falsas expectativas.

Creo útil trascender incluso la literalidad de la consigna, no interpretarla como la terquedad de pedir ‘lo imposible’, sino más bien como exigencia a las autoridades que cumplan con sus obligaciones formales de Estado, sobre todo cuando fueron sus propios empleados —policías en este caso— quienes ‘se los llevaron vivos’. Visto así, no puede haber ninguna declaración de muerte sin evidencia de por medio, porque ello

“equivaldría a una rendición”, a decir de Diana Bustos del EMAF. “Por supuesto, en el caso de un secuestro, no vas a permitir sin más que te remitan a la última posibilidad, que lo ineludible sea que se haya muerto. Buscarlos ya como muertos es una capitulación.” (Diana Bustos, entrevista personal, 29 de octubre de 2014). Y no solamente para los familiares, sugiere la antropóloga: dar por muertos a los ausentes equivaldría a admitir “que entonces todos somos factibles de volvernos cadáveres de la noche a la mañana.”

Más allá de los huesos

La emergencia mexicana pone de relieve, tal vez más que ningún otro escenario, que la intervención forense no se agota en la restitución de los restos materiales, ni en la de un nombre o una identidad. Muestra de ello es la primera identificación de los 43 secuestrados de Ayotzinapa, la del joven Alexander Mora, estudiante de apenas 21 años, que se logró a principios de diciembre del 2014 por medio de un fragmento de hueso y una muela, ambos examinados en un laboratorio austriaco. Los resultados de aquel examen fueron comunicados a la familia y la opinión pública por el EAAF, “nuestros peritos”, como expresaban una y otra vez los padres de Ayotzinapa, marcando en cada momento la diferencia con los peritos oficiales. Es de suponerse que que no hubieran aceptado de nadie más tan doloroso veredicto, tan en contrasentido del *¡Vivos los queremos!* coreado en las marchas multitudinarias.

Hay una diferencia ahí con otros escenarios latinoamericanos, que tiene que ver con contexto y con temporalidad, y que me interesa señalar: El que se haya podido asignar a estos huesitos el nombre de Alexander Mora, o a su nombre estos fragmentos, probablemente no implicó ningún descanso para sus padres o compañeros, quienes lo han buscado durante tantas semanas y que ahora tenían la certeza que el joven Alexander no regresará jamás. Es más que probable que no trajo alivio esta certeza, como si lo implicó para muchos de las madres, los padres y hermanos en países como Argentina o Guatemala, que gracias a las labores forenses se han reencontrado con los restos de sus seres queridos, muchas veces después de décadas, dándoles un lugar en la tierra y en la memoria. La restitución ahí para muchos ha permitido completar un duelo suspendido, ha abierto la ventana hacia descargar y socializar un dolor íntimo, e incluso la posibilidad de aspirar a que se haga justicia en los tribunales.

En cambio, en un territorio de la muerte impune como es el estado de Guerrero actual, los huesos identificados de un joven desaparecido no alivian nada, no permiten cerrar, sino, cuando algo, abren todavía más la herida, enardecen la furia y devienen, si acaso, en prueba tangible de lo que muchos conciben como una suerte de guerra con

los poderosos. Muestra de ello es una carta abierta, que los padres y compañeros del joven Alexander, circularon casi inmediatamente después de la noticia. En ella, el mismo asesinado, en una fantasmal voz desde el ‘más allá’, responsabiliza al “narcogobierno” de su asesinato e invita a “redoblar la lucha”, para que “mi muerte no sea en vano”. Así, el anterior desaparecido es transformado en mártir, el asesinato cargado de sentido, probablemente la única mutación soportable para sus seres queridos.

“Nuestro trabajo no termina con una identificación”, reconoce también el antropólogo forense Joel Hernández, otro integrante del EMAF (Joel Hernández, entrevista personal, 3 de noviembre de 2014). “Quizá se tiene la tranquilidad de saber que fue o no un familiar, pero la pregunta sigue abierta: ¿Dónde está el culpable?” Es justamente esta interrogante que se empezó a abrir a partir del caso de la joven Brenda Damaris, proveniente de una localidad en el estado norteño de Nuevo León, desaparecida en julio de 2011.¹³ Cuando los peritos oficiales notificaron a la familia el hallazgo de sus restos, en circunstancias dudosas y con una serie de irregularidades, su madre no se conformó con la duda y logró en una ardua batalla legal que les fuera concedido el derecho a un segundo peritaje independiente. Este segundo dictamen fue realizado por el EMAF en colaboración con el equipo peruano, con la única finalidad de determinar la identidad de la joven. Y aunque el resultado final, después de una minuciosa examinación —donde se constataron una serie de negligencias por parte de las autoridades— se llegó a confirmar la identidad de Brenda Damaris, no fuera el resultado anhelado por la familia, ya que abortó cualquier esperanza de volver a abrazar con vida a la joven, éste resultó importante en al menos dos sentidos: en términos generales, sentó un caso precedente para el derecho de los familiares de recurrir a peritos y peritajes independientes; para la familia, la dolorosa certeza sentó un punto de partida para exigir, ahora sí, juicio y castigo a los asesinos.

“La entrega de un huesito no es ninguna solución cuando los asesinos andan sueltos”, me reclamaba, un tanto furioso, un joven solidario con la causa de las madres de Juárez en uno de mis recorridos por la ciudad, ya que no lograba entender por qué tanto interés en el asunto de los restos humanos. Y tenía razón. No es ninguna solución, en efecto, no provee, en sí mismo, ni verdad, ni alivio o justicia. Pero siempre será un fragmento, por minúsculo que sea, que evoca a un todo, a una “humanidad quebrada”, a decir de Beristain, de quienes fueron “nuestra misma gente”, en palabras de Enríquez, y que se resiste a desaparecer. Es ahí, en su precaria materialidad, donde reside —siempre por medio de quienes la saben descifrar— su poder constituyente.

¹³ Véase para el caso el pronunciamiento de la organización Fuerzas Unidas para Nuestros Desaparecidos en Nuevo León (Fundenl, 2015).

Y este poder trasciende a lo individual. En los contextos de las políticas de terror sistemático —sea de corte represivo en el sentido de los estados criminales de los setenta o sea en el formato de las actuales disputas territoriales entre las economías criminales— el poder descifrar y *constituir* a un solo cuerpo desaparecido y devolverlo al mundo social, implica la posibilidad de reconstruir y comprender patrones y lógicas del terror “en su conjunto” (Somigliana 2012a, p. 11), sus racionalidades territoriales y discursivas. Incluso, sostiene el mismo autor, “el mero hecho de que exista la posibilidad de establecerla [la identidad] cuestiona la vigencia del eufemismo” (2012b, p. 32).

Este poder y esta posibilidad se inscriben claramente en el marco de lo que Eyal Weizman (2014) y su equipo llegaron a llamar *counterforensics*, un dispositivo de imágenes, discursos y evidencias generados para visibilizar aquello invisibilizado por los poderes en turno y sus narrativas correspondientes, como la de la *desaparición*. En este ‘giro forense’ adquieren una particular importancia los objetos dotados de sentido y voz, los restos humanos en este caso. Sin embargo, no estamos ante una misteriosa animación de las cosas inanimadas. No son los objetos mismos que ponen de relieve lo invisible o invisibilizado. No son, por supuesto, los huesos que hablan por sí solos ni son los hechos científicos contenidos en la materialidad osteológica, que inciden en los terrenos de la justicia, sino su traducción y puesta en escena y en circulación: como aquella comparecencia de una científica que desde el estrado supo convertir, en el breve espacio de unos veinte minutos, a un puñado de restos de dos (de miles de asesinados) en testigos de su propio asesinato.

Referencias

- Amnistía Internacional (2014). *Resultados*. Extraído de <http://amnistia.org.mx/nuevo/2014/10/10/estudiantes-desaparecidos-a-pesar-de-la-promesa-presidencial-los-familiares-aun-no-ven-cambios-en-la-respuesta-del-estado/>
- Buchli, Victor & Lucas, Gavin (Eds.) (2001). *Archaeologies of the Contemporary Past*. London/New York: Routledge.
- Ferrándiz, Francisco (2014). *El pasado bajo tierra. Exhumaciones contemporáneas de la Guerra Civil*. Barcelona: Anthropos Editorial.
- Ferrándiz, Francisco & Baer, Alejandro (2008). Digital Memory: The Visual Recording of Mass Grave Exhumations in Contemporary Spain. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum Qualitative Social Research*, 9(3), Art. 35. Disponible en <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0803351>
- Figueras, Marcelo (2005). Los exhumadores de historias. *El Ortiba*. Disponible en <http://www.elortiba.org/pdf/exhumadores.pdf>

- Fundenl (2015, 16 de febrero). *Resultados del dictamen pericial independiente: Caso Brenda Damaris González Solís desaparecida en NL*. Disponible en <http://fundenl.org/?p=1288>
- Gorini, Ulises (2008): *La otra lucha. Historia de las Madres de Plaza de Mayo (1983-1986)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.
- Guerriero, Leila (2010). *El rastro en los huesos*. Disponible en <http://de.scribd.com/doc/34120399/El-Rastro-en-Los-Huesos-de-Leila-Guerriero>.
- Huffschnid, Anne (2015). *Risse im Raum. Erinnerung, Gewalt und städtisches Leben in Lateinamerika*. Wiesbaden: VS Springer.
- Jelin, Elizabeth (2002). *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: siglo XXI.
- Joyce, Christopher & Stover, Eric (1991). *Witnesses from the Grave. The Stories Bones Tell*. Boston: Little Brown.
- Kollmann, Raúl (2014, 12 de octubre). Treinta años de verdad. *Página 12*. Disponible en <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-257347-2014-10-12.html>
- Official Report Released on Mexico's "Dirty War"* (2006). Disponible en <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB209/index.htm#informe>
- Perosino, Celeste (2012). *Umbral. Praxis, ética y derechos humanos en torno al cuerpo muerto*. Tesis Doctoral sin publicar. Universidad de Buenos Aires, Argentina.
- Petrich, Blanche (2015, 14 de febrero). En Iguala nadie está a salvo; quienes ordenan las desapariciones no se han ido. *La Jornada*, p. 5.
- Rodriguez Nieto, Sandra (2014, 29 de diciembre). País de fosas: El Estado debe empezar por contar a los desaparecidos. *Sin embargo.mx*. Disponible en <http://www.sinembargo.mx/29-12-2014/1202220>
- Saúl, Lilia (2014, 24 de agosto). El camino para identificar restos. *El Universal*. Disponible en <http://archivo.eluniversal.com.mx/periodismo-datos/2014/el-camino-para-identificar-restos-93396.html>.
- Somigliana, Maco (2012a). El trabajo del Equipo Argentino de Antropología Forense (Transcripción de presentación , 26 de octubre de 2012). Buenos Aires: IDES. Disponible en <http://memoria.ides.org.ar/files/2012/03/Conferencia-de-Maco-Somigliana.pdf>
- Somigliana, Maco (2012b). *Materia Oscura. Los avatares de la Antropología Forense en Argentina*. En Andrés Zarankin, Melisa A. Salerno & Celeste Perosino (Eds.), *Historias desaparecidas. Arqueología, memoria y violencia política* (pp. 25-34). Córdoba: Encuentro Grupo Editor.
- Turati Marcela (2015a, 29 de enero). Los desenterradores anónimos. *Proceso*. Disponible en <http://www.proceso.com.mx/?p=394468>
- Turati Marcela (2015b, 15 de febrero). Evidenciada, la PGR se lanza contra los forenses argentinos. *Proceso*, p. 6. Disponible en <http://www.proceso.com.mx/?p=395916>
- Velez, Alejandro (2015): Injusticia interaccional en casos de desaparición forzada e involuntario de personas en México. En *II Congreso de Ciencia Forense: Dando nombre a los desaparecidos (UNAM)*. Ciudad de México, 16 de junio de 2015.

Villoro, Juan (2014, 30 de octubre). Yo sé leer: vida y muerte en Guerrero. *El País*.

Disponible en

http://elpais.com/elpais/2014/10/24/opinion/1414176761_858161.html

Weizman, Eyal (2014). Introduction: Forensis. En Eyal Weizman (Ed.), *Forensis. The Architecture of Public Truth* (pp. 9-32). Berlin: Sternberg Press.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

Materialles

CONSIDERACIONES CRÍTICAS SOBRE LA TEORÍA DE LA ESTRUCTURACIÓN DE ANTHONY GIDDENS

A CRITICAL LOOK AT ANTHONY GIDDENS'S THEORY OF STRUCTURATION

Mariela Cambiasso

Universidad de Buenos Aires; m_cambiasso@hotmail.com

Resumen

Palabras clave

Giddens
Estructura
Acción

El propósito del trabajo es discutir algunos de los principales postulados de la teoría de la estructuración de Anthony Giddens, a fin de reflexionar acerca de la síntesis que propone entre estructura y acción. Consideramos que este estudio permite debatir algunos de los tópicos dominantes de la teoría social contemporánea, de la que este autor constituye uno de sus principales exponentes. Las múltiples fuentes de las que se nutre la teoría de estructuración desató distintos debates acerca de si esta teoría lograba ser una síntesis superadora de las concepciones clásicas, o si se trataba únicamente de una formulación que recortaba conceptos de distintos cuerpos teóricos. Tomando este interrogante como puntapié inicial de trabajo, argumentamos la tesis que sostiene que pese al carácter radical de la crítica a los estructuralismos, Giddens se concentra más en una redefinición del concepto de estructura que en una reelaboración de una teoría sociológica del actor y la acción social.

Abstract

Keywords

Giddens
Structure
Action

The purpose of this paper is to critically analyze the main propositions of Anthony Giddens's theory of structuration, to think about the proposed synthesis between structure and action. It is considered that this study allows to discuss some of the key topics of contemporary social theory of which this author is one of its principal exponents. The multiple sources from which this theory feeds unleashed various discussions about whether this theory could be a synthesis of the classical conceptions, or whether it was only a formulation of theoretical concepts clipped together. Taking this question as a starting point, it is suggested the thesis that despite the radical nature of the critique of structuralism, Giddens concentrates more on a redefinition of the concept of structure than in a reworking of a sociological theory of the actor and the social action.

Cambiasso, Mariela (2015). Consideraciones críticas sobre la teoría de la estructuración de Anthony Giddens. *Athenea Digital*, 15(3), 217-232. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1406>

Introducción

La teoría de la estructuración constituye un eje central en la teoría social de Anthony Giddens, contiene gran parte de los conceptos fundamentales que presenta el autor y se plantea como un marco conceptual para el análisis de la forma en que los seres humanos producen y reproducen la sociedad a través de sus prácticas. Teniendo en cuenta esto, el propósito del artículo es interpelar algunos de los principales argumentos de la teoría de la estructuración de Anthony Giddens, a fin de reflexionar acerca de la síntesis que propone el autor entre estructura y acción para superar el dualismo individuo-sociedad/subjetivismo-objetivismo.

Consideramos que este estudio permite debatir algunos de los tópicos dominantes de la teoría social contemporánea —que tuvo su apogeo entre finales de la década de 1960 y mediados de 1980—, de la que este autor constituye uno de sus principales exponentes. Por su parte, los rasgos más comunes del discurso que sostiene la teoría social contemporánea son básicamente cuatro: que las ciencias sociales se encuentran divididas por antinomias seculares; que éstas son ficticias en sus contenidos pero reales en sus efectos; que son perniciosas; y que, en consecuencia, es necesario superarlas (Belvedere, 2011).

Las múltiples fuentes de las que se nutre la teoría de estructuración desató un debate interesante acerca de si esta teoría lograba ser una síntesis superadora de las concepciones clásicas, o si se trataba únicamente de una formulación que iba recortando un poco de cada lado (Aronson, 1999). Tomando este interrogante como puntapié inicial de trabajo, partimos de la tesis que sostiene que “pese al carácter radical de la crítica a los estructuralismos, Giddens se concentra más en una redefinición del concepto de estructura que en una reelaboración de una teoría sociológica del actor y la acción social” (Tenti Fanfani, 2001: p. 19). De este modo, resulta interesante reflexionar sobre su propuesta teórica para superar las antinomias que dividen a las ciencias sociales a fin de corroborar esta afirmación o, en todo caso, refutarla.

Asimismo, partiendo de que el estilo que caracteriza a la teoría social contemporánea —especialmente en el pensamiento de Anthony Giddens, Pierre Bourdieu y Jürgen Habermas— se expresa en la combinación de elementos recortados de los discursos que contraponen en las antinomias de su argumentación (Belvedere, 2011), pretendemos dar cuenta de algunos de los elementos de teorías preexistentes que retomó Giddens para efectuar sus principales argumentaciones y desarrollos teóricos.

El artículo se divide en tres partes, en primer lugar revisamos el marco histórico en el que escribe Giddens y especialmente el modo en que el mismo autor define el contexto de la teoría sociológica hacia fines de la década de 1960 con la disolución de lo que él dio en llamar “consenso ortodoxo”, haciendo especial hincapié en su crítica al estructural-funcionalismo parsoniano. Luego, analizamos algunos de los principales postulados de la teoría de la estructuración en la que busca superar el dualismo existente entre teorías de la acción (de orientación subjetivista) y teorías de la estructura (alineadas en una posición objetivista), proponiendo una concepción dual de la estructura. Finalmente, planteamos algunas consideraciones críticas sobre la teoría de la estructuración que propone el autor.

El contexto de producción de Anthony Giddens: El fin del consenso ortodoxo

Anthony Giddens define como consenso ortodoxo a la predominancia de posiciones de inspiración positivista y de las filosofías de la ciencia natural en el campo de las ciencias sociales, que se hicieron extensivas en el período de segunda posguerra. Es posible mencionar tres características que definen los fundamentos del consenso ortodoxo: por un lado, la influencia del positivismo en tanto esquema lógico, que entre otras cosas implicó el señalamiento de que las ciencias sociales debían modelarse según el formato de las ciencias naturales; por otro lado, la influencia del funcionalismo en el nivel del método; y finalmente, la influencia de la concepción de la “sociedad industrial” y la “teoría de la modernización”. La combinación de estos tres elementos fue modelando las principales corrientes de opinión en las ciencias sociales en general y en la sociología en particular hasta fines de la década de 1960 (Giddens, 1982/1999).

En dicha fase la sociología experimentó un gran crecimiento académico. En el plano internacional dominaba la sociología norteamericana y en la teoría social era fundamental la influencia del estructural-funcionalismo sociológico parsoniano (Giddens, 1984/1995); al que el autor critica básicamente porque en su propuesta del “marco de referencia de la acción” el sujeto humano aparece presentado no como un ser libre y autodeterminado sino como una marioneta de mecanismos normativos y estructurales, y por eso considera que fracasa en su intento por integrar una teoría de la acción con la lógica sistémica y funcionalista que estructura la sociedad como un todo (Giddens, 1982/1999). No obstante, considera que la hegemonía del estructuralismo no fue total, dado que tanto en los Estados Unidos como en Europa Occidental existieron otras sociologías (fenomenológicas, etnometodológicas, interaccionistas simbólicas) (Tenti Fanfani, 2001), que luego fueron cobrando mayor interés con la desintegración del “consenso ortodoxo”, tal como ocurrió con el rescate de la tradición hermenéutica a manos del movimiento postwittgensteiano (Giddens, 1982/1999).

Hacia fines de la década de 1960 y comienzos de la de 1970 se asiste a la disolución del consenso ortodoxo, como consecuencia de los ataques críticos que se constituyeron en contra del positivismo filosófico de Carnap, Hempel y Nagel —entre otros—, el positivismo social y el funcionalismo (Giddens, 1982/1999). Como consecuencia, se destruyó el acuerdo que había existido hasta el momento en relación al abordaje de las ciencias sociales, era el fin de las hegemonías y certezas teóricas. Su lugar lo ocupó una gran cantidad de perspectivas teóricas rivales y el centro de gravedad de los principales aportes de la teoría social volvió a instalarse en Europa. No

obstante, era posible encontrar ciertos tópicos comunes en la teoría social tales como la insistencia en el carácter reflexivo de la conducta humana, el papel fundamental del lenguaje —considerando especialmente su uso en las actividades concretas de la vida cotidiana— y el acuerdo en que la pérdida de peso de la filosofía empirista afectó no sólo a las ciencias naturales sino también a las ciencias sociales (Giddens, 1984/1995).

Por otra parte, Giddens considera que en la disolución del consenso ortodoxo — además de la crítica intelectual— jugaron un papel muy importante las transformaciones sufridas por el mundo social, dado que entiende que los problemas lógicos, metodológicos y teóricos se relacionan directamente con los cambios ocurridos en la sociedad (Giddens, 1982/1999). En este sentido y haciendo especial referencia a la influencia de los “nuevos movimientos sociales” sobre las ciencias sociales, considera que la ciencia siempre está obligada a adaptar el aparato categorial al desarrollo social (Giddens, 1982/1999). Sin la intención de caer en lecturas reduccionistas, pensamos que este postulado conecta el pensamiento del autor con el postmodernismo —pese a que él mismo haga una lectura crítica de esta corriente de pensamiento (Kiessling, 1988/1999)—. Esto es así, debido a que entiende que la existencia de una “nueva” realidad social, en la que ya no es posible entender la historia como lucha de clases debido a la heterogeneidad, la diversidad y los múltiples intereses superpuestos de género, clase, ecología, entre otros, exige una “nueva” teoría o esquema teórico que la explique (Kiessling, 1988/1999). No obstante, y pese a que remarca la necesidad de adaptar el aparato categorial a los nuevos desarrollos sociales, no puede deshacerse de los conceptos clásicos de las ciencias sociales y termina recurriendo a ellos, tal como podrá observarse en el apartado que sigue.

La teoría de la estructuración: nociones básicas

En primer lugar resulta necesario aclarar que la presentación que desarrolla Giddens de la teoría de la estructuración, además de incluir elementos de otras teorías —con las que el autor dialoga y polemiza—, es extremadamente rica en detalles. Por lo tanto, no analizaremos íntegramente los conceptos allí presentes, sino que consideraremos sólo los que resultan de mayor importancia para reflexionar sobre el problema planteado en este trabajo.

La teoría de la estructuración constituye una noción central en la teoría social de Giddens, dado que contiene gran parte de los conceptos fundamentales que presenta este autor (Belvedere, 1999). Podemos definir dos etapas de la teoría de la estructuración: la primera aparece desarrollada en “Las nuevas reglas del método sociológico” (Giddens, 1976/1987), donde presenta el esquema general de la relación

entre estructura y acción; y la segunda en “La constitución de la sociedad” (Giddens, 1984/1995).

En el primer capítulo de “La constitución de la sociedad” (1984/1995) Giddens presenta los principales conceptos de la teoría de la estructuración, en oposición al estructural-funcionalismo parsoniano y con una clara intención de escapar a las divisiones que habían separado por un lado a las corrientes funcionalista y estructuralista —en las que la estructura primaba sobre la acción y se acentuaban las cualidades restrictivas de la primera— y por el otro a las tradiciones de pensamiento hermenéutico —en las que acción y sentido primaban sobre la estructura a la hora de explicar la conducta humana—. En palabras de Giddens:

Si las sociologías de la comprensión se fundan, por así decir, en un imperialismo del sujeto, el funcionalismo y el estructuralismo proponen un imperialismo del objeto social. Una de mis principales ambiciones cuando formulo la teoría de la estructuración es poner fin a esas dos ambiciones imperiales.

(Giddens, 1984/1995, p. 40).

En este sentido, entiende que ningún sujeto ni objeto puede primar sobre el otro, sino que cada uno de ellos está constituido en, y a través, de prácticas recurrentes (Giddens, 1982/1999). Por ello, considera que las ciencias sociales no deben estudiar ni las vivencias de los actores en forma individual, ni la existencia de alguna forma de totalidad societaria, sino las prácticas sociales ordenadas en tiempo y espacio. Las actividades humanas sociales que se auto-reproducen revisten un carácter recursivo, esa continuidad de prácticas presupone la reflexividad del entendimiento de los agentes humanos, que a su vez sólo es posible por la continuidad de prácticas. No obstante, aclara que la reflexividad no debe entenderse como mera auto-conciencia sino como el registro del fluir de la vida social, asumiendo que el registro reflexivo de una acción supone una racionalización (Giddens, 1984/1995). La noción de acción supone la de institución y viceversa, por ello explicar esta relación implica dar cuenta de cómo tiene lugar la estructuración de las prácticas sociales, es decir la producción y reproducción a través del tiempo y del espacio (Giddens, 1982/1999). De este modo, se centra en el carácter repetitivo de las prácticas sociales, considerando aquello que persiste en el sistema social, ya que tal como se precisará más adelante son las prácticas de los hombres las que permiten producir y reproducir la estructura.

El núcleo de la teoría de la estructuración está compuesto por los conceptos de estructura, sistema y dualidad de la estructura. Respecto al primero, el autor considera que si bien estuvo presente en los escritos de la mayoría de los autores funcionalistas y dio su nombre a la tradición estructuralista, no logró ser conceptualizada de un modo

apropiado para las exigencias de la teoría social. Dado que mientras los funcionalistas la concebían como una construcción externa a la acción humana y como una fuente de restricciones impuestas a la libre iniciativa del sujeto; los estructuralistas la definían con total independencia de las prácticas, diluyendo al sujeto en la trama relacional de la sociedad (Giddens, 1984/1995).

Si bien la noción de estructuración se origina a partir de la crítica al concepto de estructura propuesto por las corrientes funcionalista y estructuralista (Aronson, 1999), Giddens afirma que se trata de un concepto sumamente importante para la teoría social (Giddens, 1976/1987); no puede prescindir de una definición de estructura ya que necesita del concepto para rendir cuentas del carácter recurrente de la acción social (Tenti Fanfani, 2001). Entonces, a fin de recuperar al sujeto activo y al mismo tiempo poder considerar las restricciones que las instituciones imponen a la acción, redefine los conceptos de estructura y sistema, vinculados ambos en la teoría de la estructuración (Aronson, 1999). Sosteniendo, por oposición al funcionalismo, que: “tal como se la conceptualiza en el pensamiento estructuralista y pos-estructuralista, la noción de estructura es más interesante” (Giddens, 1984/1995, p. 53).

Recurre a la propuesta teórica de Claude Levi-Strauss para plantear la noción de estructura sobre el que se basa la teoría de la estructuración, pero reconociendo que, a diferencia de aquel, su enfoque es compatible con el realismo epistemológico (Tenti Fanfani, 2001). Define el concepto de estructura como:

Conjunto de reglas y recursos organizados de manera recursiva, está fuera del tiempo y del espacio, salvo en sus actualizaciones y en su coordinación como huellas mnémicas y se caracteriza por una “ausencia del sujeto” (Giddens, 1984/1995, p. 61).

En otras palabras, Giddens explica que si bien la estructura no está situada en tiempo y espacio, tiene un modo de existencia que no es independiente de la acción (Tenti Fanfani, 2001), dado que puede presentarse como presencia espacio-temporal en la medida en que se actualiza en las prácticas sociales y como huellas mnémicas que orientan la conducta de los agentes humanos (Giddens, 1984/1995).

A partir de la crítica al estructuralismo, Giddens redefine las reglas y los recursos como propiedades estructurales. Las reglas son utilizadas por los actores para orientarse en el mundo social, facilitan las prácticas pero también imponen restricciones, dado que constituyen el lado restrictivo de la acción, en tanto definen un tipo de comportamiento que se espera que realicen los actores sociales conocedores del reglamento que regula las relaciones sociales (Aronson, 1999). Asimismo, este concepto permite dar cuenta del carácter rutinario de la acción social y dar sentido a

las instituciones (Tenti Fanfani, 2001). Por su parte, los recursos son portadores de rasgos más facilitadores que las reglas, debido a que permiten que se desarrollen las relaciones sociales. La conexión entre las reglas y los recursos define al actor, dado que el conocimiento de las reglas lo convierte en un teórico social, ya que es capaz de interpretar sus actos a partir de dichas reglas. De esta manera queda claro que las reglas no son fijas, sino que se vinculan junto con los recursos a la esfera de la estructuración —definida como la dinámica de la producción y la reproducción—, sirviendo ambos para conceptualizar lo que Giddens define como propiedades estructurales (Aronson, 1999). Según considera:

Decir que estructura es un ‘orden virtual’ de relaciones trasformativas significa que sistemas sociales, en tanto prácticas sociales reproducidas, no tienen ‘estructuras’ sino que más bien presentan ‘propiedades estructurales’ (Giddens, 1984/1995, p. 54).

Asimismo, define a las propiedades estructurales de raíz más profunda como principios estructurales, y a las prácticas que poseen la mayor extensión espacio-temporal y son seguidas y reconocidas por la mayoría de los miembros de la sociedad como instituciones (Giddens, 1982/1999).

Según afirma el autor, introdujo este uso del concepto de estructura para poder romper con el carácter mecánico que tiende a tomar este término en la visión sociológica ortodoxa, por ello también se preocupa en complejizar el concepto de regla, dado que intenta romper con las concepciones que establecen una conexión directa entre esta y la acción humana (Giddens, 1984/1995).

No obstante, si se lee críticamente, podríamos pensar que se trata únicamente de recursos literarios, dado que al menos resulta dudoso que exista una distinción real, pareciendo más un cambio de matiz. Si estructura denota reglas y recursos, y con propiedades estructurales hace referencia a los aspectos institucionalizados (también reglas y recursos) que ofrecen solidez por un tiempo y un espacio, cuál es la distinción que realmente quiere marcar cuando dice que los sistemas sociales no tienen estructuras sino que presentan propiedades estructurales, parece constituir solamente un cambio de forma pero no de contenido.

Por otra parte, define sistema social como: “Relaciones reproducidas entre actores o colectividades, organizadas como prácticas sociales regulares.” (Giddens, 1984/1995, p. 61).

Los sistemas sociales, entonces, incluyen las actividades sociales situadas en tiempo y espacio, y en ellos está implícita una estructura. Según Giddens, estudiar la estructuración de los sistemas sociales implica estudiar de qué manera los sistemas

sociales son producidos y reproducidos en las interacciones (Giddens, 1984/1995). Por su parte, la característica definitoria de la interacción es la reciprocidad de la orientación, y su producción posee tres elementos fundamentales: su constitución con carácter significativo, su definición como orden moral, y su conformación como operación de relaciones de poder (Giddens, 1976/1987).

Directamente vinculado con los conceptos de estructura y sistemas, y en relación con la idea de la estructuración, se encuentra el tercer punto que conforma el núcleo duro de la teoría de la estructuración: el teorema de la dualidad de la estructura. Es posible afirmar que aquí se condensa el intento de síntesis entre estructura y acción que propone el autor, dado que en tanto plantea que las estructuras y los agentes no son fenómenos que pueden pensarse uno independientemente del otro, afirma que no constituyen un dualismo sino una dualidad. En este sentido, entiende que las propiedades estructurales de los sistemas sociales son tanto un medio como un resultado de las prácticas que ellas organizan de modo recursivo. Por ello, sostiene que la estructura no debe ser concebida ni como algo externo a los individuos ni debe asimilarse con constreñimiento, debido a que es constrictiva y habilitante al mismo tiempo. De modo que, en la teoría de la estructuración el momento de producción de la acción es también un momento de reproducción en el contexto en que desarrolla la vida social

(Giddens, 1984/1995). Léase: “Los actores utilizan esas modalidades de estructuración en la reproducción de los sistemas de interacción, y en el mismo acto reconstituyen las propiedades estructurales de estos.” (Giddens, 1984/1995, p. 64).

Aquí queda evidenciado de qué manera se desarrolla la estructuración (producción y reproducción a través del tiempo y el espacio), pero también la relevancia de las prácticas sociales para la teoría de la estructuración, que aparecen como el dato previo a partir del que puede explicarse el sujeto, el objeto y las relaciones que se establecen entre ellos. Giddens considera que las prácticas sociales pueden ser estudiadas desde tres puntos de vista: como actos realizados por los actores, como formas constituyentes de interacción, y finalmente como estructuras constituyentes que pertenecen a comunidades sociales; de hecho entiende que la vida social puede considerarse como un conjunto de prácticas reproducidas (Giddens, 1976/1987). Entonces, podríamos pensar que como las estructuras conservan su entidad virtual y ahistórica —y por ende abstracta—, no pueden ser estudiadas directamente por los científicos sociales, que analizan la reproducción de las prácticas sociales y los sistemas de interacción, es decir la vida social. En palabras del autor: “Las estructuras pueden en principio ser examinadas siempre en función de su estructuración como una serie de prácticas reproducidas.” (Giddens, 1976/1987, p. 164).

No obstante, aclara que el científico social no puede considerar a la vida social como un fenómeno para la observación, sin utilizar sus conocimientos sobre la misma; por ello su inmersión en una forma de vida es la única forma de que pueda entender la actividad social (Giddens, 1976/1987). Vinculado con estas reflexiones se encuentran los postulados de la doble hermenéutica.

La reflexión en torno a algunas de las nociones básicas de la teoría de la estructuración deja abiertos una serie de interrogantes, sobre los que se buscará avanzar en el siguiente apartado a la luz de los objetivos planteados en la introducción.

Una mirada crítica sobre la teoría de la estructuración

En “El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura” (1987/1998) Giddens sostiene que el estructuralismo y el post-estructuralismo son tradiciones de pensamiento muertas; no obstante, renglón seguido, afirma que intentará indicar las partes de su legado intelectual que aún pueden ser aprovechadas¹. Teniendo en cuenta esto, así como el recorrido efectuado en el apartado anterior, puede evidenciarse la centralidad que asume en Giddens el concepto de estructura y sus intentos por precisarlo. Sin embargo, pese a la intención de redefinir el concepto, Giddens no evita al estructuralismo dado que la identifica con las reglas (Callinicos, 1985), la concibe fuera del tiempo y del espacio y la caracteriza a partir de la ausencia del sujeto. Por un lado el autor afirma que: “el uso del término ‘estructura’ no tiene mayor conexión particular con el ‘estructuralismo’ que la de ‘signo’ con la ‘semiología’.” (Giddens, 1976/1987, p. 23).

No obstante, a partir de la cita que sigue podríamos pensar, sin la intención de caer en reduccionismos ni en lecturas simplistas, que no parece existir un marcado distanciamiento entre la definición de “lengua” que propone Ferdinand de Saussure — por oposición a la noción de “habla”— y la existencia virtual de la estructura a la que se refiere Giddens, que sólo se manifiesta en las huellas mnémicas y en sus actualizaciones a partir de las prácticas sociales que la producen y reproducen. “la langue no existe en un contexto espacio-temporal: se construye infiriéndola de la praxis real de los hablantes de un lenguaje.” (Giddens, 1987/1998, p. 275).

¹ Considera que existen ciertos puntos que caracterizan tanto al estructuralismo como al post-estructuralismo —la importancia que le atribuyen a la lingüística para la filosofía y las ciencias sociales en general, la insistencia en la naturaleza relacional de las totalidades, el descentramiento del sujeto, la preocupación por la escritura y los materiales textuales, y el interés en la temporalidad como componente constitutivo de la naturaleza de objetos y sucesos—. Reconoce que justamente dichos temas son de fundamental importancia para la teoría social, no así los puntos de vista que adoptan sobre los mismos los autores que adscriben a esas corrientes de pensamiento (Giddens, 1984/1995).

Sin embargo, también existen elementos distintivos, específicamente si consideramos la relación que Giddens establece entre estructura y estructuración; ya que si los hombres con sus prácticas producen y reproducen la estructura ésta perdería el carácter estático y cerrado que tradicionalmente la había caracterizado. No obstante, tal como afirma Belvedere, estos postulados no dejan de presentar algunas dificultades. Debido a que, por un lado, Giddens sostiene que la estructura, a diferencia de los sistemas sociales, está fuera del tiempo y del espacio y con ello establece su trascendencia y durabilidad (lo que dificulta las explicaciones de la reproducción de la estructura mediante la interacción) pero, por otro lado, señala que la estructura es no sólo condición sino también resultado de la interacción (afirmación que niega la distancia establecida anteriormente) (Belvedere, 1999). En síntesis:

No se comprende cómo algo que está fuera del tiempo y del espacio (la estructura) puede ser influido por algo que ocurre en el tiempo y en el espacio. (Belvedere, 1999, p. 22).

¿Cuál es entonces el papel que realmente le cabe al sujeto en la teoría de la estructuración? Podríamos pensar o bien que Giddens subestima el constreñimiento que ejerce la estructura sobre los agentes sobrevalorando la interacción cotidiana², o que pese a que —a diferencia del estructuralismo que no da lugar al sujeto considerado individualmente— hace hincapié en los actores sociales y analiza las prácticas y acciones que desarrollan, la conceptualización de estructura que propone —sin tiempo ni espacio y con un sujeto descentrado—; al menos parece contradecirse con su concepción de la agencia.

La segunda opción parecería ser la más atinada, dado que una estructura que permanece en tal “nivel de virtualidad” no parece dejar margen de acción, transformación y cambio al sujeto. De modo que, podríamos pensar que si bien el autor elabora la teoría del agente a partir de una lectura crítica y detallada de la tesis del descentramiento del sujeto, sostenida por las posturas estructuralista y post-estructuralista, el agente de Giddens parece no tener mucho que ver con el sujeto reflexivo y orientado por finalidades concientes que propone (Tenti Fanfani, 2001).

Por un lado, si tal como expuso en el apartado anterior, la estructura se expresa en las huellas mnémicas que deja en los actores, se asemeja más a la concepción durkheimiana de conciencia colectiva considerada en términos globales que a las concepciones interpretativistas de la acción. Entonces, podríamos pensar que lo que hay es una recuperación del sujeto en tanto objeto de estudio; pero lo que queda bajo discusión es si lo considera como un agente activo. Por otro lado, a partir de la noción

² Esta es la postura que adopta Alex Callinicos en “Anthony Giddens: A contemporary Critique” (1985), cuestionando a Giddens por su “vuelco” hacia las teorías de la agencia.

de dualidad de la estructura, Giddens plantea que la estructura es al mismo tiempo medio y resultado de la acción en igual proporción, es decir que los actores sociales son tan determinados como creativos en su actuar (Belvedere, 1999); no obstante, si tenemos en cuenta la importancia que el autor le asigna a la reproducción, a la rutinización de la vida social, a las acciones recurrentes e incluso a la noción de seguridad ontológica en la teoría de la estructuración³, podemos dudar del “margen de acción y creatividad” que le queda al sujeto social. Dado que si en el mismo acto en que los actores reproducen los sistemas de interacción reconstituyen sus propiedades estructurales (reglas y recursos), no hay lugar para el cambio social. El mismo Giddens vincula los procesos de producción y reproducción con el orden social:

La clave para entender el orden social, en el sentido más general del término que he distinguido antes no está en la ‘interiorización de los valores’, sino en las relaciones cambiantes entre la producción y reproducción de la vida social por sus actores constituyentes (...), la simiente del cambio existe en cada acto que contribuye a la reproducción de cualquier forma ‘ordenada’ de vida social. (Giddens, 1976/1987, p. 104).

Según sus palabras, parecería que el cambio social queda reducido a la reproducción de las formas “ordenadas” de vida social, podría decirse entonces que se trata de un cambio para que nada cambie. Con esta afirmación no desconocemos que el autor ofrece una visión del cambio social en términos de los que denomina “caracterizaciones episódicas” y límites espacio-temporales.

En este orden, define a los episodios como procesos de cambio que tienen forma y dirección definida, pero a diferencia del evolucionismo y el materialismo histórico la dinámica y la dirección de tales cambios son específicos de cada episodio, no existiendo una dinámica general del cambio. Teniendo en cuenta esto, Giddens considera que el capitalismo no tiene nada que ver con las etapas históricas precedentes, lo que existe entonces son “rupturas” episódicas (Picó, 1986). En este sentido, podríamos animarnos a pensar que —pese a que el mismo Giddens critica la división entre sincronía y diacronía, proponiendo la recuperación de la temporalidad— en su propuesta teórica está presente una concepción de la historia más vinculada con el análisis sincrónico estructuralista; en tanto sólo considera la temporalidad del sistema social y sostiene como aquellos que la estructura carece de historia. De modo que, lo que estudia es la “temporalidad” de las prácticas, del acontecimiento; se dedica a analizar el carácter episódico de la realidad social; se dedica a analizar el carácter

³ Según Tabboni: “La rutinización es así el concepto fundamental de la teoría de la estructuración (...). Las decisiones y las opciones son muy pocas (...) La vida cotidiana es el resultado de unas cuantas opciones de larga duración, y constituye una cadena de repeticiones y retornos que derivan de aquellas” (Tabboni; citado en Picó, 1986, p. 215).

episódico de la realidad social; y dicha concepción termina conllevando a una visión de la realidad social en la que ésta aparece fragmentada (García Selgas, 1994).

Estas reflexiones también se vinculan con otro de los nudos problemáticos que pueden encontrarse en la teoría giddensiana. Éste reside en los niveles de abstracción en el que, en general, se mueven sus conceptos y en que sus postulados se expresan en términos genéricos. Resulta necesario un esfuerzo mayor de concreción analítica, dado que no es posible pensar que el carácter coercitivo y facilitador de las propiedades estructurales de los sistemas sociales sea similar en los distintos contextos, así como tampoco puede creerse que en un mismo contexto los grados de constreñimiento y habilitación sean similares en todo momento.

Asimismo, se destaca la contradicción que resalta Aronson en relación con el concepto giddensiano de seguridad ontológica⁴, debido a que por un lado la estructura parece presentar una existencia virtual pero por otro resulta ser que necesita de certezas que provienen de las prácticas recurrentes de los actores (Aronson, 1999).

En síntesis, si bien Giddens no rechaza el concepto de estructura, adopta una concepción más abierta que la del estructuralismo en tanto afirma que la estructura se produce y se reproduce a partir de las prácticas sociales. No obstante, tal como se mencionaba anteriormente, parece primar la reproducción y con esta las prácticas recurrentes, la rutinización y las dificultades de pensar el cambio social. Recuperando las palabras de Belvedere:

Y es precisamente allí donde la teoría de la estructuración resulta problemática: lo que está en juego y sujeto a negociaciones no es nunca la estructura social como tal, sino las reglas propias de la interacción. (Belvedere, 1999, p. 25).

Parecería entonces que la estructura permanece invariable y con el mismo carácter fijo e inmutable que tiene en las concepciones ortodoxas. En este sentido, podríamos afirmar que la noción de estructura que propone Giddens aun sigue asociada a ciertos conceptos estructuralistas, situación que se suma a las dificultades que de por sí genera el transplante de conceptos que el autor intenta permanentemente (Belvedere, 1999). Entonces, es dable preguntarnos si las contradicciones en las que incurre el autor no son el resultado de este *collage* de conceptos que propone⁵. Aunque también podríamos pensar que el mayor

⁴ Utiliza este concepto para hacer referencia al sentimiento de confianza que se genera en la escenificación de las rutinas, es decir a partir de la recurrencia de las prácticas (Giddens, 1984/1995).

⁵ El autor menciona tanto en la introducción de "La constitución de la sociedad" (1984/1995), como en "Las nuevas reglas del método sociológico" (1967/1987) que para formular la teoría de la estructuración fue tomando ideas de fuentes muy distintas. Considera que si existen ideas importantes, más que su origen importa poder depurarlas

inconveniente no estriba en la adopción de conceptos provenientes de distintos campos teóricos sino en el uso que hace de ellos, sin un análisis profundo de sus raíces filosóficas que permita vincularlos sin yuxtaponerlos, lo que en varios de sus pasajes lo lleva a utilizar un mismo concepto en diferentes sentidos en la premisa y la conclusión de un mismo argumento. Y es justamente este “eclecticismo” teórico el que habilita que puedan efectuarse lecturas extremadamente disímiles según el libro, el capítulo, la entrevista, el artículo, que tomemos como referencia. Dado que si consideramos los escritos en que Giddens expone la teoría de la agencia pueden resultar atinadas las lecturas que lo vinculan con el “polo” de la interacción, mientras que si consideramos los textos en que presenta a los grandes sistemas sociales, las lecturas que —como la que ensayamos aquí— lo vinculan con el “polo” de la estructura también pueden ser acertadas.

Por otra parte, en distintos pasajes de sus textos Giddens utiliza la expresión “fluir de la acción”. Aquí también es justo preguntarnos dónde se encuentra el sujeto en este fluir, que parece conectarse con el devenir, el evento, el suceso, el acontecimiento que simplemente ocurre; y en ese sentido también parecería vincularse con el descentramiento del sujeto propios del estructuralismo y el post-estructuralismo.

Tal como postula Belvedere, otro nudo problemático de la teoría de la estructuración se encuentra en la noción de dualidad de la estructura, dado que no puede pensarse que en todo momento la estructura sea medio y resultado de la acción en igual proporción. Si bien Giddens se empeña en demostrar que la estructura no está fuera del alcance de los sujetos, resulta difícil pensar que la misma sea producida y/o alterada en cada acción del mismo modo. Pese a que el autor afirma que toda acción es poder de transformación, parecería que en su apuesta teórica le da un lugar privilegiado a la reproducción, en tanto prácticas sociales rutinizadas y recurrentes, y con ella la transformación suena a reforma. Esta imposibilidad de pensar la transformación estructural está alineada con la salida política que propone el autor vinculada con los postulados de la teoría de la tercera vía⁶ y con sus intentos de conciliar el neoliberalismo y la socialdemocracia para afrontar lo que define como “radicalización de la modernidad” en oposición a las concepciones que hacen referencia a la posmodernidad.

Finalmente, teniendo en cuenta los argumentos que presentamos anteriormente, tal como sostiene Tenti Fanfani, podríamos pensar que en la propuesta de Giddens —y

para que desplieguen su fecundidad, aunque sea en un marco completamente diferente del que fueron engendradas.

⁶ La tercera vía es la filosofía política que, defendida por Giddens, se sostiene sobre la base de la necesidad de que se ofrezca una estrategia para renovar las posiciones de centro izquierda, que evite el liberalismo de libre mercado de la nueva derecha y el socialismo de estado de la vieja izquierda (Callinicos, 2000).

en su intento por superar el dualismo estructura/acción— existe una desproporción, dado que si bien enfatiza el elemento de la conciencia y enuncia una teoría del agente, termina primando el elemento estructural y por sobre todas las cosas la distinción inicial sujeto/objeto. Dicha separación incluso podemos observarla en la misma exposición de sus ideas, debido a que generalmente en primer lugar se dedica al análisis del agente, sus relaciones cara-a-cara y la conciencia para luego analizar los sistemas más amplios. Sólo como ejemplo podemos citar un pasaje del cuarto capítulo de “La constitución de la sociedad” (1984/1995):

Hasta aquí me he dedicado a sobre todo a elaborar una serie de conceptos adecuados para esclarecer lo que el “individuo” es como agente reflexivo (...). Pero el examen de la regionalización empieza a dar señales en el sentido de mostrar que esas referencias se intersectan con el estudio de sistemas sociales (...). El paso siguiente, en consecuencia, consiste en inspeccionar con más detalle el concepto de sociedad. (p. 193).

Unas líneas más adelante aclara a los lectores que pese a que en el libro las secciones sobre el agente precedan a las que tratan sobre los grandes sistemas sociales, conceptualmente no parte del individuo ni le asigna una existencia más real que a las sociedades. Sin embargo, con esta cita la objeción que hacemos es otra, dado que lo que queremos demostrar es que parecería que sigue quedando intacta la oposición inicial entre individuo y sociedad, que no logra sintetizar los polos de la antinomia sino que simplemente los redefine con una impronta particular, yuxtaponiéndolos.

Reflexiones finales

A partir del recorrido propuesto a lo largo del artículo podría afirmarse que Giddens se concentra más en una redefinición del concepto de estructura que en una reelaboración de una teoría sociológica del actor y la acción social. En este orden, pudimos observar que si bien el autor no rechazaba el concepto de estructura, adoptaba una mirada más abierta que la del estructuralismo en tanto afirmaba que la estructura se producía y reproducía a partir de las prácticas sociales. No obstante, terminaba primando la reproducción y con esta las prácticas recurrentes, la rutinización y las dificultades de pensar el cambio social. Sostuvimos, entonces, que la noción de estructura que proponía Giddens de alguna manera conservaba el mismo carácter fijo e inmutable que tenía en las concepciones ortodoxas. Y, a su vez, que en su intento por superar el dualismo estructura/acción terminaba imponiéndose una desproporción, dado que si bien enfatizaba el elemento de la conciencia y enunciaría una teoría del agente, terminaba primando el elemento estructural y por sobre todas las cosas la distinción inicial sujeto/objeto.

Generalmente se considera a Giddens como uno de los autores “sintéticos”, es decir, que pretenden superar la dicotomía sujeto/objeto. A lo largo de este trabajo mencionamos algunos de los puntos críticos que se desprendían de la teoría de la estructuración y buscamos argumentar de qué manera en su intento por superar el dualismo entre sujeto y objeto proponía el concepto de dualidad de la estructura con el que terminaba inclinándose hacia uno de los “polos” de la antinomia.

Sin embargo, esta situación no obtura la posibilidad de definirlo como un autor sintético, en tanto en todo momento buscó recuperar conceptos y propuestas teóricas de distintas escuelas de pensamiento. Sólo como ejemplo podríamos mencionar la recuperación de la noción de *consecuencias inesperadas de la acción* de Robert Merton, la idea de *agencia* de la fenomenología de Alfred Schütz, el concepto de *sistema* de la corriente funcionalista, entre muchos otros que fueron definiendo su “mosaico teórico” (Aronson, 1999). Justamente esta situación refleja el gran trabajo teórico que podemos encontrar en la obra de este autor y la complejidad de sus planteos que, es interesante repensar a la luz de los debates y desafíos actuales de las ciencias sociales.

El objetivo del trabajo fue contribuir a una lectura crítica de la teoría de la estructuración mediante el ensayo de algunas reflexiones en relación con las consideraciones que propone Giddens acerca de la estructura, la dualidad de la estructura, la teoría del agente y la historia. Si bien intentamos argumentar que en algunos de sus pasajes Giddens se acercaba más hacia el “polo” de la estructura, no por ello debe leerse que es un estructuralista, o que no considera el nivel de la interacción, sino que lo que aun queda en duda es que con la teoría de la estructuración haya logrado superar el dualismo acción/estructura, con todo lo que ello implica en términos de poder profundizar sobre las contradicciones fundamentales que atraviesan las sociedades contemporáneas.

Referencias

- Aronson, Perla (1999). La teoría de la estructuración. En Perla Aronson y Horacio Conrado (Comps.), *La Teoría Social de Anthony Giddens* (pp. 31-40). Buenos Aires: Eudeba.
- Belvedere, Carlos (1999). Interacción y estructura. Algunas consideraciones críticas. En Perla Aronson y Horacio Conrado (Comps.), *La Teoría Social de Anthony Giddens* (pp. 21-29). Buenos Aires: Colección de Cuadernos de Sociología, Serie Teoría, Eudeba.
- Belvedere, Carlos (2011). *El problema de la fenomenología social: Alfred Schutz, las ciencias sociales y las cosas mismas*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento - Prometeo.
- Callinicos, Alexander (1985). Anthony Giddens: A Contemporary Critique. *Theory and Society*, 14(2), 133-166. <http://doi.org/10.1007/BF00157530>

- Callinicos, Alexander (2000). La teoría social ante la prueba de la política: Pierre Bourdieu y Anthony Giddens. *New left review*, 2.
- García Selgas, Fernando (1994). *Teoría Social y Metateoría Hoy. El caso de Anthony Giddens*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Giddens, Anthony (1976/1987). *Las nuevas reglas del método sociológico: Crítica positiva de las sociologías comprensivas*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Giddens, Anthony (1984/1995). *La constitución de la sociedad: Bases para la teoría de la estructuración*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Giddens, Anthony (1987/1998). El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura. En Anthony Giddens y Jonathan Turner (Eds.), *La teoría social, hoy* (pp. 254-289). Madrid: Alianza.
- Giddens, Anthony (1982/1999). Perfiles y críticas en Teoría social. En Perla Aronson y Horacio Conrado (Comps.), *La Teoría Social de Anthony Giddens* (pp. 75-97). Buenos Aires: Eudeba.
- Kiessling, Bernd (1988/1999). La teoría de la estructuración. Una entrevista con Anthony Giddens. En Perla Aronson y Horacio Conrado (Comps.), *La Teoría Social de Anthony Giddens* (pp. 49-73). Buenos Aires: Eudeba.
- Picó, Josep (1986). Anthony Giddens y la Teoría Social. *Zona Abierta*, (39/40), 199-223.
- Tenti Fanfani, Emilio (2001). Teoría de la estructuración y usos sociológicos de Giddens. *Sociedad*, 17/18, 17-35.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

Reseñas



Cristian Daniel Torres Osuna (2014).

Efectos económicos y socioculturales de la globalización en México y España. Madrid: Fragua.

ISBN: 978-84-7074637-6

Gustavo Aliaga Rodríguez

Universidad Autónoma de Sinaloa; salud.intercultural@hotmail.com

Un libro sobre la globalización se caracteriza por ser polisémico. Las lecturas de las investigaciones reunidas son diversas y enriquecedoras en teorías, reflexiones, metodologías y propuestas. Sus resultados ofrecen una mirada contrastante y a la vez complementaria sobre los efectos de la globalización en las categorías de: migración, sustentabilidad y desarrollo regional, identidades culturales, y violencia y narcotráfico.

Un nodo social en el que se imbrican las intenciones de los Estados como del sector privado es el Desarrollo. La Dra. Coral Hernández y la Dra. Brianda Peraza, profesoras de Sociología de la Universidad Complutense de Madrid y de la Universidad Autónoma de Sinaloa respectivamente, abordan el tema del desarrollo alternativo, en sendos estudios, desde dos perspectivas diferentes.

Hernández estudia una serie de proyectos públicos realizados del 2000 al 2006, enfocados en el desarrollo sostenible de la provincia de Soria, ubicada en la Comunidad de Castilla y León, en España. Una de las provincias más rurales y despobladas del país, con indicadores socioeconómicos muy por debajo de los promedios nacionales. Mediante la *conversación* (técnica metodológica próxima a la “historia temática”) con los actores involucrados, Hernández identificó las dificultades particulares de la explotación forestal en Soria: el minifundismo que ha atomizado las propiedades dejándolas huérfanas de mancomunidad; la desvinculación de los propietarios respecto a la explotación forestal: “La gente ya no vive aquí y los montes están descuidados... no hay interés en ponerlos en funcionamiento” (Hernández, 2014, p. 134); y el individualismo de

larga tradición en la gestión de los recursos impuesto en la mentalidad bajo la forma de “lo mío es mío”.

Peraza estudia la zona sur-centro del Condado de Los Ángeles, en donde se concentra uno de los mayores porcentajes de residentes de origen mexicano en los EE. UU. (85% del total de la población hispana), consolidando un corredor comercial que brinda servicios, principalmente, a los clientes coétnicos, así como oportunidades laborales a los inmigrantes, incluyendo los de nivel gerencial, administrativo y profesional.

La economía étnica es creada “por una minoría para sí misma y viene a significar relaciones coétnicas dentro del mercado de trabajo laboral” (Bonacich y Modell, 1981, citado por Peraza, 2014, p. 149), y representa el 17% de la totalidad de las firmas en los EE. UU., según el censo económico del 2002. Este mercado étnico de trabajo funciona a través de redes formales e informales *protegiendo*, en parte, a los inmigrantes coétnicos de la difícil competencia que tendrían que enfrentar en el mercado general.

Es aquí donde los estudios de Hernández y Peraza se intersecan. La superación de las dificultades que los españoles de la provincia de Soria presentan para la explotación forestal de su propio territorio son los fundamentos que han permitido organizar y consolidar la economía étnica de los inmigrantes mexicanos en territorios foráneos; estos son: “la participación, la solidaridad étnica y el factor comunitario.” (Peraza, 2014, p. 152) Se puede argüir que la construcción del desarrollo de tipo alternativo no solo debe fundamentarse en la búsqueda de mercados potenciales para el crecimiento económico, sino que se necesita también, si cabe el término, un *mercado* de VALORES que los defina así como la circunstancia concreta en la que se desenvuelven.

Existe aquí un segundo nodo: la Identidad Cultural. En su ensayo, el Dr. Arturo Padrón, profesor de Derecho en la Universidad Autónoma de Querétaro, reconoce que actualmente las identidades individuales y colectivas atraviesan una serie de cambios en los constructos que forman referentes:

Hoy las representaciones de los individuos y grupos sobre la sociedad, el mundo y el conocimiento ya no son proporcionados únicamente por superestructuras nacionales, sino que atraviesan una visión global, que dota a los individuos de características peculiares que los adhieren y disgregan en grupos referenciales. (Padrón, 2014, p. 196).

El autor afirma que la globalización ha quebrado la identidad colectiva macrosocial que dio el Estado-Nación y, a través de las redes sociales, está generando un gran número de “identidades alienadas”; en donde las necesidades, deseos, relaciones y aspiraciones de las personas están supeditados a criterios y cánones del ciberespacio. Pa-

drón desconfía de las ventajas del proceso global de la información en algunos valores como la participación en la vida pública “habrá que ser cuidadosos, ya que en el fondo subyace la noción de que más información propicia más acciones políticas y no lo es necesariamente.” (Padrón, 2014, p. 198)

Al respecto, tanto el sociólogo Zigmunt Bauman en la weblog Sociología contemporánea (2012) como el filósofo y novelista Umberto Eco en la entrevista concedida a Girón (2013) se han pronunciado desfavorablemente de este exceso de información del que se dispone hoy en día. Ambos intelectuales coinciden que Internet genera, para la mayoría, multiplicación y desjerarquización de la información; ergo, la construcción de los nuevos conocimientos adolecerá de cimientos débiles; en ese sentido, se está en una paradoja u oxímoron a la que se ha llamado: la escasez de la abundancia.

Yéndose a un extremo, Padrón vislumbra la intención del modelo económico global de organizar la sociedad mundial con las mismas reglas con la que funciona una industria: el consumo, la enajenación y la rentabilidad, rechazando todo tipo de valores, juicios y acciones que tengan que ver con el cambio político. Esta nueva condición de sociedad alcanza un cierto nivel de análisis en los contextos interculturales que definen el tercer nodo social de nuestra lectura: la migración.

El Dr. Omar Lizárraga y el Dr. Juan Manuel Mendoza, profesores de la Facultad de Sociología de la Universidad Autónoma de Sinaloa, desenvuelven en sendos estudios el tema del incremento de la migración de la tercera edad (jubilados de los EE. UU.), a países como México en busca de un mejor clima y trato, un estilo de vida relajado; pero sobre todo, menores costos de vida (bajos impuestos de las propiedades, flexibilidad migratoria y bajo costo de atención médica).

Lizárraga ofrece un perfil de la migración estadounidense en el puerto de Mazatlán tras entrevistar a 200 inmigrantes (99 mujeres y 101 varones). El 75% habita legalmente bajo una forma migratoria y el 24% con un permiso de turista. El 38% pertenece a la generación *baby boom*. El 57% de ellos tiene 65 o más años de edad y cuentan con el sistema de jubilación de su país de origen que les permite percibir un ingreso entre 1,600 y 3,500 dólares mensuales. El 36% son cristianos protestantes, el 20% son católicos y el 33% no tienen inclinación por ninguna religión. Su nivel educativo es alto: “49% tiene un título universitario, el 12% estudio una maestría y el 8% tiene el grado de Doctorado.” (p. 88)

Mendoza, desde la perspectiva del mercado, estudia el ajuste cultural de los inmigrantes estadounidenses en la ciudad de Mazatlán, a través de un total de 30 entrevistas (igual número de mujeres y de varones) con residencia permanente:

Lo que más les gusta del mercado de Mazatlán es la flexibilidad que existe para adquirir las cantidades que se quieren. A diferencia de los Estados Unidos y Canadá, en Mazatlán es posible comprar una mitad de un melón, medio repollo o tres rabos de celery (Mendoza, 2014, p. 42).

En cuanto al trato que reciben, la mayoría no creen que exista un trato especial por ser blancos estadounidenses, solo cinco de los entrevistados lo reconocen; sin embargo, la mayoría advierte una discriminación en cuanto a los precios de los productos; así como una vulnerabilidad fuera de la zona turística. Pareciera “que el espacio que nos ha asignado la sociedad mazatleca es junto al mar porque fuera de ella nos tratan de otra manera” (Mendoza, 2014, p. 43).

Mendoza muestra aquellos *muros* que evitan la integración de los inmigrantes en la sociedad mazatleca. Uno de ellos es el de verlos solo como consumidores que se resume en la frase “lo único que quieren son nuestros dólares” (Mendoza, 2014, p. 45). Otros inmigrantes perciben una voluntad del gobierno local por integrarlos que no llega a concretarse. El mercado mazatleco se ha adaptado a las exigencias de los inmigrantes, las cadenas de tiendas de supermercados y bricolaje se han convertido en espacios donde refuerzan su identidad cultural a través de la importación de productos desde los EE.UU.; por su parte, los inmigrantes afirman que la mayor lección que les ha dado Mazatlán es PACIENCIA para poder aceptar la ineficiencia de los monopolios y los ritmos de vida lentos.

Ciudades como Mazatlán, en la que confluye la diversidad cultural, han adquirido categorías sociales caleidoscópicas; en donde, se requieren mayores estudios para definir la funcionalidad social de límites, adaptaciones, innovaciones y cambios culturales alrededor de un grupo social que cobra cada vez más importancia como los inmigrantes estadounidenses jubilados. Este libro ofrece un buen primer paso para iniciar este enriquecedor viaje.

Referencias

- Girón, *Luís Antônio* (2013). *Umberto Eco: “El exceso de información es malo”*. Recuperado de <http://sociologos.com/2013/11/03/umberto-eco-el-exceso-de-informacion-es-malo/>
- Hernández, Coral (2014). Sustentabilidad y Desarrollo Regional Investigación para el desarrollo en la provincia de Soria. En Cristian Torres (Coord.), *Efectos económicos y socioculturales de la globalización en México y España* (pp. 121-140). Madrid: Fragua.
- Mendoza, Juan (2014). Becoming Mazatleco: Dos siglos de enclaustramiento cultural de los blancos estadounidenses en Mazatlán. En Cristian Torres (Coord.),

Efectos económicos y socioculturales de la globalización en México y España (pp. 21-53). Madrid: Fragua.

Padrón, Arturo (2014). Identidad y cultura política en la globalización. En Cristian Torres (Coord.), *Efectos económicos y socioculturales de la globalización en México y España* (pp. 191-201). Madrid: Fragua.

Peraza, Brianda (2014). Economías étnicas mexicanas: ¿Agentes de un desarrollo alternativo? En Cristian Torres (Coord.), *Efectos económicos y socioculturales de la globalización en México y España* (pp. 143-157). Madrid: Fragua.

Sociología Contemporánea (2012). Zigmunt Bauman: “Ahora sé que el exceso de información es peor que su escasez”. Recuperado de <http://sociologiac.net/2012/08/20/zygmunt-bauman-ahora-se-que-el-exceso-de-informacion-es-peor-que-su-escasez/>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)



Michel, Johann (2014).

Ricoeur y sus contemporáneos. Bourdieu, Derrida, Deleuze, Foucault, Castoriadis. Madrid: Biblioteca Nueva.

ISBN: 978-84-16095-50-6

Marc Barbeta Viñas

Universitat Autònoma de Barcelona; marc.barbeta@gmail.com

Sent Paul Ricoeur (1913-2005) un dels filòsofs contemporanis que ha exercit més influència en les ciències humanes i socials, no és d'estranyar que les seves obres hagin estat objecte d'estudi per multitud d'autors. L'obra que aquí ressenyem n'és un dels exemples més recents. Sense ser, probablement, l'anàlisi més completa i acurada del pensament de Ricoeur —com de fet tampoc ho pretén el propi autor—, ens trobem davant d'un estudi seriós, que té la virtut de presentar-nos la confrontació d'alguns aspectes de l'obra del filòsof francès, amb el pensament d'autors consagrats no només per la filosofia contemporània, sinó també amb un ampli reconeixement en el terreny de les ciències socials: Bourdieu, Derrida, Deleuze, Foucault i Castoriadis.

Johann Michel, professor de la Universitat de Poitiers i de l'Institut Universitari de França, ens mostra un llibre organitzat en cinc capítols, cada un d'ells dedicat al diàleg entre Ricoeur i un dels citats autors, a més d'un capítol introductor i unes conclusions.

Tot i el mètode de la confrontació, el llibre es proposa per damunt de tot com una aproximació a l'obra de Ricoeur. Per què, doncs, el diàleg amb autors *a priori* allunyats del filòsof francès, i no passar directament a examinar la seva obra? Johann Michel estableix dues tesis centrals que doten el llibre d'un fil conductor, alhora que justifiquen l'exercici de confrontació. La primera deriva de l'ambigüitat de la noció de 'postestructuralisme', de la qual s'afirma que no pot considerar-se una escola de pensament, sinó una reconstrucció en la història de la filosofia. Segons l'autor, no està

Barbeta Viñas, Marc (2015). Ressenya de Michel (2014) Ricoeur y sus contemporáneos. Bourdieu, Derrida, Deleuze, Foucault, Castoriadis. *Athenea Digital*, 15(3), 241-248.
<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1605>

clar què és ni quins autors en formarien part. La segona és que Ricoeur no pot considerar-se un autor postestructuralista o, complicant una mica l'argument, si ho és no pot ser-ho completament, ateses les diferències que el separen dels autors d'aquest moviment, en ocasions associats a la *French Theory*. L'objectiu del llibre és, precisament, desenvolupar aquestes idees mitjançant un exercici comparatiu amb autors agrupats en el postestructuralisme. La superació de l'estructuralisme, que d'una o altra manera proposen tots els autors amb qui és confrontat Ricoeur, esdevé el punt de partida, sent el postestructuralisme, o els postestructuralismes en plural —com ho prefereix Michel— l'espai de confluència per entrar en diàleg amb Ricoeur. Atesa la impossibilitat d'establir vincles amb totes les facetes de les respectives obres, la comparació es limita a l'estatut antropològic del subjecte en relació amb un qüestionament de la seva naturalesa ètica i política.

El primer capítol es dedica a un diàleg entre Ricoeur i el sociòleg **Pierre Bourdieu**. La hipòtesi de partida és que tot i la distància irreductible que els separa, un possible acostament ha de situar-se en el terreny de l'estructuralisme i el postestructuralisme. Michel planteja tres debats al voltant de la reflexió sobre el subjecte i la permanència d'aquest en el temps.

En primer lloc, el desafiament és trobar, en el diàleg entre els autors, un corpus teòric vàlid per donar compte dels elements disposicionals dels subjectes, sense caure en el nivell impersonal de les estructures i oblidar el factor de la reflexivitat. Michel troba en la noció 'd'*identificació amb*' de Ricoeur aquesta possibilitat: identificar-se amb valors, ideals, etc., implica reconeixement, que inclou reflexivitat i avaluació ètica de sí. Ricoeur situa en l'hermenèutica el complement necessari de l'anàlisi estructuralista, per tal d'arribar, no només des de la sociologia com pretén Bourdieu, sinó des de les ciències humanes i socials en general, a les sedimentacions més profundes del subjecte.

En segon lloc, es discuteix la problemàtica de la permanència del temps en el subjecte, de la immutabilitat del mateix. La *identitat narrativa* ricoeuriana és la proposta de l'autor per tal d'afrontar la problemàtica plantejada, vista la crítica de la il·lusió biogràfica de Bourdieu. La noció del filòsof es construeix sobre disposicions duradores i anònimes, no individuals, no es refereix a quelcom coherent i estable, al contrari, adquireix un fonament hermenèutic no subjectivista. Per Michel és l'hermenèutica de la sospita el camí més adequat per l'abordatge del sentit dels subjectes i les seves disposicions, no pas la 'sociologia del desvetllament' que proposa Bourdieu. La via de Ricoeur no planteja un debat epistemològic veritat/il·lusió; posa l'atenció en allò que la societat és capaç de fer críticament amb sí mateixa, oposat a

l'actitud platònica on el sociòleg crític desvelaria el sentit de la identitat del subjecte que aquest mateix és incapaç de percebre.

En tercer lloc, es posa l'accent en les modalitats de permanència del sí del subjecte. Davant de l'*ethos* de Bourdieu, assentat en les estructures socials i les disposicions inconscients, l'autor torna a apostar per les nocions de Ricoeur, en aquest cas la *promesa*, entesa com una disposició duradora, reflexiva i assumida, que enllaça amb la pràctica d'una consciència activa i el compromís ètic per part del subjecte.

La segona confrontació és amb **Jaques Derrida**; aquesta es planteja des de la heterogeneïtat —per no dir l'abisme— entre autors, però a la recerca de quelcom en comú. Michel troba el primer context pel debat en la crítica a la totalització hegeliana, malgrat que cada autor s'hi acostava de maneres diferents. Mentre Ricoeur aposta pel que Michel anomena un 'hegelianismo quebrantado', la via de Derrida seria la inversió del hegelianisme. Aquesta s'afirmaria en la diferència i l'alteritat, i apostaria per una deconstrucció que acaba amb tota distinció entre discurs racional i metafòric, ancorat en una semiologia incapaç de sortir del llenguatge. Ricoeur, en canvi, proposa articular —distingint-los— el discurs racional i el metafòric, d'acord amb la necessitat de pensar en una 'veritat metafòrica'. Aposta, així, per la obertura del desig al món, possibilitant una semàntica del desig i l'expressió del ser. Així mateix, subratlla l'autor, Ricoeur assenyala també les implicacions de portar a l'extrem, com fa Derrida, la diferència, atès que impossibilita qualsevol posada en comú amb les figures de l'alteritat.

La reflexió sobre la consciència de sí, sobre el subjecte moral, enfronta Ricoeur amb Derrida, quan el primer s'inscriu dins d'una hermenèutica metodològica, que admet diàleg amb les ciències socials, i el segon es manté —mitjançant Heidegger— en una hermenèutica ontològica que ens condueix, novament, a la deconstrucció i a una diferència totalitzant: la *presència* queda diluïda i és impossible referir-se a l'altre sense violentar-lo. Si aquesta via —pròpia de Derrida— pot desembocar en desmoralització i despersonalització del subjecte, Michel situa Ricoeur —amb Kant a l'horitzó— més a prop d'una ètica de la responsabilitat davant dels altres, sent allò que testimonia un residu de subjectivitat.

Finalment les llunyanies i proximitats entre autors s'emmarquen en les discussions ètiques i polítiques sobre la justícia. La oposició en aquesta qüestió confronta la visió ricoeuriana de proporcionalitat i de distribució igualitària, amb la derridiana de dissimetria ètica i de responsabilitat infinita. Tanmateix, Michel reconeix punts d'encontre, encara que amb lèxics diferents: en el que Ricoeur entén com *amor* i Derrida com a justícia. Aquí la *lògica de la sobreabundància* —basada en donar sense expectativa de rebre— es diferencia de la *lògica de l'equivalència*; però de nou

apareixen les diferències: mentre Derrida es fixa tant sols en la primera, Ricoeur proposa no perdre'n cap de vista, entenent que la lògica de l'equivalència pot fer més viable el manament de l'amor. D'aquesta manera, Ricoeur és presentat com a crític de la modernitat allunyat de qualsevol postmodernisme.

El tercer debat és amb el filòsof francès **Gilles Deleuze**. L'autor reconeix la llunyania que separa ambdós filòsofs, però també —com passava amb Derrida— algun punt comú que, almenys, possibilita l'exercici de confrontació. En aquest cas els autors sí que han mantingut algun diàleg, per mínim que sigui: un ha estat referència de l'altre en algun moment de la seva obra. Tot i això, Michel ens assenjala que Ricoeur no cita mai les obres de Deleuze posteriors al maig del 68, concretament els dos volums, escrits amb Felix Guattari, *Capitalismo y esquizofrenia*; obres a partir de les quals —fonamentalment— Michel proposa la confrontació. Aquesta es desenvolupa a través de tres espais d'intersecció entre tots dos autors.

El primer és el dedicat a l'*esdeveniment*. Aquesta noció es planteja tant per Ricoeur com per Deleuze, des d'una ambició postestructuralista, orientada a sortir de la clausura del sistema que suposa l'estructuralisme, per tal de revitalitzar el ser, el subjecte, l'agència: serveix per acostar-se, per tant, a l'acte d'enunciació. No obstant, Michel de seguida ens adverteix que els autors es troben en 'mons filosòfics' diferents. Ricoeur pretén recuperar el ser a través de la metàfora, superant el sistema, la clausura, però mantenint el subjecte; Deleuze i Guattari, en canvi, pretenen —es diu— 'matar la metàfora', afirmant múltiples agenciaments sense objecte ni subjecte. L'esdeveniment per Ricoeur és el que permet sortir de la sincronia estructuralista, si bé aquest sempre se situa en un marc narratiu: la introducció de la paraula en la frase i en el discurs. Així, el sentit de l'esdeveniment sempre queda inscrit en el marc d'un relat que es pretén intel·ligible com un tot. Per contra, tal i com Deleuze defineix l'esdeveniment a *La lógica del sentido*, es refereix a quelcom no narratiu, no figurable (no pas no lingüístic), un 'extra-ser' que resulta d'un xoc o entre —interpreta Michel— entre coses, és quelcom que emergeix i passa. Per tant, el debat queda entre el sentit d'un esdeveniment narrativitzat i el que l'autor en diu —amb més o menys raó— una filosofia del no sentit.

La segona intersecció pretén ser una aproximació al sentit i a la noció de subjecte a través de les influències que ambdós autors extreuen de la psicoanàlisi freudiana. L'aposta de Ricoeur és una lectura de l'obra de Freud des de l'articulació entre els components energètics de la força (allò pulsional) i del sentit, situant a la psicoanàlisi com una teoria hermenèutica encarregada de la interpretació dels símbols de doble sentit. Deixant a banda la relativa proximitat inicial de Deleuze amb la psicoanàlisi freudiana i inclús kleiniana, el treball conjunt amb Guattari es converteix en un

distanciament absolut respecte el paradigma psicoanalític, i més encara respecte a la lectura ricoeuriana, segons interpretem més fidel a Freud. Els autors semblen situar en primer pla el component energètic (encara que amb nul diàleg amb les ciències biològiques), per tal de criticar el model interpretatiu freudià, basat en bona mesura en els drames edípics i familiars. En el lloc de la interpretació hi proposen l'*esquizoanàlisi*, que si bé no es troba lliure de components interpretatius, té com a objectiu acabar amb el subjecte, negar qualsevol tipus de subjectivitat en favor del que en diuen *rizoma*. L'esquizoanàlisi, al contrari de la lectura de Freud que fa Ricoeur, atén a la superfície dels elements inconscients, abordant-los literalment. Així es pretén una terapèutica orientada a la lliure circulació de desitjos, intensitats, devenirs, que no queden 'tancats' en cap subjecte. En aquest sentit, les propostes són contràries: Ricoeur proposa acostar-se —limitadament— al subjecte a través del sentit que revelen els signes i els símbols, a on la força s'objectiva; es tracta d'arribar a un subjecte més lliure i transparent per sí mateix. Per Deleuze i Guattari l'objectiu és desfer qualsevol tipus de subjectivitat i apostar per l'experimentació.

La tercera intersecció és el terreny de l'ètica i la moral. Aquí els autors mantenen aquesta 'llunyana proximitat'; l'apropiació de l'ètica de Nietzsche i Spinoza en alguns moments de l'obra de Ricoeur planteja un camp en comú: s'afirmen en el valor de la bona vida, amb la condició de mantenir aquesta fora del govern de la llei. No obstant, el desenvolupament de l'obra ricoeuriana, segons Michel, passa novament per la influència de Kant i la 'petita ètica', on la moral, vinculada a la llei, serviria per posar a prova l'ètica de la vida bona. En aquest punt, la distància amb Deleuze torna a fer-se patent.

En el quart capítol el diàleg és amb **Michael Foucault**, encara que en aquest cas, a diferència de la resta de capítols, Michel desenvolupa una lectura d'inspiració foucaultiana de l'antropologia de Ricoeur, més que una confrontació. El capítol pivota al voltant de la tesi de Foucault segons la qual el coneixement seria indissociable d'una exigència de cura de sí, d'una forma d'ètica que des de la filosofia s'ha denominat *espiritualitat*. La modernitat plantejaria una separació d'ambdues dimensions fins llavors connectades. No obstant, Foucault pensa que hi hauria una certa revitalització d'aquesta tradició trencada. La hipòtesi que Michel elabora, justament, pren aquesta direcció: l'obra de Ricoeur es desenvoluparia en aquest sentit, sent una renovació de l'atenció al problema de la cura de sí.

L'autor mostra com la filosofia de la *mediació* de Ricoeur implica un camí cap el coneixement i transformació de sí del subjecte. Conèixer les mediacions és la clau de volta, és l'activitat —el desxiframent— que connecta l'espiritualitat ricoeuriana i foucaultiana, en tant que reconeixement de la formació pràctica del subjecte i l'accés a

la veritat, al coneixement. En efecte, Ricoeur no només passa en la seva obra per un moment 'cartesià', en el qual la ciència es marca com a únic objectiu la millora del coneixement, sinó també per la relació entre el coneixement i la cura i la transformació de sí (com una alternativa al marxisme que pren també aquesta direcció). D'aquesta manera, l'espiritualitat present en l'epistemologia hermenèutica de Ricoeur apunta a l'eficàcia dels mètodes i de les tècniques interpretatives en la capacitat del sí de coneixes millor a través del desxiframent de les objectivacions de l'existència humana (signes, símbols). I aquest accés al coneixement suposa també, afirma Michel, una transformació de sí i un treball previ de sí. Per tant, la transformació és la clau de l'accés al coneixement de sí i el producte del mateix.

Serà a partir dels anys 80 i 90 quan Ricoeur desenvolupa la seva obra mestra d'antropologia filosòfica amb *Sí mismo como otro*. En aquest cas, a diferència de l'hermenèutica plantejada en les obres anteriors, la cura de sí —que no del jo, pel correlat egocèntric que d'aquest en deriva— seria segons Michel l'ètica d'una vida bona en i per els altres en unes institucions justes. L'objectiu de Ricoeur en aquesta segona etapa, ens diu l'autor, seria el de construir ponts entre el coneixement de sí i la cura de sí, fins i tot respiritualitzant tradicions filosòfiques com l'analítica (Strawson, Searle, Austin...) que d'entrada rebutjarien la relació entre veritat i transformació. D'aquesta manera Ricoeur estendria la qüestió de la cura de sí, fent un pas més al del devenir humà i adult, i posant-se com a objectiu de la transformació la vida bona i les institucions justes.

La darrera confrontació es realitza amb **Cornelius Castoriadis**, més concretament, a partir dels punts de convergència dels autors amb l'estructuralisme i el marxisme: allò històric, imaginari i polític. Michel comença revisant les aportacions dels autors a propòsit de la noció d'*imaginari*. En destaca la concepció positiva de la imaginació i la crítica a la divisió marxista entre infraestructura i superestructura. En aquest punt els autors s'acosten, quan Ricoeur parla de la funció *integradora* de la ideologia i Castoriadis ho fa de les *significacions imaginaries socials*. Ambdues nocions intenten captar la dimensió constituent de l'imaginari en la realitat social, superant així la visió de simple distorsió de la realitat. Es tracta d'una dimensió fonamental per a les ciències socials, en la mesura en que permet definir el nivell social, col·lectiu de l'imaginari, més enllà de les idiosincràsies individuals. Tot i això, Ricoeur manté d'alguna manera la noció negativa de la ideologia en tant que distorsionant de la realitat. Visió que Castoriadis, tot i reconèixer, la depura de tota influència marxista. Ricoeur apel·la a Weber, a través d'una lectura que articula la dominació i la plusvàlua marxista: sempre hi ha més pretensió per part del poder en la seva legitimitat que les creences que la societat pugui tenir. Però Castoriadis es separa del francès en favor

d'una lectura psicoanalítica que entendria la distorsió de l'imaginari vinculada a l'inconscient: es definiria una analogia entre la mistificació individual i la col·lectiva. En aquesta última, els membres d'una societat creuen que les lleis, les institucions, estan fixades per sempre per un Altre (sigui aquest Déu, la Naturalesa o la Història), de manera que no reconeixen que aquestes són obra pròpia.

La segona discussió destacada, a l'entorn de les possibilitats d'autonomia col·lectiva torna a allunyar ambdós autors. Mentre Castoriadis es manté optimista, segons Michel, entenen que les societats es poden reconèixer com a productores de la seva història, Ricoeur no comparteix la mateixa visió. Aquest es manté en la tradició que afirma les dificultats d'una *creació* institucional, enfront de la capacitat d'allò imaginari com a component instituent que afirma Castoriadis. Aquest faria possible la nova creació social. Però aquesta visió nega tota ciència històrica, atès que suposa dificultats en l'explicació de la nova creació, en la mesura en que la novetat sociohistòrica quedaria deslligada de qualsevol causa.

Finalment, la qüestió de la utopia sembla allunyar una mica més els postulats dels filòsofs. Mentre Ricoeur entén, amb influències habermasianes i arendtianes, la utopia com a laboratori, com a espai per la *possibilitat* i la crítica, Castoriadis s'hi refereix en termes de mistificació. Aquest prefereix fixar-se en processos històrics i socials reals on sembla que s'ha desenvolupat un projecte d'autonomia, més que en un espai per a la distància crítica. I així, en el pla on Ricoeur opta pel reconeixement en el marc d'un Estat, entès com a *res publica*, Castoriadis manté una visió de desconfiança amb l'Estat: entén que cap projecte d'autonomia podria ser compatible amb l'existència d'un Estat, per més democràtic que aquest sigui. D'aquesta manera, Michel ens mostra que si l'anàlisi d'allò imaginari i la teoria del subjecte possibilitaven punts comuns entre autors, l'abordatge de les institucions marca una separació entre els mateixos, difícil de salvar.

L'obra conclou defensant la hipòtesi segons la qual la filosofia de Ricoeur pot situar-se en una variant particular de l'estructuralisme. D'aquí que el joc de confrontacions entre autors permeti a Michel parlar de postestructuralismes en plural, en la mesura en que cada un d'ells, inclòs Ricoeur, adopten una forma particular de superar-lo. En conjunt, com hem vist, més enllà dels objectius immediats que es marca l'autor, l'obra ofereix un interessant repàs sobre algunes qüestions fonamentals de l'obra de Paul Ricoeur, especialment per aquells lectors no experts en els treballs del filòsof. I en aquest sentit, la confrontació actua com a exercici de contextualització, el que facilita la ubicació de Ricoeur en el debat entre diverses posicions filosòfiques que li són contemporànies. Tal vegada, des de la perspectiva de les ciències socials a l'obra li manca una reflexió més profunda sobre els aspectes i les implicacions

metodològiques que es poden extreure de la confrontació entre autors, especialment des de la perspectiva de l'anàlisi qualitativa. Els autors amb qui es proposa la discussió admetrien —al nostre entendre— una aproximació en aquest sentit. La inclusió d'autors com Barthes podrien facilitar l'exercici proposat. Tanmateix, l'obra aporta elements de reflexió més que útils pel que fa el pensament sobre l'antropologia del subjecte, sent aquest i la defensa de l'obra de Paul Ricoeur els fils conductors del conjunt del llibre.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)



Jose Emilio Burúcia (2013).

El Mito de Ulises en el Mundo Moderno. Buenos Aires: Eudeba.

ISBN: 978-950232183-7

Maximiliano E. Korstanje

Universidad de Leeds; maxikorstanje@arnet.com.ar

Resumir a Ulises y su desempeño dentro del mundo homérico en una reseña es una tarea imposible. No obstante, una lectura rápida nos revela que la epopeya comienza luego de la guerra de Troya. Muchos lo creen muerto en batalla, y Odiseo-Ulises no ha podido retornar a su reino. Enemistado por Poseidón, Ulises llega a la tierra de los *lotófagos* para luego toparse con Polifemo, Ciclope, quien no sólo niega el derecho de hospitalidad a nuestro héroe, sino que toma de rehén a toda su tripulación para que le sirvan como alimento. Ulises emborracha y ciega al ciclope para poder escapar. Este evento desata la ira de su padre, el dios del Mar (Poseidón). En la isla de Circe, algunos de sus hombres son convertidos en cerdos por una temible hechicera. Ulises logra devolverlos a su estado natural (con ayuda de los dioses) e interpela a la bruja sobre el futuro. Ella le dice que su camino a Ítaca no será fácil. Una vez en el Hades, habla con los héroes muertos Aquiles, Ajax y Agamenón. En su camino, topa con las ya conocidas sirenas. Para evitar tirarse al mar, Ulises pide a sus marineros que lo aten a la vela de su barco. Luego de salvar su vida en Helios tras negarse a comer de las vacas sagradas, toda la tripulación muere a orilla de otra isla, Calipso, producto de una tormenta. Conmovido por sus historias y su necesidad de abrazar nuevamente a su tierra, los feacios llevarán a Ulises a Ítaca para reencontrarse con su reina, Penélope. Pero las cosas no parecen tan sencillas, ella tiene muchos pretendientes que la cortejan. Disfrazado de mendigo, Ulises llega al reino y les da muerte a todos ellos.

El Mito de Ulises en el Mundo Moderno se contempla como esos trabajos que no sólo atraviesan la prueba del tiempo, sino como una guía útil para comprender el impacto de la alegoría, o lo que los etnólogos conocieron como mito-poiesis, en la cultu-

ra. José Emilio Burucúa, filósofo argentino quien no necesita presentación, en 22 fascinantes capítulos nos explica la importancia del arquetipo de Ulises para solidificar los valores culturales de Occidente desde la antigüedad hasta la modernidad. Obviamente, un proyecto de esta envergadura posee algunas lagunas las cuales son reconocidas por el autor. No obstante a ello, el libro busca discutir la influencia de las aventuras de Ulises sobre el concepto occidental del descubrimiento, la ambivalencia política, la hospitalidad, del deber moral y la lealtad a Penélope. Las diversas estructuras de poder han interpretado a Ulises según sus propias expectativas, contexto, y necesidades. El orden racional por el cual Ulises desoye el sonar de las sirenas es concebido como el deber de todo político para con su pueblo. Un llamado al orden en medio de un periodo de sensibilidad o de anarquía (monarca restaurador del orden perdido). Por otro lado, el retorno a Ítaca a pesar de la furia de Poseidón y todos los obstáculos sufridos por Ulises y su tripulación, exhiben el temple del carácter humano. La expansión asociada a la necesidad de introducir a la hospitalidad como una forma de relación y disciplinamiento con “el otro” tienen su pasaje cuando Polifemo le niega hospitalidad a Ulises violando así una de las leyes más sagradas del Olimpo. Como castigo, el ciclope es cegado por Ulises quien logra escapar. El hecho de haber dado de beber vino al ciclope, bebida desconocida para él, apela a una naturaleza escondida y engañadora en Ulises. Cada época ha representado su propia alegoría alrededor de este héroe mítico, empero el argumento central del trabajo aduce al siguiente axioma. El ethos capitalista industrial ha preservado la figura de Ulises no sólo para legitimar su propia expansión sino el uso y explotación de la propiedad burguesa. Ulises renuncia a la “inmortalidad” para gozar de todos sus bienes y de su reino, a la vez que se instala una dialéctica de la racionalidad que se corresponde con el apego a la vida terrenal. El goce de las mercancías que produce el capitalismo moderno puede ser considerado una condición equiparable a la necesidad constante de retornar. En este sentido, agrega Burúcuca, la Odisea homérica se remite a la muerte de Pisistrato, tirano de Atenas. Su hijo ordena la primera versión escrita de los poemas homéricos al punto que fueron atesorados como una verdadera reliquia para la ciudad. Desde entonces (siglo V A.C.), poetas, filósofos y pensadores han visto en Ulises un modelo arquetípico cuya representación habla de las sociedades que se proyectan en su construcción. Particularmente, el libro del profesor Burúcuca en sus diferentes fases nos ofrece un panorama ilustrativo del impacto que ha tenido Ulises en la cosmogonía occidental y moderna.

En parte, su tesis coincide con abordajes pasados en donde postulábamos que toda cultura nace de un viaje primigenio, de los héroes primordiales, en donde los peligros que el héroe logra sortear con éxito (debido a su fortaleza física y moral) dan a los mortales una guía práctica para seguir en épocas de incertidumbre y desorden. La concepción europea de la cultura, su ethos y configuración se determinan por esta expe-

riencia previa, narrada en forma de desplazamiento originario. Esta idea invierte el pensamiento heterodoxo que señala a los viajes como consecuencias de la naturaleza sedentarias de las sociedades. Por el contrario, toda cultura nace y se desprende de un viaje iniciático. De esta manera, no es extraño observar la tendencia de Occidente a considerar el devenir del saber cómo producto del movimiento para captar eventos sensibles al espíritu humano. A diferencia de las organizaciones recolectoras y cazadoras, las sociedades sedentarias figuran “al viaje” como un mecanismo de apropiación y control del Cosmos que permite legitimar el binomio nosotros y ellos. Todo conocimiento que se precie de tal (saber religioso o científico) se extrae, de esta forma, de una experiencia devenida del viaje (Korstanje y George 2015). Por último, pero no por eso menos importante, es importante destacar que en la cosmología burguesa la cual valoriza la “lucha de todos contra todos” (darwinismo social), Ulises ha permanecido como un elemento mitológico importante por dos motivos centrales. Por un lado, muestra la necesidad de pertenecer a un mundo de elegidos en donde todos mueren menos el héroe, mientras por el otro, asegura un lugar importante para la racionalidad (cadena de medios y fines) en el alcance de los objetivos. El capitalismo moderno, como el mito de Ulises, se sustenta bajo una lógica de explotación en donde pocos ganan mucho y muchos obtienen poco. Esta realidad sólo es ideológicamente aceptable gracias al mundo de la Reforma en donde los pocos elegidos de Dios vivirán por siempre. El capitalismo acude al “darwinismo social” para evitar que todos los agentes tomen consciencia de sus verdaderas posibilidades de fracasar. Como en *realities* como *Big Brother*, el film *The Hunger Games*, *el Arca de Noe*, incluso Ulises, los participantes entran en juego porque no saben sus posibilidades pero creen ser parte de esa elite de elegidos. Pero obviamente, la suerte niega el destino de quienes secundan al *héroe viajero*, pues todos van a morir menos uno (Korstanje, 2014). Esta forma de comprender el mundo ha sido funcional a la precarización laboral del mundo burgués capitalista. Esta puede ser la razón central del porqué, como se pregunta Jose Emilio Burúca, esta obra ha sido ampliamente teatralizada y reproducida en la época moderna.

Referencias

- Korstanje, Maximiliano (2014). Noah que encierra el mito del Arca de Noé? *Argus-a*, 4(14), 1-7.
- Korstanje Maximiliano & George Babu (2015). The Media or the Message?. An examination of myths as resources to understand the tourism phenomenon. *Int. Journal of tourism Anthropology*, 4(2), 122-141.
<http://doi.org/10.1504/IJTA.2015.070055>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

Tesisteca

NA LEI E NA MARRA: SOCIOGÊNESE DAS FORMAS DE LUTA PELA TERRA, 1950-1964

BY THE LAW AND BY STRUGGLE: FORMS OF CLAIMS SOCIOGENESIS, 1950-1964

Bernard Alves

**Universidade Federal de Roraima / Universidade Estadual de Roraima;
bernardjpa@yahoo.com.br**

Resumo

Palavras-chave

Reforma agrária
Governos estaduais
Pernambuco
Rio Grande do Sul.

O período que antecede o golpe militar de 1964 foi marcado por tensões no campo brasileiro, com intensa participação de grupos organizados demandando projetos de reforma agrária e acesso a direitos. Esta pesquisa propõe uma análise de diferentes formas de luta colocadas em prática nos estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco entre o final da década de 1950 e início de 1960. O primeiro foi palco de mobilizações legitimadas pelas iniciativas do governo de Leonel Brizola (1959-1963). No segundo emergiram as Ligas Camponesas, movimento que corporificou a luta pela reforma agrária no país à época, sedimentando espaço para o avanço da sindicalização dos trabalhadores rurais, durante o governo de Miguel Arraes (1963-1964). Assim, a tese busca apontar como estas alternativas contribuíram para a consolidação de instrumentos que se mantiveram como fonte de resistência, mesmo depois do avanço da repressão imposta pelo regime militar brasileiro.

Abstract

Keywords

Land Reform
State governments
Pernambuco
Rio Grande do Sul

Tensions in the Brazilian countryside characterized the period before the military coup of 1964, with the intense participation of organized groups demanding land reform projects and access to rights. This research proposes an analysis of different forms of struggle put into practice in the states of Rio Grande do Sul and Pernambuco between the late 1950s and early 1960s. In the first state, there were mobilizations legitimized by Leonel Brizola government initiatives (1959-1963). The Peasant Leagues emerged in the state of Pernambuco; this movement embodied the struggle for agrarian reform in the country at the time, settling space for the advancement of rural workers unionization, during Miguel Arraes government (1963-1964). Therefore, the thesis seeks to identify how these alternatives contributed to the consolidation of instruments that have remained source of strength even after the advance of repression imposed by the Brazilian military regime.

Alves, Bernard (2015). Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964. *Athenea Digital*, 15(3), 255-264. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1645>

Introdução e (re)definição do objeto

O objetivo da tese é destacar como duas iniciativas de luta, que nomeei de “forma na marra” e a “forma na lei”, foram significativas para a construção de uma base tanto social, quanto política, para o encaminhamento da luta por terra e reforma agrária no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Minha primeira proposta de projeto para a tese tinha um objetivo diferente daquele alcançado ao final da pesquisa, inicialmente buscava comparar a política agrária dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco durante os anos de 1959 e 1963. Este período compreenderia os governos de Leonel Brizola, Carvalho Pinto e Cid Sampaio, respectivamente. A iniciativa buscava recolher traços de alguns dos primeiros projetos de distribuição de terras em

âmbito estadual e trazer à tona as primeiras ações de Estado na direção do reconhecimento da necessidade da reforma agrária. Ainda no início da pesquisa fui questionado sobre o porquê de não alcançar o ano de 1964, uma vez que um dos declarados motivos para o golpe militar foi exatamente a luta pela reforma agrária empreendida pelos mais diversos atores sociais. Assim, deixaria de lado a possibilidade de explorar iniciativas como o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 (lei nº 4.214, de 2 de março de 1963), o avanço nas bases da discussão do Estatuto da Terra de 1964 (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) e, principalmente, o acirramento do debate político sobre a reforma agrária, que se acentuou nos últimos momentos democráticos.

Uma simples mudança de recorte temporal, passaria a contemplar também os mandatos de Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul, Adhemar de Barros em São Paulo e Miguel Arraes em Pernambuco. No exercício de alongar minha análise, os limites do enquadramento analítico que havia construído começaram a aparecer. Me perguntava se seria correto aproximar o caso pernambucano do gaúcho estritamente pela presença do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e das Ligas Camponesas em seus respectivos contextos. Do ponto de vista das ações práticas, havia a necessidade de se pagar pela terra fosse ela proveniente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), no Rio Grande do Sul, da Revisão Agrária, em São Paulo, ou da Companhia de Revenda e Colonização, de Pernambuco. Mesmo que o prazo para o pagamento fosse diferente, essa característica seria o bastante para estabelecer um modelo de distribuição de terras como progressista e outro como conservador? Além disso, o acesso à terra não era garantido a todos, mas somente àqueles que preenchiam os pré-requisitos de cada empreendimento, em todos os casos.

Quando são consideradas todas estas possibilidades, as ações dos governos estaduais em muitos pontos se assemelhavam. No caso de Brizola, ao nomear seu órgão de colonização como Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, o governador buscava capitalizar forças nos setores da esquerda e se posicionar politicamente diante da emergência da aclamação pela reforma agrária. Ao mesmo tempo, a proposta paulista de Revisão Agrária, de Carvalho Pinto, pretendia mostrar alternativas que não desapossassem grandes proprietários, mas ainda assim realizasse assentamentos, isto é, era proposta uma alternativa às desapropriações que geravam ruídos nos setores detentores de terras.

Neste sentido, vi a necessidade de uma vez mais mudar o enfoque da pesquisa, pareceu-me mais revelador buscar não a comparação direta entre os modelos adotados pelos estados brasileiros à época, mas fornecer elementos de como foi construída a luta; sem me concentrar estritamente nos limites da ação estadual, mas colocando em

análise as pressões dos atores que efetivamente integraram a luta pela reforma agrária nos estados entre o final da década de 1950 e início de 1960.

Partindo dessa nova perspectiva, optei por concentrar a análise somente nos casos de Rio Grande do Sul e Pernambuco. Nessa decisão, pesou especialmente o maior investimento que já havia sido feito na pesquisa desses dois estados. Nesta tese, busca-se verificar como ações políticas e sociais no Rio Grande do Sul e em Pernambuco imprimiram marcas distintas na luta pela reforma agrária no Brasil da época, convertendo-se em premissas para a resistência das populações rurais a partir daquele momento. Desloco a ideia inicial de centrar esforços em analisar a construção da política agrária dos estados, fechadas em si mesmas, para uma análise que se concentre efetivamente nas forças que operaram na luta por reforma agrária nos dois contextos, sendo possível elaborar uma análise que confira a importância merecida aos diversos atores que se envolveram em cada processo de luta. O contexto político que marca cada um dos estados não será desprezado, mas este será mobilizado na medida em que se mostra eficiente para compreender o desenrolar da própria luta.

Desde quando comecei a me aventurar na análise do caso gaúcho, uma pergunta me acompanhava na voz dos mais diversos interlocutores que tomavam parte do trabalho: Mas e as Ligas Camponesas? Mesmo com um considerável investimento sob o caso gaúcho, ainda levava comigo a necessidade de colocá-lo em perspectiva às Ligas. Assim, com o passar do tempo e o avanço na pesquisa, cada vez mais via-me obrigado a revisitar os acontecimentos do Rio Grande do Sul, tomando por base a repercussão que as Ligas promoveram, especialmente a partir de Pernambuco.

Durante o ano de 1961, a luta por reforma agrária, passou a reverberar uma máxima elaborada durante uma congregação camponesa: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” tornou-se a bandeira de luta das Ligas Camponesas. Nessa tese, penso que estão contemplados esses dois extremos ao destacar os casos de Rio Grande do Sul e Pernambuco. O primeiro se construiu ao redor de dispositivos constitucionais, já o segundo teve como marca de parte de sua luta a criação de dispositivos militares, ambos em seus momentos de maior tensão. Os caminhos tomados aqui pretendem evidenciar a riqueza da construção das diferentes formas de luta por reforma agrária que operaram no país naquele período.

Ao deslocar a perspectiva da análise da política agrária dos governos estaduais para os caminhos pelos quais a luta pela terra se configurou nos contextos específicos de Rio Grande do Sul e Pernambuco, percebi que a pesquisa se tornava mais completa por não definir a prerrogativa da ação estatal frente a importância da atuação dos grupos organizados, isto é, é a própria relação entre Estado e movimento social que viria a

definir o lugar de cada um, sua importância e significado. Neste sentido, a construção do que denomino “forma na lei” e “forma na marra” está diretamente relacionado ao debate apresentado por Lygia Sigaud (2000) e Marcelo Rosa (2004).

Sigaud (2000) desenvolve a noção de “forma acampamento” a partir de seu investimento de pesquisa na zona da mata pernambucana. Aponta que os acampamentos presentes naquela região eram muito mais do que uma simples reunião de pessoas. Através do tempo, houve um processo de consolidação de um modelo, que trazia à tona signos característicos de um determinado tipo de demanda; naqueles casos, por reforma agrária: barracas de lona preta, uma bandeira hasteada, maneiras específicas de realizar as ocupações, bem como uma linguagem própria ao acampamento. Todos esses elementos consolidavam uma forma de tornar legítima aquela reivindicação e, especialmente, estabelecer um canal eficaz de diálogo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como representação do Estado brasileiro.

Partindo dessa construção teórica, Rosa (2004) desenvolveu o que chama de “forma movimento”, diretamente ligado às implicações da “forma acampamento”. Para o autor, a “forma movimento” é produto da consolidação da ação coletiva verificada também em Pernambuco. Ele destaca que a experiência bem-sucedida do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na região construiu uma linguagem de ação que outros movimentos passaram a reproduzir para que tivessem suas demandas consideradas legítimas e também passíveis de serem atendidas pelo poder público. As duas formas, colocadas em destaque, indicam a existência de canais específicos pelos quais determinadas práticas de reivindicação se mostraram eficientes.

Entretanto, é importante que se destaque que tanto a “forma acampamento” quanto a “forma movimento” são construções produzidas a partir de observações posteriores ao marco temporal explorado nesse trabalho. Estas dão conta de uma realidade alocada entre o final da década de 1980 e durante a década de 1990. Assim, ao concentrarme em momentos anteriores, acredito contribuir na direção da sociogênese (Elias, 2006) tanto dos canais de demanda entre Estado e movimentos sociais quanto no próprio repertório de ação coletiva (Tilly, 1995) mobilizado pelos demandantes.

Formas de luta e suas conexões

A tese está estruturada em três capítulos. Os dois primeiros se encerram aproximadamente num mesmo período, entre o final de 1962 e início de 1963. O primeiro diz respeito ao caso pernambucano e a construção do que denomino “forma na marra”. Concentra-se especialmente em revistar a própria construção das Ligas Camponesas, dando especial enfoque às transformações que foram ocorrendo dentro do movimento em

função de sua ampliação pelo país e, especialmente, das mudanças no quadro político nacional e internacional. Estas últimas culminam na transformação das Ligas, que inicialmente militava à luz do código civil na defesa dos camponeses, para um movimento que passava a considerar a luta armada como possibilidade e estratégia legítima de solução para o problema do acesso à terra no Brasil.

Ao longo do primeiro capítulo busquei explorar, especialmente por meio do confronto de diferentes versões, as mudanças nos posicionamentos adotados pelas Ligas Camponesas entre meados da década de 1950 e o início da década de 1960. A principal contribuição que pretendo apresentar neste caso é estabelecer algumas correlações que nos permitam compreender a mudança do perfil de atuação do movimento que melhor personificou a luta por reforma agrária até o golpe militar de 1964, além de possíveis desdobramentos desse processo.

A luta do movimento se inicia relativamente restrita, vinculada aos posseiros do Engenho Galiléia, particularmente orientada sob princípios do ordenamento legal existente, isto é, o Código Civil era o principal instrumento de resistência mobilizado. A luta se origina por terra, pela permanência nela, e gradualmente se consolida na direção da reforma agrária. Para entender essa transição, que se consagra no Congresso de Belo Horizonte em 1961, deve ser considerada a aproximação do movimento com Cuba e compreender as disputas que passaram a ocorrer dentro das Ligas Camponesas. As diversas versões apresentadas ao longo do texto tendem a posicionar a figura de Francisco Julião como um líder que desfruta de uma unanimidade com os camponeses que não se repete entre os militantes. Para aqueles que viveram o cotidiano do movimento, Clodomir Moraes é constantemente referendado como alguém de mais importância do que somente a função de “assessor”, que se anuncia. Se não é possível definir com precisão os limites objetivos do poder do próprio Julião, fica bastante claro que ao menos a parte dos dispositivos militares, passava necessariamente por uma gerência de Clodomir Moraes. Fato que corrobora fortemente essa condição é própria extinção da iniciativa em 1963, justamente o período em que o último esteve preso.

Outro desdobramento importante a ser considerado é o quadro de fragmentação do movimento que pode ser constatado já ao final do ano de 1962. A maior parte dos relatos dão conta da instabilidade interna ao movimento em decorrência das posturas adotadas por Clodomir Moraes e da decisão de Julião em não o afastar do movimento. Essa medida, que *a priori* visava garantir a permanência de um quadro, que esteve ao lado de Julião desde os primórdios da organização, acabou sendo um importante revés na sobrevivência das Ligas. Ao decidir manter Clodomir no movimento, Julião, ainda que indiretamente, forçou a saída de outros militantes, incomodados com as posições adotadas pelo “assessor” do movimento. Ainda que Julião apostasse na capacidade de

Clodomir, sua permanência se mostrou ineficiente a partir do momento em o mesmo foi preso. Ao final de 1962, Julião perdia quadros de liderança e de militância. Essa condição precisa ser tomada em conta para entender o posicionamento das Ligas Camponesas em Pernambuco e no restante do país durante o ano de 1963 até 1964. Mais do que somente a emergência de atores como a Igreja e o Partido Comunista (PCB) na luta pela representação das populações rurais, a decadência das Ligas na rivalização com estes novos atores precisa contemplar sua (des)estruturação interna; o movimento chegava enfraquecido diante do novo paradigma de luta que se configurou a partir do início do ano de 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e do avanço da sindicalização no campo.

O encontro entre as aspirações camponesas e a transpiração da militância, das mais diversas matrizes, é chave importante para entender como um movimento, com significativos distúrbios internos como os que foram apresentados, foi capaz de experimentar tamanha expansão. Dimensão que ajuda a compreender a construção que definiu de “forma na marra” para caracterizar o potencial de impacto que as Ligas Camponesas desfrutaram na publicização da necessidade da reforma agrária no país. Para além de todos os problemas, foi graças ao discurso de radicalização adotado pelo movimento em suas manifestações e práticas – vide à alternativa da adoção dos dispositivos militares – que podem ser percebidas algumas respostas significativas por parte do Estado brasileiro na direção do enfrentamento dos dramas das populações rurais. Assim, a “forma na marra” explora o potencial de transformação que as Ligas Camponesas foram capazes de promover em torno do problema do acesso à terra e da reforma agrária no país entre o final da década de 1950 e início da 1960. Acredito que grande parte das tentativas, ainda que paliativas à solução do problema, precisam ser contempladas à luz da imposição do tema pelo movimento nascido em Pernambuco.

O segundo capítulo se concentra em revisitar o caso do Rio Grande do Sul, durante o mandato de Leonel Brizola à frente do governo estadual. O principal objetivo do capítulo é mostrar como, no caso gaúcho, a própria emergência das reivindicações de luta por terra e reforma agrária foram, em grande medida, influenciadas pelo estímulo e participação do próprio governo, fundamentais para a construção do que denomino “forma na lei”. A aclamação pela reforma agrária que ganhava espaço no país a partir da expansão das Ligas gerava a necessidade de respostas ao problema e, nesta direção, o governo gaúcho mobilizou recursos legais existentes na Constituição estadual de 1947 para não somente atender ao problema local, mas também oferecer um modelo que passou a operar mais tarde no âmbito federal.

A análise dos desdobramentos da luta por terra e reforma agrária no Rio Grande do Sul, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, nos leva a um exercí-

cio peculiar. Isto é, contemplar não somente a consolidação de um repertório de luta – a realização de ocupações; mas também colocá-las em perspectiva aos interesses do próprio governo estadual, que se envolve no enfrentamento dos problemas dos agricultores sem terra do estado.

A inovação a ser destacada na relação entre demandantes e demandados parece estar localizada na necessidade mútua de legitimidade e reconhecimento aos seus atos. Enquanto os demandantes de terra e projetos de colonização necessitavam do respaldo do Estado para sua segurança e permanência nos acampamentos, o governo estadual necessitava da exposição pública daquela demanda para que pudesse se colocar como um ator responsável por construir alternativas para um problema que não era exclusivo ao Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, ganhava cada vez mais importância. Naquele contexto, o recurso legal prestava-se não exclusivamente aos interesses dos grandes proprietários, mas na direção de construir uma alternativa legítima aos sem terra.

Não é recorrente, em especial no caso brasileiro, que a lei e a Justiça se prestem aos interesses das camadas populares. Entretanto, no que tange aos instrumentos utilizados na luta por terra no período anterior ao golpe militar de 1964, o recurso à lei se mostrou uma alternativa eficaz para o encaminhamento de importantes processos de luta, desde as Ligas Camponesas com uso do Código Civil; até a mobilização dos artigos 173 e 174 da Constituição do estado do Rio Grande do Sul pelo governo de Leonel Brizola.

Em relação ao último, ao considerar as diversas narrativas apresentadas ao longo do texto, é possível verificar como o encaminhamento de suas ações esteve diretamente relacionado às implicações que o tema da reforma agrária ganhava em importância. Uma recuperação dos fatos nos permite conceber a consolidação do que denomino de “forma na lei”, isto, é um modelo de enfrentamento do clamor pela reforma agrária que passava necessariamente pela utilização de um repertório legal pré-existente. Uma análise centrada a partir da descrição das ocupações em Sarandi e Camaquã e a relação entre o quadro de mobilizações do estado, bem como o levantamento prévio das propriedades com mais de 2500 hectares realizado pela Companhia Estadual de Terras e Habitação, dão o tom de uma iniciativa de enfrentamento do problema agrário que reforçava a condição de uma mútua dependência. Desde o apoio à consolidação do MASTER como um ator legítimo para personificar luta por terra localmente, até a construção de canais específicos para o atendimento dessa questão com o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, o governo estadual se cercava de instrumentos para informar ao restante do país que o Rio Grande do Sul havia consolidado um modelo a ser divulgado e ampliado.

O terceiro capítulo trata de estabelecer as conexões entre as duas formas de luta destacadas nos capítulos anteriores, isto é, busca evidenciar quanto alternativas distintas tinham um problema comum a ser enfrentado e, especialmente, como estas formas não poderiam ser pensadas de maneira separada. Temporalmente localizado em eventos ocorridos durante o ano de 1963 até as portas do golpe militar de 1964, propõe-se explorar as conexões das formas de luta apresentadas e os resultados desse encontro. Assim, explora-se especialmente a construção da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), vinculada ao governo federal, criada à luz da experiência do modelo empreendido pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, e os desdobramentos provocados pela atuação das Ligas Camponesas para a construção da política agrária de Miguel Arraes em Pernambuco.

O capítulo se propôs a explorar tanto o encontro da “forma na lei” com a “forma na marra”, quanto os desdobramentos dessas alternativas de luta gestadas sob circunstâncias específicas. A ocupação do Vale do Imbé, no estado do Rio de Janeiro, é tomada como referência para indicar que as duas formas produziram efeitos para além daqueles inicialmente pretendidos. O resultado prático da ocupação somente pode ser compreendido se for colocada em questão o processo de organização dos camponeses, originário da iniciativa das Ligas Camponesas com Pedro Porfírio, ao mesmo tempo em que o resultado efetivo da demanda – a desapropriação da área –, necessita ser contextualizada segundo as práticas inicialmente consagradas pelo grupo de gaúchos que controlava a recém-criada SUPRA.

Além disso, a própria posição do governo federal a respeito do encaminhamento do tema da reforma agrária, especialmente ao longo do ano de 1963, pode ser acompanhada por meio dos bastidores da SUPRA. Entre nomeações e afastamentos, é possível verificar a oscilação das intenções da política agrária do presidente João Goulart. Se, em um primeiro momento, as desapropriações de terra para fins de colonização estariam entre as possibilidades, ao menos segundo os interesses do grupo originário do IGRA; rapidamente essa alternativa é rechaçada com a substituição desses quadros e a nomeação de João Pinheiro para presidir o órgão. A partir daquele momento, as atenções estavam voltadas à implantação da sindicalização rural. Quadro que permanece quase até o final do ano de 1963, quando João Goulart inicia de maneira mais concreta a aplicação dos princípios das reformas de base, reconduzindo o recurso às desapropriações como uma das principais estratégias para o enfrentamento dos problemas das populações rurais quanto o acesso à terra.

Por fim, ainda no terceiro capítulo, a análise da construção da política agrária de Miguel Arraes em Pernambuco buscou evidenciar como muito das margens de possibilidade de ação, ou mesmo dos problemas a serem enfrentados pelo governo, foram

produto da ação anterior das Ligas Camponesas. Estas últimas que, apesar do processo de fragmentação que enfrentavam, ainda se constituíam em ator importante nas disputas locais. Ao mesmo tempo em que Igreja e o Partido Comunista passam a desfrutar de um lugar de destaque, o governo Arraes incentivou a sindicalização rural como alternativa para se fazer presente e atuante no enfrentamento dos problemas das populações rurais do estado.

Considerações Finais

A tese buscou explorar, por meio desse recorte específico, a construção de determinadas formas de luta que contribuíram para a ampliação das possibilidades de resistência das populações camponesas no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. É importante destacar que não foi intuito desse trabalho apontar que a “forma na marra” e a “forma na lei” foram as únicas estratégias efetivas de busca por mudança na estrutura agrária nacional, ou mesmo pela melhoria das condições de vida e trabalho no campo. O destaque aos dois modelos apenas refletiu as peculiaridades dos casos analisados e procurou estabelecer um diálogo com investimentos teóricos anteriores. Entretanto, acredito que o quadro recuperado permite compreender tanto os desdobramentos das ações do Estado brasileiro, quanto a construção de repertórios de ação orientados para a demanda por terra e reforma agrária.

Referências

- Constituição do estado do Rio Grande do Sul* (1947). Recuperado de http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=ab_rJmqsoWc%3D&tabid=3456&language=pt-BR
- Elias, Norbert (2006). *Escritos e Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Recuperado, de <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>
- Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Recuperado em 29 de setembro de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm
- Rosa, Marcelo (2004). *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese de Doutorado inédita, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Sigaud, Lygia (2000). A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, 58, 73-92.
- Tilly, Charles (1995). Contentious repertoires in Great Britain (1758-1834). In: Mark Traugot (Ed.), *Repertoires & Cycles of collective action* (pp. 15-42). Durham and London: Duke University Press.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

ETNOGRAFÍA CONECTIVA DE UNA PRÁCTICA DE INTERCAMBIO DE ARCHIVOS:
EL CASO BÚLGARO

A CONNECTIVE ETHNOGRAPHY OF A FILE SHARING PRACTICE: THE BULGARIAN CASE

Maya Ninova

Universidad Autónoma de Barcelona; maya.ninova@gmail.com

Resumen

Palabras clave

Etnografía
Intercambio de archivos
Comunidades online
Redes sociales

Este texto es un resumen de mi tesis doctoral en que intento mostrar algunos puntos clave del estudio. He optado por comentar de manera muy concisa las motivaciones que me han llevado a realizar el estudio en Bulgaria pero también mi inspiración metodológica y el trabajo de campo que he realizado. Aquí, introduzco también los tres principales actores en la red construida como resultado del trabajo etnográfico: Proveedores de Internet, Páginas *torrent* y Páginas de subtítulos.

Abstract

Keywords

Ethnography
File Sharing
Online Communities
Social Networks

This text is a summary of my dissertation where I try to show some key points of the study. I chose to discuss very concisely the motivations that have led me to conduct the study in Bulgaria but also my methodological inspiration and the fieldwork I have done. Here, I also introduce the three main actors in the network of relations, constructed as a result of the ethnographic study: Internet Providers, Torrents Trackers and Subtitling pages.

Ninova, Maya (2015). Etnografía conectiva de una práctica de intercambio de archivos: el caso búlgaro. *Athenea Digital*, 15(3), 265-278. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1663>

La práctica de intercambiar archivos

El intercambio de archivos por Internet es un tópico muy discutido en la sociedad contemporánea (e.g., Andersen y Frenz, 2007; Johnson, Mcguire y Willey, 2009) básicamente porque se cuestionan las nociones de propiedad intelectual y control sobre el flujo de artefactos culturales.

La industria dicta cuándo, dónde y cómo vamos a acceder al "conocimiento" pero esta posición hegemónica se ve amenazada por la llegada hace dos décadas de Napster que aportó a los consumidores mayor elección para acceder a la música a su conveniencia y a un precio que estaban dispuestos a pagar (Poblocki, 2001). Napster fue el precedente de un modelo de circulación desde abajo que alteró las "maneras tradicionales" de la industria que habían existido desde hace décadas, estableciendo las reglas de distribución, acceso y uso de artefactos culturales. Estos cambios resultaron en la eliminación de muchos jugadores, proceso llamado "desintermediación". Así mismo, las actividades de intercambio de archivos son un desafío muy serio para las relaciones de poder y las jerarquías, a través de unas formas de participación, nunca vistas antes (Vandersen, 2012).

Situando el estudio

Compartir o intercambiar archivos por Internet es a menudo nombrado simplemente como piratería ya que muchas veces el contenido que se comparte tiene derechos de autor y el acto es visto como conflictivo desde el punto de vista legal. La literatura académica sobre el intercambio de archivos en diferentes disciplinas hasta la fecha se centra principalmente en tres aspectos:

- Legal – relacionado con las implicaciones de protección de los derechos de autor del material descargado (e.g., Cesarini y Cesarini, 2008; Eivazi, 2012; Filby, 2013; Mansell y Steinmueller, 2013),
- Comercial – relacionado con el impacto económico de la descarga (e.g., Andersen y Frenz, 2010; Asghari, van Eeten y Mueller, 2012; Fung y Lakhani, 2013; Giese, 2004), y
- Cultural – situando el fenómeno como componente de la cibercultura (e.g., Baym, 2011; Beekhuyzen, von Hellens y Nielsen 2011; Cenite, Wang, Peiwen y Chan, 2009; Condry, 2004; Haigh, 2009; Lessig, 2008; Newman, 2012; Steinmetz y Tunnell, 2013).

Mi tesis doctoral se sitúa en la clasificación cultural, explorando la manera en que intercambiar o compartir archivos llega a formar parte de la vida cotidiana de los consumidores, entendido dicho fenómeno como intercambio de archivos para uso estrictamente personal.

Por un lado, la idea de este estudio surge a raíz de mi interés por explorar cómo la tecnología, y en este caso, la tecnología de Internet ha sido apropiada e interpretada por la gente para ser incorporada en su vida de acuerdo a su cultura y sociedad local. El intercambio de archivos por Internet es una práctica globalmente extendida pero las personas que participan en ella se encuentran en un lugar físico y la práctica en cuestión ocurre en su contexto sociocultural concreto que está influenciado por factores de diferente índole.

Por otro lado, situar el estudio en Bulgaria surge como consecuencia de un encuentro mío con una web de intercambio de archivos en uno de mis viajes al país. Lo que me llamó la atención en aquel entonces era que la web venía recomendada por el Proveedor Local de Internet y que toda la gente que conocía intercambiaba archivos por Internet y además lo tenía tan naturalizado y asumido como cotidianidad que se quedaba invisible para ellos.

Yo, en cambio, aunque siendo búlgara, lo veía, creo que en parte era porque vivía en otro contexto cultural, además estudiaba tecnología e interacción online y estaba influenciada por discursos, teorías y estudios que leía sobre fenómenos sociales en Internet. También por estos antecedentes, me llamaba la atención que gran parte de la literatura sobre aspectos sociales y culturales de Internet se centraba en explorar fenómenos online en ciertos lugares del mundo y prácticamente no existía literatura sobre países de Europa del Este.

En cuanto al fenómeno que es objeto de estudio en mi trabajo, la situación era aún peor, Europa del Este aparecía en estudios sobre aspectos legales y económicos pero simplemente como La Meca de la piratería o una plaga que necesita ser exterminada (e.g., Bakardjieva, 2005; Cosovanu, 2006; Kshetri, 2013; Sáez, 2004).

Como consecuencia de mis extrañamientos, llegué al terreno con las siguientes preguntas exploratorias:

- ¿Cuáles son las características del fenómeno en el contexto de Bulgaria?
- ¿Cuáles son las razones para formar parte de dicha práctica?
- ¿Cómo podría interpretarse la práctica considerando el contexto local en que ocurre?

De la etnografía multisituada a la etnografía conectiva

Para entender el fenómeno de la práctica de intercambio de archivos en Bulgaria llevé a cabo un estudio etnográfico. Mientras me centro en explorar el intercambio de archivos en un país con fronteras geográficas, mi trabajo estudia espacios virtuales que articulan, pero no necesariamente encajan, con esta localización geográfica. La comunicación mediada por ordenador, como dice Christine Hine (2000) es a la vez situada en el tiempo y el espacio local, ocurre a través del espacio y el tiempo, y el desafío ha sido cómo localizar el proyecto cuando la práctica y las personas que se estudian fluyen, y no es tan fácil ubicarlos simplemente como "online" u "offline".

La fuente de inspiración metodológica para el estudio ha sido la idea de la etnografía multisituada. Como argumenta George Marcus (1995), la cultura no necesariamente está fijada espacialmente, sino que es constituida por flujos globales desde y en el sistema mundial. Marcus recomienda estrategias de seguimiento como una manera de proveer proyectos coherentes, incluyendo: "seguir los objetos", "seguir la metáfora", "seguir el argumento", "seguir la biografía" y "seguir el conflicto". El argumento central aquí es el enfoque móvil que acentúa la conectividad y el movimiento en las prác-

ticas sociales, y estos dos asuntos metodológicos críticos son especialmente importantes para los trabajos etnográficos sobre prácticas de Internet y que son considerados por cada vez más investigadores.

Por ejemplo, Anne Beaulieu y Elena Simakova (2006) usan hipervínculos dentro de una base de datos (Magnetic Resonance Imaging Data Center) como objeto etnográfico, construyendo el campo a través del seguimiento de las huellas de los hipervínculos. En su estudio sobre la sistemática, Christine Hine (2007) explora las conexiones entre diferentes actividades, incluyendo intercambio de mensajes de grupo, observaciones institucionales, entrevistas e hipervínculos. Para Hine, el punto de entrada ha sido una lista de correo que la investigadora ha usado como fuente de datos y ha complementado con entrevistas. En su estudio sobre el uso de redes sociales entre los adolescentes como manera de gestionar su identidad, Danah Boyd (2008) usa la etnografía en red, analizando perfiles de MySpace de adolescentes estadounidenses y los entrevista acerca de sus prácticas online.

Un enfoque que da cuenta de los flujos y resalta el movimiento y la conectividad es provocativo para repensar los estudios sobre prácticas sociales en Internet, precisamente porque permite realizar el trabajo de campo sobre fenómenos sociales que ocurren a través del tiempo y el espacio.

Extender el trabajo de campo de esta manera levanta algunas preguntas interesantes. ¿Debemos definir el campo a través del movimiento y la vivienda del que lleva a cabo el estudio o, alternativamente, como el espacio en que el fenómeno social ocurre? Estas cuestiones ya no son consideradas la misma pregunta. Como George Marcus (1998) comenta, la etnografía contemporánea es a menudo un estudio de partes y no de totalidades.

Así, en mi trabajo he adoptado un enfoque etnográfico móvil para dar cuenta de los flujos y resaltar la conectividad.

Otro aspecto que se vuelve crucial en la práctica etnográfica sobre fenómenos online es la idea de la construcción del campo en lugar del descubrimiento del mismo. La construcción del campo es más bien resultado de la investigación y no su precursor, siendo este también el caso de mi campo de trabajo en este estudio sobre la práctica de intercambio de archivos por Internet.

Siguiendo la naturaleza misma del fenómeno que estudiaba, me veía obligada a moverme de un sitio a otro y muchas veces omitiendo áreas enteras en ciertas páginas y contando con mis informantes para completar el mapa. El campo se iba configurando conforme avanzaba en mi investigación y tenía que tomar decisiones constante-

mente sobre qué partes incluir o excluir para poder seguir adelante ya que la práctica misma ocurría en contextos digitales que se solapaban y además estaban interconectados. El resultado de este proceso es la construcción de una red a través de la observación de conexiones performados por los participantes mismos.

Hacer trabajo de campo implicó: 1) mantener conversaciones informales con gente cara a cara en mis viajes a Bulgaria, 2) observar sitios online y participar en algunos de ellos, 3) realizar entrevistas cara a cara pero también online con gente que participaba en la práctica, 4) entrevistas a expertos (gente que eran Proveedores de Internet o trabajaban en empresas que vende Internet), y 5) exploración de documentos, publicaciones online, tanto en los medios masivos como en páginas web en búlgaro, así como algunos estudios estadísticos.

Al principio del estudio quienes me servían de informantes eran personas de mi red personal en Bulgaria. Estas personas fueron fuente de información a lo largo de todo el trabajo y algunas de ellas me ayudaron a establecer contacto más adelante con Proveedores de Internet que eran especialmente difíciles de acceder a una entrevista. Para familiarizarme con la práctica hice un mapeo dentro del Espacio de Internet Búlgaro¹ navegando por *torrents* privados, foros de discusión, páginas web de Proveedores Locales de Internet. Revisé muchos documentos en páginas web y blogs en búlgaro, estadísticas online y opiniones, ya que la literatura oficial era prácticamente inexistente.

Zamunda.net y Subsunacs.net fueron las dos páginas que elegí para hacer unas observaciones más prolongadas y participar hasta donde era posible. Dichas páginas fueron identificadas como referencias en la práctica de intercambio de archivos por Internet en Bulgaria. Zamunda.net es el *torrent* más grande búlgaro que constantemente aparecía en mis conversaciones y entrevistas pero también en referencias en otras páginas en búlgaro. Subsunacs.net, por otro lado, es la página pionera para hacer subtítulos en búlgaro.

En el proceso de trabajo realicé 22 entrevistas semi estructuradas y clasifiqué los participantes en varios grupos, como *uploader*, *downloader*, traductor y experto, aunque esta clasificación es artificial ya que resultó que todos los entrevistados descargaban archivos, es decir, operaban como *downloaders*.

¹ Es un término usado en Bulgaria para referirse a todas las páginas web en búlgaro.

El estudio y los actores

El resultado del trabajo etnográfico es la construcción de una red con tres núcleos o actores principales identificados en el proceso: Proveedores Locales de Internet, *Torrent Trackers* y páginas de subtítulos en búlgaro.

Cada uno de estos actores tiene sus propias dinámicas y características, y a su vez participan y generan redes múltiples, pero en lo referido a la práctica de intercambio de archivos por Internet tienen su papel y hacen que el sistema funcione, por ahora, a la perfección para el usuario búlgaro.

Proveedores de internet

Voy a empezar con algunos datos y hechos en relación a los Proveedores Locales de Internet que son importantes para comprender el estado actual de la práctica y cuya historia ha sido reconstruida gracias al trabajo de campo y los informantes en este estudio.

Penetración

Uno de los requisitos más importantes para compartir o intercambiar archivos por Internet es tener buena velocidad de Internet y en Bulgaria este requisito es cumplido por la oferta de prolifera de fibra óptica ofrecida por una multitud de Proveedores Locales de Internet. Todos los Proveedores en el país ofrecen fibra óptica con la excepción de la Compañía Nacional de Telecomunicaciones que ofrece ADSL.

Esta situación particular de actores involucrados en el suministro de Internet es consecuencia de un conflicto entre la Compañía Nacional de Telecomunicaciones y el resto de empresas que data desde los años noventa.

En los años inmediatamente después de la caída del comunismo, la Compañía Nacional de Telecomunicaciones, que tenía hasta aquel momento el monopolio sobre la infraestructura telefónica, denegaba el acceso a otras empresas y posteriormente fijaba precios muy altos para el uso de su red.

Existía también un vacío administrativo y legal y gente emprendedora aprovechó la situación para crear sus propias redes, independientemente de la Compañía Nacional. Todo era muy amateur y estas redes locales de cables se podrían ver colgando entre las viviendas y muchas veces existían múltiples proveedores dentro de la misma ciudad operando en diferentes barrios. Lo importante era que ofrecían un servicio barato para el ciudadano búlgaro que carecía de recursos.

Después de un largo procesos de privatización, la Compañía Nacional lanzó la conexión ADSL, pero esta oferta llegó una década más tarde, y después de que el resto de proveedores ofrecían ya fibra óptica, gracias a las redes independientes que habían construido en los 90 y que se mejoraban constantemente.

Así, actualmente en el país no existe monopolio de Internet por parte de la Compañía Nacional y de hecho, dicha compañía ni siquiera es actor importante en el suministro de Internet en Bulgaria. El número de usuarios que tiene es insignificante — unos 200 000 abonados de un total de 4 000 000 usuarios de Internet en el país.

Hay que reconocer que, en una situación caracterizada por un clima económico complicado y la ausencia de medidas administrativas hacia la creación de un entorno favorable para la penetración de Internet, gente emprendedora ha realizado maniobras creativas para suministrar Internet al usuario búlgaro.

Servicios gratuitos

Estas mismas compañías de Internet también jugaron un papel muy importante en la introducción masiva de intercambio de archivos por Internet en Bulgaria, que en aquellos años era una práctica accesible solamente a gente del mundo de la informática. Los dueños de estas primeras compañías la interpretaron como una oportunidad de negocio para ganar clientes.

Paralelamente con el servicio de Internet, había compañías como ProLink (Techno-Link) que desarrollaron sistemas para compartir archivos donde los usuarios podrían subir información en directorios visibles para otros usuarios que a su vez podrían descargar esta información desde un servidor central que era seguro. Estos servidores gratuitos se mantenían con el objetivo de obtener ventajas y ganar más clientes que los proveedores que no los ofrecían y también para mantener a los clientes dentro de la conectividad nacional del país y así pagar menos limitándose a tráfico nacional.

La mayoría de estos servidores fueron cerrados por el gobierno bajo la presión de instituciones extranjeras que luchaban contra la piratería. Los proveedores más pequeños ocultaron sus servidores pero los más grandes empezaron a transferir el contenido de los servidores hacia sus clientes y operaban como meros *brokers* de sus redes p2p.

Luego empezaron a aparecer *torrents* privados como sustituto. Oficialmente estos *torrents* privados no pertenecen a las compañías, pero reciben su apoyo, y todos los informantes para este estudio han confirmado que sus respectivos proveedores de Internet se asocian con una página *torrent*, por muy pequeña que sea su base de datos.

Páginas torrent/zamunda.net

Zamunda es el *torrent tracker* estudiado en mi trabajo de campo y es un directorio diseñado para distribuir a través de tecnología BitTorrent instrucciones acerca de contenido disponible para compartir. El *torrent* es un archivo de texto con información que está anotada en el directorio, se ve como enlace, y contiene información sobre la ubicación del contenido para descarga, contenido que en sí mismo no está almacenado en el directorio. Para abrir dicho archivo es necesario usar software como BitTorrent o uTorrent para descargarlo.

Existen dos tipos de directorios *torrent* o *torrent trackers*, públicos y privados. Un ejemplo de *tracker* público es ThePirateBay, que no requiere registro y los usuarios pueden navegar libremente en el directorio sin necesidad de cumplir requisitos, de seguir reglas ni tener que compartir dentro del directorio. Los *trackers* privados requieren registro e imponen reglas y normas de comportamiento.

Zamunda.net que ha sido explorada para este estudio, es un *tracker* privado y actualmente el más grande de Bulgaria. La web Alexa.com lo ubica como uno de los sitios web más visitados en el país. Otros *trackers* populares en el país son Arena.bg, Masters-tb.com, P2PBG.com, por nombrar algunos y todos son privados, es decir, requieren registro. Es imposible saber cuál es el número de *trackers* que operan en Bulgaria ahora mismo, pero Zamunda, sin lugar a duda, es el más consolidado y popular de todos.

Mis observaciones y experiencia personal me hacen pensar que en Bulgaria la audiencia de los *trackers* es muy parecida a la audiencia convencional de música y películas y visitar Zamunda u otros *trackers* es tan normalizado como encender la televisión. Expresiones como, "mira lo que hay en Zamunda mientras preparo la cena" o "mira si no lo encuentras en Zamunda" son muy comunes, Zamunda se ha convertido para muchos en página obligatoria para revisar en búsqueda del contenido deseado.

Usar Zamunda garantiza a los usuarios:

1. *Calidad de contenido.* Existen normas estrictas sobre quien puede subir información y además siguiendo ciertos criterios. En Zamunda, el número de personas que tienen derecho a subir información gira alrededor de 150 personas para un total de 500 000 usuarios registrados oficialmente en el *torrent tracker*.
2. *Velocidad de la descarga y eficacia.* Están garantizadas en Zamunda a través de normas, reglas y roles que establece la página y que refuerzan la reciprocidad y la participación que están inscritas en el diseño mismo de la tecnología *torrent* donde el contenido que se descarga a través del software al mismo tiempo es compartido automáticamente.

3. *Descargas seguras.* Prácticamente es imposible descargar archivos infectados por virus ya que el contenido se filtra y pasa control de calidad.

Zamunda han ganado también mucha popularidad entre la población local ya que colabora con páginas para subtítulos en búlgaro.

Subtítulos/subsunacs.net

El número aproximado de personas que hablan lengua búlgara es 9.000.000, distribuidos entre 7.000.000 que viven en el país y alrededor de 2.000.000 que viven en extranjero. El mercado búlgaro es pequeño y muchas veces el acceso a contenido favorito está disponible únicamente online. En Internet este contenido puede encontrarse fácilmente y los usuarios búlgaros que no dominan otros idiomas, básicamente tienen una opción y es la de buscar subtítulos.

Hay solamente dos páginas que hacen subtítulos en búlgaro, a diferencia de la proliferación de *torrent trackers* ofreciendo contenido. Subsunacs.net que fue contactada para este estudio, es la primera página de traductores para subtítulos en búlgaro. Los subtítulos están disponibles de manera gratuita y para ser descargados de la página no es necesario registrarse.

Los traductores que han creado Subsunacs la usan como foro de apoyo donde colaboran entre sí en la elaboración de subtítulos, resuelven dudas técnicas y discuten problemas lingüísticos pero también se organizan en equipos para controlar la calidad de las traducciones, aunque en general la página es muy flexible y no hace falta pertenecer a un equipo para traducir. El número de personas que traduce y hace subtítulos de manera activa gira alrededor de 80 personas, que es un número reducido, tomando en cuenta la cantidad de subtítulos que existen en la página.

Hacer subtítulos es una actividad que consume tiempo, requiere conocimiento de otros idiomas y cierto nivel técnico que le permite a uno manejar software para subtítulo. Los traductores ven su actividad como hobby que nace de su pasión por la traducción y los idiomas que es también su principal incentivo para dedicarle tanto tiempo al subtítulo.

Actualmente su trabajo es reconocido por Zamunda.net a través de enlaces hacia Subsunacs.net, que ciertos traductores con permisos oficiales concedidos del *torrent tracker* tienen para colocarlos en Zamunda. Esta práctica es resultado de abusos en el pasado por parte de Zamunda que directamente integraba los subtítulos en el *torrent* sin reconocer la página fuente. Zamunda también colabora con la otra web de subtítu-

los y desde hace unos meses ha incorporado opción de subtítulos en otros idiomas y así aumenta la oferta para sus usuarios.

Incentivos

Basándome en el estudio empírico realizado, resumo las razones para participar en el intercambio de archivos, señaladas por los informantes en 4 tópicos: precio y "pobreza", elección, escasez y conveniencia. Estas razones aparecen hasta cierto punto en otros estudios realizados por investigadores en diferentes contextos (e.g., Beekhuyzen et al., 2011; Oberholzer-Gee y Strumpf, 2007).

Los precios altos de los productos en tiendas es el principal incentivo que hace que la gente vaya a usar *torrents*. Además en el *torrent* existe variedad de contenido en diferentes formatos y uno puede elegir de una base de datos muy grande. Según los informantes hay contenido que es imposible encontrar de otra manera y además en el *torrent* uno puede entrar cuándo quiera y sin mucho esfuerzo acceder al material deseado.

La opinión de que la gente de Europa Occidental posee más recursos económicos era muy extendida y a menudo esta comparación aparecía para justificar la participación en la práctica, eligiendo la pobreza como razón.

Aun así, la gente ve la actividad como "algo cultural" y como un hobby que se ha convertido en la norma pero que no hace daño a nadie.

A modo de conclusión

En primer lugar, como la norma en Bulgaria es intercambiar archivos por Internet, alternativas como pagar por artefactos culturales es considerada en menos grado por los informantes. Ellos consideran que la práctica es irreversible y natural y que la sociedad se tiene que adaptar tarde o temprano a la situación. Nadie se siente responsable, ya que la naturaleza misma del *torrent* diluye la agencia, y la actividad queda percibida como inofensiva.

Se percibe un bajo grado de reflexividad y parece ser que es consecuencia del clima legal dentro del país, que se caracteriza por un interés muy bajo hacia los crímenes en Internet y por la falta de un discurso público fuerte sobre propiedad intelectual y cumplimiento de leyes en esta área, aunque dichas leyes existen.

Por otro lado, el contexto de Bulgaria postcomunista es bastante bizarro y se caracteriza por transformaciones complejas en la sociedad a todos los niveles, debido al

choque entre la cultura y valores preexistentes, y el orden nuevo que se ha adoptado. Se observa un vacío social, cultural y económico donde la gente local reconstruye e interpreta lo nuevo a su manera. El hecho de que el intercambio de archivos por Internet sea, en la mayoría de los casos, ilegal, parece despertar una justificación generalizada al considerar que las leyes sobre derechos de autor y propiedad intelectual occidentales no se aplican al "nosotros" del Este, *que somos más pobres y no podemos pagar los precios*. Esta actitud sugiere que la cortina de hierro, psicológica y culturalmente hablando, podría seguir allí.

Por último, las condiciones más importantes para la práctica de intercambio de archivos por Internet son técnicas, económicas y nacionales, siendo aquí, en el caso de Bulgaria, más importantes los factores históricos y lingüísticos.

En Bulgaria, desde la época comunista, existe cierta actitud hacia la informática, y esto ha facilitado unos niveles altos de conocimientos en el área, que han sido usados creativamente por más de uno para cablear el país y garantizar acceso a Internet de alta velocidad, que podría neutralizar las barreras de acceso tales como conocimiento, habilidades y capacidades materiales. Los primeros proveedores de Internet en Bulgaria eran *geeks* que establecieron sus redes con cables colgando entre edificios y así se convirtieron en emprendedores de Internet. Yo creo que hay conexión entre este hecho y la aparición del intercambio de archivos por Internet en sus compañías, que en aquel entonces era conocido solamente en el mundo informático. Esta interpretación del intercambio de archivos como una oportunidad de negocio ha ayudado a desarrollar el fenómeno como masivo en Bulgaria.

Para participar en el intercambio de archivos se requiere también un nivel alto de inclinación personal para manejar el consumo propio de medios y exploración de tecnologías —es decir— un consumo de medios altamente autónomo. Desde el punto de vista histórico, durante el comunismo, el acceso a cualquier información estaba controlado por el gobierno y a menudo la circulación de artefactos culturales ocurría a escondidas. Después de la caída del régimen la gente tenía la posibilidad de acceder a todo tipo de información sin restricciones y hoy en día lo sigue haciendo sin ningún remordimiento moral. Páginas como Zamunda.net permiten al usuario búlgaro la libertad de encontrar artefactos culturales sin depender de los medios tradicionales de distribución, y son buen ejemplo de cómo los usuarios se apropian de productos de los medios tradicionales a través de redes de distribución alternativas que mejor se inscriben en sus intereses, y les permiten una cierta autonomía en el consumo.

Esta reapropiación de medios a través del intercambio de archivos por Internet proviene de la afición de los usuarios por estos medios, más que de una supuesta pos-

tura política de oposición, aunque los nuevos modos adoptados de consumo y distribución tienen efectos políticos y favorecen modos de uso que abren posibilidades para activismo ocasional.

Las páginas como Zamunda.net tienen una presencia visible en el país y pueden entenderse como formaciones estratégicas que ayudan a definir el intercambio de archivos como norma más que como desviación. Las interacciones locales de usuarios que aparecen como fuerza hegemónica, aunque no de manera intencional, son dirigidas por estas estructuras estratégicas que son actualizadas a diario y no dependen necesariamente de altruismo. Tienen intereses de permanecer operativas y luchan por atraer a más usuarios, ya que tienen gastos significativos de mantenimiento y sobreviven de publicidad.

En la sociedad búlgara la noción de "lucha por los derechos de autor" no es tan visible en los medios de comunicación como es en países occidentales y el intercambio de archivos es un fenómeno muy asentado que además nunca ha sido perseguido como terrorismo o asalto a las estructuras comerciales existentes. La cuestión de cómo deshacerse de la práctica no existe ni tampoco se hace la pregunta progresista de cómo acomodarlo mejor dentro del sistema existente. Sin embargo, el fenómeno ya está muy asentado y seminstitutionalizado en el país y sería interesante observar cómo evolucionará una vez puesto en la mesa el debate sobre la propiedad intelectual.

Referencias

- Andersen, Birgitte & Frenz, Marion (2007). *The Impact of Music Downloads and P2P File-Sharing on the Purchase of Music: A Study for Industry Canada* (Informe). Londres: Canadian Recording Industry Association. Recuperado de [https://www.ic.gc.ca/eic/site/ippd-dppi.nsf/vwapj/IndustryCanadaPaperMay4_2007_en.pdf/\\$FILE/IndustryCanadaPaperMay4_2007_en.pdf](https://www.ic.gc.ca/eic/site/ippd-dppi.nsf/vwapj/IndustryCanadaPaperMay4_2007_en.pdf/$FILE/IndustryCanadaPaperMay4_2007_en.pdf)
- Andersen, Birgitte & Frenz, Marion (2010). Don't blame the P2P file-sharers: the impact of free music downloads on the purchase of music CDs in Canada. *Journal of Evolutionary Economics*, 20(5), 715-740. <http://dx.doi.org/10.1007/s00191-010-0173-5>
- Asghari, Hadi; van Eeten, Michael & Mueller, Milton (2012, November). *Unraveling the economic and political drivers of deep packet inspection*. Paper presented at the Giganet 7th Annual Symposium, Baku, Azerbaijan. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2294434>
- Bakardjieva, Maria (2005). Becoming an internet user in Bulgaria: Notes on a tangled journey. *Media Studies/ Studia Medioznawcze*, 22, 103-117.

- Baym, Nancy (2011). The Swedish Model: Balancing Markets and Gifts in the Music Industry. *Popular Communication*, 9(1), 22-38.
<http://dx.doi.org/10.1080/15405702.2011.536680>
- Beaulieu, Anne & Simekova, Elena (2006). Textured connectivity: an ethnographic approach to understanding the timescape of hyperlinks. *Cybermetrics*, 10(1). Recuperado de <http://cybermetrics.cindoc.csic.es/articles/v10i1p5.html>
- Beekhuyzen, Jenine; von Hellens, Liisa & Nielsen, Sue (2011). Underground online music communities: exploring rules for membership. *Online Information Review*, 35(5), 699-715. <http://dx.doi.org/10.1108/14684521111176453>
- Boyd, Danah (2008). *Taken Out of Context: American Teen Sociality in Networked Publics* (Tesis doctoral). University of California-Berkeley, School of Information. Recuperado de:
<http://www.danah.org/papers/TakenOutOfContext.pdf>
- Cenite, Mark; Wang, Michelle W.; Peiwen, Chong & Chan, Germaine S. (2009). More Than Just Free Content Motivations of Peer-to-Peer File Sharers. *Journal of Communication Inquiry*, 33(3), 206-221.
<http://dx.doi.org/10.1177/0196859909333697>
- Cesarini, Lisa M. & Cesarini, Paul (2008). From Jefferson to Metallica to your campus: Copyright issues in student peer-to-peer file sharing. *The Journal of Technology studies*, 34(1). Recuperado de:
<http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/JOTS/v34/v34n1/pdf/cesarini.pdf>
- Condry, Ian (2004). Cultures of Music Piracy: An Ethnographic Comparison of the US and Japan. *International Journal of Cultural Studies*, 7, 343-363.
<http://dx.doi.org/10.1177/1367877904046412>
- Cosovanu, Catalin (2006). Open Source Software in Eastern Europe and other Emerging Markets: The Moral Alternative to Piracy? *Journal of Internet Law*, 9, 3-14. Recuperado de: <http://ssrn.com/abstract=904352>
- Eivazi, Kathy (2012). Is termination of internet users' accounts by an ISP a proportionate response to copyright infringement? *Computer Law & Security Review*, 28(4), 458-467. <http://dx.doi.org/10.1016/j.clsr.2012.05.009>
- Filby, Michael R. (2013). *Cyber Piracy: Can File Sharing be Regulated without Impeding the Digital Revolution?* Tesis doctoral sin publicar. University of Leicester.
- Fung, Wan & Lakhani, Avnita (2013). Combatting peer-to-peer file sharing of copyrighted material via anti-piracy laws: Issues, trends, and solutions. *Computer Law & Security Review*, 29(4), 382-402.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.clsr.2013.05.006>
- Giese, Mark (2004). Community property: Digital music and the economic modalities of transmission and ritual modes of communication. *Journal of Communication Inquiry*, 28(4), 342-362.
<http://dx.doi.org/10.1177/0196859904267230>
- Haigh, Maria (2009). Of ducks and downloads. The moral economy of intellectual property in post-soviet society. *Libri*, 59, 248-258.
<http://dx.doi.org/10.1515/libr.2009.022>
- Hine, Christine (2000). *Virtual Ethnography*. London: Sage.

- Hine, Christine (2007). Connective Ethnography for the Exploration of e-Science. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 12, 618-634. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00341.x>
- Johnson, M. Eric; Mcguire, Dan & Willey, Nicholas D. (2009). Why file sharing networks are dangerous? *Communications of the ACM*, 52(2), 134-138. <http://dx.doi.org/10.1145/1461928.1461962>
- Kshetri, Nir (2013). *Cybercrime and cybersecurity in the Global South*. Hampshire, UK: Palgrave Macmillan.
- Lessig, Lawrence (2008). *Remix: Making art and commerce thrive in the hybrid economy*. New York: Penguin Press.
- Mansell, Robin & Steinmueller, W. Edward (2013). Copyright infringement online: The case of the Digital Economy Act judicial review in the United Kingdom, *New media & society*, 15(8), 1312-1328. <http://dx.doi.org/10.1177/1461444812470429>
- Marcus, George (1995). Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>
- Marcus, George (1998). *Ethnography through thick and thin*. New Jersey: Princeton University press.
- Newman, Michael Z. (2012). Free TV File-Sharing and the Value of Television. *Television & New Media*, 13(6), 463-479. <http://dx.doi.org/10.1177/1527476411421350>
- Oberholzer, Felix & Strumpf, Koleman (2007). The Effect of File Sharing on Record Sales: An Empirical Analysis. *Journal of Political Economy*, 115(1), 1-42. <http://dx.doi.org/10.1086/511995>
- Poblocki, Kacper (2001). The Napster network community. *First Monday*, 6(11). <http://dx.doi.org/10.5210/fm.v6i11.899>
- Sáez, Victor M. M. (2004). *La red es de todos: cuando los movimientos sociales se apropian de la red*. Madrid: Editorial Popular.
- Steinmetz, Kevin F. & Tunnell, Kenneth (2013). Under the Pixelated Jolly Roger: A Study of On-Line Pirates. *Deviant Behavior*, 34, 53-67. <http://dx.doi.org/10.1080/01639625.2012.707536>
- Vandresen, Monique (2012). "Free culture" Lost in translation. *International Journal of Communication*, 6, 626-642. Recuperado de: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/1211/723>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)

